

ALEX DE BRITTO RODRIGUES

**O DEBATE ENTRE DECOMPOSICIONISMO E ATOMISMO LÉXICO-
-CONCEITUAIS E A PROBLEMATIZAÇÃO A RESPEITO DA ANALITICIDADE**

Curitiba

2017

ALEX DE BRITTO RODRIGUES

**O DEBATE ENTRE DECOMPOSICIONISMO E ATOMISMO LÉXICO-
-CONCEITUAIS E A PROBLEMATIZAÇÃO A RESPEITO DA ANALITICIDADE**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Estudos Linguísticos, no Curso de Pós-Graduação em Letras, Setor Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Teresa Cristina Wachowicz

Curitiba

2017

Rodrigues, Alex de Britto

O debate entre decomposicionismo e atomismo léxico-conceituais
e a problematização a respeito da analiticidade / Alex de Britto
Rodrigues – Curitiba, 2017.

232 f.; 29 cm.

Orientadora: Teresa Cristina Wachowicz
Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

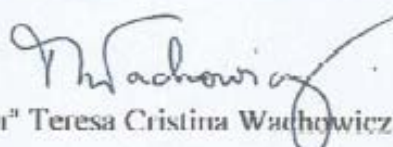
1. Analiticidade. 2. Atomismo conceitual. 3. Semântica
comparada - Linguística. I. Título.

CDD 413.028




Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

Ata septingentésima nonagésima nona, referente à sessão pública de defesa de tese para a obtenção de título de doutor a que se submeteu o doutorando **ALEX DE BRITTO RODRIGUES**. No dia onze de abril dois mil e dezessete, às catorze horas, na sala 207, 2º andar, no Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: Teresa Cristina Wachowicz, Presidente, Luiz Arthur Pagani, Carlos Alberto Faraco, Renato Miguel Basso (via internet) e Roberlei Alves Bertucci designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de tese intitulada "**O DEBATE ENTRE DECOMPOSICIONISMO E ATOMISMO LÉXICO-CONCEITUAIS E A PROBLEMATIZAÇÃO A RESPEITO DA ANALITICIDADE**", apresentada por **ALEX DE BRITTO RODRIGUES**. A sessão teve início com a apresentação oral do doutorando sobre o estudo desenvolvido. Logo após, a senhora presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos examinadores para as suas arguições. Em seguida, o candidato apresentou sua defesa. Na sequência, a Professora Teresa Cristina Wachowicz retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação do candidato. Em seguida, a senhora Presidente declarou **APROVADO** o candidato, que recebeu o título de **Doutor em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**. A versão final da tese deverá ser encaminhada à Coordenação em até 60 dias. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pelo candidato. Feita em Curitiba, no dia onze de abril de dois mil e dezessete.


Dr.^a Teresa Cristina Wachowicz


Dr. Renato Miguel Basso


Dr. Luiz Arthur Pagani


Dr. Carlos Alberto Faraco


Dr. Roberlei Alves Bertucci


Alex de Britto Rodrigues



Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

PARECER

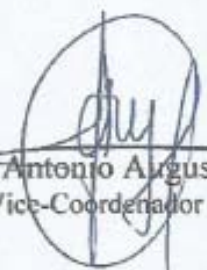
Defesa de tese de doutorado de **ALEX DE BRITTO RODRIGUES** para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

Os abaixo-assinados Teresa Cristina Wachowicz, Presidente, Luiz Arthur Pagani, Carlos Alberto Faraco, Renato Miguel Basso e Roberlei Alves Bertucci, arguiram, nesta data, o candidato, que apresentou a tese "**O DEBATE ENTRE DECOMPOSICIONISMO E ATOMISMO LÉXICO-CONCEITUAIS E A PROBLEMATIZAÇÃO A RESPEITO DA ANALITICIDADE**".

Procedida à arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Doutor em Letras**, conforme especificações abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
Drª Teresa Cristina Wachowicz (Presidente)		Aprovado
Dr. Luiz Arthur Pagani		Aprovado
Dr. Carlos Alberto Faraco		Aprovado
Dr. Renato Miguel Basso		Aprovado
Dr. Roberlei Alves Bertucci		APROVADO

Curitiba, 11 de abril de 2017.


Prof. Dr. Antonio Augusto Nery
Vice-Coordenador

AGRADECIMENTOS

À Capes pelo período em que me concedeu auxílio financeiro e à administração pública federal em exercício até 2016 pela política de investimento em ampliação do acesso à pesquisa acadêmica.

Aos professores que sugeriram correções e caminhos, José Borges Neto, Carlos Alberto Faraco e Luiz Arthur Pagani. Não pude incorporar ao trabalho todas as suas observações, mas todas foram úteis por promoverem reflexões importantes que me permitiram avaliar melhor as opções de análise.

À minha orientadora Teresa Cristina Wachowicz pela sensibilidade e criticidade com que dosou a sua orientação. Saber quando tem de deixar livre e quando tem de cobrar não é para qualquer um, ainda mais se isso é feito com toques de amizade e carinho. Meu agradecimento a Teca precisa, então, ser especial.

Aos meus amigos linguistas, Denise, Fabio, Letícia, Thayse, Val, Kairon, pelas discussões acadêmicas, políticas, históricas, familiares, musicais, cervejeiras, dançantes e alegres.

Aos meus amigos queridos de convivência longínqua, Ewerton, Dayene e Karina, que, por vezes, tiveram que tolerar minha ausência sem nunca deixarem de estar por perto.

Aos meus familiares, minha mãe Eleni, Nícia, Leandro e Pedro, que sempre estiveram por perto para o que fosse preciso.

À pessoa mais que especial que acompanhou a trajetória da produção deste trabalho, teve paciência em me apoiar sempre que necessário, demonstrou um amor sem igual com sua companhia, me animou e me fez sorrir todos os dias. Juliana, obrigado! Com você por perto a produção deste trabalho foi muito mais agradável. Com amor tudo fica melhor.

Ao menos no que diz respeito à razão, há um sistema de transferência. Um sistema de argumento racional, seguindo as leis da lógica, um conjunto de leis com o qual um grande número de pessoas concorda. Então, na racionalidade, nós temos o que chamamos de “evidências convincentes”. Ou seja, se eu localizar certos tipos de evidências, mesmo pessoas que discordam de mim desde o início podem se sentir convencidas a concordar comigo tendo por base estas evidências.

Mas sempre que vamos além da razão e entramos na fé, não há nada parecido com evidências convincentes. Mesmo que você tenha uma Revelação – você teve uma Revelação; como pode transferir essa revelação para os outros? Através de qual sistema?

Isaac Asimov

RESUMO

Este trabalho investiga o debate entre duas perspectivas teóricas conflitantes. Uma é a do decomposicionismo conceitual, associada à semântica conceitual desenvolvida por autores como Jackendoff (1983; 1987a; 1987b; 1990) e Pinker (1989; 2008). A outra é a do atomismo conceitual defendida principalmente por Fodor (1970; 1975; 1980; 1981; 1992; 1994; 1998; 2003; 2008). O ponto central do conflito é como um conceito lexical é representado na mente: se por meio de uma estrutura complexa formada por primitivos conceituais, conforme alega o decomposicionismo conceitual, ou se de modo atômico em uma relação um para um, em que um conceito lexical seria um átomo sem estrutura interna, conforme alega o atomismo conceitual. Porém, o conflito se estende a outros tópicos, como o relacionado ao que seria inato (os primitivos conceituais recuperados pelas decomposições, conforme defende o decomposicionismo, ou os conceitos lexicais, conforme defende o atomismo) ou como o relacionado ao que seria considerado como inferências pertinentes para uma teoria a respeito da linguagem do pensamento (inferências baseadas em condições necessárias para um conceito lexical ser formado, conforme o decomposicionismo endossa, ou simplesmente nenhuma inferência pertinente para a determinação dos conceitos, que é o posicionamento atomista). Para elucidarmos os impasses desse debate, sugerimos que sejam considerados dois eixos estruturantes do conflito: as considerações em relação à analiticidade, sendo a relevância desta endossada pelo decomposicionismo e negada pelo atomismo; e as alegações de mal-entendido, que têm um funcionamento central no debate, o que é previsível por este se caracterizar como uma controvérsia (DASCAL, 1998a; 1998b).

Palavras-chave: analiticidade; atomismo conceitual; semântica conceitual.

ABSTRACT

In this work, we propose to investigate the debate between two conflicting theoretical perspectives. One is the conceptual decompositionism, related to the conceptual semantics developed by authors such as Jackendoff (1983, 1987a, 1987b, 1990) and Pinker (1989, 2008). The other one is the conceptual atomism defended mainly by Fodor (1970, 1975, 1980, 1981, 1992, 1994, 1998, 2003 and 2008). The central point of the conflict is how lexical concepts are represented in the mind: whether through a complex structure formed by conceptual primitives, as conceptual decompositionism claims, or atomically in a one-to-one relationship, in which a lexical concept is an atom without an internal structure, as conceptual atomism claims. However, the conflict extends to other topics, such as the one related to what is innate (the conceptual primitives recovered by decompositions, as advocated by decompositionism, or the lexical concepts, as argued by atomism) or the one related to what can be considered as relevant inferences for a semantic theory (inferences based on necessary conditions for a lexical concept, as defended by decompositionism, or simply no inferences at all, as defended by atomism). In order to elucidate the impasses of this debate, we suggest two structuring axes of the conflict: the considerations about analyticity, considering that the relevance of this semantic phenomenon is endorsed by decomposition and denied by atomism; and the allegations of misunderstanding, which have a central role in the debate. These allegations are likely to occur because this debate can be categorized as a controversy (DASCAL, 1998, 1998a).

Key words: analyticity; conceptual atomism; conceptual semantics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 DOIS DEBATES	11
1.2 CONCEITOS E NOMENCLATURAS	14
1.2.1 Sobre “definições” e “decomposição em primitivos”	15
1.2.2 Sobre “conceitos”	17
1.2.3 Sobre “primitivos”	23
2 ANALITICIDADE: PERCURSO TEÓRICO E PROBLEMATIZAÇÃO	33
2.1 O SIGNIFICADO ANALÍTICO	34
2.1.1 Postulados de significado	41
2.1.2 Intensão e analiticidade em línguas naturais	43
2.1.3 Analiticidade em semântica gerativa/cognitivo-conceitual	46
2.2 CONTRA A ANALITICIDADE	51
2.2.1 Sinonímia e analiticidade	52
2.2.2 Regras semânticas e o dogma da analiticidade	54
2.3 TENTATIVA DE SALVAR A DISTINÇÃO ENTRE SINTÉTICO E ANALÍTICO	57
2.3.1 Em defesa da intuição	58
2.3.2 Em defesa da formalização	61
2.4 HOLISMO SEMÂNTICO	70
2.4.1 Holismo como alternativa à analiticidade	71
2.4.2 Problemas com o holismo semântico	74
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	77
3 O ATOMISMO	81
3.1 TEORIA REPRESENTACIONAL DA MENTE (RTM)	82
3.1.1 Arquitetura da RTM	84
3.1.2 Descontinuação da posição Fregeana	90
3.2 ATOMISMO E TENTATIVA DE DESACREDITAR O DECOMPOSICIONISMO	96
3.2.1 Três razões para não derivar “kill” de “cause to die”	97
3.2.2 Exigências para uma teoria decomposicionista	102
3.2.3 Inferências	104
3.2.4 Intuições a respeito das inferências informalmente válidas	110
3.2.5 Definições em uso	112

3.3 CONCEITOS SEM DEFINIÇÕES	114
3.3.1 Compreensão das sentenças	115
3.3.2 Aprendizado de conceitos	117
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	122
4 DECOMPOSICIONISMO LÉXICO-CONCEITUAL	126
4.1 QUADRO TEÓRICO DO DECOMPOSICIONISMO LÉXICO-CONCEITUAL.....	127
4.1.1 Estruturas conceituais	128
4.1.2 Analiticidade e inferências.....	135
4.1.3 Explicação de propriedades semânticas	144
4.2 EM DEFESA DA PLAUSIBILIDADE EMPÍRICA	146
4.2.1 Sintagmas preposicionais e estrutura conceitual	147
4.2.2 Decomposições verbais	151
4.3 CONTRAPOSIÇÃO AO ATOMISMO	163
4.3.1 Postulação de chunks	163
4.3.2 Ataque ao nativismo radical	167
4.4 EM DIREÇÃO À SINTAXE	171
4.4.1 No limite do debate	172
4.4.2 Fora do debate	177
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	179
5 OS DEBATEDORES E A CONTROVÉRSIA	183
5.1 QUADRO GERAL DO DEBATE.....	184
5.1.1 Semelhanças e convergências.....	185
5.1.2 Diferenças e conflitos em termos de falseabilidade	186
5.1.3 Diferenças e divergência em termos de comunidade científica e paradigma.	190
5.2 TROCAS POLÊMICAS E CONTROVÉRSIAS	193
5.2.1 Tipos de trocas polêmicas.....	195
5.2.2 Tipos de táticas	200
5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPASSES E QUESTÕES EM ABERTO	206
5.3.1 Analiticidade e impasses na perspectiva atomista	206
5.3.2 Analiticidade e impasses do debate na perspectiva decomposicionista	211
5.3.3 Mal-entendidos e alegações a partir da perspectiva decomposicionista	214
5.3.4 Mal-entendidos e alegações a partir da perspectiva atomista.....	221
5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS O CAPÍTULO.....	225

REFERÊNCIAS.....	227
------------------	-----

1 INTRODUÇÃO

O significado de um “item lexical”, entendido neste trabalho, para efeito de introdução provisória, como uma unidade semântico-linguística básica (algo semelhante ao “morfema” no sentido da tradição estruturalista), pode ser tratado, entre outros modos, como: 1) algo decomponível, isto é, definível por meio de outros elementos não identificáveis em uma análise superficial, ou como 2) um átomo semântico, sendo a menor unidade discreta a participar da composição semântica das línguas. Claramente concorrentes, esses dois tipos de perspectiva, a decomposicionista e a atomista, sugerem um debate, nem sempre expresso claramente, no âmbito da cognição em que a representação mental de um item lexical ou se configura como uma estrutura formada por elementos “menores” ou corresponde à menor unidade semântica manipulada pelos mecanismos formais que compõem as sentenças. O objetivo central deste trabalho é analisar esse debate, desenvolvido em torno da natureza dos “conceitos”, presentes em representações mentais e ditos como subjacentes ao significado dos itens lexicais e das sentenças.

O recorte considerado em nossa análise compreende, do lado decomposicionista, a perspectiva teórica conhecida como “semântica conceitual” (JACKENDOFF, 1983; 1987a; 1987b; 1990; PINKER, 1989; 2008; LEVIN, 1993; LEVIN; RAPPAPORT, 1995; 1999, entre outros), e, do lado atomista, a perspectiva da Teoria Representacional da Mente (Representational Theory of Mind – RTM) (FODOR, 1970; 1975; 1980; 1981; 1992; 1994; 1998; 2003; 2008). Para a primeira perspectiva, um item lexical como “matar”, por exemplo, seria representado, de modo simplificado, como [CAUSE BECOME DEAD]¹, sendo os itens nessa representação primitivos que podem ser compreendidos como unidades abstratas discretas (o que diferencia a perspectiva decomposicionista considerada neste trabalho de outras que se preocupam fundamentalmente com representações de

¹ A representação gráfica em caixa alta é mais comumente utilizada, mas em algumas discussões introdutórias ou prévias à estabilização desse tipo de representação (como em FODOR, 1970, e JACKENDOFF, 1983) há a utilização de caixa baixa, como em “cause to die” ou “cause to become dead”). A representação gráfica estritamente apenas em caixa alta será utilizada neste trabalho apenas quando a discussão estiver minimamente desenvolvida, não tendo muita importância no momento. Sobre os usos de colchetes, usados geralmente para separar constituintes formados pela estrutura representada na decomposição, vale a mesma coisa, ou seja, nem sempre são utilizados para a representação de conceitos mentais abstratos. Como alternativa para essa representação, há outras propostas, como [CAUSE TO DIE] e [CAUSE BECOME NOT ALIVE].

estruturas abstratas sem o propósito de estabelecer unidades discretas abstratas, o que é o caso de PUSTEJOVSKY, 2005); já para a segunda perspectiva, a representação desse mesmo item seria, simplesmente, [MATAR]. Nessa disputa sobre como os “conceitos” devem ser entendidos, as duas perspectivas se desenvolvem de modos assimétricos, o que nos leva a nossa hipótese central: os debatedores aparentemente não estão considerando alguns pressupostos de seus opositores teóricos, mas isso é mais evidente nas considerações dos autores decomposicionistas em relação ao atomismo. Isso é mais visível se notarmos que muitos decomposicionistas desconhecem (nem apresentam em suas referências) a posição de Fodor (principal proponente atomista conceitual) sobre o decomposicionismo.

Uma segunda parte da hipótese que surge em nossa análise diz respeito a outro ponto assimétrico na disputa teórica em questão, que tem relação com a formação do corpo de defensores de cada lado. O debate, visto como uma troca conversacional polêmica (DASCAL, 1998), precisa ser identificado pela manifestação concreta dos debatedores em relação aos seus opositores. Isso é verificado por diversas vezes nos textos de Fodor (1980; 1998; 2003; 2008), que critica autores como Pinker (1989; 2008) e Jackendoff (1983; 1990), e nos textos desses dois autores, em que aparecem comentários críticos sobre o pensamento de Fodor. Assim, esse é um critério para delimitarmos o debate, apesar de não ser o único. Podemos também considerar autores decomposicionistas que se baseiam nos textos de Jackendoff e Pinker, mas não expressam críticas à proposta atomista de Fodor, pois tais autores acabam por participar indiretamente do debate ao defender um lado e contribuir para a construção de argumentos a que Fodor se coloca contra. Como exemplo de autores que participam indiretamente do debate estão Levin (1993), e Levin e Rappaport Hovav (1995; 1999; 2005). Portanto, do lado atomista conceitual, temos a figura central de Fodor, que dialoga mais proximamente com a filosofia da linguagem e da mente e tem alguns seguidores parciais (que não compartilham com ele toda a sua proposta), como Garret, Walker e Parkes (que escreveram o texto de 1980 com o autor); e do lado decomposicionista, temos Jackendoff e Pinker (a serem mais considerados em nossa caracterização do decomposicionismo conceitual), que propõem uma perspectiva teórica circunscrita às ciências cognitivas e fazem referência expressa a Fodor, e um grupo de pesquisadores que seguem a proposta decomposicionista, com parâmetros de

análise e coleta de dados comuns aos trabalhos desenvolvidos no contexto da semântica conceitual, como Levin e Levin e Rappaport Hovav, Beavers (2010), Cançado (2013), Sotelo (2015), entre outros. Desse modo, quando mencionarmos o termo “atomistas”, estaremos nos referindo principalmente a Fodor; e quando utilizarmos o termo “decomposicionistas”, estaremos nos referindo a um grupo de pesquisadores mais coeso, apesar de nos focarmos nos seus principais defensores e participantes do debate (Jackendoff e Pinker).

Para esclarecer os pressupostos das perspectivas em debate, principalmente os desconsiderados por seus opositores (e essa desconsideração é uma outra parte de nossa hipótese), é preciso resgatar a discussão em torno da “analiticidade”. Sobre esse conceito, há outro debate, desenvolvido na filosofia, a respeito da sua plausibilidade ou não, isto é, a respeito de existir justificativa para ele, debate este a ser explanado no desenvolvimento deste trabalho. Disso temos uma terceira parte de nossa hipótese, que é de que o debate na linguística cognitiva (pelo menos no que se refere à semântica conceitual) a respeito da natureza dos conceitos lexicais tem uma relação, e em partes uma continuidade, com o debate na filosofia analítica (ramo da filosofia preocupada com a análise dos enunciados). A incompreensão do opositor teórico teria relação, então, com a desconsideração de posições que vêm sendo tomadas desde a tradição filosófica que postula a diferença entre “verdade analítica” e “verdade sintética”, e isso se mostra explícito poucas vezes (mas se mostra) nas falas do debate em questão (atomismo X decomposicionismo conceituais). Com essas hipóteses dispostas, podemos organizar nossos objetivos:

- analisar o debate entre decomposicionismo e atomismo léxico-conceituais, considerando pressupostos compartilhados e conflitantes dentro dos quadros teóricos das duas perspectivas;
- recuperar os argumentos e contra-argumentos centrais provenientes desse recorte;
- buscar um instrumental epistemológico adequado para a análise do debate em questão;
- relacionar esse debate, objeto de análise de nosso trabalho, com a discussão em torno da analiticidade, demonstrando alguns pressupostos não claros que têm impacto no debate entre atomistas e decomposicionistas.

Não são objetivos deste trabalho:

- fazer historiografia das perspectivas tratadas, apesar de a história de seus desenvolvimentos ter uma importância paralela neste trabalho e ser exposta, em alguns recortes, para esclarecer os quadros teóricos;
- descrever todos os pressupostos teóricos e os autores das perspectivas em debate, apesar de as considerações levantadas por nós poderem ser estendidas a outras propostas não contempladas por nosso recorte, que se pretende representativo.

Na sequência, apresentaremos um panorama envolvendo o debate a ser analisado e sua relação com outro debate, que ocorre em torno da plausibilidade da “analiticidade”, para fazermos uma explanação introdutória desse conceito. Posteriormente, buscaremos esclarecer diferenças terminológicas/conceituais nas perspectivas do decomposicionismo e do atomismo conceituais a fim de que possamos identificar, com mais clareza, os pontos discutidos no decorrer deste trabalho. Por fim, descreveremos o encaminhamento deste trabalho, justificando a sequência dos capítulos em relação aos temas abordados.

1.1 DOIS DEBATES

De um modo simplificado, uma verdade “analítica” é aquela em virtude de um sistema semântico (ou, conforme G. Russell², 2008, “em virtude do significado”). Nos termos de Frege (2009 [1892]), uma expressão linguística “a” é sempre igual a ela mesma, o que faz do enunciado “a = a” uma verdade analítica, já que não precisa ser verificada no mundo (não importa qual é o referente de “a” para que a verdade do enunciado seja atestada). Esse tipo de verdade se contrapõe à verdade sintética, como a do enunciado “A estrela da manhã é a estrela da tarde”, que, para ser atestada, tem de ser verificada no mundo.

Não é nosso objetivo expor toda a tradição filosófica que considera a propriedade da analiticidade, isto é, da relação de significado dada pelo próprio

² Não confundir a autora contemporânea com Bertrand Russell. Segundo a própria autora, seu trabalho a respeito da distinção entre sintético e analítico (que virou o livro em que nos baseamos) é o que mais tem relevância entre os que publicou. É um livro que defende essa distinção publicado recentemente (2008), o que sugere que o debate ainda está vivo. Ainda a respeito da autora, ela diz, em sua página profissional acadêmica na internet, que está escrevendo um livro sobre restrições a inferências, o que provavelmente provocaria alguma reflexão diferente em nosso trabalho se já tivesse sido publicado.

sistema linguístico (artificial ou natural), mas apenas delinear os elementos centrais na discussão em torno desse conceito. Para tanto, a defesa da distinção entre analítico e sintético feita por Carnap (1947) é referencial. O autor busca formalizar justificativas para essa distinção retomando considerações desde Leibniz (1668 [1714]), de quem retoma a ideia de mundos possíveis para afirmar que uma verdade analítica é uma verdade em todos os mundos possíveis (levando em conta apenas um sistema linguístico, obviamente), e passando por Kant (1797 [1783]), autor que cunhou o termo “analítico”. A proposta de Carnap, portanto, é-nos útil para traçar um panorama do que se entende por “analiticidade”, além de o autor participar diretamente do debate com Quine (2010 [1980]), principal autor que se opõe à distinção entre analítico e sintético.

Como opositor de Carnap, Quine busca desacreditar a distinção entre analítico e sintético, apontando sua falta de clareza e sugerindo que o grupo de autores que a endossam não buscam justificá-la nem definir, com precisão, o que entendem por “analiticidade”. Como esse conceito é mais pressuposto do que definido e justificado, Quine sugere que sua plausibilidade é um “dogma”, algo que seus defensores evitam problematizar. Além de dizer ser um dogma, Quine desenvolve sua crítica demonstrando que algumas tentativas de explicação da analiticidade passam pelo problema da circularidade (conforme veremos no segundo capítulo).

Pensando no debate entre decomposicionismo e atomismo conceituais, podemos verificar algumas semelhanças. Uma proposta decomposicionista, conforme a considerada em nosso recorte, é analítica, tanto é que Jackendoff (1983, p. 117) redefine o conceito de “verdade analítica” dentro de sua proposta: é a verdade em virtude da estrutura conceitual. Porém, o autor não problematiza essa definição e diz que a discussão desenvolvida na filosofia se mostrou infrutífera, deixando de lado, desse modo, a discussão sobre os problemas apontados por Quine. Nesse sentido, podemos dizer que o “dogma”, conforme Quine entendia, por ser estendido à semântica conceitual.

Como principal proponente do atomismo léxico-conceitual, Fodor (1970; 1975; 1980; 1981; 1992; 1994; 1998; 2003; 2008) dispense um esforço considerável para criticar as propostas decomposicionistas. Assumindo-se um quineano, Fodor tem como hipótese a impossibilidade de um conceito lexical ser definido por meio de inferências construídas com outros conceitos, sendo, para ele, o conceito lexical

uma espécie de átomo, algo não decomponível. As críticas do autor não costumam ser consideradas pelos decomposicionistas (o que, em certo sentido, trava o desenvolvimento do debate, pelo menos de modo explícito), o que reforça nossa sugestão de que a impressão de um “dogma” pode ser estendida aos decomposicionistas conceituais (e “dogma”, diferentemente do modo como Quine entendia, pode ser revisto e entendido não necessariamente como algo negativo, o que implicaria uma postura normativa em relação às teorias científicas, mas como um elemento comum à “ciência normal”, conceito discutido no quinto capítulo)³.

Na tradição filosófica, uma verdade analítica é, acima de tudo, uma relação semântica entre expressões linguísticas (em um sistema artificial ou natural). Já para a semântica conceitual decomposicionista, a representação de um item lexical é a relação entre esse item e elementos abstratos subjacentes à geração das sentenças. A diferença básica entre essas duas visões é o pressuposto teórico do componente mental presente na segunda, apontado, na primeira, apenas como uma especulação a ser formalizada. Desse modo, para o semanticista conceitual decomposicionista, o verbo “matar” teria como representação abstrata na mente [CAUSE BECOME DEAD], ao passo que para o filósofo defensor da analiticidade se limitaria a dizer que a relação entre “matar” e “causar a morte” é analítica. De certa maneira, as duas visões se aproximam de tal modo que até mesmo alguns exemplos comumente tratados em ambas as tradições (filosófica e semântico-conceitual) são os mesmos. O atomista Fodor chega a criticá-las de modo parecido, não apenas porque transita entre discussões promovidas na filosofia e na linguística, mas também porque, de certo modo, o decomposicionismo herda análises dos filósofos a favor defensores da analiticidade (é fácil perceber como [CAUSE BECOME DEAD] se assemelha a “causar a morte”).

Com pressupostos teóricos influenciados pela tradição filosófica, e com um corpo considerável de trabalhos, uma quantidade de termos emergiu nas discussões teóricas dentro do decomposicionismo e do atomismo, o que pode causar certa confusão ao analisarmos o debate entre as duas perspectivas. Para evitar isso, trataremos de uma parte referencial da nomenclatura comumente utilizada por elas para que possamos esclarecer alguns conceitos norteadores na formulação de seus pressupostos teóricos.

³ A ideia de “dogma”, na verdade, pode implicar algo “negativo”, que é esconder alguns problemas da teoria. Porém, nossa proposta é apontar o “dogma” como uma característica, evitando juízo de valor.

1.2 CONCEITOS E NOMENCLATURAS

Como ponto de partida para a discussão sobre o debate entre atomistas e decomposicionistas, convém buscar clarificar algumas questões conceituais básicas em ambas as perspectivas teóricas. Por se tratar de um debate, espera-se um fundo comum de diálogo em que noções teóricas e percepções a respeito do objeto estudado sejam, apesar de diferentes, suscetíveis de comparação (por meio de aproximação e/ou diferenciação), isto é, sejam referências disponíveis em um mesmo lugar de embate epistemológico, que é um lugar de trocas conversacionais (DASCAL, 1998a; 1998b). Em razão disso, ao buscarmos desenhar um quadro desse debate, tentaremos demonstrar o que as duas posições entendem ao utilizar terminologias ou conceitos diferentes, mesmo compartilhando o objetivo de explicar em que consiste o significado tal como é representado na mente.

Se terminologias diferentes podem, entre outras coisas, pressupor conceitos diferentes, esse quadro poderá nos auxiliar a perceber como, ou se, os interlocutores desse debate conseguem se entender. Como são perspectivas concorrentes, de partida podemos considerar que possuem algo em comum: o objetivo de ocupar um mesmo lugar epistemológico. A disputa por esse lugar, que consiste, entre outras coisas, na postulação do que seria a unidade básica do significado lexical, implica um complexo embate teórico e retórico que não poderia ser contemplado por completo neste espaço. Por outro lado, apesar de termos que recorrer a um recorte, podemos justificá-lo por avaliarmos que ele compreende o levantamento de algumas questões-chave a respeito de terminologias recorrentes e conceitos básicos, que são a relação com a discussão em torno da analiticidade, a construção de argumentos para sustentar uma posição em uma controvérsia (DASCAL, 1998^a) e as acusações de mal-entendido que os debatedores fazem entre si.

Na sequência, trataremos de alguns dos conceitos levantados no debate, apresentando, na maior parte do que se segue, a posição da perspectiva atomista seguida da posição da perspectiva decomposicionista. Nessa ordem, partiremos de uma perspectiva que, para nosso recorte, ajuda-nos a estabelecer um pano de fundo para o debate em questão, pois as bases para o decomposicionismo já tinham sido postuladas tanto na filosofia analítica quanto na semântica gerativa quando Fodor

(1970; 1975), desenvolvendo sua teoria atomista, criticou-as⁴. Ou seja, o debate, no que interessa a nosso recorte, passa a ganhar um corpo considerável no desenvolvimento do atomismo, cuja defesa é feita, em grande parte, com as críticas ao decomposicionismo.

Como nosso objetivo não é fazer historiografia dessas perspectivas, mesmo que a importância de suas histórias não seja ignorada em nossa discussão, consideraremos apenas as questões que possuem alguma pertinência para a base de teorias cuja influência ainda está em curso em diversos trabalhos (PIETROSKY, 2003; PINKER, 2008; BEAVERS, 2008, RAPPAPORT HOVAV, 2010; CANÇADO *et. al*, 2013, SOTELO, 2015, entre outros). Em outras palavras, mesmo que argumentos e contra-argumentos postos no início do debate sejam por vezes retomados neste trabalho, estes se mantiveram em propostas posteriores, e isso indica que, mesmo já tendo um corpo considerável formado desde as décadas de 1960 e 1970, a problematização desse debate ainda tem relevância. Para tanto, começaremos por tentar esclarecer, de modo introdutório, os termos e os conceitos que podem causar confusão nesse tratamento.

1.2.1 Sobre “definições” e “decomposição em primitivos”

Referindo-se a um tipo de proposta de descrição do significado lexical que relaciona, por exemplo, “*kill*” e “*cause to die*”⁵, Fodor (1975; 1980) utiliza a expressão “definição”, o que pode parecer remeter (apesar de não ser a mesma coisa) a uma espécie de trabalho “dicionarístico”: a inferência entre um item de vocabulário⁶

⁴ Na verdade, parte da teoria da semântica gerativa foi desenvolvida com base em críticas à teoria de Katz e Fodor (1963), ou seja, o debate entre a teoria de Fodor e a semântica gerativa começaria a ficar explícito na arguição de semanticistas gerativos, sendo este um debate prévio ao analisado por nós. Mesmo tendo como foco, neste trabalho, não o debate entre a semântica gerativa e seus opositores, mas, sim, entre as perspectivas atomista e decomposicionista, que começa a tomar corpo quando Fodor critica as “definições” decomposicionistas que surgem no contexto da semântica conceitual, deixemos assinalado que um debate herda discussões de outro. Tal herança demandaria um trabalho à parte.

⁵ Neste momento, por estarmos apresentando parte da perspectiva atomista de Fodor, não iremos nos preocupar com representação gráfica em caixa alta utilizada por decomposicionistas, assim como Fodor não se preocupa (o que já diz muito a respeito do que esse autor pensa sobre essas decomposições).

⁶ O autor utiliza a expressão “item de vocabulário” de maneira um tanto genérica, ou seja, não relacionada a uma teoria específica. Seria uma espécie de “morfema”, uma unidade mínima com significado (seja lá o que se entende por “significado” ou “representação semântica”). Não há preocupação sua em definir esse conceito, tanto é que utiliza, inclusive, o termo “palavra”.

(como “*kill*”) e uma outra expressão com outros itens de vocabulário (como “*cause to die*”) seria uma “definição”, em que o primeiro elemento seria um *definiendum* e o segundo, um *definiens*. Desse modo, “*kill*” e “*cause to die*” configurariam um caso de sinonímia.

Obviamente, os propositores das perspectivas decomposicionistas criticadas por Fodor (1970; 1975; 1980; 1998; 2003) não têm em suas formulações teóricas uma descrição semântica baseada em uma definição como a feita em um dicionário, com uma problemática noção de “sinonímia” relacionada a conhecimentos de mundo gerais. Por exemplo, quando Lakoff (1963 [1976]), ainda no quadro teórico da “semântica gerativa”, menciona relações de significado como a existente entre “*enrage*” e “*make to become very angry*”, ele entende que um item na superfície (correspondente aproximadamente ao “*definiendum*”, nos termos de Fodor) seria representado por uma estrutura semântica abstrata (uma noção diferente da, e concorrente com a, de “*definiens*”). O autor chega a dizer que a entrada em um dicionário⁷ para o item “*enrage*” deveria conter os termos “*make*” “*become*” e “*very angry*”, mas porque esses termos *fariam parte* de uma definição, e não porque *seriam* a definição: “then the dictionary entry for *enrage* must contain the meanings of *make*, *become*, *very*, and *angry*.” (LAKOFF, 1963 [1976], p. 49, grifo nosso)^{8,9}.

Essa representação semântica abstrata aproxima-se do que Jackendoff (1983; 1987a; 1987b; 1990) chama de “estrutura conceitual”. Uma determinada estrutura conceitual é uma representação composta por primitivos conceituais/semânticos que configuram um conjunto finito. Então, “*become*”¹⁰, do exemplo anterior, corresponderia a um primitivo semântico subjacente ao item lexical “*enrage*”. Assim, os dois itens pertenceriam a níveis diferentes dentro de uma hierarquia de abstração, e seria possível estabelecer um a partir do outro por meio de *inferências*.

⁷ Vale notar que Lakoff usa o termo “dicionário” não como um material concreto de consulta lexicográfica, mas, de um modo mais genérico, como uma relação de itens seguidos por descrições semânticas.

⁸ A teoria de Jackendoff, que tem certa centralidade na perspectiva decomposicionista, ainda será tratada com mais atenção neste trabalho.

⁹ “então a entrada de dicionário para ‘*enrage*’ deve conter os significados de ‘*make*’, ‘*become*’, ‘*very*’ e ‘*angry*’”

¹⁰ No momento, ainda estamos tratando da noção de “primitivo” de maneira superficial. Por isso, estamos usando apenas aspas em vez da representação gráfica usada nas teorias.

Essas inferências são vistas de modos diferentes pelas duas perspectivas. Para Fodor (1975, p. 149), elas não passariam de inferências não lógicas. Em outros termos, as inferências decorrentes de definições de itens lexicais não se diferenciariam de qualquer outra inferência. Por outro lado, Jackendoff (1995, p. 48-49) rejeita essa noção, afirmando que ela ignora importantes generalizações levantadas pelas decomposições promovidas por sua teoria, ou seja, as inferências que sustentam a posição decomposicionista seguem esquemas gerais formados por estruturas conceituais recorrentes, diferentemente de outros tipos de inferências com base em conhecimentos gerais. Essas generalizações, analisadas no quarto capítulo, dizem respeito a padrões sintáticos de posição argumental e a intuições que relacionam itens lexicais diferentes ao mesmo primitivo conceitual.

É importante notar que o termo “decomposição” é usado quando se quer chegar aos elementos que compõem o significado lexical, ou seja, é uma espécie de instrumento de análise que permite descrever, na teoria decomposicionista, os constituintes abstratos do léxico. Porém, na formação desse significado, o que ocorreria é uma “composição”, ou seja, tais elementos abstratos (a serem discutidos nas próximas seções), na formação do significado lexical, fariam parte de uma composição a ser lexicalizada em um único item superficial. Portanto, “decomposição” e “composição” são noções usadas em contextos deferentes (uma de instrumento de análise e outra de explicação para a formação de conceitos), por mais que apareçam em um mesmo quadro teórico.

Como neste capítulo ainda não entraremos em detalhes da sustentação desses posicionamentos, chegamos a uma primeira diferenciação terminológica: “definição”, que compreenderia um *definiendum* e um *definiens* e corresponderia a certa simetria de significado (o *definiendum* e o *definiens* seriam, de certo modo, sinônimos); opondo-se à “decomposição” em primitivos semânticos, que compreenderia um item lexical e sua representação semântica/conceitual e corresponderia a uma assimetria em razão de uma diferença de abstração. Portanto, os debatedores utilizam termos diferentes (“definição”/“decomposição”) para se referirem ao que parece ser a “mesma coisa” (mas entendida de modos diferentes), que é uma relação baseada em inferências. Retomaremos, com mais atenção, como os dois lados tratam das inferências no capítulo quarto e no quinto.

1.2.2 Sobre “conceitos”

Para tratarmos das posições concorrentes em questão, é fundamental analisarmos o que ambas entendem por “conceito”. Nem sempre fica claro o que entendem ao utilizarem esse termo, e por isso tentar recuperar esse entendimento requer certo cuidado, mesmo nesta exposição inicial. Como ponto de partida, poderíamos pensar em como o termo “conceito” é usado no senso comum, referindo-se à ideia que temos de alguma coisa. O problema dessa compreensão provisória é que ela poderia implicar que cada pessoa tem um conceito diferente ou que um grupo de pessoa pode compartilhar um conceito que outro grupo não tem. Para que “conceito” seja usado de modo mais técnico, uma definição mais sistemática, como a que aponta para algo compartilhado, é necessária. Assim, cada posição teórica que trata de conceitos busca sistematizá-los, o que vai depender de como ela é construída.

Na sequência, veremos como o atomismo (representado por Fodor) e como o decomposicionismo (representado por Jackendoff, que serve de base para diversos autores decomposicionistas) buscam sistematizar os “conceitos” dentro das suas respectivas perspectivas. É importante notar que a ideia tradicional de “conceito” atribuída a Frege ([1891] 2009; [1892] 2009), correspondente a algo como uma função que, saturada por um argumento, possui um valor de verdade, não é levada adiante por nenhuma das duas perspectivas (já que não tem relação com cognição). Por outro lado, as noções Fregeanas de referência, sentido e representação, mesmo que indiretamente, aparecem na discussão de ambas (mais como superação do que como adesão).

1.2.2.1 “Conceitos” na perspectiva atomista

Em “Concepts: where the cognitive science went wrong”, Fodor (1998, p. 6) expõe sua ideia, já presente (mesmo que, por vezes, de modo implícito) em trabalhos anteriores (FODOR, 1970; 1975; 1980), de que um “conceito” é um constituinte de um estado mental, o que implica uma teoria sobre conceitos dever fazer parte de uma teoria sobre estados mentais.

Como nosso intuito no momento é apenas explicar algumas diferenças básicas de uso terminológico e de seu entendimento entre as posições atomistas e decomposicionistas, visando a uma compreensão introdutória, basta sabermos que

“estados mentais” estabelecem relações entre conceitos que ocorrem em um nível subjacente ao processamento do “pensamento” e da linguagem. Esse nível seria o das “representações mentais”, em que os conceitos seriam “particulares mentais” disponíveis para o processamento do pensamento, nível intermediário de abstração, e para o processamento da linguagem, nível menos abstrato em relação ao pensamento. Essa ideia será desenvolvida no terceiro capítulo.

Conceitos, então, estão presentes no nível mais abstrato estipulado pela teoria de Fodor, a que ele chama de “Teoria Representacional da Mente” (Representational Theory of Mind, ou RTM)¹¹. Esse nível, o das representações mentais, contém estados mentais como “crenças”, “desejos” e “ações” (esses três tipos seriam estados mentais paradigmáticos). Como exemplo, Fodor (1998, p. 6-7) cita a crença de que “gatos são animais”. Desse estado mental, o conceito ANIMAL¹² é uma parte, ou seja, há uma relação de parte-todo entre estados mentais e conceitos.

Ainda assim, na proposta atomista de Fodor, o que é um “conceito” (qual é sua definição) não fica totalmente claro, e isso é justificável, como será visto na próxima subseção (1.2.3.1). Por outro lado, o autor estabelece condições gerais para que algo seja um conceito, e isso nos ajudará a ter uma ideia desse “particular mental” (“particular” no sentido de “específico”, pois se trata de um elemento especificamente mental). São cinco as condições (FODOR, 1998, p. 23-34): 1) conceitos são particulares mentais que satisfazem quaisquer condições ontológicas que sejam requeridas por causas ou eventos mentais; 2) conceitos são categorias; 3) conceitos são constituintes de pensamentos e de outros conceitos; 4) muitos conceitos devem vir a ser aprendidos¹³; 5) conceitos são públicos, isto é, compartilháveis.

A primeira condição, já tratada indiretamente, implica que conceitos sejam elementos com que processos mentais operam, conforme a arquitetura da RTM. De acordo com a segunda condição, conceitos são aplicados a coisas no mundo (categorizam essas coisas). Então, por exemplo, um gato específico se enquadra no

¹¹ A RTM e os pressupostos de Fodor, além dos níveis da representação mental e do pensamento, serão tratados também no terceiro capítulo.

¹² A partir daqui, usaremos a representação em caixa alta para nos referirmos a conceitos, tal como faz Fodor.

¹³ Não iremos nos preocupar com a distinção entre “aprender” e “adquirir”, pois ela não é relevante para esta discussão. O próprio Fodor utiliza os dois termos indistintamente.

conceito (na categoria) CAT, o que é suscetível a uma “avaliação semântica” do tipo verdadeiro/falso ou correto/incorreto, sendo esse gato específico, portanto, uma extensão¹⁴ de CAT (“GATO”). A terceira condição trata da composicionalidade, ou seja, mesmo que a quantidade de conceitos simples (não formados a partir de outros conceitos) seja finita, há infinitas possibilidades de pensamentos e conceitos complexos formados por esses conceitos¹⁵. Já a quarta condição prevê que haja conceitos inatos e conceitos “aprendidos”, o que diferencia os conceitos simples dos complexos. Para elucidar essa condição, Fodor apresenta como exemplo o conceito BROWN COW, que não é inato, ao contrário dos conceitos BROWN e COW, mais simples e que o constituem.

Por fim, a quinta condição se opõe a uma ideia Fregeana. Fodor (1998, p. 17-22) observa que Frege, a quem devemos uma distinção básica entre parâmetros geralmente utilizados para considerarmos o significado (a saber, a referência, o sentido e a representação)¹⁶, ao apresentar uma perspectiva externalista (centrada na referência às coisas no mundo e nos modos como essa referência é apresentada), estaria negando a possibilidade de “conceitos” serem mentais. Frege teria proposto isso por não acreditar que algo mental fosse compartilhado, e é nesse ponto que ele estaria incorreto, segundo o autor. Para Fodor, dizer que um conceito é compartilhado por duas pessoas equivale a dizer que elas têm literalmente o mesmo conceito na mente. Para tentarmos esclarecer essa questão, pensemos no que autor diz a respeito de um exemplo:

I'm assuming (...) that the mental particular that's in your head on occasions when you think dog is a *token* of the concept *type* DOG, just as the word that's on your lips when you say "dog" is a *token* of the word *type* "dog". In both cases, the *tokens* are concrete particulars and the *types* are abstract. Likewise, the mental particular that's in your head when you think that (judge

¹⁴ Fodor usa o termo “extensão” não como mera indicação referencial que desconsidera a mente, tal como o conceito Fregeano de “referência”. Aqui esse termo está relacionado, obviamente, a um processo mental de aplicação de um conceito ao que é identificado/percebido no mundo, e não ao que, de fato, há no mundo.

¹⁵ O que tornaria o pensamento pareado com a linguagem no sentido concebido pelo programa gerativo, mas isso é assunto do próximo capítulo.

¹⁶ Para Fodor, mesmo discordando de Frege, esses parâmetros estão de alguma forma relacionados com o conceito, ou seja, a teoria de Frege é uma teoria sobre conceitos, que são distinguidos pela referência e pelo sentido (a representação, por ser algo subjetivo, não seria um parâmetro).

that) dogs bark is a *token* of the mental representation *type* DOGS BARK. (FODOR, 2003, p. 13, nota 7).¹⁷

Esse exemplo nos ajudará a encerrar um entendimento mínimo introdutório sobre o que é um “conceito” para Fodor. O autor utiliza a distinção ontológica entre *type* e *token* (geralmente associada ao que é abstrato e ao que é concreto, respectivamente), associando um conceito a um *type*, ou seja, o conceito, sendo abstrato, é um tipo de categoria, enquanto um *token* é a instancição de um conceito em um pensamento específico. Fica claro que o que seria compartilhado entre os falantes, segundo Fodor, e que está na mente deles, deve ser um *type*. Assim, chegamos a uma noção do que seria um conceito simples (aquele que não é composto por outros conceitos) na proposta atomista de Fodor: um elemento mental abstrato associado a *type*, constituinte mínimo de representações mentais, inato, relacionado a categorias e compartilhável. Os usos diferenciados dos termos “*type*” e “*token*” nas perspectivas em debate serão mais bem entendidos no terceiro e no quarto capítulos.

1.2.2.2 “Conceitos” na perspectiva decomposicionista

Assumindo a dificuldade de explicar o que entende por “conceito”, Jackendoff (1995) usa como ponto de partida a diferenciação proposta por Chomsky (1995, p. 22) entre *E-language* (linguagem externalizada, vista como um “artefato externo”) e *I-language* (linguagem internalizada, vista como um conjunto de informações internamente codificadas). Paralelamente a isso, Jackendoff cunha os termos “E-conceito” e “I-conceito”, sendo o segundo seu foco de investigação. Desse modo, o autor apresenta sua proposta como uma “extensão dos objetivos de Chomsky” (JACKENDOFF, 1995, p. 22). É importante não confundir o E-conceito e o I-conceito com o conceito *type* e o conceito *token* conforme mencionados por Fodor. O E-conceito está relativamente relacionado com o que Frege considerava relevante como objeto de estudo, ao passo que o I-conceito (mesmo sendo um termo usado

¹⁷ Eu estou assumindo (...) que o particular mental que está em sua cabeça em ocasiões quando você pensa em cachorro é um *token* do conceito *type* DOG, assim como a palavra que está em seus lábios quando você diz “cachorro” é um *token* da palavra *type* “cachorro”. Em ambos os casos, os *tokens* são particulares concretos e os *types* são abstratos. Da mesma maneira, o particular mental que está em sua cabeça quando você pensa que (julga que) cachorros latem é um *token* da representação mental *type* DOGS BARK. (Tradução nossa)

por Jackendoff) corresponderia ao que interessa ser estudado por ambas as propostas consideradas neste trabalho (atomista e decomposicionista).

Na teoria de Jackendoff sobre I-conceitos, chamada por ele de “semântica conceitual” (que trataremos no quarto capítulo), há pelo menos dois tipos de conceitos, os lexicais e os sentenciais. Os conceitos lexicais não podem consistir em uma lista de exemplos por serem infinitos, mas se enquadram em esquemas finitos (parecidos com os conceitos *type* de Fodor, também finitos) que podem ser criativamente comparados com novos *inputs* (o que remete à segunda condição de Fodor, segundo a qual conceitos são aplicados a coisas no mundo, e a apreensão das coisas no mundo é suscetível à avaliação semântica). Os conceitos sentenciais também não podem ser listados porque também são infinitos (já que as sentenças são infinitas, e cada sentença tem um conceito correspondente)¹⁸.

O que podemos notar é que, até este ponto, a visão de Jackendoff sobre “conceitos” não é essencialmente e totalmente diferente da de Fodor. Além disso, a caracterização genérica de “conceito” feita por Jackendoff (1995, p. 26) estaria de acordo com a perspectiva de Fodor: uma representação mental que pode servir como o significado de uma expressão linguística. Então, adentremo-nos na diferença: para Jackendoff, um conceito lexical deve ser aprendido. Assim, um conceito lexical não é algo inato e tem uma estrutura interna que se *assemelha* à estrutura de um conceito sentencial. Ora, se uma sentença não é inata, os conceitos sentenciais também não são, assim como os conceitos lexicais. Sobre os lexicais, o que é inato são as bases para sua formação, isto é, uma “gramática universal de conceitos” (JACKENDOFF, 1995, p. 48). Assim, para Jackendoff, há um número potencial infinito de conceitos lexicais (JACKENDOFF, 1995, p. 51). O caráter do que é inato será retomado na próxima subseção, assim como mais algumas características dos “conceitos” para as duas perspectivas em debate.

¹⁸ Há uma semelhança entre os conceitos complexos de Fodor e os conceitos sentenciais de Jackendoff: ambos os tipos de conceitos não são inatos e dependem da combinação de outros conceitos. Mas não são a mesma coisa, já que para Fodor os conceitos complexos (que são aprendidos) não correspondem a sentenças, pois uma sentença pode conter vários conceitos complexos. O que estamos chamando provisoriamente de “conceito complexo”, para Fodor, pode coincidir com a ideia de “palavra” formada por dois ou mais morfemas ou de sintagma “não referencialmente instanciado” formado por duas ou mais palavras.

1.2.3 Sobre “primitivos”

De modo geral, “primitivos” de uma teoria são os “menores” elementos, os mais básicos, com que essa teoria opera. É nesse aspecto que as perspectivas em debate divergem radicalmente, o que, em parte, pode ser deduzido do que já foi exposto até o momento. Como ambas as perspectivas teóricas buscam ser compatíveis com o programa gerativo (o que não significa que busquem um alinhamento total com a proposta chomskyana, mas que sugerem elementos e regras finitos e inatas para formarem elementos infinitos), o que estabelecem como primitivos as orientará a chegar ao que é inato. Começemos pelo atomismo de Fodor.

1.2.3.1 “Primitivos” para o atomismo

Lembremos que, para Fodor, conceitos são constituintes de estados mentais. Por estados mentais serem “portadores primitivos de conteúdo intencional” (FODOR, 1998, p. 7), conceitos são elementos primitivos de conteúdo, ou seja, não são divisíveis em outros elementos de conteúdo. Isso equivale a dizer que conceitos (simples) não têm estrutura interna. Assim, sendo as unidades mais básicas, *conceitos não podem ser descritos/definidos*. São, portanto, *átomos* de significado.

Uma questão que diz respeito à base inata de conceitos é previsível: se eles são primitivos (estamos nos referindo a conceitos simples), estão presentes na mente antes da formação de conceitos complexos e de pensamentos, e se já estão na mente previamente, disponíveis para operações de pensamentos, então provavelmente são inatos; mas como tanta coisa pode ser inata? O atomismo de Fodor prevê que tanto o conceito WATER (“ÁGUA”) quanto o conceito CARBURETTOR (“CARBURADOR”) sejam primitivos e, por isso, inatos, o que parece estranho, pois pelo menos CABURETTOR parece precisar ser aprendido. Como estamos focados, no momento, em desvendar o que os teóricos das perspectivas em análise querem minamamente dizer, a justificativa e a construção de suas teorias serão tratadas posteriormente (no caso das bases para o atomismo, no terceiro capítulo). O que fica posto, no momento, é que a posição atomista de Fodor implica um nativismo conceitual “radical” à primeira vista.

Por outro lado, por maior que seja a base de primitivos na perspectiva atomista, ela não é infinita. Nem poderia ser, já que tem como objetivo se alinhar ao programa gerativista, segundo o qual uma base inata finita gera estruturas infinitas. Então, os conceitos simples, por maior que seja sua quantidade, são finitos; o que é infinito é o número de possibilidades de experiências com elementos no mundo relacionados aos conceitos. Por exemplo, o conceito CARBURETTOR faz parte de uma base finita (apesar de extensa) de conceitos, mas as experiências com carburadores, que gerariam avaliações semânticas para verificar se tais experiências são categorizadas como o conceito CARBURETTOR, são virtualmente infinitas.

De modo geral, para cada morfema¹⁹ há um conceito simples, um primitivo. Isso coloca novamente em dúvida a base inata conceitual, pois morfemas novos sempre podem surgir, o que indicaria uma lista infinita de morfemas e, por conseguinte, de primitivos. Porém, essa dúvida só surge se não entendermos o seguinte: primeiro, uma língua, em um recorte sincrônico, não poderia ter infinitos morfemas; segundo, para cada morfema que “surge” em uma língua há um conceito primitivo acionado, ou seja, um mesmo conceito pode ser expresso em línguas diferentes, cada uma com um elenco de morfemas diferente, e o conceito seria, ainda sim, considerado inato, e determinadas experiências, em vez de o “criarem”, apenas o “acionariam” como um gatilho (“*trigger*”, nos termos de Fodor 1980; 1998). Resumindo: um conceito simples é um primitivo inato expresso por um morfema, sendo este, obviamente, não inato.

1.2.3.2 “Primitivos” para o decomposicionismo

Enquanto para Fodor os conceitos simples são os primitivos, na perspectiva decomposicionista, os primitivos são elementos mais básicos que os conceitos. Para tratarmos desses primitivos decomposicionistas, podemos partir da seguinte

¹⁹ Fodor diz não diferenciar o termo “morfema” do termo “item lexical” (cf. FODOR, 1980, p. 266).

consideração de Jackendoff (1995, p. 25), cujo trabalho é central para a perspectiva decomposicionista da semântica conceitual²⁰ tal como recortamos em nossa análise:

As in syntax, we adopt the hypothesis that lexical concepts are constructed from an innate basis of possible concepts, modulated by the contribution of linguistic and nonlinguistic experience. (...) If there is an indefinitely large stock of possible lexical concepts, and the innate basis for acquiring them must be encoded in a finite brain, we are forced to conclude that the innate basis must consist of a set of generative principles – a group of primitives and principles of combination that collectively determine the set of lexical concepts.²¹

Isso implica que não há uma paridade entre primitivos e conceitos lexicais, pois os primitivos são constituintes desses conceitos. Em razão disso, a noção de “conceito” para o decomposicionismo (que estamos considerando em nosso recorte) é muito mais complexa do que a do atomismo. Então, por possuírem uma estrutura interna, conceitos podem ser decompostos em princípios de combinação e em primitivos, ambos de natureza inata. Assim, a base inata conceitual não seria tão extensa como a de Fodor.

Como estamos buscando no momento desvelar algumas noções e terminologias básicas, é importante mencionar que vários termos são usados em perspectivas decomposicionistas com equivalência a esses “primitivos”. Wilks (2007) cita vários presentes na literatura, como “marcador semântico”, “componente semântico”, “categoria semântica”, “caso”, “verbo subjacente”, “predicado subjacente”. Assim como Wilks, não iremos diferenciar esses termos, já que cada um tem sua definição circunscrita a uma teoria ou a um autor decomposicionista específicos (não necessariamente correspondentes a nosso recorte de perspectivas), e considerar o caminho epistemológico de todos nos faria fugir de nosso propósito. De todo o modo, como as expressões “primitivo semântico”, “primitivo conceitual” e “predicado primitivo” (ou, em vez de qualquer uma das três,

²⁰ Lembremos que nosso recorte de teorias decomposicionistas, em que Jackendoff tem influência central, compreende exemplos de perspectivas envolvidos no debate com o atomismo sobre em que consiste o pensamento e o significado. Entretanto, a oposição que o atomismo de Fodor faz pode ser estendida a outras perspectivas decomposicionistas, como a da semântica formal de Dowty (1979).

²¹ “Assim como na sintaxe, nós adotamos a hipótese de que conceitos lexicais são construídos a partir de uma base inata de conceitos possíveis, modulados pela contribuição de experiência linguística e não linguística. (...) Se há um estoque indefinidamente grande de conceitos possíveis, e a base inata para adquiri-los deve ser codificada em um cérebro finito, somos forçados a concluir que a base inata deve consistir em um conjunto de princípios gerativos – um grupo de primitivos e princípios de combinação que coletivamente determinam o conjunto de conceitos lexicais.” (Tradução nossa).

apenas “primitivo”) são relativamente mais comuns, ainda mais se consideradas em nosso recorte, faremos menção mais a elas. Vale observar que o termo “primitivo” com um uso genérico que remete aos elementos mais básicos manipulados por uma teoria passa a ser usado de modo mais específico a ponto de virar uma espécie de termo técnico nas teorias decomposicionistas conceituais em questão. Assim, é mais comum o termo “primitivo” ser usado no âmbito de teorias decomposicionistas do que de teorias atomistas.

Nesse viés, Jackendoff (1983, p. 121) afirma que primitivos constituem uma *condição necessária* (não a única) para a especificação do significado das palavras. Como exemplo, cita a palavra “vermelho”, que deve conter em seu significado o primitivo COLOR²² (não dá para dizer que “algo é vermelho, mas não tem cor” (p. 121) sem cair em contradição). Do mesmo modo, um predicado verbal como “matar” tem seu significado constituído por CAUSE e DIE (ou BECOME DEAD, a depender da proposta de análise) porque é uma condição necessária para haver um evento de “matar” que alguém seja o agente da “causa” (CAUSE) e que alguém seja o argumento de “morrer” (DIE). Nessa proposta, portanto, para determinar o significado de um item lexical, os primitivos são condições necessárias, mas fica em aberto quais são as condições suficientes, ou seja, além dos primitivos propostos, quais outros determinariam um conceito.

Além de ser uma condição necessária, os primitivos têm alguma dimensão ontológica (isso conforme Jackendoff, apesar de podermos dizer que essa dimensão é, na verdade, epistemológica, já que não tem relação direta com o que está concretamente no mundo). Enquanto Fodor estabelece uma relação direta entre conceitos simples e o mundo, Jackendoff busca relacionar o mundo com seus primitivos. Para explicar essa relação, Jackendoff (1983, p. 42) utiliza como exemplo a categoria ontológica #coisa#²³, para a qual uma representação mental correspondente é projetada. Para pensarmos melhor nessa categoria, entendamos que a representação mental, ou *constituente conceitual* (outro nome para “primitivo”), é [THING], e conter esse constituinte conceitual é uma condição necessária para

²²Nas teorias decomposicionistas, são os primitivos que costumam estar graficamente representados em caixa alta, não os conceitos lexicais. Além dos primitivos, em caixa alta é designada toda “a informação mental, ou estrutura conceitual, que dá origem ao mundo projetado” (mundo representado na mente, diferente do mundo real) (JACKENDOFF, 1983, p. 31).

²³ Jackendoff considera que não é possível se referir às coisas no mundo real como faz, segundo ele, uma semântica referencialista. Apenas é possível apreender um *mundo projetado* na mente. Essas entidades no mundo projetado são graficamente representadas por ele com ##.

especificar o significado, por exemplo, de “tigre”. Além de [THING], o autor sugere outros constituintes conceituais de categorização ontológica: [PLACE], [DIRECTION], [ACTION], [EVENT], [MANNER] e [AMOUNT] (voltaremos a isso no quarto capítulo).

É importante notar que essas classes ontológicas (que podem não ser as únicas, segundo o autor) não são usadas para especificar o significado apenas de itens lexicais, mas também de qualquer expressão referencial: sintagmas nominais (SNs), sentenças (Ss), sintagmas verbais (SVs) e sintagmas preposicionais (SPs) (JACKENDOFF, 1983, p. 41). Ou seja, a estrutura conceitual de primitivos é usada para especificar o significado de itens lexicais de maneira semelhante ao significado de outras sequências sintáticas. Para exemplificar esse ponto, pensemos na expressão “*on the table*” (JACKENDOFF, 1983, p. 50). Toda essa expressão tem seu significado representado pelo primitivo de categoria ontológica [PLACE], já que denota um lugar, mas há uma subparte dessa expressão, o item “*table*”, que é representada pelo primitivo [THING].

Podemos aproveitar esse mesmo exemplo para comentar sobre outros dois constituintes conceituais: [TYPE] e [TOKEN]. Quando uma coisa está sendo categorizada, ela é referida como um conceito [TOKEN], enquanto a categoria dessa coisa é referida como um conceito [TYPE]. Desse modo, pensando na expressão “*the table*”, “*table*” seria um [THING TYPE], e “*the table*” seria um [THING TOKEN], ao passo que “*on the table*” seria um [PLACE TOKEN]. Como [TOKENS] existem em diversas categorias ontológicas, é possível se referir a [EVENT TOKENS], [PLACE TOKENS], [THING TOKENS], entre outros²⁴; e como #entidades# de diferentes categorias ontológicas podem ser categorizadas, é possível se referir a [THING TYPES], [PLACE TYPES], [EVENT TYPES], entre outros.

Se conceitos [TYPES] e conceitos [TOKENS], assim como os conceitos em geral, não são inatos (os constituintes deles presentes na estrutura conceitual é que são), fica clara mais uma divergência dessa perspectiva decomposicionista de Jackendoff para a atomista de Fodor. Ao comentar essa divergência, Jackendoff (1983, p. 83) critica a tese de que todos os conceitos [TYPES] são inatos, já que

²⁴ Aqui, a expressão “entre outros” vai de encontro ao fato de Jackendoff deixar em aberto a quantidade de constituintes conceituais. No caso de sua apresentação dos constituintes [TYPE] e [TOKEN], não é à toa que ele usa a expressão “*so forth*” (“entre outros”).

novos poderiam ser gerados²⁵. A questão, nesse ponto, é a diferença de tratamentos para a categorização de entidades no mundo: enquanto para Fodor *type* e *token* são mecanismos de categorização em que o primeiro corresponde a um conceito e o segundo, à instanciação desse conceito, para Jackendoff a categorização tem uma representação na estrutura conceitual, o que dá o *status* de primitivos conceituais a [TYPE] e [TOKEN].

Os conceitos e as terminologias elencados até o momento, obviamente, não são os únicos que requerem esclarecimentos para entendermos se, em suas argumentações e contra-argumentações, decomposicionistas e atomistas se entendem. Mesmo que apenas estejamos tratando de um recorte desse debate, em que autores citam diretamente seus opositoristas teóricos, outros elementos poderiam ser abordados neste início de discussão. Por exemplo, o uso intercambiável das expressões “implicar”, “acarretar” e “inferir logicamente”, em ambas as perspectivas, sem preocupação em precisar suas diferenciações; mas a diferença do modo como ambas as perspectivas entendem por “inferências” requer um esclarecimento: para o atomismo, não são um instrumento preciso e confiável para explicar o que é um conceito; para o decomposicionismo, possuem certa regularidade, o que evidenciaria a existência de estruturas conceituais lexicais. De todo o modo, considerando que esse pareamento terminológico é algo difícil de encontrar, essa seleção de elementos tem limitações previsíveis. Por outro lado, consideramo-la um ponto de partida adequado para o desenvolvimento deste trabalho, já que ela foi pensada para nos localizarmos na discussão subsequente.

Chegamos, então, ao seguinte quadro básico:

QUADRO 1 – DIFERENÇAS TERMINOLÓGICAS E CONCEITUAIS²⁶

	Para o atomismo	Para o decomposicionismo
Decomposições lexicais	São definições que consistem em inferências não distinguíveis de qualquer outro tipo. Em uma definição, há certa <i>simetria</i>	São decomposições do conceito lexical em constituintes abstratos. Entre o item decomposto e o conteúdo que o compõe, há uma

²⁵ É importante não confundir o que é com o que não é inato na perspectiva de Jackendoff. Um conceito [TYPE] como “cachorro”, conforme pode ser inferido do que já foi exposto, não é inato, mas o constituinte conceitual [TYPE] é, ou seja, [TYPE] é inato e faz parte da representação de conceitos de “categoria” (conceitos [TYPE]), que, como todo conceito, não são inatos.

²⁶ Lembrando que, em nosso recorte, estamos considerando apenas o decomposicionismo baseado em estruturas abstratas do léxico, como proposto por Jackendoff.

	Para o atomismo	Para o decomposicionismo
	entre o que é definido (<i>definiendum</i>) e o que define (<i>definiens</i>).	<i>assimetria</i> no nível de abstração.
Conceitos	São constituintes de estados mentais que podem ser simples e complexos. Cada conceito simples corresponde, na mente, a um <i>type</i> , e na linguagem, a um morfema. Tais conceitos simples são inatos.	São representações mentais infinitas do significado geradas por meio de estruturas de constituintes conceituais.
Primitivos	São os conceitos simples.	São os constituintes dos conceitos, tanto lexicais quanto sintagmáticos; chamados “predicados primitivos”, “primitivos semânticos” ou “primitivos conceituais” (sendo esses três termos os mais comuns em nosso recorte).

Esses três desacordos de considerações terminológicas/conceituais compreendem, por sua vez, outros desacordos terminológicos/conceituais. Como visto, as noções de “*type*” e “*token*” como recursos de categorização ontológica são, para uma perspectiva, modos de diferenciação entre a condição latente de um conceito e sua instanciação, enquanto para outra são primitivos de categorização ontológica e de definitude.

Também há um desacordo terminológico mais “básico”, mas não presente no Quadro 1 para não dificultar um entendimento introdutório sobre as perspectivas, que consiste na utilização dos termos “palavra”, “morfema” e “item lexical”. Na discussão desenvolvida por Fodor, no lado atomista, não há preocupação em precisar esses termos, o que não invalida sua argumentação, pois ela não se baseia na delimitação exata deles. O autor, então, ora utiliza “morfema”, ora utiliza “palavra”, querendo se referir, geralmente, a uma unidade linguística mínima que contenha um conceito (o que remeteria mais a ideia de “morfema”). Já no lado decomposicionista, a expressão “item lexical” é mais sistematicamente utilizada, apesar de também aparecerem os termos “palavra” e “morfema”. Essa diferença terminológica, porém, não é exata e não implica desentendimentos no debate. Provavelmente, o uso mais sistemático de uma expressão por decomposicionistas

remeta à ideia de que os itens lexicais tenham uma estrutura interna sistemática, mas como isso não se mostra muito relevante para a exposição dos argumentos das duas perspectivas, não iremos remeter os termos “palavra”, “morfema” ou “item lexical” a apenas uma delas (daremos preferência a “item lexical” neste trabalho).

Assim, percebemos que os elementos desse quadro estão associados (e permitem chegar) a outros tantos conflitos de consideração, tratados conforme o objetivo da discussão se desenvolva. Portanto, os descordos terminológicos entre as duas perspectivas, obviamente, vão além desse quadro, que tem como objetivo apenas introduzir a discussão sobre o debate a respeito de algumas confusões e desentendimento. Esse quadro tem como objetivo apenas esclarecer que, quando tratarmos de uma perspectiva, trabalharemos com uma determinada compreensão de um termo, ao passo que, quando tratarmos de outra, trabalharemos com outra compreensão. Porém, as divergências terminológicas e conceituais estão apenas na superfície do debate, o que justifica sua apresentação nesta introdução. Divergências estruturais serão tratadas no decorrer do trabalho, sobretudo no quinto capítulo.

1.3 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Após esta introdução, podemos entender e justificar a sequência dos capítulos que se seguem.

O segundo capítulo, após este primeiro capítulo introdutório, tem como objetivo apresentar a discussão a respeito da analiticidade de modo a entendermos melhor o conceito. A problematização em relação a ela também é tratada, o que demonstra certo grau de falta de consenso sobre sua plausibilidade, o que configura um debate, conforme já mencionado, representado, em nossa explanação, principalmente por considerações de Carnap (a favor dessa plausibilidade) e de Quine (contra). Além disso, trataremos de assuntos correlatos, como a possibilidade especulada de a analiticidade ser usada para línguas naturais e o holismo semântico, uma proposta que substituiria a perspectiva de distingue sintético e analítico. O tratamento desses tópicos já no segundo capítulo tem como objetivo permitir a compreensão de que eles são desconsiderados (ou mal considerados) no desenvolvimento das perspectivas em debate, principalmente a do

decomposicionismo. A importância de começarmos pelo tratamento da analiticidade é que o debate em torno dela pode ser considerado uma chave para compreendermos o debate que temos por objeto de análise. Além disso, as discussões a respeito do que é analítico, apesar de ainda não estarem fechadas, têm início antes do conflito teórico entre atomismo e decomposicionismo conceituais.

Já no capítulo seguinte, abordaremos a perspectiva atomista de Fodor. Veremos quais são seus pressupostos teóricos e como o autor se coloca em relação a seus opositores. Esse capítulo começará a deixar claro o debate que é objeto central de nossas considerações, sobretudo porque Fodor consegue transitar por perspectivas diversas referentes à filosofia e às ciências cognitivas. A razão de tratarmos a perspectiva atomista antes da decomposicionista é que, na apresentação do atomismo, o debate também passa a ser apresentado. Isso se deve ao fato de Fodor desenvolver sua perspectiva teórica, em grande parte, criticando seus opositores, pois, ao tentar desacreditar o decomposicionismo conceituais, o atomismo passaria a ser a alternativa mais viável.

Será possível notar, com base no quarto capítulo, como a perspectiva decomposicionista se configura diferentemente da atomista. Nesse capítulo, veremos que problematizações em relação à analiticidade costumam ser desconsideradas na perspectiva decomposicionista, e que as críticas de Fodor são, pelo menos parcialmente, respondidas de modo inadequado (em alguns momentos, há indícios de falta de compreensão dessas críticas) pelos decomposicionistas. É em razão disso que esse capítulo sucede o capítulo sobre o atomismo, pois, desse modo, é possível verificarmos como as críticas pelo lado atomista são, em certo sentido, desconsideradas (ou ignoradas) na justificativa do decomposicionismo ou como a problematização em relação à analiticidade é evitada, apesar de a analiticidade ser uma justificativa para a formulação das estruturas conceituais que compõem a base da semântica conceitual.

Por fim, no quinto capítulo, buscaremos discutir o debate propriamente dito, comparando as duas perspectivas e sugerindo algumas caracterizações que explicam a assimetria delas no que diz respeito à produção de trabalhos e à retomada da discussão em torno da analiticidade. O uso de perspectivas da análise epistemológica tradicionais diferentes, como as de Popper (1980) e de Kuhn (2013[1970]), apesar de serem úteis para o esclarecimento de algumas questões pontuais, não dão conta do conflito que surge no debate analisado por nós, pois este

compõe-se de trocas conversacionais complexas relevantes para sua compreensão. Em razão disso, a proposta de Dascal (1998a; 1998b; 2005), dentro de uma perspectiva pragmática, será útil para tratarmos de questões centrais do conflito entre atomismo e decomposicionismo. As hipóteses desenvolvidas nesse capítulo são, além de que há assimetrias relevantes entre as perspectivas que se opõem, de que a questão da analiticidade desempenha um papel estruturante no conflito e de que as perspectivas divergentes participam de um debate construído de tal modo que não haveria um encaminhamento claro para uma solução consensual, o que caracterizaria uma “controvérsia”, conforme Dascal (1998a). Em razão disso, a recuperação da problematização em torno da analiticidade e a análise de argumentos e alegações de mal-entendidos utilizados na controvérsia elucidariam pontos estruturantes do debate.

2 ANALITICIDADE: PERCURSO TEÓRICO E PROBLEMATIZAÇÃO

Como já dito no capítulo introdutório, há um grupo de semanticistas (JACKENDOFF, 1983, 1990; PINKER, 1989; 2008; BEAVERS, 2010, entre outros) que postulam, dentro de uma perspectiva cognitivo-conceitual, alinhada com o programa gerativista (mas sem concordar inteiramente com o modo como esse programa ao postular uma dimensão semântica na geração de sentenças), uma estrutura conceitual segundo a qual o significado de um determinado item lexical é composto por itens abstratos, mais primitivos. Segundo essa linha de raciocínio (que será analisada mais propriamente no quarto capítulo), influenciada por semanticistas gerativistas (LAKOFF, 1976 [1963]; McCAWLEY, 1968), um item como “matar” tem seu significado composto pelos itens “CAUSE TO DIE” ou “CAUSE TO BECOME DEAD”, que são primitivos semânticos abstratos. O que nos interessa investigarmos, neste capítulo, não é essa perspectiva propriamente dita, mas o percurso de justificativas e problematizações pelo qual o conceito de *analiticidade* passou até ser defendido por essa perspectiva como um elemento que a teoria semântica deve contemplar. Nesse sentido, tal perspectiva teórica é o nosso ponto de chegada em nossas considerações, não nosso foco de atenção. Vejamos, então, o que diz Jackendoff (1983, p. 11), cujo trabalho é um dos que mais influenciam essa perspectiva, antes de tratarmos da analiticidade propriamente dita:

Semantic theory should be able to account formally for so-called “semantic properties” of utterances, such as synonymy, anomaly, *analyticity*, and presupposition. In particular, the notion of ‘valid inference’ must be explicated.²⁷ (Grifo nosso)

Porém, o autor não explicita objetivamente o que entende por “analiticidade”, nem logo após essa afirmação, nem no decorrer de sua explanação teórica. O que ele faz é incorporar em sua análise uma tentativa de formalização da representação do significado lexical com base nesse conceito. Assim, o autor parece dar conta da analiticidade (não necessariamente de modo satisfatório) em suas sugestões de análise, mas sem abordar sua formulação ou sua problematização presentes na literatura, sobretudo na de origem filosófica analítica.

²⁷ “A teoria semântica deveria ser capaz de dar conta formalmente das chamadas “propriedades semânticas” dos enunciados, tais como sinonímia, anomalia, analiticidade e pressuposição. Em particular, a noção de “inferência válida” deve ser explicada.” (Tradução nossa).

Previamente a essa discussão, dentro da filosofia, há um debate a respeito do significado analítico, foco deste capítulo, que, pelo menos de uma maneira superficial, assemelha-se a algumas considerações sobre a estrutura léxico-conceitual de primitivos abstratos. Partiremos desse ponto, da tradição filosófica que discorre sobre a “analiticidade”, para investigarmos a trajetória do conceito e entendermos, nos capítulos seguintes, como seu emprego foi modificado em trabalhos subsequentes dentro de nosso recorte (semântica conceitual/cognitiva). Desse modo, este capítulo nos ajudará a entender como algumas questões a respeito da relação entre linguagem e mundo, discutidas no âmbito da filosofia, passaram a contemplar problematizações a respeito da semântica em línguas naturais (mais precisamente, sobre a analiticidade), entendimento este justificado pelo fato de ter havido uma extensão dessas problematizações na linguística (no que diz respeito ao debate entre atomismo e decomposicionismo, foco de atenção de nosso trabalho). Por isso, é justificado abordarmos essa discussão neste capítulo antes de analisarmos as perspectivas decomposicionista e atomista, nos capítulos seguintes.

Para tanto, trataremos, de um lado, de considerações que visam definir e justificar o conceito de “analiticidade” e, de outro, de problematizações e críticas a respeito de tal conceito. Além disso, abordaremos a proposta do “holismo semântico” desenvolvida por Quine (2010 [1980]), que é mencionada como uma alternativa à possibilidade da analiticidade no decorrer da problematização que esse autor apresenta. Vale frisar que as considerações presentes neste capítulo são um recorte da discussão em torno da analiticidade que visa esclarecer minimamente esse conceito e identificar os pontos relevantes para a compreensão das questões evocadas no debate entre atomismo e decomposicionismo conceituais, ou seja, não temos como objetivo contemplar todas as problematizações em relação à analiticidade.

2.1 O SIGNIFICADO ANALÍTICO

Dentro da tradição filosófica, Frege (2009 [1892]) e Carnap (1947) são autores referenciais a respeito da formulação do conceito de “analiticidade”²⁸.

²⁸ O tratamento desse conceito tem desenvolvimento em trabalhos de Kant e de Leibniz, como indicamos na introdução, mas as considerações aristotélicas já apresentavam reflexões a respeito.

Partindo de um exemplo formulado por Frege (2009 [1892]) para começarmos a tratar desse conceito, temos as seguintes igualdades: “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ”. A primeira sustenta-se *a priori*, ou seja, não depende de uma verificação no mundo para ser dita verdadeira, uma vez que um sinal²⁹ é sempre igual a ele mesmo. Essa relação de igualdade, por ser verdadeira sem precisar de verificação, é “analítica”. Por outro lado, a segunda igualdade não pode ser atestada *a priori*, pois as referências de *a* e de *b* (assumindo que é sobre isso que se trata a igualdade), ou seja, as entidades no mundo relacionadas a esses sinais, precisam ser verificadas a fim de descobrirmos se são a mesma. Essa segunda relação de igualdade é “sintética”. Assim, temos, de modo simplificado, que analiticidade é uma propriedade de significado referente ao valor de verdade dado *a priori* que se diferencia de sinteticidade, cujo valor de verdade é dado *a posteriori*. Os parâmetros *a priori* e *a posteriori* não são os únicos, nem são consensuais, para que a diferença entre analítico e sintético seja identificada, mas servem para um esclarecimento inicial. Seguiremos nossa exposição com base direta nos textos dos autores mencionados, mas também com base nas considerações de G. Russell (2008), autora que faz um histórico dos entendimentos a respeito da analiticidade e uma defesa da distinção entre os significados sintéticos e os analíticos.

Vale, aqui, lembrar brevemente os conceitos básicos da semântica de Frege antes de desenvolvermos a discussão. Um sinal (ou, dependendo da tradução, um “signo”) tem um sentido e (nem sempre) uma referência. A referência é aquilo no mundo que o signo designa, ao passo que o sentido é o modo de apresentação da referência ou o nível intersubjetivo do significado. Todo signo tem um sentido, mas pode não ter uma referência, ou seja, o sentido é o nível semântico de ocorrência mais sistemática, sempre presente quando as expressões estão gramaticalmente bem construídas.

Sobre um *nome próprio*, por exemplo, identificamos facilmente seu referente (único no mundo), e seu sentido (as instruções desse nome próprio que nos

Porém, como nosso intuito é traçar um quadro geral de como a analiticidade foi tratada tradicionalmente, sem buscar detalhes em sua gênese, já que nosso foco não é fazer historiografia, os autores mencionados (Frege e Carnap) servem a nosso propósito, sobretudo um deles, Carnap, que participa diretamente do debate com Quine, autor que, como veremos, questiona a validade do conceito de “analiticidade”.

²⁹ Por “sinal” Frege estava se referindo a qualquer expressão linguística definível, seja em uma língua natural ou não.

permitted to identify the referent). Já para *uma sentença*³⁰ *declarativa*, sua referência é seu valor de verdade, ou seja, o que é verificado no mundo a respeito dela é se é verdadeira ou falsa, enquanto seu sentido é um “pensamento” (o que não tem relação com noções mentais, pois a perspectiva de Frege evita isso). Porém, como já dito, em alguns casos a verdade não precisa ser verificada no mundo, pois é dada *a priori*, o que equivale a dizer que ela é dada, de alguma maneira, pelo próprio sistema linguístico.

Algumas observações de Frege (1960) introduzem algumas noções que serão consideradas posteriormente por nós. O autor afirma que a dificuldade em distinguir analítico de sintético está em encontrar a evidência da verdade ou falsidade e rastreá-la até as verdades primitivas, isto é, encontrar a origem do valor de verdade de uma sentença. Nesse processo de investigação, o autor chega à conclusão de que as *leis gerais lógicas* e as *definições* são as bases para as verdades analíticas. Sem esses dois elementos constituindo a verdade, ela é sintética.

Já Carnap (1947, p. 10) estende essas noções, buscando um maior detalhamento da especificidade lógica do significado analítico. Para o autor, além do conceito semântico de “verdade”, segundo o qual uma sentença é verdadeira se as condições no mundo condizem com o que ela expressa, há o conceito de verdade-L (verdade lógica), ou *analiticidade*, segundo o qual a verdade de uma sentença é constatada apenas por meio das regras semânticas sem referência aos fatos extralinguísticos. Do mesmo modo, uma equivalência lógica (equivalência-L) entre sentenças é definida apenas por meio de regras semânticas, o que se assemelha à relação analítica sugerida por Frege. Assim, como diz Carnap, se dois “designadores” (predicadores, sentença declarativas e expressões individuais) são equivalentes, eles têm a mesma extensão, e se são L-equivalentes, eles têm a mesma intensão. Esses termos, mesmo assemelhados aos utilizados por Frege, ganham de Carnap uma descrição mais clara (baseada na tradição filosófica que o precede³¹): a extensão de um predicador é a classe daqueles indivíduos a que ele se aplica, e sua intensão, a propriedade que ele expressa; a extensão de uma

³⁰ Nesta discussão sobre analiticidade, não iremos nos preocupar em diferenciar “sentença” de “enunciado”, mesmo tendo noção de que o primeiro termo é mais circunscrito à sintaxe enquanto o segundo a discussões mais amplas (não circunscritas à sintaxe). A não diferenciação, no momento, pode ser justificada porque os autores aqui mencionados não a fazem e ela não se mostra relevante.

³¹ Carnap dialoga, nessa conceituação, além de Frege, mais diretamente com Leibniz e Kant. A esse último se atribui a divisão entre verdades analíticas e verdades sintéticas.

sentença é seu valor de verdade, e sua intensão, a proposição (equivalente ao conceito de “pensamento” de Frege, que nada mais é que o sentido da sentença) que ela expressa; já a extensão de uma expressão individual (“nome próprio” para Frege) é o indivíduo a que ela se refere, ao passo que sua intensão é um conceito expresso por ela (“conceito individual”).

A noção de verdade lógica (analítica) compreende, segundo Carnap (1947, p. 22), o que Leibniz chamou de “verdade necessária”, que é uma verdade em todos os mundos possíveis. A verdade necessária está representada nas “descrições de estado” postuladas por Carnap, isto é, uma sentença é logicamente verdadeira se ela se mantém verdadeira em todas as descrições de estado (em todos os mundos possíveis). Por sua vez, uma “descrição de estado” é uma classe de sentenças dentro de um sistema semântico linguístico (S_1) que contém, para cada sentença atômica (sentença formada por um predicador e uma constante individual, ou, em termos tradicionais, por um sujeito e um predicado), ou ela mesma ou sua negação (mas nunca ambas) e nenhuma outra sentença. Uma descrição de estado proporciona uma completa descrição de um estado possível de um universo de indivíduos com respeito a todas as propriedades e relações expressas por predicadores do sistema. O conjunto de mundos possíveis/descrições de estados nos quais uma dada sentença Q é verdadeira é chamado de “*range* de Q ”. Então, a verdade de uma sentença só é analítica se, dentro de um dado sistema semântico, tal sentença for verdadeira em todas as descrições de estado.

Na teoria semântica de Carnap, então, uma sentença é verdadeira-L em um sistema semântico S_1 se e somente se essa sentença é verdadeira de tal modo que sua verdade possa ser estabelecida com base apenas nas regras semânticas do sistema S_1 , sem qualquer referência aos fatos extralinguísticos (CARNAP, 1948, p. 25). Do mesmo modo, os outros conceitos-L (equivalência-L, falsidade-L, entre outros) são também estabelecidos apenas com base nas regras de um dado sistema semântico.

Por outro lado, se uma sentença não tem sua verdade determinada dentro de S_1 , ou seja, se ela é indeterminada-L, então ela é “factual”. Uma sentença é factual se e apenas se há pelo menos uma descrição de estado em que ela se sustenta e pelo menos uma em que ela não se sustenta. Ou seja, uma sentença é factualmente verdadeira (verdadeira-F) se é verdadeira em pelo menos uma descrição de estado, mas nunca verdadeira em todas as descrições de estado, pois,

caso contrário, seria verdadeira-L. Assim, de acordo com Carnap (1947, p. 31-32), a verdade-F é um “*explicatum*” (uma explicação mais exata em vez de conceitos pré-científicos inexatos) que corresponde ao que se costuma chamar de “verdade factual” ou “verdade sintética” (conceitos comumente usados sem a exatidão pretendida por Carnap).

A diferença entre conceitos-L e conceitos-F corresponde à diferença entre intensão e extensão, respectivamente, segundo o autor. Assim, cada expressão linguística contém ou pode conter uma intensão e uma extensão, ou seja, pode conter um conceito-L e um conceito-F. Por exemplo, um predicador expressa, em sua extensão, uma classe, e em sua intensão, uma propriedade; uma sentença, em sua extensão, expressa um valor de verdade, e em sua intensão, uma proposição (como já dito); já uma expressão individual expressa, em sua extensão, um indivíduo, e em sua intensão, um conceito individual. Usemos, como exemplo, a seguinte descrição, sugerida por Carnap (originalmente sugerida por Russell), da postulação de um sistema semântico, para entendermos essa conceituação:

No sistema semântico S_1 , temos entre as constantes individuais (que são infinitas nesse sistema):

s – Walter Scott

w – (o livro) Waverley

Também temos as regras de designação para os predicadores (que são finitos, correspondendo às letras em caixa alta):

Hx – x é humano

ARx – x é um animal racional

Sx – x é sem penas

Bx – x é bípede

Axy – x é um autor de y

Nessa descrição, “humano” e “animal racional” devem ser entendidos como tendo as mesmas extensões. Ou seja, o que está em português é uma mera tradução, não correspondente ao sistema S_1 (já que, obviamente, não dá para assumir que “humano” e “animal racional” tenham a mesma intensão e/ou extensão

em português). Então, podemos pensar em algumas equivalências (retomadas de CARNAP, 1948):

$$a) (\exists x)(A_{xw}) \equiv s$$

Nessa equivalência, temos a tradução da primeira parte: existe pelo menos um x e x é autor e w . Trata-se de uma equivalência-F, mas não equivalência-L, já que precisa de verificação no mundo para ser atestada.

$$b) (\exists x)(H_x \wedge A_{xw}) \equiv (\exists x)(AR_x \wedge A_{xw})$$

Na primeira parte dessa equivalência, temos: existe um indivíduo tal que x é humano e x escreveu *Waverley*. Na segunda parte, em vez de “humano”, temos “animal racional”. Uma vez que H significa o mesmo que AR de acordo com as definições de S_1 , ou seja, essa igualdade não precisa ser verificada extensionalmente, essa equivalência é uma equivalência-L. Fica demonstrada, assim, uma relação analítica. Obviamente, como está sendo tratado de um sistema linguístico criado, garantir que H e AR tenham a mesma extensão em todos os mundos possíveis decorreria de postular que a fixação das extensões seria garantida por esse sistema, assim como a equivalência entre os dois predicadores.

Vale notar que o predicador AR é composto de dois predicadores, A (animal) e R (racional), o que implica a possibilidade de a intensão de um predicador simples, como o H , equivaler a uma composição de intensões. Essa equivalência se *assemelha* ao que, em semântica conceitual (mencionada no começo deste texto), é tratado como decomposição lexical em primitivos, o que pode ser um indício de como o conceito de analiticidade poderia ser considerado nessa área circunscrita à linguística.

Essa perspectiva semântica de Carnap “parece” corresponder à proposta de Frege, com a diferença de buscar ser mais detalhada e exata. Porém, é importante notar que Carnap vai além ao usar em sua definição de verdade-L (verdade analítica) a noção de mundos possíveis (compreendida nas descrições de estado), que é uma adaptação das considerações de Leibniz.

É importante deixar claro que Carnap busca, em sua teoria, algo que Frege já fazia: evitar qualquer ideia relacionada a questões mentais. Isso podemos ver em sua definição de “propriedade”:

The term ‘property’, is to be understood in an objective, physical sense, not in a subjective, mental sense; the same holds for terms like ‘concept’, ‘intension’, etc. The use of these and related terms does not involve a hypostatization [atribuição de uma identidade real a um conceito].³² (CARNAP, 1947, p. 34)

Na definição de “conceito”, o autor busca novamente deixar essa posição clara:

The term "concept" will be used here as a common designation for properties, relations, and similar entities (including individual concepts [...] and functions, but not propositions). For this term it is especially important to stress the fact that it is not to be understood in a mental sense, that is, as referring to a process of imagining, thinking, conceiving, or the like, but rather to something objective that is found in nature and that is expressed in language by a designator of nonsentential form. (This does not, of course, preclude the possibility that a concept – for example, a property objectively possessed by a given thing – may be subjectively perceived, compared, thought about, etc.)³³ (CARNAP, 1947, p. 21)

Nessas passagens, o autor explicita, em sua teoria, uma posição que vale também para a “analiticidade” (que, assim como a “propriedade”, tem caráter intensional), que é a negação de uma contrapartida psicológica/mental. Então, mesmo não dizendo que não possa haver algum paralelo mental com sua proposta, outro autor que fosse estritamente fiel à proposta de Carnap, caso postulasse um componente mental dentro de uma teoria semântica, estaria se afastando teoricamente de Carnap e da tradição analítica em que ele se insere (incluindo Frege) e que o precede.³⁴ Todavia, há diversas outras considerações a respeito da analiticidade (como a que veremos na seção 2.3) que talvez possam embasar

³² “O termo ‘propriedade’ é para ser entendido em um sentido objetivo, físico, não subjetivo, não em um sentido mental; o mesmo serve para termos como ‘conceito’, ‘intensão’ etc. O uso desses e de termos relacionados envolvem uma hipostatização [atribuição de uma identidade real a um conceito]”. (Tradução nossa).

³³ “O termo ‘conceito’ será usado aqui como uma designação para propriedades, relações e entidades similares (incluindo conceitos individuais [...] e funções, mas não proposições). Para esse termo, é especialmente importante ressaltar o fato de que não é para ser entendido em um sentido mental, isto é, como se referindo a um processo de imaginação, pensamento, concepção, ou algo do tipo, mas sim a algo objetivo que é encontrado na natureza e que é expresso na linguagem por um designador de forma não sentencial. (Isso, obviamente, não impede a possibilidade de que um conceito – por exemplo, uma propriedade objetivamente possuída por uma dada coisa – possa ser subjetivamente percebida, comparada, pensada etc.)”. (Tradução nossa).

³⁴ O que, obviamente, não é necessariamente ruim, desde que seja adequadamente justificado.

propostas teóricas acerca de representações mentais, sendo as aqui abordadas apenas uma amostra representativa.

2.1.1 Postulados de significado

Temos, até o momento, que “analiticidade” é um conceito tratado, segundo Carnap (1955, p. 33-34), na “teoria da intensão” (assim como o conceito de “sinonímia” e qualquer outro conceito intensional³⁵). Então, se sentenças verdadeiras-L, ou seja, analíticas, para serem consideradas como tal, precisam apenas ter seus valores de verdade definidos logicamente sem verificação empírica, as duas sentenças a seguir, dadas por Carnap (1952, p. 65), seriam classificadas da mesma maneira em relação a como suas verdades são estabelecidas:

- 1) Fido is black or Fido is not black. (Fido é preto ou Fido não é preto)
- 2) If Jack is a bachelor, then he is not married. (Se Jack é solteiro, então ele não é casado)

Porém, o autor observa que, apesar de a verdade de ambas ser atestada sem verificação extralinguística, há uma diferença entre elas. Enquanto a verdade da primeira é dada por meio de partículas que ele considera lógicas (“é”, “ou” e “não”), a verdade da segunda é dada por meio de palavras não lógicas (“*bachelor*” e “*married*”). O autor passa a usar (assim como Quine, 2010 [1953], autor que dele discorda) o termo “analítico” de modo geral, para os dois tipos de sentenças, e a expressão “logicamente verdade” para apenas o tipo da primeira.

Essa discussão a respeito dos tipos de sentenças analíticas, frisa Carnap (1947, p. 222), faz referência a sistemas linguísticos simbólicos, não a línguas naturais, pois, para elas, o autor acredita haver problemas totalmente diferentes em relação a esses conceitos (problemas mais complexos). Assim, o autor propõe um sistema linguístico S, criado por alguém, que contém conectivos, variáveis individuais com quantificadores, sinais descritivos para as constantes individuais (“a”, “b”, “c” etc.) e predicados descritivos (“B” para a propriedade “Bachelor”, “M”

³⁵ Como não é nosso objetivo central tratar esses outros conceitos, basta dizer que eles são definidos de maneira similar à analiticidade, ou seja, são estabelecidos por meio dos conceitos-L.

para “Married”, “R” para “Raven” e “Bl” para “Black”). Com isso, apresenta as duas sentenças (traduções dos exemplos em 1 e em 2):

$$3) B_l a \vee \sim B_l a$$

$$4) B_b \supset \sim M_b$$

A sentença em 3, traduzida como “o indivíduo *a* é preto ou não é preto”, apresenta uma regularidade em decorrência de sua analiticidade ocorrer em função de suas partículas lógicas. Trata-se do fato de ser possível substituir, mantendo-se a verdade analítica, as expressões *a* e *Bl* por quaisquer outras, desde que sejam uma constante individual e um predicado, respectivamente. Desse modo, a fórmula lógica [$f_x \vee \sim f_x$] é universalmente válida, ou seja, é satisfeita por todos os valores de suas variáveis em todas as descrições de estados dentro do mesmo sistema linguístico considerado.

O mesmo não vale para a sentença em 4. Para definir a verdade-L dessa sentença, segundo Carnap, é necessário estabelecer um *postulado de significado* (as aspas simples são usadas pelo autor apenas para marcar o conteúdo do postulado):

$$(P1) '(x) (B_x \supset \sim M_x)'$$

Na leitura dessa sentença, temos que, no postulado 1 (P1), há um *x* tal que *x* é *bachelor* (solteiro), o que implica que *x* é não “*married*” (não casado). O que garante as propriedades “Bachelor”³⁶ e “Married” serem incompatíveis, e, por conseguinte, “Bachelor” implicar “não Married” não é um conhecimento de mundo de alguém que crie um sistema como *S* (ou seja, não há relação necessária com o conhecimento das palavras em inglês “*bachelor*” e “*married*”), mas, sim, uma decisão. O possível criador do sistema linguístico considerado (entendendo esse sistema como artificialmente criado) postula que uma propriedade seja incompatível com a outra (“*bachelor*” com “*married*”), simples assim. Essa consideração não tem relação com uma possível (e não facilmente resolvível) implicatura envolvendo as

³⁶ Para não haver confusão, em caixa alta, lembrando, estão os predicados apenas, não suas propriedades intensionais.

duas palavras no inglês, mas com uma decisão possivelmente arbitrária de quem criou o sistema linguístico.

Sendo uma decisão do criador do sistema, um postulado pode determinar, por exemplo, que o predicado R, cuja a propriedade é “Raven” (“corvo”), implique o predicado BI, cuja a propriedade é “Black” (preto). Assim, ele adiciona ao sistema o seguinte postulado:

$$(P2) \text{ '(x) (R}_x \supset \text{BI}_x\text{'}$$

Portanto, cabe ao criador do sistema decidir quais devem ser os postulados de significado. Vale notar que, de certa forma, os postulados compreendem, relativamente, irregularidades semânticas em relação às expressões linguísticas, pois um postulado não precisa ser generalizado para os demais predicados ou constantes individuais. Assim, a quantidade de postulados não é necessariamente definida pelas regras gerais do sistema, mas pelos objetivos do criador do sistema em relação ao significado, sejam eles quais forem (por exemplo, por algum motivo, um criador de um sistema linguístico que queira estabelecer que todo “*bachelor*” é “*unmarried*” por imaginar não ser possível o contrário).

2.1.2 Intensão e analiticidade em línguas naturais

Apesar de suas considerações apresentadas até o momento tratarem apenas de sistemas linguísticos criados, Carnap (1955, p. 36) defende, como procedimento científico, a análise da intensão de uma língua natural. Para tanto, segundo o autor, o linguista que fosse descrever o significado de uma língua deveria investigar o comportamento e o julgamento dos falantes, considerando, como possível alternativa metodológica, as extensões que as expressões linguísticas tivessem para, com base nisso, definir as intensões.

Assim, com alguns casos de denotações relacionadas a um predicado, por exemplo, o linguista seria capaz de identificar variações referenciais dentro de um determinado alcance permitido por esse predicado. Além dessas variações extensionais concretas, o linguista deveria investigar casos possíveis de referências não atestados na realidade, buscando identificar se o falante da língua pesquisada aceita que o predicado em questão sirva para descrever esses casos possíveis e

não reais (perguntando, por exemplo, se uma determinada palavra poderia ser usada para algo não existente). Desse modo, com base em casos reais e em casos não reais, o linguista poderia determinar a intensão do predicado como sendo todos os casos possíveis de denotações aceitáveis.

Nesses casos não reais, mas aceitáveis dentro de um conjunto de denotações possíveis, um fenômeno da natureza que não existe no mundo real, por exemplo, poderia ser descrito pelo predicado analisado. Carnap frisa, assim, a importância do termo “possibilidades”, pois está considerando todos os estados de descrição possíveis, isto é, todos os mundos possíveis para definir o significado intensional. Então, a investigação sobre a intensão não depende de questões de existência, pois o falante, durante a investigação do linguista, pode responder a questões sobre situações assumidas como possibilidades em aberto de existência (como planos e teorias) ou sobre situações assumidas como inexistentes (como lendas e contos de fada). Não é relevante se tais situações existem de fato, mas, sim, se elas são casos possíveis que podem ser descritos.

Porém, em língua natural, conforme assume Carnap (1955, p. 39), a respeito do alcance de descrições possíveis que definem o significado intensional de um termo, há um tipo de vagueza chamada pelo autor de “vagueza intensional”. Esta se dá pelo fato de o falante não ser capaz de definir, com exatidão, os limites das descrições possíveis, ficando em dúvida se um determinado termo pode ser aplicado para descrever alguns casos. Essa falta de clareza ou exatidão, por outro lado, não incomoda o falante, pois está relacionada a casos raros de pouca importância para ele; nos demais casos, não há dúvida nem problemas de comunicação, pois haveria relativo consenso entre os falantes. Porém, a falta de clareza é cara à definição de “analiticidade”, como veremos na seção 2.2.

Como a vagueza intensional está presente nas línguas naturais, conceitos relacionados à teoria intensional só podem ser caracterizados sem exatidão. É o que o autor faz ao descrever como se dão os conceitos de “sinonímia” e de “analiticidade” em uma língua:

Two expressions are *synonymous* in the language L for X at time t if they have the same intension in L for X at t.

A sentence is *analytic* in L for X at t if its intension (or range or truth condition) in L for X at t comprehends all possible cases. (CARNAP, 1947, p. 243, destaques do autor)³⁷

Ao fazer essa caracterização, o autor afirma que não demandaria exatidão³⁸ (como fez na elaboração de sua teoria semântica previamente descrita), não discutindo se isso problematiza esses conceitos. Assim, apesar de o autor afirmar, a respeito das línguas naturais, que há como investigar a intensão (analisando o comportamento linguístico e o julgamento dos falantes, algo semelhante ao que os linguistas já fazem), ele deixa em aberto como essa investigação e o tratamento de conceitos intensionais devem ser desenvolvidos concomitantemente com a vagueza intensional. O que o autor faz, então, é apenas apontar um caminho de tratamento de conceitos como “analiticidade” em línguas naturais, mas sua proposta semântica, como visto anteriormente, é toda construída previamente com base em um sistema linguístico exato, o que talvez torne complicado, mesmo que não impossibilite, usá-la para línguas naturais.

Disso podemos pensar que, pelo menos para linguagens criadas, a analiticidade estaria garantida. Já para línguas naturais, meios de análise que considerem a analiticidade ainda precisariam ser buscados, mas haveria indicativos de que isso é possível. Porém, como veremos mais adiante, Quine (2010 [1953]), ao rejeitar a analiticidade, argumenta que os problemas desse conceito são verificáveis em qualquer tipo de linguagem, criada ou natural. Na sequência, veremos como essa questão passou a ser tratada em relação à linguagem verbal humana em um âmbito mais específico, fora da discussão estritamente filosófica (algo que será mais desenvolvido no quarto capítulo, quando tratarmos da perspectiva decomposicionista). Depois voltaremos ao âmbito filosófico, não mais apenas para tratar da descrição e da justificativa a respeito da analiticidade, e sim para tratar de algumas problematizações a respeito dela.

³⁷ “Duas expressões são *sinônimas* na língua L para X [um indivíduo falante] no tempo t se elas têm a mesma intensão em L para X em t./Uma sentença é *analítica* em L para X em t se sua intensão (ou alcance ou condição de verdade) em L para X em t compreende todos os casos possíveis.” (Tradução nossa).

³⁸ “we shall state only those [expressões linguísticas] for 'synonymous' and 'analytic' in a simple form without claim to exactness.” (CARNAP, 1947, p. 243)

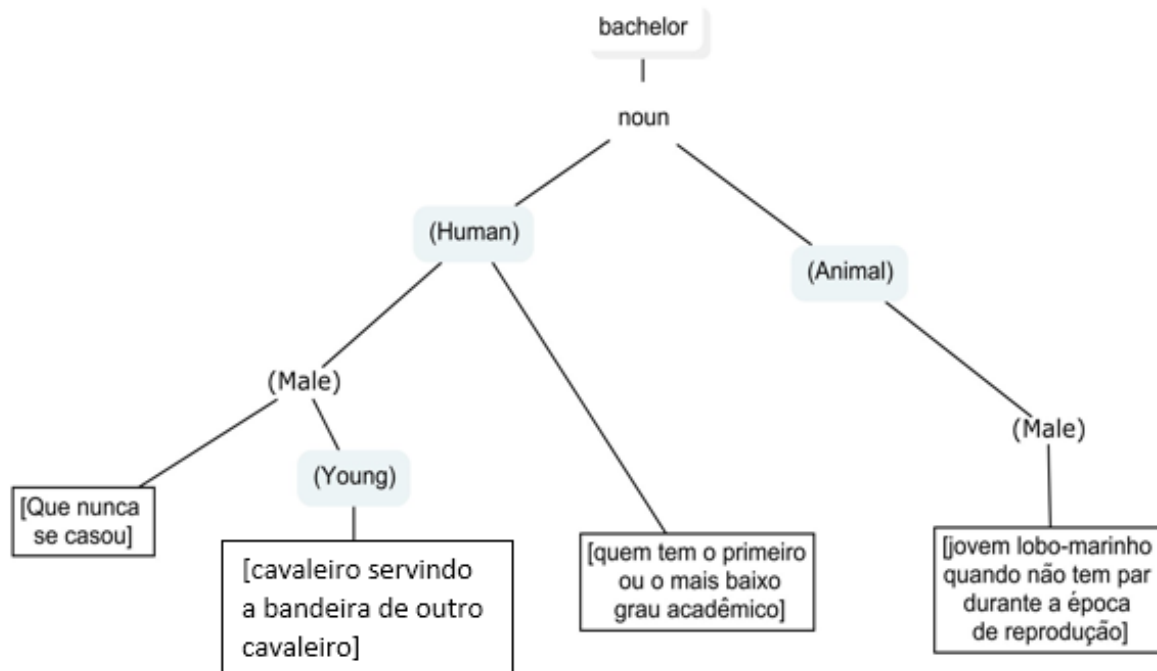
2.1.3 Analiticidade em semântica gerativa/cognitivo-conceitual

Não é o intuito, nesta seção, analisar as bases das correntes teóricas cognitivo-conceituais que visam a descrever o significado por meio de relações analíticas, mas, sim, investigar como a analiticidade começou a ser tratada por elas. Assim, será feito um recorte de considerações teóricas para identificar o caminho pelo qual esse conceito passou. Apresentando esse percurso, que vai em direção a abordagens dentro da linguística, justificaremos a importância de compreendermos a discussão que problematiza a noção de “analiticidade”, pois esse é um conceito que alcançou, mesmo que de forma por vezes não tão clara, uma dimensão considerável na base epistemológica de várias propostas (como a de decomposição lexical em primitivos semânticos, proposta pela semântica conceitual) e, portanto, precisa ser investigado e entendido.

Buscando estabelecer critérios gerais para uma teoria semântica de línguas naturais, Katz e Fodor³⁹ (1963) propuseram que a sintaxe fornece o *input* para uma teoria semântica, ou seja, a interpretação semântica só é possível depois da sentença já gerada. Partindo de um *input* formado por sentenças sintaticamente bem formadas e compostas por itens lexicais com “marcadores gramaticais”, a teoria semântica, então, deveria estabelecer as interpretações semânticas (por isso essa perspectiva passou a ser conhecida como “interpretacionista”). Essas interpretações dependem, entre outros fatores, de associações feitas entre o *input*, os “marcadores semânticos” e os “*distinguishers*”. Focando-nos nos itens lexicais que compõem essas sentenças interpretadas semanticamente, podemos citar a seguinte descrição do item “*bachelor*” feita pelos autores para entendermos os conceitos mencionados:

³⁹ Como sabemos, logo depois Fodor abandonou alguns componentes dessa proposta e passou a defender a impossibilidade de qualquer decomposição, sobretudo baseada em analiticidade, que ela permitia. É interessante mencionar esse autor porque ele transita, por meio de seus trabalhos, entre discussões nos âmbitos da filosofia e da linguística. Voltaremos a ele no próximo capítulo.

FIGURA 1 – DESCRIÇÃO DO ITEM “BACHELOR”



FONTE: ADAPTADO DE KATZ E FODOR (1963, p. 186)

Nessa descrição, os elementos fora de parênteses e colchetes são os “marcadores gramaticais” (no caso, apenas “*noun*”/“substantivo”), que são informações gramaticais dos itens lexicais dadas pelo *input*. Em parênteses, estão os “marcadores semânticos”, que, com os “*distinguishers*”, em colchetes, consistem na maneira como podemos decompor o significado de um sentido de um item lexical em conceitos atômicos (mais elementares). Os marcadores semânticos são os elementos que permitem as relações semânticas sistemáticas, quaisquer que sejam. Por outro lado, os *distinguishers* refletem a parte idiossincrática do significado. Assim, os marcadores semânticos são responsáveis por relações gerais semânticas e têm um papel, na teoria, mais relevante do que o dos *distinguishers*, pois estes são responsáveis apenas pela relação entre um item e seus sinônimos.

Depois de a sintaxe fornecer as sentenças gramaticalmente bem formadas, a interpretação semântica passa a ser gerada por meio de “regras de projeção”. Essas regras são responsáveis por dar a interpretação a cada nó sintático, “amalgamando” a eles os marcadores semânticos e os *distinguishers*. Por trás dessa

descrição, há relações analíticas em consideração. Na descrição de “*bachelor*”⁴⁰ proposta por Katz e Fodor, temos alguns caminhos (*paths*, nos termos dos autores), que tornam o item ambíguo. Essa ambiguidade é resolvida com a seleção de um desses caminhos durante a interpretação semântica (o que depende, entre outras coisas, do contexto sintático). Digamos, então, que o caminho selecionado foi: noun → (Human) → (Male) → [Que nunca se casou]. Agora pensemos na composição desse item com outro, formando a sequência “*unmarried bachelor*” (solteiro não casado). A falha do modificador “*unmarried*” em adicionar informação semântica

would appear to account for the intuition that such expressions as *unmarried bachelor* are redundant and that, correspondingly, such statements as *Bachelors are unmarried* are 'empty', 'tautological', 'vacuous', 'uninformative'. This provides a new explanation of the analyticity of a classical *type* of analytic truth.⁴¹ (KATZ; FODOR, 1963, p. 200).

Desse modo, como o caminho interpretativo de “*bachelor*” já contém o material semântico de “*unmarried*”, a sentença “*Bachelors are unmarried*” é analítica.

Mesmo Fodor tendo abandonado essa perspectiva e passado a defender que nenhuma proposta decomposicionista é válida, esse trabalho com Katz repercutiu em discussões teóricas desenvolvidas posteriormente. Em Katz (1966), por exemplo, há uma proposta de teoria semântica relativamente diferente da concebida pelo autor anteriormente com Fodor. Visando criticar o programa Fregeano, no qual a noção de “analiticidade” se baseia, Katz (1966, p. 61) afirma que ela “é insuficiente para dar conta das propriedades e das relações semânticas”, ao contrário de em vez de uma “semântica profunda”. Essa proposta, segundo o autor, é paralela (mas não compatível) às considerações chomskyanas a respeito de estruturas sintáticas subjacentes.

O autor afirma que o programa Fregeano não pode, por exemplo, explicar a redundância de expressões como “uma mulher que é do sexo feminino” e “um presente de graça”, pois esse programa atribuiria uma referência para o núcleo da expressão (“uma mulher” e “um presente”, respectivamente) e outra para o

⁴⁰ Não é por acaso que o exemplo dado foi esse termo, cuja descrição já tem uma tradição na filosofia analítica. Na última seção do capítulo, mencionaremos alguns exemplos modelo de enunciados analíticos que se repetiram na literatura sobre o assunto.

⁴¹ “parece dar conta da intuição de que tais expressões como ‘*unmarried bachelor*’ são redundantes e que tais afirmações como ‘*Bachelors are unmarried*’ são ‘vazias’, ‘tautológicas’, ‘vácuos’, ‘sem informação’. Isso fornece uma nova explicação sobre analiticidade de um tipo clássico de verdade analítica.” (Tradução nossa).

modificador (“do sexo feminino” e “de graça”, respectivamente). Assim, não seria possível tratar essas e outras relações semânticas, pois não estaria sendo considerada a complexidade dos sentidos dessas expressões.

Uma proposta que estipule uma estrutura complexa dos sentidos, ainda segundo Katz, explicaria a redundância desses casos. Por exemplo, o sentido de “mulher” seria complexo, consistindo nos sentidos de “humano”, “adulto” e “sexo feminino”, o que, por meio de uma decomposição desses sentidos, elucidaria a redundância. Desse modo, podemos dizer que há um salto do uso de “analítico” usado por Frege e outros (incluindo Carnap) para um uso relacionado a uma estruturação subjacente dos sentidos das “expressões sintáticas simples”. Esses sentidos subjacentes correspondem, aproximadamente, ao vocabulário dos “marcadores semânticos” da proposta de Katz e Fodor (1963). Porém, em Katz (1966), o autor sugere que esses marcadores componham uma estrutura profunda semântica aos modos da estrutura profunda chomskyana a respeito da sintaxe. Vale observar que Katz (1966) acredita que esses sentidos subjacentes salvariam a noção de “analiticidade” em relação a críticas sobre a validade desse conceito (a serem discutidas nas próximas seções).

Essa teoria semântica de Katz aproxima-se de uma proposta que se opõe, de modo expresso, à de Katz e Fodor (1963): a “semântica gerativa”. Em linhas gerais, para os semanticistas gerativos, há estruturas semânticas profundas geradas de um modo semelhante ao da sintaxe, ou seja, o componente semântico não pode ter como *input* as sentenças sintaticamente bem formadas, já que está presente durante o processo de geração de sentenças.

Um dos semanticistas gerativos que explicitam sua oposição a Katz e Fodor (1963) é Lakoff (1976 [1963]). Diz o autor:

Although Katz and Postal [e Katz e Fodor] offer some nice arguments, their work is not completely convincing. Their projection rules depend entirely on syntactic structures. They offer no semantic rules free of syntax. As I shall point out below, I believe there are some.⁴² (LAKOFF, 1976 [1963], p. 45)

⁴² Embora Katz e Postal [além de Katz e Fodor] ofereçam alguns bons argumentos, o trabalho deles não é completamente convincente. Suas regras de projeção dependem inteiramente das estruturas sintáticas. Eles não oferecem regras semânticas livres da sintaxe. Como irei mostrar, acredito que haja algumas. (Tradução nossa).

O que Lakoff faz posteriormente é mostrar uma série de exemplos de regularidades semânticas que, supostamente, evidenciaríamos um nível abstrato de significado, que é de estruturas semânticas profundas. Não convém, aqui, detalhar todos os aspectos dessa teoria, que teve seu desenvolvimento interrompido algum tempo depois, mas, sim, demonstrar como essa proposta manteve as decomposições lexicais baseadas na noção de analiticidade. Desse modo, podemos citar os seguintes exemplos do autor:

5) What I'm doing is learning the lesson. (LAKOFF, 1976 [1963], p. 51)

(O que estou fazendo é aprender a lição)

6) *What I'm doing is knowing the lesson. (LAKOFF, 1976 [1963], p. 51)

(*O que estou fazendo é saber a lição)

Nesses exemplos, é possível perceber uma diferença entre os verbos “*learning*” e “*knowing*” (a mesma entre “aprender” e “saber”, em português), que é a respeito de expressarem, ou não, a ideia de “*doing something*” (“fazer algo”). Os verbos que a expressam (como “*to learn*”) teriam o traço distintivo semântico +DS, e os que não expressam (como “*to know*”), o traço -DS. Em algumas teorias posteriores influenciadas pela semântica gerativa, o traço +DS equivale à proposta do “primitivo semântico” DO ou ACT (DOWTY, 1979). Como é possível perceber, os traços +DS (ou DO/ACT) e -DS são muito produtivos, assim como os demais traços sugeridos por Lakoff.

Outro exemplo do autor é o traço +change. Vejamos as seguintes sentenças (LAKOFF, 1976 [1963], p. 55):

7) I came to Chicago.

(Eu vim para Chicago)

8) The leaves turned yellow.

(As folhas se tornaram amarelas)

Tanto “*to come*” como “*to turn*” têm o traço +change, caracterizado por uma mudança de espaço, como no primeiro verbo, ou por uma mudança interna de estado, como no segundo. O traço +change equivale aproximadamente ao que ficou

conhecido em teorias posteriores como o primitivo semântico BECOME (a ser comentado no quarto capítulo⁴³).

Observando superficialmente a proposta interpretacionista (a de Katz e Fodor, 1963) e a gerativa, pode parecer que não há diferenças relevantes entre as duas no que se refere à decomposição do significado lexical (ambas propõem decomposições em um vocabulário de itens mais primitivos). Porém, a proposta da semântica gerativa, diferentemente da interpretacionista, mostra-se mais econômica, uma vez que sugere a geração dos significados lexicais por meio do amalgamento de traços semânticos finitos, regulares e comuns a diferentes itens lexicais, ao passo que a proposta interpretacionista precisaria sugerir uma descrição diferente para cada sentido de cada item lexical.

Portanto, as decomposições em primitivos semânticos encontram sua base de influência na semântica gerativa, que, mesmo tendo sido interrompida, deixou como herança epistemológica para teorias subsequentes a consideração de uma vasta lista de primitivos semânticos. Sendo as perspectivas teóricas que endossam essas decomposições o tema do quarto capítulo, voltemos ao conceito de “analiticidade”, do qual elas se utilizam em suas formulações básicas. Para tanto, trataremos de alguns problemas que colocam sob suspeita a justificativa de tal conceito e que costumam não ser considerados/discutidos quando sua validade é pressuposta.

2.2 CONTRA A ANALITICIDADE

Como vimos, o significado analítico se opõe ao significado sintético de tal modo que, sem essa oposição, não poderia ser justificado. É na fronteira entre a verdade dada por verificação em um mundo possível e a verdade dada *a priori* pelo sistema semântico da linguagem que essa oposição ocorre. Porém, a existência dessa fronteira pode ser questionada, já que parece não haver explicações suficientemente claras que a demarquem. Isso vai ao encontro da crítica de Quine (1966; 2010 [1961]), para quem a analiticidade é um dogma mal formulado, ou seja,

⁴³ Como já comentamos no capítulo introdutório, não é nosso objetivo fazer historiografia das propostas decomposicionistas, que podem ser encontradas no estruturalismo ou, ainda, ser relacionadas com ideias presentes na filosofia clássica. No entanto, a menção da semântica gerativa no momento se deve à sua influência mais direta para a proposta da semântica conceitual, ao diálogo com as discussões em torno da analiticidade e ao conflito com considerações de Fodor (1975), o que, de certa forma, antecipa o debate entre esse autor e os decomposicionistas conceituais.

um conceito sem justificativa empírica suficiente, mesmo que seja dado como certo por empiristas (esse dogma é referido já no título do texto de Quine: “Dois dogmas do empirismo”).

Na sequência, trataremos dos problemas que a “analiticidade” apresenta, conforme Quine (1966; 2010), um dos principais opositores a esse conceito, considera-os.

2.2.1 Sinonímia e analiticidade

As críticas que Quine faz não são à noção de verdades lógicas garantidas por partículas lógicas, como em “Nenhum homem não casado é casado”, mas, sim, à noção de “verdades analíticas” baseadas em um vocabulário não lógico, como em “*No bachelor is married*” (“Nenhum solteiro é casado”), exemplo já mencionado antes. Os enunciados⁴⁴ analíticos desse segundo tipo são ditos, normalmente, como reduzíveis aos do primeiro por meio de “definições”. Assim, para desenvolver sua crítica, o autor parte dessa noção de “definição”, segundo a qual “*bachelor*”, um *definiens*, é definido como “*unmarried man*”, um *definiendum*.

O problema surge ao nos perguntarmos sobre a origem dessa definição. Uma opção seria recorrer à perspectiva das formulações de um dicionário, que é um instrumento de apresentação de definições. Porém, o lexicógrafo tem apenas a função de registrar definições de certa forma existentes previamente a seu trabalho. Ele acredita, segundo Quine, haver relações de sinonímia entre a expressão definida e a expressão que a define, e as utiliza. Disso surge outro problema, que é o de tornar clara a noção de “sinonímia”, pressuposta nesse trabalho de apresentação de definições. Esse problema estaria longe de ser resolvido, ou seja, as interconexões suficientes e necessárias para que duas expressões sejam sinônimas são um mistério, mas pelo menos é sabido que se baseiam, normalmente, no uso, pois é com base nos relatos de uso que as definições apresentam sinonímias.

Por outro lado, não há apenas as definições baseadas em sinonímias preexistentes. Há também as definições consideradas “explicações” e as definições que introduzem novas notações. As explicações, conforme já defendia Carnap

⁴⁴ A seção 2.3.2 apresenta uma problematização sobre o que “enunciado” pode significar. No momento, basta entendê-lo, de modo aproximado, como uma expressão linguística mínima associada a uma proposição.

(1947), têm o objetivo de refinar e complementar a definição de uma expressão. Consistem em uma atividade filosófica e científica comum, na qual não se trata de sugerir que um *definiendum* é sinônimo de um *definiens*, mas sim de apontar que os contextos em que um ocorre de maneira clara e precisa são sinônimos dos contextos em que o outro ocorre. Então, uma explicação tem como propósito preservar esses contextos. Porém, mesmo a explicação se baseia em sinonímias preexistentes, pois essa correspondência entre contextos tem base em relações dadas previamente. Já nas definições que introduzem novas notações, o *definiendum* é sinônimo do *definiens* porque foi criado para isso. Esse é um caso claro e transparente de sinonímia, mas diz pouco a respeito de uma linguagem pronta. Essas definições não têm a função de descrever ou elucidar algo existente, mas sim de criar uma relação de significado.

Os dois casos de definição, por outro lado, mesmo com a proposta de esclarecer algo sobre o significado da linguagem, tomam a sinonímia como base. Desse modo, não a explicam, pois ela é dada previamente. Essas definições nem poderiam explicar a sinonímia porque, caso fossem utilizadas para isso, haveria uma circularidade de explicações: as definições seriam explicadas por meio de relações de sinonímia, e a sinonímia seria explicada pelas definições. Como isso não explicaria nem as definições nem a sinonímia (por consequência, nem a analiticidade), além de não fazer sentido, seria necessário buscar uma explicação para a sinonímia independente das definições. O problema da circularidade será retomado no quinto capítulo quando nos focarmos nas trocas conversacionais que surgem no debate entre atomismo e decomposicionismo.

Um conceito que pode auxiliar a compreensão de uma relação de sinonímia, ainda segundo Quine, é a “intersubstitutibilidade”. Duas expressões são ditas sinônimas se puderem ser substituídas uma pela outra sem o valor de verdade ser alterado. Assim, em “*a bachelor is a bachelor*”, é possível substituir a segunda ocorrência de “*bachelor*” por “*unmarried man*” e o enunciado manteria o valor de verdade: “*a bachelor is an unmarried man*”. Vale ressaltar que, por esse critério, não são consideradas a estrutura da palavra em nenhum sentido que não seja semântico (em relação à intensão e à extensão) nem nenhuma noção metalinguística, ou seja, a impossibilidade da intersubstitutibilidade entre “*bachelor*” e “*unmarried man*” em enunciados como “*‘bachelor’ tem oito letras*” não diz respeito a esse critério e não é

levada em conta. Assim, a intersubstitutibilidade, descartando casos como esse, seria um critério claro para identificar a sinonímia.

Por outro lado, esse critério não é suficiente para a compreensão da sinonímia. É ainda preciso dizer que a sinonímia não corresponde a uma identidade total em nível psicológico ou poético, porque tal identidade não seria possível entre duas expressões diferentes. Portanto, a sinonímia que está sendo considerada, chamada de “sinonímia cognitiva”⁴⁵ e relacionada à intersubstitutibilidade, tem essa restrição. Essa explicação de sinonímia não pressupõe a analiticidade e, então, parece ser minimamente esclarecedora.

Considerando que já há uma mínima clareza a respeito do que é “sinonímia cognitiva”, resta considerar as implicações dela. Se duas expressões são intersubstituíveis, elas têm uma concordância extensional, assim como “*bachelor*” e “*unmarried man*”. Mas nada garante que essa concordância seja também intensional e que não se baseie “meramente em questões de fato acidentais, como acontece com a concordância extensional entre ‘criatura com coração’ e ‘criatura com rins’” (QUINE, 2010 [1980], p. 52). Então, a intersubstitutibilidade, mesmo sendo um critério suficiente para identificar a sinonímia cognitiva, não é suficiente para garantir que a sinonímia derive a analiticidade.

Em razão disso, a investigação invertida talvez precise ser realizada: em vez de explicar a sinonímia cognitiva antes da analiticidade, talvez seja necessário explicar primeiramente a analiticidade sem recorrer à sinonímia, desde que se evite a circularidade (em que uma explique a outra e vice-versa). Depois de encontrarmos uma explicação para a analiticidade, poderemos derivar dela a noção de sinonímia cognitiva analítica, correspondente à intersubstitutibilidade resultante de uma identidade intensional. Voltemos, então, mais diretamente para o problema da analiticidade.

2.2.2 Regras semânticas e o dogma da analiticidade

Pensando em um enunciado como “Tudo o que é verde é extenso”, Quine (2010 [1980], p. 54) diz não saber se ele é analítico. O problema não está no

⁴⁵ O termo “cognitiva” em “sinonímia cognitiva” a que Quine faz referência é entendido, dentro de uma perspectiva empirista, como algo relacionado à confirmação empírica (REY, 2015). Então, não tem relação necessariamente com algo “mental” ou “psicológico”.

significado de “verde” ou de “extenso”, mas no significado de “analítico”: não dá para dizer se um enunciado é analítico se não sabemos o que é “analítico”. A dúvida surge muito em função da dificuldade de separar enunciados analíticos de enunciados sintéticos. Uma saída para precisar essa separação são as “regras semânticas”.

É comum, segundo o autor, associar a dificuldade de promover essa distinção entre sintético e analítico à imprecisão das línguas naturais, e que essa distinção é clara se considerarmos uma linguagem artificial com “regras semânticas” explícitas. Porém, Quine busca mostrar que tratar desse conceito é complicado até mesmo relacionando-o a uma linguagem artificial, e que essas regras não elucidam o que é “analiticidade”.

Levando em consideração a abordagem da Carnap a respeito dessas regras, Quine observa que uma regra semântica, mesmo para uma linguagem artificial, apenas determina qual conjunto de enunciados de uma determinada linguagem é analítico. Isso não explicaria nada porque a noção de “analítico” ainda é pressuposta. Para exemplificar, imaginemos uma linguagem artificial L , com um conjunto de enunciados E e um subconjunto de enunciados analíticos E_1 . Agora, imaginemos algumas regras que comecem com “um enunciado E de L é analítico (E_1) se e somente se...”. Não importando o complemento dessas regras (poderiam ser recursivas ou de qualquer outro tipo), elas contêm o termo “analítico” sem o explicar. Funcionam como uma espécie de “rótulo” do conjunto de E_1 , uma espécie de identificação não explicativa, algo parecido com os postulados de significado de Carnap.

Em outros termos, essas regras, ao pressuporem a analiticidade, nada dizem sobre ela. Poderiam ser regras aleatórias, mas que contivessem a ideia de que “ E é E_1 se e somente se...”, ou seja, podem ser vistas como uma mera definição convencional. Ainda é possível afirmar que, ao dizer quais são os enunciados analíticos de L , as regras semânticas explicam, pelo menos, o que é “analítico para L ”, mas, mesmo assim, o que é compreendido por “analítico” continua sendo um mistério.

Não é só o termo “analítico” que carece de esclarecimento, mas também a expressão “regras semânticas”. Vejamos por quê. Sobre os enunciados analíticos, sabemos pelo menos uma coisa: que eles são verdadeiros. Podemos, então, em vez de tratar de regras semânticas que diferenciam os enunciados analíticos, tratar de

regras que apenas dizem quais enunciados são verdadeiros, regras estas que não conteriam a palavra “analítico”. Por parecer não haver dificuldade em entendermos o que é um enunciado verdadeiro (o enunciado “x é y” é verdadeiro se x for y), regras desse tipo parecem ser minimamente claras. Com base nessas regras de verdade, poderíamos derivar a analiticidade afirmando que um enunciado é analítico se é não apenas verdadeiro, mas verdadeiro segundo uma regra semântica. Porém, esse raciocínio ainda deixa em aberto a explicação da expressão “regra semântica”.

É difícil definir, entre as regras de verdade, quais são as regras semânticas (que identificam os enunciados analíticos). Isso ocorre porque o que caracteriza as regras semânticas, aparentemente, é “o fato de aparecerem em uma página sob o título de ‘Regras semânticas’” (QUINE, 2010, p. 56), ou seja, o fato de serem, como já dito, convencionadas, pressupostas e não explicadas. Portanto, dizer que um enunciado é analítico se e somente se é verdadeiro segundo essas regras semânticas deixa sem solução um problema de falta de esclarecimento (sobre o que é “analítico”) para introduzir outro da mesma natureza (sobre o que é “regra semântica”).

Esse problema é comparado, por Quine, com o dos *postulados* (já tratados neste capítulo). É fácil identificar uma regra semântica se for dado um conjunto de regras semânticas, pois bastaria identificá-la nesse conjunto; da mesma maneira, é fácil identificar um postulado por meio de um dado conjunto, pois bastaria identificá-lo nesse conjunto. Porém, se não for dado um conjunto de regras semânticas ou de postulados, não há como precisá-los indicando apenas um padrão. É como

perguntar quais pontos em Ohio são pontos de partida. Qualquer seleção finita (ou infinita, se efetivamente especificável) de enunciados (talvez preferencialmente verdadeiros) é um conjunto de postulados tanto quanto qualquer outro. A palavra “postulado” tem sentido apenas relativamente a um ato de investigação; aplicamos a palavra a um conjunto de enunciados apenas na medida em que estamos, em um momento específico, pensando esses enunciados em relação aos enunciados que podem ser alcançados a partir deles por *um* conjunto de transformações, às quais decidimos dirigir nossa atenção. Ora, a noção de regra semântica é tão razoável e significativa quanto a de postulado, se for concebida em um espírito relativamente similar e, nesse caso, relativo a uma ou outra iniciativa particular de instruir pessoas leigas nas condições suficientes para a verdade dos enunciados de uma linguagem L, natural ou artificial. Mas, desse ponto de vista, nenhuma designação de uma classe de verdades de L consiste mais intrinsecamente em uma regra semântica que em outra (...). (QUINE, 2010 [1980], p. 57)

Assim, tanto postulados quanto regras semânticas podem ser úteis para indicar a alguém um conjunto de enunciados verdadeiros. Porém, nada dizem sobre

o que é intrinsecamente regra semântica ou postulado. Em razão disso, a noção de “analiticidade” apenas aparenta ser justificável, mas não seria, pois é derivada dessas noções não esclarecidas. É nesse sentido que Quine afirma que a analiticidade é aceita por um conjunto de filósofos, ditos empiristas, não como algo com base empírica, mas sim como um *dogma*. Por isso, não aceita a fronteira “imaginada” entre o analítico e o sintético.

Mesmo Katz (1966), cuja proposta foi comentada anteriormente, acreditando salvar o conceito de “analiticidade”, não consegue contornar esses problemas apontados por Quine. Isso ocorre porque Katz evita, inclusive de modo expresso, definir ou explicar precisamente “analiticidade”, preferindo sugerir que há uma estrutura subjacente que a garantiria, assim como garantiria conceitos como “sinonímia”. Porém, mesmo buscando contornar os problemas que Quine aponta, o autor parece ser um exemplo daqueles que tem como dogma o conceito de “analiticidade”. Dentro desse dogma, um defensor da analiticidade deixaria de considerar a possibilidade de haver o problema da circularidade ao deixar em suspenso a explicação sobre o que é “analítico”. Com esse conceito pressuposto, a circularidade (em quem dois elementos ou conceitos se explicam mutuamente, dependendo um do outro para existir, o que não explica qual surge antes) apresenta-se como um problema não apenas para a relação entre sinonímia e analiticidade, mas também para a relação entre *definiendum* e *definiens*, já que, na falta de explicação clara sobre a relação analítica, seria possível dizer que o *definiendum* é determinado pelo *definiens*, assim como o *definiens* é determinado pelo *definiendum*. A postulação de que a definição só ocorre em uma direção ou de que *definiendum* e *definiens* estão em níveis diferentes de abstração busca resolver isso, conforme veremos nos capítulos seguintes.

Vejam, na próxima subseção, outras considerações que tentam salvar esse conceito.

2.3 TENTATIVA DE SALVAR A DISTINÇÃO ENTRE SINTÉTICO E ANALÍTICO

Como a distinção entre significado analítico e significado sintético tem tradição filosófica (baseada no que Quine considera um dogma), é de esperar reações às críticas quineanas para tentar salvá-la. Desse modo, na sequência, iremos comentar algumas dessas tentativas que, além de serem exemplos

relativamente representativos, irão nos ajudar a nos aprofundar na discussão. Obviamente, não será nosso intuito esgotar essas reações de defesa, que não se limitam a discussões dentro da filosofia.

2.3.1 Em defesa da intuição

Uma dessas tentativas de defesa é a de Grice e Strawson (1956) no artigo “Em defesa de um dogma”, cujo título já deixa claro o objetivo de se contrapor às críticas sobre a plausibilidade da analiticidade feitas por Quine. Analisar os argumentos dos autores, além de ajudar a termos uma dimensão mais ampla da discussão em torno da analiticidade, pode nos permitir compreender melhor a perspectiva de Quine por apresentar uma interpretação dela.

Ao evocar as críticas de Quine, os autores observam que elas vão além de apontar que a distinção mencionada não é precisa, ou que os termos utilizados para descrever essa distinção não são claros. Esse tipo de crítica apenas demandaria uma elucidação, mas não rejeitaria a existência do objeto criticado. O que Quine faz, então, na interpretação dos autores, é ser mais radical: é sugerir que a distinção entre sintético e analítico é ilusória e que a crença nela é um erro filosófico. Cabe fazermos uma ressalva nessa interpretação: realmente Quine demonstra não acreditar nessa distinção, mas ele a deixa em aberto à espera de um argumento que a salve. De todo modo, a sua crítica vai em direção à descrença da analiticidade, não apenas a problemas resolvíveis.

Grice e Strawson, então, apontam duas questões pertinentes relacionadas às críticas de Quine. Uma é a tradição filosófica que passou a pressupor a distinção entre os termos “analítico” e “sintético” paralelamente a outras distinções correlatas, como entre “necessário” e “contingente” (algo não necessário), entre “*a priori*” e “empírico”, entre “verdade da razão” e “verdade do fato”, entre outros. A outra questão, que pode ser mais bem aproveitada (já que a primeira apenas corrobora a crítica de Quine), é a prática corrente de análises. Assim, os filósofos que utilizam os termos “analítico” e “sintético” concordam em grande parte com suas aplicações, ou seja, eles aplicam tais termos “mais ou menos” (é o que dizem Grice e Strawson, 1956) aos mesmo casos, negam que sejam aplicados mais ou menos aos mesmos casos e hesitam em aplicá-los mais ou mesmo aos mesmos casos; em outras

palavras, há uma tradição de filósofos que se entendem ao utilizarem tais termos, mesmo sem justificá-los explicitamente.

Essa concordância a respeito do que é ou não analítico e sintético ocorre não só para casos repetidos na literatura (como “um *bachelor* é um *unmarried man*”), mas também para novos. Sobre isso, podemos fazer duas observações. Primeiro, podemos reiterar o que os próprios autores dizem sobre essa distinção ser “mais ou menos” consensual, o que não serve como defesa para a analiticidade, mas também não serve para negá-la (apenas a deixaria pendente, como já mencionado, de uma melhor formulação e elucidação). Segundo, o consenso quase total poderia ter como causa um sistema de crenças compartilhado pelos filósofos sobre os enunciados (seja em um modelo holístico, a ser tratado na seção 2.4, seja em um conjunto de crenças não necessariamente relacionadas), o que enfraquece a ideia de que, por ter um uso “mais ou menos” estabelecido, seria um absurdo ou algo sem sentido (GRICE; STRAWSON, 1956, p. 143) sugerir que não há a distinção mencionada. Como diriam os autores:

in general, if a pair of contrasting expressions are habitually and generally used in application to the same cases, *where these cases do not form a closed list*, this is a sufficient condition for saying that there are *kinds* of cases to which the expressions apply; and nothing more is needed for them to mark a distinction.⁴⁶ (GRICE; STRAWSON, 1956, p. 143, grifos do autor).

Como é possível inferir do que já colocamos, parece que é preciso mais, se não para marcar (algo feito no uso comum de alguns filósofos), então para justificar essa distinção. Os autores, em razão disso, comentam sobre a problematização que Quine promove a respeito da sinonímia como fator explicativo da analiticidade. Lembremos que Quine demonstra que utilizar o conceito de “sinonímia” para explicar a analiticidade não é adequado, já que o conceito de “sinonímia” passaria a ter de ser explicado, e não poderia ser explicado pela analiticidade para não haver o problema da circularidade. Então, conforme Grice e Strawson, se Quine é contra a existência da distinção entre analítico e sintético por falta de clareza, também deveria ser contra a sinonímia. Sendo contra a sinonímia, deveria ser contra as expressões “tem o mesmo significado de” e “não tem o mesmo significado de”, e, por

⁴⁶ “no geral, se um par de expressões contrastantes são habitualmente e geralmente usadas na aplicação dos mesmos casos, *onde esses casos não formem uma lista fechada*, essa é uma condição suficiente para dizer que há *tipos* de casos aos quais as expressões se aplicam, e nada mais é preciso para eles marcarem uma distinção.” (Tradução nossa).

consequência, deveria ser contra a ideia de “significado” pressuposta na ideia de “sinonímia”.

É importante observar o salto argumentativo que os autores dão. De fato, Quine aponta a falta de clareza na definição de “sinonímia”, mas caso ela seja utilizada para definir a analiticidade, ou seja, caso seja apenas considerada uma dimensão intensional em sua definição. Nada impediria, pelos critérios de Quine, uma definição para sinonímia que considerasse intensão e extensão, por exemplo. Então, abandonar a distinção entre sintético e analítico parece não implicar, na verdade, abandonar as noções de “sinonímia” e de “significado” (sentido), como sugerem Grice e Strawson, que afirmam ser um absurdo esse (suposto) abandono geral implicado.

O argumento central dos autores é que um conceito como o de “analiticidade” não precisa ser explicado de acordo com as exigências de Quine (para quem uma explicação deve ser independente do termo a ser explicado) para ser plausível. Eles tentam, então, demonstrar como a analiticidade pode ser explicada informalmente por meio do seguinte exemplo. Digamos que alguém profira as duas sentenças: “meu vizinho de três anos entende a Teoria de Tipos de Russell” e “meu vizinho de três anos de idade é um adulto”. Considerando que quem tenha dito essas sentenças explique que está sendo literal, o interlocutor poderia dizer, em relação ao enunciado da primeira, que não acredita, e em relação ao enunciado da segunda, que não entendeu. A diferença entre “não acreditar”, relacionado a algo assumido como falso até ser comprovado, e “não entender”, relacionado a algo “logicamente” falso (não possível em relação ao sistema semântico utilizado), atestaria a distinção entre sintético e analítico.

Como podemos notar, parece que os autores não consideraram que essas diferenças de julgamento seriam explicadas por Quine pelo conjunto de crenças do segundo interlocutor envolvido no diálogo sugerir que uma sentença é mais plausível do que a outra. Enfim, os autores assumem que a analiticidade carece de uma elucidação clara e precisa, mas negam que isso seja motivo para rejeitá-la. Mas vale ressaltar que, para Quine, esse não é o único motivo: há a circularidade implicada pela explicação para a analiticidade envolvendo “definição” e “sinonímia”, e a existência de outras possibilidades de explicação para o significado dos enunciados que evitam essa circularidade (por exemplo, o holismo semântico de Quine, tratado

na seção 2.4, e a teoria atomista da representação da mente de Fodor, tratada no próximo capítulo).

Outro autor que busca rebater as críticas de Quine e salvar a analiticidade é Putnam (1965), sobre o qual comentaremos apenas no que se refere à defesa da analiticidade como apresentada (haveria mais sobre o que ele diz a respeito da analiticidade, mas isso fugiria de nosso recorte de considerações). Concordando com Grice e Strawson, o autor parte da ideia de que a distinção entre analítico e sintético é fortemente intuitiva, ainda que não clara nem precisa. Porém, Putnam afirma que essa distinção não tem relevância teórica e que, caso alguém insista em tentar demonstrá-la com precisão, estará sempre sujeito a críticas como as de Quine. Mesmo assim, por não concordar com Quine, o autor busca justificar a distinção.

Um modo de justificá-la é recorrer à vantagem da brevidade e da inteligibilidade. Para Putnam, se alguns enunciados forem imunes à revisão, isto é, analíticos, os falantes podem compartilhar mais facilmente alguns significados e podem se entender mais rapidamente. No entanto, Putnam não menciona que essa vantagem poderia ocorrer também sem a distinção entre analítico e sintético, considerando que houvesse alguns enunciados cuja verificação já é feita previamente às situações de interação, com os falantes compartilhando informações suficientemente para assumir algumas verdades. Portanto, a defesa de Putnam não se demonstra suficientemente forte para resolver os problemas apontados por Quine.

Voltando a Quine, o autor desenvolve suas críticas não apenas por meio das considerações não contornadas pelos autores mencionados, mas também propondo uma alternativa de compreensão do significado dos enunciados. Essa alternativa, conhecida como “holismo semântico”, e sua problematização serão tratadas na seção 2.4.

2.3.2 Em defesa da formalização

Não costuma ser relevante, na tradição de discussão sobre a analiticidade, diferenciar “sentença” (ou “enunciado”) de “proposição”, conforme reconhece G. Russell (2008). Porém, em sua argumentação de defesa da analiticidade, a autora parte do esclarecimento desses termos e de tantos outros

muitas vezes não diferenciados. Ao mesmo tempo que tenta fixar um sentido para cada um, ela tenta rebater as críticas de Quine sobre as imprecisões que norteiam a distinção entre verdade analítica e verdade sintética. Em outros termos, tenta seguir o caminho de Carnap, mas com a vantagem de ter analisado o debate entre os dois autores e as discussões na tradição filosófica, já que a autora se coloca em um momento posterior a muitas discussões sobre o assunto.

A autora, então, afirma que é importante diferenciar “sentença” de “proposição” porque é a primeira que pode ser analítica, não a segunda. A sentença, então, tem significado (a autora utiliza “significado” equivalendo aproximadamente a “sentido”, mas isso será problematizado), enquanto a proposição *é o significado*. Para exemplificar a importância dessa diferenciação para a discussão, ela utiliza a sentença “eu estou aqui”. Essa sentença, à primeira vista, corresponderia a uma proposição verdadeira independentemente do contexto, o que a tornaria analítica. Porém, a sentença “ele está lá”, pronunciada por outra pessoa, mas com a mesma proposição (“eu” teria a mesma referência de “ele”, assim como “aqui” e “lá”), não poderia ser considerada analítica. Ou seja, é adequado dizer que uma sentença é que é analítica, não uma proposição. Isso ocorreria porque são as regras determinadas pelo sistema linguístico que tornariam a proposição verdadeira, não a proposição em si, isso se for considerado que, de fato, há a mesma proposição para as duas sentenças do exemplo da autora.

Além disso, dizer que a analiticidade é uma propriedade das sentenças teria a vantagem de manter a conexão entre elas e a verdade lógica. Lembremos os exemplos de sentenças de Frege: “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ”. Considerando que as duas expressem a mesma proposição, apenas a primeira é uma verdade lógica, o que significa que esse *status* não pode ter sido fornecido pela proposição.

Outra explicação necessária é a respeito do que “verdade em virtude do significado” quer dizer. Para a autora, quando a analiticidade é considerada (mesmo que questionada), Quine simplesmente tem em mente a ideia de que, por exemplo, é o *fato* de que todos os “*bachelors*” são “*unmarried*” que contribui para *determinar* o valor de verdade da sentença “*all bachelors are unmarried*”, ou seja, nessa interpretação, a consideração disso como um fato vem antes do valor de verdade. Já para outros autores (ela cita Boghossian), seguindo um raciocínio contrário, para que “*all bachelors are unmarried*” seja verdadeira, o significado da sentença deveria fazer todos os “*bachelors*” serem “*unmarried*”, ou seja, o significado da sentença

determinaria a verdade da proposição. Para a autora, uma terceira opção de entendimento de “em virtude do significado”, mais clara e mais plausível, deveria ser sugerida, já que a primeira opção é trivial e a segunda é absurda. Para tanto, é preciso definir o que é “determinar”.

G. Russell usa uma comparação com a aritmética para explicar diferentes tipos de “determinação”. Imaginemos a seguinte função de multiplicação:

$$x \times y = z$$

Nela, o produto é determinado em parte pelo valor do primeiro argumento x , em parte, pelo do segundo. Sendo o valor de x e de y , respectivamente, 3 e 5, teremos 15.

$$3 \times 5 = 15$$

Tanto o argumento 3 quanto o argumento 5 têm participação no valor da função. Então, o fator 3 *determina parcialmente* o valor da função, e 3 e 5 *determinam conjuntamente* esse valor. Algo diferente ocorre se um dos argumentos for 0:

$$0 \times 5 = 0$$

Nesse caso, o argumento 0 *determina completamente* o valor da função, ou seja, o outro argumento, apesar de existir, não participa do valor da determinação. Nesse mesmo caso, o segundo argumento *determina redundantemente* o valor da função, ou seja, 5, de certo modo, participa da determinação, mas seu valor específico não contribui para o resultado determinado, o que configuraria a redundância.

Um tipo de função parecida pode ser pensada para sentenças de uma língua natural. Assim, o significado S (equivalente à proposição) e o mundo M (ou estado do mundo) seriam os dois argumentos que determinariam o valor de verdade V , o que seria representado pela função $\langle S, M, V \rangle$.

Pensemos na proposição verdadeira contida na sentença “a neve é branca” no estado do mundo a . Então, temos como uma primeira proposta de função para a determinação do valor de verdade:

\langle a proposição de que a neve é branca, M_a , $V \rangle$

\langle a proposição de que a neve é vermelha, M_a , $F \rangle$

A proposição e o estado de mundo a *determinam conjuntamente* o valor de verdade, sendo este verdadeiro no primeiro caso e falso no segundo. A proposição sozinha *determina parcialmente*.

Esses casos consideram sentenças sintéticas. No caso de uma sentença analítica, o estado de mundo determinaria redundantemente o valor de verdade, enquanto a proposição determinaria completamente. É isso, segundo G. Russell, que um defensor da analiticidade deveria dizer: a verdade analítica é *completamente determinada* pelo significado da sentença.

Outro conceito que carece de esclarecimento e causa confusão segundo a mesma autora é a *necessidade*. Tradicionalmente, é dito também que sentenças analíticas são aquelas que expressam verdades necessárias. Nessa perspectiva, a verdade necessária corresponderia ao “significado” em “em virtude do significado” na definição da analiticidade. Porém, a autora defende que isso não é apropriado. Para demonstrar isso, ela parte do clássico exemplo de Frege no qual as descrições definidas “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde” têm a mesma referência. Então, imaginemos a sentença “a estrela da manhã é a estrela da tarde”. Digamos que, em uma perspectiva hiper-realista, fosse descoberto em todos os mundos possíveis que as duas descrições definidas têm a mesma referência, e que, portanto, essa sentença sempre será verdadeira. Disso concluiríamos que essa sentença expressa uma verdade necessária, mas ninguém diria que ela é analítica, o que sugere que “expressa uma verdade necessária” e “é verdade em virtude do significado” não são trivialmente equivalentes.

Assim, segundo a autora, haveria duas falsas afirmações sobre a analiticidade. A primeira é que o significado que determina completamente o valor de verdade da sentença deve ser o conteúdo da sentença, ou seja, a referência (igualemos provisoriamente conteúdo e referência, como faz a autora). A segunda é que o estado do mundo que determina redundantemente o valor de verdade da sentença é um mundo possível contra o qual o valor de verdade da sentença é avaliado. Mesmo com essa explicação, a autora precisa continuar motivando a rejeição dessas afirmações porque ainda há algumas confusões para serem resolvidas e, assim, será possível restringir a analiticidade, tornando sua definição clara. Uma dessas confusões continua sendo o que se entende por “significado” em “verdade em virtude do significado”. Vejamos os diferentes entendimentos comuns para “significado”, que G. Russell descreve cada um com um termo diferente:

- Caráter: a coisa que os falantes devem saber para entenderem uma expressão (uma sentença, uma descrição definida ou uma descrição não definida).

- Conteúdo: o que a “palavra”⁴⁷ contribui para uma sentença contendo o que esta diz (a proposição que esta expressa).⁴⁸
- Determinador de referência: uma condição que um objeto deve atender para ser o referente de uma expressão.
- Referente/extensão: o objeto (ou conjunto de objetos) a que um termo se aplica.

A autora afirma que o que “significado” quer dizer raramente é elucidado, sendo a analiticidade, considerada como algo intuitivo, geralmente é pressuposta. Ao dizer isso, ela parece concordar com Quine sobre a distinção entre sintético e analítico ser um dogma, isto é, algo dado como certo sem necessidade de ser problematizado. Porém, a autora, que acredita na distinção entre sintético e analítico, busca desmistificar esse dogma analisando essas quatro opções para o entendimento de “significado”. A hipótese da autora é que, geralmente, quando pensadores discutem sobre a analiticidade, eles têm em mente a ideia de “determinador de referência”, apesar de que as outras opções parecem se misturar de modo pressuposto nas discussões. Em razão disso, é importante entender todas essas noções para chegar à elucidação de “significado” em “verdade em virtude do significado”.

Começemos a tratar do conteúdo e do caráter. Para tanto, pensemos no caso de termos indexicais como “eu” e “aqui”. Esses termos são diretamente referenciais, ou seja, as instruções para a identificação de suas referências são diretas em um dado *contexto de fala*. Mas não são as referências que compõem seus significados, mas sim os *significados descritivos*, conhecidos pelos falantes, que são funções que relacionam o contexto de fala com o referente, ou, caso seja assumido que o conteúdo seja o referente, que relacionam o contexto de fala com o conteúdo.

Há uma diferenciação, então, entre o conteúdo e os significados descritivos, que regulam como um indexical é associado diretamente a um referente de modo sensível ao contexto de fala. Esses significados configuram o *caráter*, aquilo que o falante deve saber para usar uma expressão de modo competente.

⁴⁷ A autora não se preocupa em definir “palavra”, mas isso não é relevante para a presente discussão. Pensemos, no momento, na equivalência com “item lexical”.

⁴⁸ Posteriormente, como já sugerido, “conteúdo” será considerado equivalente, na maioria das vezes, a “referência”, mas, por “conteúdo”, sempre será entendido como aquilo com que uma expressão contribui para a proposição (“pensamento”) da sentença que a contém.

Podem parecer com os “sentidos” de Frege, mas, segundo a autora, não são a mesma coisa, porque, no caso dos indexicais, esses significados descritivos são regras que relacionam diretamente a expressão ao referente, ao passo que os sentidos Fregeanos seriam modos de apresentação do referente de modo não direto. Porém, observemos, é questionável se os sentidos Fregeanos não possam compreender o caráter, já que Frege parece associar a “sentido”, de modo genérico, qualquer maneira regulada pelo conhecimento codificado em um sistema linguístico para chegar à referência (mas não é nosso objetivo desenvolvermos essa problematização).

Para tratar do determinador de referência, é preciso antes entender os tipos de contextos a que a determinação da referência é sensível. Já vimos que os indexicais são sensíveis ao contexto de fala, isto é, para determinar a referência de “eu”, “aqui” e “hoje” é preciso saber quem está falando, em que lugar e em que momento. Porém, pensemos em uma expressão de descrição como “o menor espião”. O referente dessa descrição varia conforme os diferentes *contextos de avaliação*, não os diferentes contextos de fala, ou seja, depende de como as condições no mundo são avaliadas, não quem diz ou escreve a expressão. Já expressões como nomes próprios dependem de um estado de mundo em que elas são introduzidas pela primeira vez, tendo a referência fixada conforme um *contexto de introdução*.

Sendo assim, esses três tipos de contextos (de fala, de avaliação e de introdução) têm um papel na determinação do valor de verdade das sentenças. Conforme G. Russell revê os dois fatores determinantes do valor de verdade considerados por Carnap, um associado às condições do mundo e o outro associado à linguagem, esses três tipos de contextos correspondem ao primeiro fator, enquanto ao segundo corresponde o *determinador de referência*. A função de valor de verdade, então, pode ser revista da seguinte maneira:

$$\langle c_i, c_f, c_a, R, V \rangle$$

O contexto de introdução (c_i), de fala (c_f) e de avaliação (c_a), juntamente com o determinador de referência (R), nessa função, resultam no valor de verdade (V). Sobre as sentenças analíticas, R determina completamente V , ou seja, V não é sensível a c_i , c_f nem c_a . Esse determinador de referência pode ser descrito, por exemplo, para o indexical “eu” como algo que diz que “eu” sempre se refere ao falante ou escritor (o “agente”, termo também usado por G. Russell) do contexto de

fala⁴⁹. Já para um nome próprio qualquer, o determinador de referência seria a condição especificada por um “batizador” (usando uma descrição ou apontando) em um contexto de introdução. Em suma, o determinador de referência varia de acordo com o tipo de expressão e pode ser sensível a um tipo de contexto.

É possível entender o que é esse determinador de referência por meio da análise de um exemplo de sentença (talvez o exemplo mais analisado na tradição filosófica que trata a analiticidade): “*All bachelors are men*” (“Todos os solteiros são homens”). Pensando em cada uma das expressões que compõem a sentença, nenhuma tem seu determinador de referência sensível ao contexto de fala ou de introdução. Entretanto, a extensão de “*bachelors*” varia de acordo com o contexto de avaliação (o que equivale a dizer que varia conforme um estado de coisa ou um mundo possível), ou seja, seu determinador de referência é sensível a esse tipo de contexto, pois é preciso avaliar, por exemplo, as condições de um determinado indivíduo no mundo para saber se “*bachelors*”, assim como “*men*”, pode ser aplicado a ele.

Por outro lado, a extensão da sentença (seu valor de verdade) não varia de acordo com nenhum dos contextos, mesmo com as extensões de “*bachelors*” e “*men*” variando. Isso é explicado porque, apesar de a extensão desses dois itens variar, elas variam de modo sincrônico, sempre no mesmo contexto, ou seja, independentemente da variação, a extensão de “*bachelors*” sempre será um subconjunto de “*men*” (“*bachelor*” só é usado para homens). Portanto, essa sentença seria analítica, isto é, ela é verdadeira em virtude do significado (determinador de referência). Desse modo, na definição de analiticidade, é necessária a ideia de que um determinador de referência, como $\downarrow\text{man}\downarrow$ (as setas para baixo indicam que é um determinador desse tipo), sempre esteja contido em outro determinador de referência, no caso $\downarrow\text{bachelor}\downarrow$ (informalmente, é como se disséssemos que, para ser “*bachelor*” tem de ser “homem”, sendo a ideia de “homem” contida na ideia de “*bachelor*”, um caso de hiponímia). Assim, temos que uma verdade é analítica se for em virtude do determinador de referência e de uma relação de predicação ou de implicação envolvendo continente e conteúdo (por exemplo, $\downarrow\text{morrer}\downarrow$ está contido

⁴⁹ A autora, obviamente, está considerando apenas enunciados de discurso direto e sem uso metalinguístico, pois em “João disse ‘daqui eu não saio’”, não dá para dizer simplesmente que “eu” se refere ao falante, apesar de ser possível dizer que se refere ao falante citado.

em \downarrow matar \downarrow , o que permite a sentença “se João matou Maria, então Maria morreu” ser analítica).

Porém, é possível notar que ainda há algo pressuposto, mesmo respeitando nossa intuição: “*bachelors*” é um subconjunto de “*men*”. Assim, apesar de G. Russell conseguir ir em direção de uma elucidação da analiticidade, desfazendo confusões a respeito de algumas noções pressupostas não explicadas (lembramos que uma das críticas de Quine era a falta de explicação para a analiticidade, dada geralmente como algo pressuposto), a autora ainda conta com a intuição (no caso de uma língua natural) para julgar que dois ou mais itens cujas extensões são variáveis de acordo com o contexto de avaliação estão relacionados de tal modo que, quando a extensão de um varia, a do outro também, fazendo com que a extensão da sentença não seja sensível à mudança de contexto. Contar com o julgamento desses itens pode resultar em discordâncias e manter a noção de “analiticidade” em xeque.

G. Russell ainda tenta responder à crítica de Quine a respeito da circularidade em que uma definição de analiticidade poderia resultar. Lembremos que Quine menciona o problema da dificuldade de explicar uma sentença analítica, e que uma opção seria associá-la a uma definição, ou a uma sinonímia. Mas, então, passaria a haver a necessidade de explicar “sinonímia” (“definição” o autor conclui que não é plausível), que não poderia ser pressuposta nem poderia ser explicada por meio de uma relação analítica, o que resultaria no problema da circularidade.

Revedo a crítica de Quine, G. Russell conclui que o autor acredita que o determinador de referência para “analítico” é circular. Para Quine, “analítico” geralmente seria determinado por “sinonímia”, que seria determinado por “necessário”, que seria determinado por “analítico” (resultando na circularidade). Porém, na definição de G. Russell, como vimos, não há a questão da sinonímia, além de a autora não concordar que a “necessidade” faça parte do conceito. Assim, podemos dizer que é necessário para o conceito “água” ser “H₂O” (apenas por suposição), mas a sentença “água é H₂O” não seria analítica, já que o determinador de referência de “água”, para um determinado falante que nunca estivesse estudado química, varia conforme o contexto de avaliação de modo diferente do que acontece

com o conceito “H₂O” é evocado.⁵⁰ Com o que já dizemos, a definição de “analiticidade” de G. Russell pode ficar mais clara:

A sentence that consists of a modifier (M), logical subject expression (S) and logical predicate expression (P), is analytic if (i) the sentence can be true even if (S) is not met by anything, and either (ii) (M) is positive and the reference determiner for (S) contains the reference determiner for (P) or M is negative and the reference determiner for (S) excludes the reference determiner for (P). (G. RUSSELL, 2008, p. 134).⁵¹

Isso significa que, na relação predicacional, levando em conta a sentença “*All bachelors are men*”, “*bachelors*” faz parte do que a autora está considerando o sujeito lógico, enquanto “*men*” faz parte do predicado. Como já dito, o determinador de referência de “*bachelors*” contém o determinador de referência de “*men*”, atendendo aos critérios de analiticidade. Porém, além de a ideia de ↓bachelor↓ conter ↓man↓ ser intuitivamente justificada (e recorrer à intuição, como já dito, talvez possa colocar sob suspeita a precisão do conceito de analiticidade, resultando em vagueza, como já dizia Carnap), Quine apontava que, para uma definição ser aceita (lembremos que a definição está diretamente relacionada à analiticidade), como a definição de “*bachelor*” (em “*bachelor is unmarried man*”), ela precisa ser feita em termos de conceitos extensionais ou de disposições dos falantes para um determinado comportamento, ou seja, a referência de “analítico” deve estar identificada, ou o comportamento dos falantes diretamente relacionado a ela deve ser precisado, para o significado de “analítico” estar claro, o que, segundo ele, não ocorre.

Para responder a isso, a autora é um tanto evasiva (G. Russell, 2008, p. 134). Apenas diz que essa exigência é forte demais, mas que sua definição é suficientemente forte e plausível, o que torna a restrição de Quine sem relevância. Enfim, talvez responder diretamente a essa questão de Quine seja uma limitação da proposta da autora, o que, segundo ela, não deveria invalidar a definição de analiticidade, pois, concordando com Grice e Strawson, a intuição garantiria sua

⁵⁰ Provavelmente, mesmo para um conhecedor da fórmula química da água os determinadores de referência dos dois conceitos poderiam variar de modo não sincronizados. Lembremo-nos que, por exemplo, um rio poluído está cheio de água poluída, mas talvez não de H₂O, pois a água, quanto mais poluída estiver, menos H₂O terá em relação a outros componentes.

⁵¹ “Uma sentença que consiste em um modificador (M), uma expressão de sujeito lógico (S) e uma expressão de predicado lógico (P) é analítica se (i) a sentença puder ser verdadeira mesmo se S não for atendido por nada e se (ii) M for positivo e o determinador de referência para S contiver o determinador de referência para P ou M for negativo e o determinador de referência para S excluir o determinador de referência para (P).” (Tradução nossa).

validade. Além disso, ela, apesar de não recorrer ao conceito de “sinonímia”, não apresenta garantia de que sua compreensão evita a circularidade.

2.4 HOLISMO SEMÂNTICO

Na sequência, veremos, primeiro, o que é a proposta “holista” de Quine em relação ao significado, para, posteriormente, apresentarmos algumas problematizações a respeito dessa perspectiva. Como veremos, essa proposta é geralmente apontada como tendo alguma relação com a analiticidade, o que já seria o suficiente para justificar tratarmos dela. Mas, além disso, a questão do holismo aparece no debate entre o atomismo e o decomposicionismo, como veremos nos próximos capítulos, o que tornaria inadequado não abordá-la.

Antes de discorrermos sobre a concepção de Quine, dita “holista”, sobre algumas críticas a ela, convém apresentarmos uma noção geral sobre holismo, sobretudo holismo semântico, para melhor entendê-la. Assim, poderemos ter uma compreensão melhor da proposta desse autor, que, na verdade, não usa os termos “holismo” ou “holista” em seu texto considerado como uma defesa do holismo semântico (Quine não nomeia sua proposta, apenas a apresenta), embora, na tradição filosófica, seu texto “Dois dogmas do empirismo” “is perhaps the most analyzed short philosophical paper written in the last fifty years [em relação à década de 1990] and is the point of departure for many discussions of holism.”⁵² (FODOR; LEPORE, 1993, p. 37).

A noção de “holismo” se refere a uma perspectiva geral filosófica que propõe que, em um sistema qualquer, todas as partes são determinadas pelo sistema como um todo, não sendo possível determinar ou definir cada parte de modo isolado. O que nos interessa é o holismo semântico, uma doutrina segundo a qual

only whole languages or whole theories or whole belief systems *really* have meanings, so that the meanings of smaller units – words, sentences, hypotheses, predictions, discourses, dialogues, texts, thoughts, and the like – are merely derivative.⁵³ (FODOR; LEPORE, 1993, p. X, grifo dos autores).

⁵² “ele seja talvez o artigo filosófico curto mais analisado escrito nos últimos 50 anos e seja o ponto de partida para muitas discussões sobre holismo.” (Tradução nossa)

⁵³ “somente linguagens/línguas inteiras ou teorias inteiras ou sistemas inteiros de crenças *realmente* têm significados, de tal modo que os significados das unidades menores – palavras, sentenças, hipóteses, predicações, discursos, diálogos, textos, pensamentos, e outras – são meramente derivativos.” (Tradução nossa).

Uma maneira de compreender como apenas sistemas semânticos como um todo teriam significado é por meio do conceito de “não atomicidade”. Imaginemos a propriedade de “ser irmão” (FODOR; LEPORE, 1993, p. 1). Se eu “sou um irmão”, então precisa haver outra pessoa diferente de mim, já que ninguém pode ser irmão dele mesmo. Portanto, essa propriedade é *não atômica*, pois não pode ser compreendida/determinada/definida isoladamente. Por outro lado, a propriedade de “ser uma pedra”, instanciada apenas por uma coisa, supostamente seria *atômica*. Porém, uma perspectiva holística pressupõe a não atomicidade, ou seja, nada é atômico em relação ao significado.

É importante não confundir “atômico” nesse sentido empregado como algo não holístico com “atômico” no sentido da perspectiva atomista interlocutora no debate com a perspectiva decomposicionista. Na verdade, os dois usos de “atômico” têm uma relação, mas não são a mesma coisa. O primeiro é utilizado de modo mais amplo como oposição ao holismo (que é “não atômico”), não correspondendo a uma teoria semântica específica (Fodor e Lepore, 1993, p. 32-33, citam propostas atomistas nesse sentido, como o empirismo mentalista de Hume e o comportamentalismo de Skinner, que falharam, segundo os autores, no que propuseram); já o segundo, que trataremos no próximo capítulo, diz respeito a uma perspectiva semântica dentro de um quadro teórico específico, a Teoria Representacional da Mente (Representational Theory of Mind – RTM).

2.4.1 Holismo como alternativa à analiticidade

Além de buscar desacreditar a noção de analiticidade, como já vimos, resta a Quine (2010) propor uma alternativa de explicação para as diferenças entre os enunciados no que se refere aos meios aparentemente diferentes de verificação do valor de verdade. Antes de chegar a essa proposta, o autor tece algumas considerações sobre o que ele chamou de “dogma do reducionismo”, que está relacionado diretamente ao dogma da analiticidade.

Segundo a perspectiva reducionista, o significado dos enunciados seriam o método de confirmá-los ou invalidá-los empiricamente. Essa confirmação (ou invalidação) salvaria a noção de sinonímia e, por consequência, de analiticidade, pois enunciados seriam ditos sinônimos se, e somente se, fossem semelhantes

conforme o método de confirmação. Com o conceito de sinonímia garantido, segundo Quine (2010, p. 61), seria possível definir “analiticidade” como uma sinonímia de enunciados com verdade lógica. Porém, surge disso a dúvida sobre qual método de verificação deve ser usado, ou seja, qual maneira de relacionar um enunciado com as experiências deve ser adotada.

Segundo Quine (2010, p. 61-66), a concepção mais ingênua dessa relação é a constatação direta, o que consiste em um reducionismo radical. Desse modo, todos os enunciados são validados ou invalidados em relação a uma experiência imediata. Essa experiência estaria relacionada aos “dados dos sentidos”, ou seja, seria compreendida como algo ambíguo entre qualidades sensoriais e eventos sensoriais. Essa perspectiva buscaria, segundo o autor, especificar uma linguagem de dados dos sentidos e mostrar como traduzir, para ela, todo um sistema linguístico-discursivo, enunciado por enunciado. Uma linguagem qualquer seria, então, reduzida a essa linguagem relacionada à experiência direta.

Então, segundo essa perspectiva, cada enunciado estaria relacionado a (e seria traduzido para) um domínio único de eventos sensoriais possíveis de tal modo que a ocorrência de qualquer um deles tornaria a verdade do enunciado mais provável, o que chegaria à validação. Por outro lado, para o mesmo enunciado haveria um domínio único de eventos sensoriais possíveis cuja ocorrência tornaria a verdade do enunciado mais improvável, o que chegaria à invalidação. Nessa concepção, cada enunciado, tomado isoladamente, pode admitir confirmação ou invalidação. Além disso, se cada enunciado pode ser tomado isoladamente, ficaria mais fácil de isolar aqueles que são um tipo limite de enunciado vagamente confirmado, que é o do tipo analítico.

É por essa ideia estar presente como pressuposto em muitas considerações de empiristas que Quine a chama de “dogma”, que está inter-relacionado com o dogma mencionado anteriormente sobre a analiticidade. Por acreditar que não há um meio de confirmar ou invalidar isoladamente os enunciados, Quine sugere, então, que os enunciados sobre o mundo externo sejam considerados, conforme a experiência sensorial, como um corpo organizado. A essa proposta de verificação do valor de verdade dos enunciados não tomados isoladamente corresponde ao que é considerado tradicionalmente “holismo semântico” (REY, 2015; FODOR; LEPORE, 1993).

Nessa proposta, só poderíamos verificar o valor de verdade de um enunciado no conjunto de outros enunciados. Esse conjunto consistiria em uma totalidade do que conhecemos como “conhecimento” ou “crença”, sendo essa totalidade uma espécie de “campo de força” que encontra a experiência apenas nas extremidades. Um conflito com a experiência na periferia desse campo resultaria reajustes no seu interior, ou seja, valores de verdade teriam que ser redistribuídos para alguns enunciados. As crenças mais próximas à periferia seriam aquelas, portanto, mais suscetíveis de mudança, ao passo que as crenças mais ao centro seriam aquelas mais arraigadas, difíceis (mas nunca impossíveis) de serem alteradas. Em outros termos, a reavaliação de alguns enunciados causaria a reavaliação de outros em razão de suas interconexões lógicas. O campo total, porém, é subdeterminado pela experiência de tal modo que há uma margem de opções em relação aos enunciados que devem ser reavaliados em relação à experiência conflitante.⁵⁴

Caso essa proposta esteja correta, não faz sentido dizer que um enunciado tem ou não tem conteúdo⁵⁵ empírico, pois o conteúdo de um enunciado depende da relação que ele tem com outros enunciados, não de uma relação com o mundo do tipo um para um (mas, claro, a interação com o mundo influencia no valor de verdade desse enunciado na medida que interfere nos valores de verdade do campo de conhecimento como um todo). Do mesmo modo, não faz sentido a diferenciação entre enunciados sintéticos, a serem confirmados em relação ao mundo, e enunciados analíticos, válidos em qualquer situação, pois qualquer enunciado pode ser considerado verdadeiro ou falso, dependendo dos ajustes feitos na totalidade do campo de conhecimento de que ele faz parte. Pelo mesmo motivo, todos os enunciados podem ser revistos.

Para tornar essa proposta da confirmação holística mais concreta, podemos pensar em um exemplo do próprio Quine (2010). Imaginemos alguns enunciados sobre objetos físicos; a relação entre esses enunciados e a experiência sensória ocorre de maneira seletiva, ou seja, alguns enunciados se relacionam com algumas experiências, enquanto outros se relacionam com outras. Parte desses enunciados são mais propícios a serem revisados porque estão na periferia do campo de

⁵⁴ É notável a semelhança dessa proposta com o que uma perspectiva estruturalista diria sobre a semântica. Sobre isso caberia outro tipo de investigação diferente da nossa, no entanto.

⁵⁵ Quine, nesse ponto da discussão, chama de “conteúdo” os valores de verdade.

conhecimento. Então, digamos que algumas experiências nos levem a reavaliar o enunciado de que “há casas de concreto na Rua Elm”, juntamente a outros enunciados relacionados. Do mesmo modo, algumas experiências nos levam a reavaliar o enunciado segundo o qual “não há centauros”, também juntamente a outros enunciados relacionados. Mesmo que todo o sistema de enunciados possa ser revisto, esses dois subgrupos de enunciados tendem mais a passar por revisões, pois são sentidos como tendo uma referência empírica mais direta em relação a enunciados mais teóricos, localizados relativamente mais ao centro do campo de conhecimento que os interliga. Isso explicaria por que parece haver enunciados mais sujeitos à revisão, como os ditos “sintéticos”, do que outros, como os ditos “analíticos”. Mas isso seria uma questão de grau apenas, e essa demarcação seria ilusória.

2.4.2 Problemas com o holismo semântico

Lembremos que a posição de Quine (2010 [1980]) contrária à postulação da analiticidade se dá, além da falta de explicação razoável sobre o que é “analítico”, pela impossibilidade de distinguir significado sintético de significado analítico. Essa falta de distinção resultaria, então, no holismo de confirmação segundo o qual só é possível confirmar ou invalidar a verdade de um enunciado em relação a todo um sistema de enunciados, ou seja, a todo um sistema linguístico. Porém, Fodor e Lepore (1993, p. 38) compreendem ser possível a falha de distinção entre sintético e analítico paralelamente à falha da confirmação holística, ou seja, a impossibilidade de distinção não implica a confirmação holística.

O que Quine propõe, na prática, é um modo de confirmação holística, mas não necessariamente uma explicação holística para o significado, ou seja, não necessariamente uma tese semântica, que parece ser apenas pressuposta. Esse verificacionismo sugere que o significado de um enunciado é determinado por suas relações de confirmação. Assim, segundo uma semântica holística inferida de seu procedimento de verificação, todo enunciado em uma teoria/sistema de crenças/linguagem parcialmente determina o significado de todos os outros enunciados, o que significa que apenas duas teorias idênticas podem ter acarretamentos em comum, ou que apenas duas línguas idênticas podem conter enunciados traduzíveis entre elas (FODOR; LEPORE, 1993, p. 42).

Com a semântica holística razoavelmente explicada, podemos compreender alguns de seus problemas, conforme entendem Fodor e Lepore (1993). Para tanto, partiremos do exemplo de verificação holística citado pelos autores. Imaginemos as seguintes premissas seguidas de uma conclusão:

Premissa 1: O enunciado de que “está chovendo” (R) é parcialmente confirmado pelo enunciado de que “as ruas estão molhadas” (S).

Premissa 2: Relações de confirmação são semânticas.

Premissa 3: Enunciados são individuados por suas propriedades semânticas; ou eles têm essencialmente suas propriedades semânticas. (R é individuado por sua relação com S)

Conclusão: Qualquer teoria que contém R deve conter S. Nenhuma teoria poderia conter apenas R.

O que faz essa perspectiva parecer válida para esse exemplo é não dizer o que um “enunciado” é, pois, caso isso seja feito, ela se demonstra inconsistente. Então, para elucidar esse problema, os autores se baseiam em três possibilidades de explicação de “enunciado”: enunciados são fórmulas, enunciados são proposições ou enunciados são fórmulas associadas a suas condições de avaliação semântica. Como veremos, em nenhuma dessas hipóteses a proposta de semântica holística se sustenta.

Sendo fórmulas, enunciados são expressões individuadas morfossintaticamente disponíveis para terem propriedades semânticas. Dito de outra forma, um enunciado tem forma e estrutura, sem nenhum conteúdo semântico fixo ou essencial (mas, claro, deve ter algum conteúdo). Nesse sentido, um enunciado pode ter vários significados e pode ocorrer em diferentes línguas, o que contradiz a terceira premissa, pois, assim, uma fórmula não tem essencialmente propriedades semânticas. Outro problema é que fórmulas não estão sujeitas a relações de confirmação ou de implicação, sendo que as possibilidades de significados relacionados a elas são diversas e nem todas garantiriam que S confirmaria R (por exemplo, se R significasse “Chicago fica em Indiana”, e poderia significar qualquer outra coisa, a verificação holística falharia, pois entre R e S não haveria relação de confirmação).

A segunda possibilidade, de que “enunciados” são proposições, sugere algo inverso. Um enunciado seria o conteúdo correspondente a P na sequência “o fato de que P”. Assim, R corresponderia à parte em *itálico* na sequência “o fato de que *está*

chovendo”, e S à parte em itálico na sequência “o fato de que *as ruas estão molhadas*”. Não interessa, com essa explicação, quais são as propriedades puramente formais dos enunciados, pois, na verdade, os enunciados não são constituídos por elas. Por isso, não faria sentido dizer algo como “o primeiro fonema do enunciado”, “o sintagma do enunciado” ou “o enunciado tem alguns morfemas”. Sendo proposições, os enunciados poderiam ser confirmados. Assim, a proposição de que está chovendo pode ser confirmada, por meio da experiência com o mundo, pela proposição de que as ruas estão molhadas.

Aparentemente, essa relação entre os enunciados estaria compatível com a semântica holística de Quine. Porém, uma proposição não depende necessariamente da outra para ser expressa. Em uma concepção semântica holística em que um enunciado é uma proposição, só pode haver R se houver S. Não há problema em admitir que, em relação a uma situação específica, haja uma relação entre R e S, mas, em uma língua, a impossibilidade de expressar S não necessariamente impediria a expressão de R, pois uma proposição é individuada pela referência a um conteúdo. Sendo individuada, uma proposição (um enunciado) não permitiria a confirmação holística, ou seja, seria possível um enunciado do tipo “as ruas estão molhadas” sem o enunciado “está chovendo”.

A mesma questão vale para a noção de “conceito”. Fodor e Lepore (1993, p. 49) percebem que, entendidos, à maneira usual dos filósofos, como objetos abstratos que os indivíduos podem compartilhar, os conceitos CAT e ANIMAL seriam interdependentes. Assim, para o primeiro existir e ser instanciado, o segundo também deve existir e ser instanciado. Porém, não haveria nenhuma inferência óbvia entre eles.⁵⁶

A última possibilidade de explicação para “enunciados” é de que eles são fórmulas com condições associadas à avaliação semântica. Assim, à primeira vista, a confirmação holística estaria garantida, e as formas dos enunciados não poderiam se relacionar a qualquer significado porque elas teriam condições essenciais de avaliação semântica.

Por outro lado, lembremos que a confirmação holística é feita *a posteriori*, e quando um fato novo é conhecido, as relações de confirmação do sistema de crenças ou do sistema linguístico precisam se acomodar. Então, todos os

⁵⁶ Essa discussão Fodor faz, de maneira mais elaborada, ao defender o atomismo conceitual, tema do próximo capítulo.

enunciados são sujeitos a revisão, conforme proposta de Quine. Porém, desse modo, os enunciados não podem ter propriedades semânticas essenciais, ou seja, precisam poder ter suas propriedades semânticas alteradas para se adequarem às relações dentro do sistema. Então, essa terceira hipótese não pode ser válida.

Portanto, a noção de “holismo semântico” se mostra problemática. Porém, isso não valida nem pressupõe a noção de “significado analítico”. Assim, baseando-nos em Fodor e Lepore (1993), notamos que a distinção entre sintético e analítico tem problemas para se sustentar, conforme Quine, ao mesmo tempo que a justificativa do holismo semântico também falha, contrariando Quine (mesmo que, no geral, Fodor se declare um quineano).

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Buscamos, aqui, identificar o percurso do conceito de “analiticidade” desde seu tratamento na filosofia analítica até sua consideração que viria a aparecer nas teorias semânticas cognitivo-conceituais influenciadas pela semântica gerativa. Esse conceito, quando sugerido em algumas formulações, não foi pensado para uma contraparte “mental” nem para ser aplicado na descrição de línguas naturais, já que estas seriam imprecisas. Porém, a possibilidade de sua aplicação para línguas naturais sempre esteve em aberto, além de ter passado a ser utilizado como uma espécie de componente do pensamento em algumas teorias de representação mental desenvolvidas posteriormente na linguística.

É possível perceber uma “costura” do percurso de mudança de uso desse conceito. Primeiro, foi utilizado em uma perspectiva objetiva que pretendia não fazer referência necessariamente à mente humana. Posteriormente, ainda na filosofia analítica, foi sugerido um caminho para utilizá-lo na descrição semântica de línguas naturais. Indo além da circunscrição da filosofia, passou a ser utilizado na descrição semântica interpretacionista, na qual era utilizado para descrever o significado de estruturas superficiais. Depois, continuou a ser utilizado, mas pelos críticos dessa última proposta, interessados no desenvolvimento da semântica gerativa. Essa perspectiva, por fim, influenciou a semântica conceitual e sua proposta decomposicionista, que analisaremos no quarto capítulo.

Por outro lado, a justificativa para esse conceito foi posta em xeque. O problema é que a distinção entre o que é analítico e o que é sintético, concordando

com Quine, é difícil de ser feita, pois, quando é dito que um enunciado é analítico, o conceito de “analítico” é pressuposto e não explicado. Mesmo conceitos relacionados a tentativas de explicação, como sinonímia, regras semânticas e postulados, carecem também de explicação ou não elucidam o que é “analiticidade”. Desse modo, como geralmente esse conceito é utilizado como um pressuposto, dado por garantido (ou seja, não problematizado), dizer que ele é um dogma parece fazer sentido. Em certa medida, quando tratarmos das teorias linguísticas decomposicionistas, poderemos compreender que nelas esse conceito talvez também seja um dogma.

Relacionando essa discussão com os próximos capítulos, é interessante observar que o holismo semântico, sugerido por um autor contrário à noção de analiticidade, tem implicações para o decomposicionismo, que pressupõe a analiticidade como um componente teórico relevante. Por outro lado, o atomismo, contrário à noção de analiticidade, não corrobora com o holismo, e o principal autor atomista, Fodor, vê alguns problemas nessa proposta de Quine. Esse aparente paradoxo pode ser explicado se entendermos que ser contra a analiticidade não implica ser a favor do holismo semântico. Porém, como os dois conceitos aparentam estar inter-relacionados de alguma forma (ainda mais que a questão do holismo e a questão da analiticidade têm um papel epistemológico importante, mesmo que não muito explicitamente discutido, no debate entre decomposicionistas e atomistas, alvo de nossas análises), é conveniente tratar de ambos neste trabalho.

Mas como nosso foco maior de análise é a analiticidade, convém, depois dessa discussão teórica, considerarmos alguns exemplos de enunciados aparentemente distintos em relação ao significado sintético e ao significado semântico. Esses exemplos, mencionados por Rey (2005), são recorrentes na tradição da filosofia e da linguística e nos ajudarão a materializarmos o que vimos discutindo. Estão separados em dois blocos:

I.

9) Some doctors that specialize on eyes are rich. (Alguns médicos que se especializam em olhos são ricos).

10) Some ophthalmologists are rich. (Alguns oftalmologistas são ricos).

11) Many bachelors are ophthalmologists. (Muitos solteiros são oftalmologistas).

12) People who run damage their bodies. (Pessoas que correm machucam seus corpos).

13) If Holmes killed Sikes, then Watson must be dead. (Se Homes matou Sikes, então Watson deve estar morto).

II.

14) All doctors that specialize on eyes are doctors. (Todos os médicos que se especializam em olhos são médicos).

15) All ophthalmologists are doctors. (Todos os oftalmologistas são médicos).

16) All bachelors are unmarried. (Todos os solteiros são não casados).

17) People who run move their bodies. (Pessoas que correm movem seus corpos)

18) If Holmes killed Sikes, then Sikes is dead. (Se Homes matou Sikes, então Sikes está morto).

Nossa intuição, pelo menos superficialmente, leva-nos a concordar que o primeiro grupo de enunciados (I) precisa ser verificado para ser confirmado ou invalidado, ao passo que o segundo é confirmado *a priori*. Parece, então, que a distinção entre significado sintético e significado analítico poderia ser sustentada empiricamente.

Vejamos esses enunciados mais atentamente. Não há polêmica sobre o primeiro grupo, com enunciados que devem ter seus valores de verdade verificados *a posteriori*. Começemos a analisar, então, os enunciados do segundo grupo. O enunciado em 14, na verdade, também não gera polêmicas, pois o termo “médico” se repete na relação predicativa. É um caso parecido com o exemplo de Frege “a = a” (com o acréscimo de uma relação quantificacional), que, conforme vimos, é um caso de enunciado analítico, mas do tipo que Quine chamaria de “verdade lógica”, pois, se fosse uma verdade não lógica, o fato de o termo repetido ser especificamente “médico” teria alguma influência na verificação da verdade. Qualquer outro termo com as mesmas características morfossintáticas manteria a verdade lógica: “Alguns professores... são professores”, “alguns motoristas... são motoristas”. Mas lembremos que, de acordo com a verificação holística sugerida por Quine, até mesmo esses enunciados estariam sujeitos a revisão.

Os enunciados de 15 a 16 é que são motivos de debate. Em relação a 15, é difícil imaginarmos como um oftalmologista pode não ser um médico. Assim, parece que a relação de hiponímia se baseia na analiticidade. Mas lembremos que, para afirmar isso, teríamos que definir “analiticidade” e enfrentaríamos os problemas apontados por Quine (além de corrermos o risco de sugerirmos uma explicação para “analiticidade” que fosse circular em relação a uma explicação para “hiponímia”). Da mesma maneira, é difícil imaginarmos, em relação a 16, um *bachelor* que não seja um homem solteiro. Nesse caso, faríamos alusão à sinonímia e, novamente, encontraríamos os problemas descritos por Quine. O que faremos no momento é apenas deixar registrado o quão nossa intuição faz com que a impressão da verdade *a priori* desses enunciados resista. Discussões e problematizações a respeito disso aparecerão nos próximos capítulos, mas no âmbito do debate entre atomismo e decomposicionismo, âmbito este mais específico do circunscrito à filosofia.

Por fim, os dois últimos enunciados, 17 e 18, correspondem ao tipo entre os mais analisados na literatura filosófica e linguística. São enunciados analíticos baseados nos significados dos verbos. Assim, o predicado verbal seria relacionado a outros predicados de uma maneira parecida com a relação sugerida entre “*bachelor*” e “*unmarried man*”. No caso de 17, “correr” estaria necessariamente relacionado a “mover-se”; e no caso de 18, o verbo “matar” estaria relacionado necessariamente a “morto”. Nesse último caso, ainda podemos questionar o caso em que Sikes ressuscitasse, pois, então, o enunciado (da maneira como ele está redigido, sem considerar o acarretamento do verbo) seria falso, o que garante, na verdade, que ele é sintético. Apenas quisemos ser fiéis aos exemplos modelo de Rey (2005), mas, para adequar esse exemplo ao que é chamado de “analítico”, consideremos, então, algo como: “If Holmes killed Sikes, then Sikes died” (Se Homes matou Sikes, então Sikes morreu). A relação na qual a analiticidade se basearia, então, seria entre “matar” e “morrer”, ou seja, haveria uma dependência direta de relações lexicais nos enunciados analíticos do tipo não lógico, tipo de enunciado que gera, de modo central, o conflito teórico entre atomismo e decomposicionismo conceituais.

No próximo capítulo, analisaremos como a perspectiva atomista se opõe às intuições relativamente fortes que aparentemente justificam a analiticidade.

3 O ATOMISMO

Ao tratarmos do “atomismo”, estamos levando em conta um componente de uma “teoria de linguagem do pensamento” desenvolvida principalmente por Fodor (1970; 1975; 1980; 1998; 2003; 2008). Podemos afirmar que o trabalho desse autor é a referência básica sobre a perspectiva atomista de modo que, quando discorrermos sobre ela, tomamos sempre como base uma formulação teórica fodoriana (que vai muito além do atomismo e do que expusermos aqui). Então, no que segue, discutiremos sua teoria com o intuito de apresentarmos seus fundamentos principais gerais e de esclarecermos a fundamentação mais específica do atomismo, que consiste, de maneira simplificada, em considerar os *conceitos* simples, que mantêm uma relação com os morfemas de um para um, como *átomos* de significado, ou seja, como elementos semânticos não divisíveis/decomponíveis/definíveis por meio de outros elementos.

Os trabalhos de Fodor são desenvolvidos, em grande parte, na confrontação com (não apenas) as teorias que sustentam decomposições lexicais. Assim, ao apresentarmos a teoria do autor, estaremos de certo modo apresentando também o debate entre atomismo e decomposicionismo conceituais, que tomamos por objeto central de análise deste trabalho. Em “The Language of Thought” (1975), por exemplo, o autor já faz uma extensa crítica à decomposição lexical sugerida por semanticistas gerativos, e tal crítica serviria, posteriormente, para autores decomposicionistas que herdaram alguns princípios teórico-metodológicos semântico-gerativistas (JACKENDOFF, 1983, 1990; PINKER, 2008; BEAVERS, 2010, entre outros). Essa construção teórica realizada no embate com seus opositores fica evidenciada até mesmo em alguns títulos: “Three Reasons for Not Deriving ‘Kill’ from ‘Cause to Die’” (1970), artigo que antecipa o “The Language of Thought” e pode ser considerado um marco inaugural explícito do debate considerado por nós; “Against Definitions” (1980), trabalho que busca, por meio de experimentos, sustentar a impossibilidade das definições (decomposições lexicais); e “Concepts: when cognitive sciences went wrong” (1998), em que o autor é categórico ao afirmar que seus opositores (de diferentes perspectivas) estão errados.

Levando em conta esses pontos, trataremos da teoria de Fodor de duas maneiras: apresentando a arquitetura teórica que ele sugere e expondo sua justificativa, desenvolvida em parte na desconstrução de seus opositores. Delineando esses pontos, poderemos ter uma ideia básica de como um elemento-chave dessa discussão, a analiticidade, participa dessa discussão. Nesse sentido, a oposição de Fodor às propostas decomposicionistas (o autor costuma se genérico em suas considerações críticas, mas consideraremos aquelas que se referem aos autores decomposicionistas conceituais) é paralela (e, em certo sentido, uma extensão) à sua oposição à plausibilidade da analiticidade.

3.1 TEORIA REPRESENTACIONAL DA MENTE (RTM)

Basicamente, a preocupação teórica de Fodor é entender o que são os “conceitos” e quais são as condições para os possuímos. Percebemos que, quando essa preocupação é apresentada (FODOR, 1975, vii; 1998, p. 1), não há dúvida sobre a existência dos conceitos, o que é um pressuposto compartilhado com os decomposicionistas e não é motivo de polêmica. Porém, a natureza dos conceitos, como já foi brevemente adiantado no primeiro capítulo, passa a ser uma das divergências centrais no debate com eles. Para entendermos as especificidades da perspectiva atomista em relação a essa natureza, convém tratarmos da teoria, ou do conjunto de teorias, que Fodor chama de “Teorias representacionais da mente” (RTMs).

Antes de tratarmos das RTMs na visão de Fodor, convém esclarecermos brevemente alguns conceitos comuns à filosofia da mente não tão familiares aos linguistas, a saber: intencionalidade, estados mentais e atitude proposicional. Sem a pretensão de propor uma introdução à filosofia da mente, podemos partir dessas noções gerais nessa área para compreendermos a visão mais específica de Fodor, pois os textos do autor algumas vezes pressupõem esse conhecimento mais básico por parte do leitor.

Para Jacob (2014), *intencionalidade* “é o poder das mentes de representar, significar ou tratar de coisas, propriedades e estados de coisas”⁵⁷. Essa noção geral não dá conta dos vários entendimentos a respeito da intencionalidade, mas nos

⁵⁷ No original: “the power of minds to be about, to represent, or to stand for things, properties and state of affairs”.

ajuda a perceber que ela está relacionada à capacidade da mente de apreender ou representar o que se entende por estar no mundo. Esse conceito, cuja discussão está na intersecção entre a filosofia da linguagem e a filosofia da mente, não pode ser confundido com o conceito de “intenção” do senso comum, pois “intencionalidade” tem a ideia de que algo possa ser verdade externamente à mente e estar presente, ao mesmo tempo, na mente. Nesse sentido, a propriedade da intencionalidade estabelece a relação entre a mente e o mundo tal como a mente o representa (não se assume, necessariamente, que o mundo representado pela mente seja fiel a algum mundo real, sendo essa uma questão ontológica não contemplada pela teoria da intencionalidade).

Os estados mentais consistem em outro tipo de fenômeno mental que pode ter uma caracterização genérica básica. Conforme Pitt (2012), os estados mentais, como pensamentos, crenças, desejos e percepções, podem ser considerados como um ponto de partida básico das ciências cognitivas e se caracterizam por terem intencionalidade. As RTMs, segundo esse autor, definem esses estados mentais intencionais como relacionados a representações mentais, sendo estas objetos mentais básicos com propriedades semânticas. A intencionalidade desses estados seria explicada por meio das propriedades semânticas de tais representações. A crença de que Elvis está morto, por exemplo, está relacionada a uma representação mental cujo conteúdo proposicional é “que Elvis está morto”. Assim, o “desejo” de que Elvis esteja morto, o “medo” de que Elvis esteja morto, entre outros estados mentais, compreendem diferentes relações com a mesma representação mental.

Sob o rótulo de “estados mentais” (PITT, 2012; JACOB, 2014) também estão as atitudes proposicionais. Como exemplo, podemos ter, primeiramente, uma proposição como a de “que Elvis está morto”; para essa proposição pode haver uma atitude como a de crença: “acredito que Elvis está morto”. A atitude proposicional, portanto, é uma operação sobre proposições feita por meio de um estado mental, mas pode ser entendida (PITT, 2012) simplesmente como um tipo de estado mental. Desse modo, crenças seriam estados mentais, e ao terem como objeto uma proposição, passariam a ser atitudes proposicionais.

Expostos esses conceitos, podemos compreender como Fodor os entende e como deveriam ser, para ele, as RTMs. Esse conjunto de teorias (tratado muitas vezes no singular pelo autor, que as coloca em uma espécie de unidade genérica) é

“um conjunto não fixo de teses” sem “uma formulação canônica”⁵⁸ (FODOR, 1998, p. 6). Desse modo, o que pode ser entendido como uma RTM elaborada por Fodor pode ser visto como uma metateoria (segundo interpretação nossa), que selecionaria algumas teses consideradas relevantes pelo autor, a saber: 1) a explicação psicológica é tipicamente nômica e intencional; 2) representações mentais são os portadores primitivos do conteúdo intencional; 3) pensar é fazer computação; 4) significado é informação; 5) o que distingue conceitos coextensivos está no processamento mental. Na sequência, veremos como a RTM é estruturada de acordo com essas teses básicas e qual papel o atomismo desempenha nela.

3.1.1 Arquitetura da RTM

A primeira tese que a RTM deve conter, conforme Fodor (1998), sugere que há leis naturalmente necessárias (nômicas), de explicação psicológica sobre relações entre estados mentais especificados em descrição intencional. Em outros termos, essas leis tratam de relações internas à mente que compreendem como a mente representa as coisas. É importante que haja tais leis⁵⁹ porque, sem elas, não poderia haver uma explicação sistemática sobre o que é intencional e sobre o conteúdo representado. Vale ressaltar que “intencional”, portanto, não tem relação com “intensional”, que se opõe a extensional.

Sobre essa primeira tese, como se trata de relações entre “estados mentais”, seria preciso dizer como eles se dão para o autor. É possível sugerir, em uma primeira impressão simplificada com base na leitura do texto de Fodor, que um estado mental é uma condição “latente” de conteúdo semântico com propriedades causais só acionadas no decorrer do processamento do pensamento. Por “causal” podemos compreender a propriedade de causar *tokens* com base em *types* e em experiências com o mundo. Em razão disso, é possível dizer que os estados mentais, especificados intencionalmente, são relacionados a seus “conteúdos” (que trataremos na sequência) por meio de leis intencionais. Ao tratar do conceito de “estados mentais”, Fodor (1998, p. 7) diz que “crenças” e “desejos” são exemplos paradigmáticos de relações causais que compreendem estados mentais. Além

⁵⁸ “a loose confederation of theses; it lacks (...) a canonical formulation” (FODOR, 1998, p. 6).

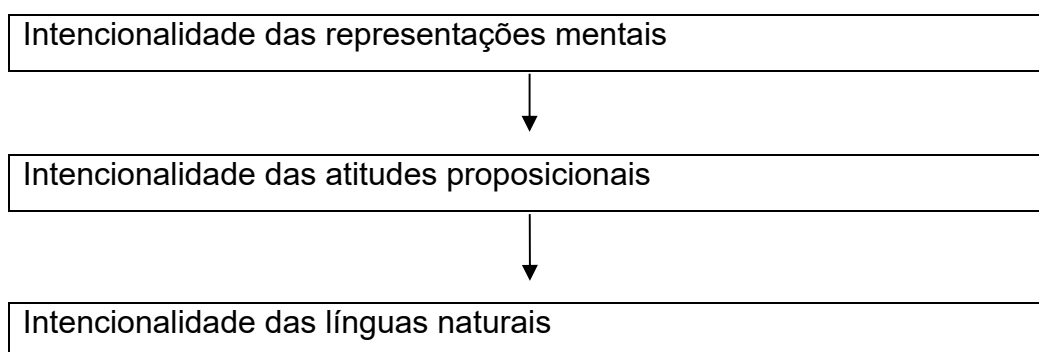
⁵⁹ O termo “nômico” refere-se, de modo aproximado, a “leis”. Tem relação etimológica com “costumeiro”, “usual”, “norma”.

disso, sabemos pelo autor que estados mentais são formados por conceitos simples, conforme mencionamos no primeiro capítulo, e que essa relação parte-todo entre estados mentais e conceitos é o que configura as representações mentais, ou seja, estados mentais são representacionais, e uma teoria sobre conceitos faz parte de uma teoria sobre estados mentais

Uma generalização intencional, conforme Fodor (1994, p. 4), permite compreender os estados mentais (ou “estados psicológicos”) por meio de seus conteúdos. Essa generalização pode ter a seguinte forma (em que os espaços incompletos são os conteúdos dos estados mentais): se você quer __, e você acredita que você não pode __ a menos que você __, então, *ceteris paribus*, você irá desempenhar uma ação com a intenção de haver __. Por exemplo: se você quer *fazer uma omelete*, e você acredita que não pode *fazer uma omelete* a menos que você *quebre alguns ovos*, então, *ceteris paribus*, você irá desempenhar uma ação com a intenção de haver *a quebra de ovos*. É importante notar que as crenças, os desejos e as ações presentes em generalizações como essas são percebidas pela referência a seus conteúdos. Então, caso seja assumido que os estados mentais sejam intencionais, seria necessária uma teoria que abordasse esses conteúdos. Isso é feito quando Fodor assume que o conteúdo intencional se reduz à informação, o que será visto quando tratarmos da quarta tese.

As representações mentais⁶⁰ são tratadas na segunda tese. Elas são “carregadoras primitivas” (FODOR, 1998, p. 7) de conteúdo intensional, isto é, “carregam” os estados mentais e os conceitos simples, elementos mais primários na teoria. Mesmo que a natureza de “conteúdo intencional” ainda não fique totalmente clara (e, em certo sentido, não ficará, pois seus componentes básicos não podem ser definidos, mas sabemos que ela se refere ao conteúdo representado na mente) por não ser explicitamente caracterizada, podemos inferir um primeiro modelo da arquitetura da RTM com base em três níveis de intencionalidade, sendo o das representações mentais o mais primário ontologicamente (os demais serão tratados na sequência):

⁶⁰ Ditas como “estruturas sintáticas” da “linguagem do pensamento” (FODOR, 1994, p. 24), isto é, constituintes conceituais semelhantes a constituintes sintáticos.

FIGURA 2 – RTM E INTENCIONALIDADE⁶¹

Com essa representação, podemos compreender uma hierarquia em três “níveis” em relação ao conteúdo intencional. O primeiro nível já comentamos: é o mais primitivo e abstrato, consistindo em estados mentais e conceitos simples. O segundo consiste nas atitudes proposicionais (cujo objeto, as proposições, são chamadas também de “pensamentos”, ou seja, as atitudes proposicionais seriam atitudes em relação a pensamentos)⁶², que são representações formadas com base na instanciação (*token*) das representações mentais. Voltaremos a tratar dessas atitudes proposicionais quando analisarmos a terceira tese.

Por fim, o terceiro nível, por ser o menos abstrato, é o mais dependente em termos de conteúdo, ou seja, o conteúdo das expressões linguísticas é dependente dos pensamentos, assim como o conteúdo destes depende do das representações mentais. Desse modo, podemos dizer que uma língua natural “não tem semântica” (FODOR, 1998, p. 9), e adquiri-la/aprendê-la não implica aprender o que as sentenças significam, mas, sim, aprender como associar essas sentenças aos pensamentos. Por ser um nível dependente dos outros, e não o contrário, não é necessário que haja linguagem verbal para haver pensamento, assim como não é necessário haver pensamento para haver representação mental, conforme mostra nossa primeira representação da RTM associada aos conteúdos intencionais.

A terceira tese considera que o pensamento, ontologicamente posterior às representações mentais, é computacional. Isso é decorrente da necessidade de haver uma explicação para os “processos mentais”, não apenas os “estados

⁶¹ É importante dizer que Fodor não apresenta nenhum esquema visual desse tipo sugerido por nós aqui.

⁶² “Usarei ‘pensamentos’ como um termo que cobre as representações mentais que, de acordo com as RTMs, expressam proposições que são os objetos de atitudes proposicionais” (FODOR, 1998, p. 25, tradução nossa). No original: “I’ll use ‘thoughts’ as my cover term for the mental representations which, according to RTMs, express the propositions that are the objects of propositional attitudes.”

mentais”, e o “pensamento” seria o exemplo paradigmático desses processos. Por corresponder aos processos mentais paradigmáticos, o termo “pensamentos”, no discurso de Fodor, acaba por ser intercambiável também com “processos mentais”. Sem nos preocupar em aprofundar essa relação terminológica, seguiremos sem diferenciar essas expressões, como faz o autor⁶³, que também as utiliza, algumas vezes, intercambiáveis com “atitudes proposicionais”. De todo modo, o que nos interessa é elucidar em que constituem esses processos mentais/pensamentos/objeto de atitudes proposicionais, pois eles, como veremos, manipulam os primitivos da teoria em questão.

Os pensamentos são vistos como relações causais entre estados mentais. Isso implica que os estados mentais têm valores semânticos e potenciais causais a serem preservados nos pensamentos. Desse modo, esses processos mentais promovem relações entre unidades primitivas, os “símbolos” (termo usado para designar elementos a serem manipulados na computação), que nada mais são que os estados mentais e os conceitos (do nível da representação mental). Do exposto até o momento, de modo simplificado, podemos dizer que as representações mentais, compostas pelos estados mentais e pelos conceitos, são constituintes dos pensamentos, e a computação promovida pelos pensamentos é a causação que preserva os valores semânticos dos primitivos. Assim, com base em operações computacionais envolvendo as representações mentais, que são finitas, os pensamentos podem ser infinitos. Ou seja, poderia ser feito (mas isso Fodor não faz diretamente), com base nisso, um paralelo com a sintaxe conforme compreendida pelo programa gerativo, segundo o qual é possível gerar infinitas sentenças com base em um número limitado de regras e itens lexicais.

Algumas condições devem ser atendidas por uma teoria sobre atitudes proposicionais, de acordo com Fodor (1981), e considerá-las irá nos ajudar a entender melhor o entendimento do autor sobre essas atitudes. A primeira condição é de que as atitudes proposicionais sejam analisadas como relações. Assim, em uma sentença como “João acredita que está chovendo”, o verbo da sentença matriz

⁶³ Obviamente, uma discussão sobre a correspondência entre esses termos (assim como a problematização sobre diversos outros), em outro trabalho, seria relevante para entendermos alguns pontos de partida epistemológicos na teoria de Fodor, tanto em discussões na filosofia quanto em discussões nas ciências cognitivas/linguísticas.

expressa uma relação entre João e uma crença, e um *token* dessa sentença é verdadeiro se João estiver nessa relação de crença.⁶⁴

Já a segunda condição requer que o paralelismo (pelo menos parcial) entre os verbos das atitudes proposicionais e os verbos *dicendi* seja explicado. Os complementos dos verbos do primeiro tipo (“crer”, “acreditar”, “esperar” etc.) podem ser também complementos do segundo tipo (“anunciar”, “contar”, “declarar” etc.) de tal modo que João pode “acreditar que está chovendo” e “dizer que está chovendo”. Os verbos de atitudes proposicionais, relacionados a “crenças”, e os *dicendi*, compartilham, provavelmente, mais do que propriedades sintáticas, como sugere os objetos intercambiáveis entre os dois tipos verbais.

A terceira condição requer que a teoria dê conta da opacidade. Isso significa que os verbos de atitude proposicional não são, normalmente, funções de verdade de seus complementos, isto é, não dá para interpretar, por meio da sentença, qual o valor de verdade dos complementos. Desse modo, em “João acredita que está chovendo”, é possível interpretar o valor de verdade da sentença matriz, mas não de “está chovendo”.

Conforme a quarta condição, os objetos das atitudes proposicionais têm forma lógica. Isso significa que o conteúdo da atitude proposicional, expresso como o complemento dos verbos do tipo “acreditar”, não é arbitrário. Assim, os estados mentais podem ser relacionados de acordo com seus conteúdos, e esse processo deve ser racionalizado pelas atitudes proposicionais, o que pode ser instanciado por construções com verbos do tipo “acreditar”. A forma lógica das atitudes proposicionais, que, conforme Fodor, diz respeito à interpretação do conteúdo das sentenças complementos, como P em “João acredita que P”, deve ser, relembremos, opaca. Essa opacidade permite que P desempenhe um papel mental sistemático, isso porque, sem a opacidade, P estaria preso a um valor de verdade e desempenharia um papel menos sistemático.

Por fim, a quinta e última condição que uma teoria de atitudes proposicionais deve atender é dar conta empiricamente de processos mentais. É claro que explicar dados sobre estados e processos mentais é um requisito para Fodor, pois sua preocupação é com a RTM. Desse modo, as condições requeridas sugerem que as

⁶⁴ Quando dizemos que “o verbo expressa”, seguindo a perspectiva de Fodor, estamos nos referindo ao conteúdo que está no pensamento e que a língua herda, isto é, não surge na língua, pois esta “não tem semântica”.

atitudes proposicionais são relações entre organismos (mais precisamente, organismos humanos) e fórmulas em uma linguagem interna, ou entre organismos e sentenças internas.

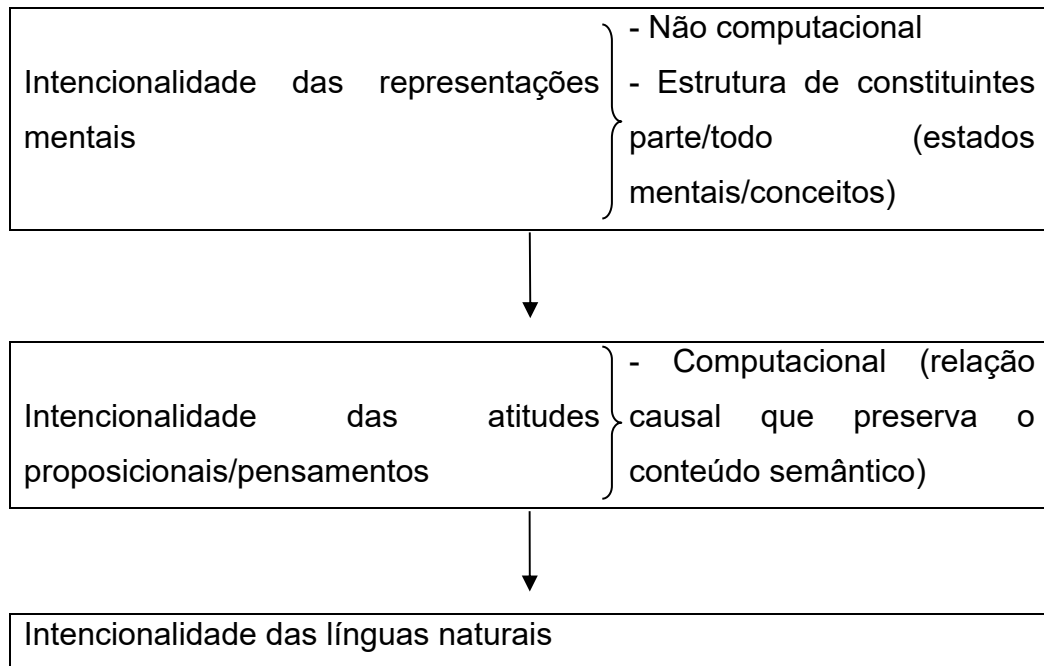
Voltemos às teses. Descrevendo de modo geral a terceira tese, podemos dizer que a computação é central para a produtividade e sistematicidade do pensamento (FODOR, 2008, p. 20). Além disso, é ela que determina a relação de constituência entre pensamentos e conceitos, isto é, os conceitos são constituintes dos pensamentos. Por fim, podemos incluir a característica da “localidade” (FODOR, 2008, p. 112) na explicação de como os processos computacionais funcionam: não é possível pensar em BROWN DOG sem pensar em DOG e em BROWN, mas é possível pensar em DOG sem pensar em CAT, justamente porque a computação ocorre dentro de constituintes associados em uma representação mental (esses constituintes são espécies de constituintes sintáticos da linguagem do pensamento).

Retomando a discussão sobre os estados mentais em decorrência das três primeiras teses a serem contempladas pela RTM, pode ser dito que eles são relações “entre organismos e representações internas, e estados mentais causalmente inter-relacionados permitem um ao outro de acordo com princípios computacionais que se aplicam formalmente às *representações*.”⁶⁵ (FODOR, 1975, p. 198, grifo do autor, tradução nossa).

Assim, podemos sugerir uma representação para a RTM com a inclusão da computação:

⁶⁵ No original: between organisms and internal representations, and causally interrelated mental states succeed one another according to computational principles which apply formally to the *representations*.

FIGURA 3 – RTM, INTENCIONALIDADE E COMPUTAÇÃO



Na sequência (seção 3.1.2), a quarta e a quinta teses serão tratadas separadamente das demais, pois tocam em questões que precisam de uma discussão mais específica.

3.1.2 Descontinuação da posição Fregeana

Ao discutir sobre em que consiste o conteúdo de uma representação mental (e, por conseguinte, de um conceito), Fodor (1998, p. 12-22) chega à postulação da quarta tese que a RTM deve conter: significado é informação. Essa tese sugere que o conteúdo de um conceito é uma informação, constituída por uma relação causal com o mundo (do modo como a mente o percebe e o representa). Assim, esse conteúdo não é dado por relações com outros conceitos, mas, sim, por uma relação nômica entre *ser um conceito* e *ser a causa de tokens reais e possíveis desse conceito*. Dito de outra forma, o conteúdo de um pensamento depende de suas relações com o mundo, não das relações com outros pensamentos (o que se opõe ao holismo de Quine), e pensamentos sobre um determinado conceito correspondem a uma determinada coisa no mundo porque esses pensamentos são do tipo que essa coisa no mundo *causa*. É importante lembrar e ressaltar que esse

tipo de relação com o mundo, mesmo tendo caráter de exterioridade, é regulado por regras intencionais, internas à mente.

Por exemplo, a palavra “dog” (FODOR, 1994, p. 4-5; 1998, p. 73-80) corresponde ao conceito DOG, que significa, simplesmente, *dog*, sem relação necessária com outros conceitos como ANIMAL e MAMMAL (“mamífero”). O fato de DOG significar “*dog*” é constituído, então, pela relação nômica entre duas propriedades de “*dogs*”: *ser dog* e *ser causas reais e possíveis de tokens de DOG*. A propriedade de “ser” implica a existência do conceito na mente, o que permite sua instanciação (*token*). Assim, pensamentos que contenham DOG são sobre cachorros porque tais pensamentos são do tipo que cachorros são esperados para causarem. Desse modo, por não permitir que uma definição do significado de um conceito seja dada por meio da relação com outros conceitos (tratando-se, obviamente, de conceitos simples), uma “semântica informacional” configura a base para o atomismo.

Sobre a característica atomista das teorias informacionais sobre o conteúdo, podemos dizer que ter pensamentos sobre cachorros, por exemplo, seria possível sem ter pensamentos sobre nada mais. Isso seria oposto a um tipo de semântica estruturalista, em que o conteúdo de um conceito (ou de qualquer unidade de significado) seria constituído por seu papel no sistema semântico geral. Em outras palavras, uma teoria informacional, conforme Fodor (1994, p. 6) a propõe, evitaria o holismo, incompatível com a ideia de que as leis da psicologia são intencionais. O que seria um argumento para uma semântica informacional, portanto, é que ela é atomista.

Essa redução do significado à informação, porém, não implica que significado seja a mesma coisa que informação. Trata-se apenas de uma simplificação na teoria, tanto é que, quando Fodor postula essa quarta tese, de que “significado é informação”, ele logo acrescenta, entre parênteses, que é “mais ou menos” isso. Na verdade, o autor já havia deixado clara essa diferença (FODOR, 1992), abstraída na descrição do quadro teórico proposto, mas importante para compreendermos os elementos presentes na discussão. A informação está relacionada à causa dos *tokens* de uma maneira diferente da do significado. Assim, se dois *tokens* (isto é, instanciações) de um mesmo símbolo (uma expressão qualquer possuidora de significado) têm diferentes causas, então há dois tipos de informação que esses *tokens* carregam. Por outro lado, o significado de um mesmo

símbolo é o que todos os *tokens* têm em comum. Em outros termos, os *tokens* estão relacionados mais diretamente com a informação, ao passo que os *types*, com o significado (lembramos que, em dado momento, o autor associa “conceito” a “*type*”, algo criticado pela proposta de Jackendoff, conforme veremos no próximo capítulo).

Podemos pensar no exemplo de como *tokens* do conceito COW podem ser causados. Imaginemos que alguns desses *tokens* tenham como causa uma vaca, mas que outros tenham como causa um gato (digamos que uma criança veja um gato pela primeira vez e acha que se trata de uma vaca – esse tipo de exemplo aparece várias vezes nos textos de Fodor). O que é importante para que os dois tipos de *tokens* sejam de COW, portanto, não é que sejam causados da mesma maneira, mas que tenham o mesmo significado (“vaca”). Isso quer dizer que não há condições previamente necessárias para que *tokens* sejam causados, apesar de ser requerido que pelo menos alguns *tokens* de COW sejam causados por vacas, o que configuraria uma “situação normal”. De todo modo, o ponto relevante disso é a assimetria entre o que pode ser identificado no mundo e o que pode ter representação na mente. Por fim, abstrair a diferença entre significado e informação é abstrair a possibilidade de *tokens* do mesmo *type* poderem carregar diferentes informações ao serem causados por diferentes experiências com o mundo, e essa abstração é feita porque a discussão não se foca em detalhes sobre quais são essas causas. Isso também nos ajuda a entender, pelo menos parcialmente, o que Fodor compreende por “informação”: algo associado à interação com o mundo sem determinação prévia na mente.

Buscando desenvolver o que é a informação do conteúdo de um conceito a que o significado se reduz (lembrando que ela não consistiria em uma relação com outros conceitos), Fodor parte do que considera os dois parâmetros básicos Fregeanos que caracterizam um conceito: referência e modos de apresentação. Na interpretação de Fodor para esses parâmetros, dois conceitos podem ter a mesma referência, como WATER⁶⁶ e H₂O (abstraindo possíveis objeções sobre isso), mas algo os distingue, que é o *modo de apresentação*.

Em sua postulação teórica, Fodor entende a referência como a relação entre um conceito e o mundo, assim como Frege (2009 [1892]) diria para a relação entre uma expressão linguística e o mundo, com o acréscimo da noção de *token*, presente

⁶⁶ Nenhuma descrição definida, como será visto, será considerada, pois a referência única que uma descrição definida tem não permitiria as análises que seguem.

no decorrer da verificação semântica que o indivíduo faz durante sua interação com o mundo (conforme mencionado no primeiro capítulo). Já sobre o modo de apresentação, apesar de deixar em aberto o que seria precisamente sua constituição, Fodor sugere uma caracterização na quinta tese: o que distingue dois conceitos correferenciais está na mente, ou seja, o modo de apresentação é mental, o que vai de encontro à ideia de Frege, que evita qualquer noção mental/psicológica para explicar o que é sistemático em uma teoria do significado (o sentido). Veremos como essa ideia é desenvolvida.

Para Fodor (1998, p. 15-22), então, o programa Fregeano faz três alegações a respeito dos modos de apresentação, entre as quais só a segunda poderia ser defendida:

1) Modos de apresentação são sentidos; uma expressão significar o que ela faz equivale à expressão ter o modo de apresentação com que ela opera, ou seja, o que a expressão faz (apresentar, por meio de um modo específico, a referência) é o que ela significa (reduzindo “significa” a “tem um sentido” – Fodor sabe que para Frege o significado tem duas partes, o sentido e a referência, mas não está discutindo a referência nesse momento da apresentação de sua proposta).

2) Como modos de apresentação podem distinguir conceitos, eles explicam como é possível ter, de dois conceitos correferenciais, um e não o outro; por exemplo, como é possível ter o conceito WATER, mas não o conceito H₂O, e portanto, também, como é possível ter crenças sobre água, mas não crenças sobre H₂O.

3) Modos de apresentação são objetos abstratos, portanto, não são mentais (lembramos que essa é a interpretação de Fodor; é uma inferência do autor, o que não significa que Frege tenha dito exatamente isso – na verdade, Frege se referia a algo “subjetivo” em vez de algo mental).

Começamos pela segunda alegação. Ela, segundo Fodor, não contém problemas, pois corresponde a como o autor entende “modos de apresentação”: aquilo que distingue conceitos correferenciais. Vale lembrar que, para Fodor, uma crença, sendo um estado mental presente no nível mental ontologicamente primário no processamento semântico (nível das representações mentais), é constituída por conceitos, e, por isso, o que vale para conceitos repercute nas crenças.

A primeira alegação, por outro lado, não poderia ser sustentada justamente por ser incompatível com a segunda. Para Fodor, talvez a única coisa sobre a qual

se tem certeza a respeito dos sentidos é que eles são compartilhados por sinônimos (e o autor não desenvolve o que seriam os “sinônimos”, mas deixa a entender que se trata de termos que permitem as mesmas inferências). Então, se dois conceitos sinônimos têm o mesmo modo de apresentação, eles são idênticos, o que é incoerente com a segunda alegação. Se fossem idênticos, não seria possível pensar em um conceito sem pensar em seu sinônimo.

Para exemplificar esse problema em relação à primeira alegação, Fodor assume que “*bachelor*” e “*unmarried man*” são sinônimos. Como são conceitos correferenciais (sendo um simples e o outro composto), mas distintos, temos, assim, uma pista do que é um “sinônimo” para Fodor (considerando que o autor não propõe uma explicação para esse conceito)⁶⁷, que seria algo relacionado a uma inferência com base em conhecimento de mundo. Com esse exemplo, o autor utiliza o “teste de substituição”: é possível perguntar se “alguém entende que ‘*bachelors*’ são ‘*unmarried men*’” sem ter em mente a pergunta sobre se “alguém entende que ‘*unmarried men*’ são ‘*unmarried men*’”; ou seja, pensar em um conceito não implica pensar em outro. Esse teste identifica, portanto, diferentes modos de apresentação, não diferentes sentidos.⁶⁸

Já a discordância da terceira alegação pode ser compreendida parcialmente pelo que já foi exposto: se uma teoria representacional da mente e dos conceitos é proposta, algo relevante para a distinção conceitual, obviamente, tem de ser, para ela, um particular mental. Para desenvolver sua argumentação a respeito disso, Fodor parte da seguinte analogia para a posição Fregeana: imaginemos um diagrama de um triângulo sendo usado para raciocinar sobre triângulos. Seria possível dizer, então, que alguém pode raciocinar sobre triângulos *via* esse diagrama. Desse modo, o diagrama funcionaria para apresentar triângulos ao pensamento, ou seja, funcionaria como um modo de apresentação.

⁶⁷ A consideração mais clara do autor sobre “sinônimos” é a seguinte: “De fato, estou assumindo que representações correferenciais são *ipso facto* sinônimas e concedendo que, já que elas são, individuação de *conteúdo* não pode ser tudo que há sobre individuação de *conceito*” (FODOR, 1998, p. 15). “In effect, I'm assuming that correferential representations are ipso facto synonyms and conceding that, since they are *content* individuation can't be all that there is to *concept* individuation.” Nessa passagem fica mais claro que o autor considera “sinônimo” como uma relação externa ao que caracteriza um conceito.

⁶⁸ É importante dizer que Frege 2009 [1892] não comenta nada sobre “sinônimos” quando teoriza sobre os sentidos. Para ele, os sentidos são modos de apresentação. A problematização de Fodor se refere mais a possíveis decorrências do programa fregeano do que ao que o próprio Frege disse.

Porém, diferentemente do que Frege considera por “sentido”, o diagrama em questão poderia ser usado para representar muitos tipos de objetos: triângulos equiláteros, figuras fechadas em geral, figuras de três lados em geral, entre outros. Desse modo, muitos conceitos corresponderiam ao mesmo modo de apresentação. Além disso, o conceito daquele que usa tal diagrama não é identificado apenas com o modo de apresentação, mas também com como esse modo de apresentação é usado. Fodor, então, questiona: o que garante que os “sentidos”, como Frege os concebe, não se comportem como esse diagrama? Nada garantiria na arquitetura teórica de Frege.

Nesse ponto, Fodor reforça o posicionamento de sua teoria: modos de apresentação individualizam os conceitos porque eles são *objetos mentais*. Essa é uma das principais justificativas da RTM, pois, para o autor, apenas sendo objetos mentais é que os modos de apresentação (mas não os “sentidos”, como o autor os entende) podem diferenciar os conceitos, o que contraria a proposta de Frege. Assim, sendo mentais, os modos de apresentação não funcionariam como o diagrama da analogia, pois estariam disponíveis para serem causas dos processos mentais/pensamento; se fosse possível um mesmo modo de apresentação corresponder a diferentes maneiras de apresentar um referente, ou esse modo de apresentação não distinguiria um conceito, ou estaria ocorrendo um engano e, na verdade, haveria diferentes modos de apresentação, um para cada conceito. Esse segundo caso é o sustentado pela RTM de Fodor.

Portanto, para Fodor, a teoria de Frege está errada em não considerar o elemento mental e em pretender ser apenas externalista em relação aos modos de apresentação. A razão para Frege seguir essa linha de raciocínio se deve ao fato de não acreditar na possibilidade de algo mental ser público e compartilhável. No entanto, como vimos no primeiro capítulo, para Fodor, uma característica inegociável dos conceitos é que eles são mentais e compartilháveis.

Por outro lado, Fodor não nega a alegação Fregeana de que modos de apresentação sejam abstratos. O autor torna compatíveis as ideias de “mental” e “abstrato” afirmando que os modos de apresentação como objetos na mente são *tokens* dos modos de apresentação como objetos abstratos, que são *types*. Assim, *modos de apresentação são representações mentais*, já que determinam/causam os processos mentais.

Até o momento, podemos perceber que a mente, assim como a linguagem, para a RTM proposta por Fodor, é sistemática. O que garantiria essa sistematicidade, conforme vimos, seria o fato de os mesmos conceitos e operações primitivos (e finitos) constituírem os pensamentos (infinitos), ou seja, o que explicaria essa sistematicidade é a composicionalidade dos pensamentos e dos conceitos compostos. É nesse sentido que Fodor costuma mencionar que a linguagem do pensamento funciona com uma espécie de sintaxe, na qual há constituintes formados pela composição de conceitos.

Assim, a RTM justifica os modos de apresentação serem objetos mentais por eles serem os elementos que distinguem os conceitos em uma relação um para um; justifica a sistematicidade da linguagem por haver, subjacentemente, pensamentos sistemáticos; justifica a sistematicidade dos pensamentos, por sua vez, por eles serem computacionais; por fim, justifica os conceitos primitivos serem não definíveis por eles não conterem relações com outros conceitos nem inferências no nível ontológico que os disponibiliza (nível das representações mentais), já que esse nível não é computacional e relações com outros conceitos são.

Na sequência, veremos como a justificativa para a RTM é dada por meio do descrédito das teorias decomposicionistas.

3.2 ATOMISMO E TENTATIVA DE DESACREDITAR O DECOMPOSICIONISMO

Conforme já dito, o objetivo deste capítulo é tratar do atomismo e da teoria que o tem como componente essencial, e não do decomposicionismo, foco de tratamento no próximo capítulo. Porém, Fodor desenvolve sua teoria atomista, em parte, por meio de críticas às teorias concorrentes, entre elas as decomposicionistas. Assim, nesta seção, trataremos centralmente não como o decomposicionismo se mostra, mas, sim, como o atomismo é justificado por meio de caracterizações e de críticas a esse oponente teórico. Em outros termos, estaremos, na realidade, apresentando nesta seção uma das defesas do atomismo.

Desse modo, é revelador como Fodor apresenta esse tipo de justificativa: se alguma teoria decomposicionista, como as inferenciais (FODOR, 1998, p. 14), for verdadeira, então o atomismo é falso, por serem incompatíveis. Mostrando que tais teorias são falsas, o atomismo se torna a única opção para explicar os conceitos e o conteúdo semântico. Nesse sentido, conforme podemos apreender do discurso de

Fodor (1970; 1975; 1980; 1998; 2003) em defesa do atomismo, esse argumento é algo próximo de um silogismo disjuntivo:

Atomismo V Decomposicionismo

¬ Decomposicionismo

∴ Atomismo

Assim, se apenas o atomismo ou apenas o decomposicionismo está certo (primeira premissa), e se o decomposicionismo está errado (segunda premissa), como conclusão, temos que o atomismo está correto. No entanto, é preciso modalizar algumas etapas desse argumento, porque o autor não explicita dessa maneira: provavelmente não há uma terceira alternativa às duas citadas e o decomposicionismo deve estar errado, então o atomismo é o melhor candidato para estar certo. O importante de ser notado é que, ao tentar enfraquecer o decomposicionismo, Fodor fortalece o atomismo, de tal modo que esse enfraquecimento da proposta contrária é mais uma maneira de justificar sua teoria. Porém, essa tentativa tem efeito minimizado, como veremos no quinto capítulo, ao tratarmos de debate como foco de análise.

Mesmo ainda tendo o atomismo como foco, indiretamente iniciaremos o tratamento da perspectiva decomposicionista, ainda que pela ótica de um atomista. Por hora, basta entendermos que a perspectiva decomposicionista estabelece uma conexão entre analiticidade e itens abstratos (primitivos) que fazem parte dos itens lexicais de uma língua natural. Na sequência, então, veremos como é feita a tentativa de desconstrução do decomposicionismo. Apenas no próximo capítulo veremos se a perspectiva decomposicionista, pelo ponto de vista dos autores decomposicionistas, apresenta esses problemas.

3.2.1 Três razões para não derivar “kill” de “cause to die”

Em seu artigo de 1970, Fodor, contrapondo-se a Lakoff (1965), busca demonstrar por que não é adequado decompor um item lexical em primitivos semânticos, ou seja, por que não é justificável a proposta decomposicionista. Os argumentos de que o autor se vale podem ser resumidos da seguinte maneira: uma sentença com um determinado item lexical não pode corresponder a outra sentença

em que o mesmo item seja substituído por primitivos; não sendo as duas sentenças correspondentes, uma não pode conter a representação semântica da outra. Vejamos os exemplos do autor:

- 19.a) John caused Mary to die and it surprised me that he did so.
- 19.b) John caused Mary to die and it surprised me that she did so.
- 19.c) John killed Mary and it surprised me that he did so.
- 19.d) *John killed Mary and it surprised me that she did so.

Em 19.a e 19.b, as sentenças contêm os primitivos “*cause to die*”⁶⁹, que corresponderiam ao item “*kill*”, presente em 19.c e 19.d. A expressão “*do so*” retoma “*caused Mary to die*” em 19.a, “*to die*” em 19.b e “*killed Mary*” em 19.c. Como “*kill*” seria representado por “*cause to die*”, 19.c parece corresponder adequadamente a 19.a. Porém, como em 19.b “*do so*” retoma “*to die*”, em 19.d “*do so*” também deveria retomar “*to die*”, já que esse conceito está presente em “*killed*”. Como 19.d é agramatical, é possível dizer que “*kill*” e “*cause to die*” têm comportamentos diferentes, não sendo, portanto, equivalentes. Assim, “*kill*” não seria uma “palavra” mais complexa do que “*cause*” e “*die*”.

Esse tipo de observação parece combinar sintaxe com semântica, desconsiderando que talvez seja a sintaxe a responsável pela agramaticalidade em 19.d, já que a não equivalência mencionada parece ser apenas no modo como as relações baseadas na estrutura sintática são dadas, e para a definição de “*kill*” como “*cause to die*” estaria sendo afirmado que a equivalência é apenas semântica/conceitual. Porém, primeiro, se há uma estrutura conceitual, uma relação formal, como o tipo de *anáfora*⁷⁰ referido, poderia supostamente recuperá-la; segundo, apesar de se basear na estrutura superficial, essa relação não é estritamente sintática. Porém, com um recurso que recupera um conteúdo do antecedente, o problema seria por que esse conteúdo não estaria acessível a essa

⁶⁹ Manteremos, no momento, esses primitivos em caixa baixa porque Fodor faz o mesmo quando discute esse tipo de definição em algumas obras. Quando nos referirmos diretamente à ideia de “conceito” e quando comentarmos discussões em obras posteriores de Fodor, usaremos caixa alta, conforme o padrão geral adotado também por decomposicionistas.

⁷⁰ Não iremos problematizar o conceito de “anáfora” aqui. Apenas observemos que Fodor o utiliza no sentido comum, como algo que recupera o conteúdo de algo dito anteriormente. O autor, além disso, diz que o mesmo recurso só recupera o conteúdo inteiro, e não parte dele.

recuperação, ou seja, não haveria evidência de que esse conteúdo está de fato onde é estipulado que esteja. Vejamos esses casos mais atentamente.

A expressão “*did so*”, em 19.a, 19.b e 19.c recupera um predicado verbal expreso. Já em 19.d, o predicado que essa expressão deveria recuperar não está expreso. Poderia ser dito, então, que só é recuperável um tipo de conteúdo, aquele compreendido como toda a estrutura conceitual de um item lexical, não apenas uma parte dela. Entretanto, se não dá para recuperar essa parte, que tem configuração de constituintes semelhante a de um predicado verbal (com a diferença de este é expreso na superfície e a parte referida não), sua existência é posta em xeque. O argumento de Fodor, nesse caso, é que uma parte da estrutura conceitual estipulada, para ser plausível, deveria ser identificável, e a recuperação por meio de uma expressão anafórica seria uma possibilidade, que, na verdade, não se concretiza. Por outro lado, esse não seria um argumento decisivo, já que poderia ser dito que esse tipo de recurso anafórico se limita a recuperar conteúdos na superfície. Mas ainda é preciso considerar os exemplos, citados pelo autor em 19.e e 19.f, com outro verbo, mas com uma suposta estrutura conceitual subjacente semelhante:

19.e Floyd melted the glass though it surprised me that he would do so.

19.f Floyd melted the glass though it surprised me that it would do so.

Conforme as observações já apresentadas, seria previsto que 19.f fosse agramatical. Isso porque “*do so*” recupera “*melt_{int}*” (intransitivo), ao passo que é o “*melt_{tr}*” (transitivo) que está expreso na superfície. Ou seja, essa expressão anafórica, na verdade, pode recuperar um conteúdo subjacente à estrutura superficial. Para 19.f, então, a previsão de que “*melt_{tr}*” poderia ser decomposto como “*cause to melt_{int}*” parece ser plausível. Porém, haveria uma inconsistência em dizer que, para o caso “*kill/cause to die*”, a expressão anafórica só pode recuperar a estrutura toda lexicalizada, ao passo que, para o caso “*melt_{tr}/cause to melt_{int}*”, a mesma expressão pode recuperar parte da estrutura subjacente. Essa inconsistência é o primeiro argumento de Fodor contrário à derivação de “*cause to die*” a partir de “*kill*”. Provavelmente, o problema gerador dessa inconsistência é a estipulação de uma estrutura conceitual. Fodor, então, prossegue com sua argumentação tentando demonstrar que, na verdade, para nenhum dos dois casos essa estrutura poderia ser atestada.

Fodor apresenta, então, um segundo argumento. O autor continua demonstrando que uma sentença com um determinado item lexical “mais complexo” não equivale a outra que substitua esse item por itens “mais simples”. Vejamos os exemplos:

20.a) John caused Bill to die on Sunday by stabbing him on Saturday.

20.b) *John killed Bill on Sunday by stabbing him on Saturday.

20.a) Floyd caused the glass to melt on Sunday by heating it on Saturday.

20.b) *Floyd melted glass on Sunday by heating it on Saturday..

Novamente, uma sentença não se mostra como uma paráfrase ou uma representação adequada da outra. Em 20.a, não há agramaticalidade porque há uma dissociação entre o evento “*Bill die*”, que ocorre “*on Sunday*”, e o evento correspondente a “*stabbing him*”, que “*on Saturday*”. A expressão adverbial “*by stabbing him on Saturday*” predica “*caused*”, e não “*Bill die*”, ou seja, a causa foi concretizada no sábado e seu efeito, no domingo. Já em 20.b, essa dissociação não ocorre, pois o sintagma adverbial “*by stabbing him on Saturday*” não pode predicar “*cause*” simplesmente porque não há “*cause*”, ou seja, ele precisa predicar o sintagma verbal formado por “*killed*”, mas esse sintagma já tem uma expressão adverbial de tempo o predicando (*on Sunday*), não podendo ser predicada por outra (*on Saturday*). O mesmo motivo explica a agramaticalidade de 20.b. Esse segundo argumento sugere, então, que não há um “verbo” abstrato do tipo “*cause*”.

Na perspectiva decomposicionista mais geral (incluindo até mesmo a da semântica gerativa, apesar de nosso foco ser a da semântica conceitual)⁷¹, “*killed*” teria uma representação semântica, composta por algo como “*cause to die*” ou “*cause to become dead*”, mais complexa do que “*bit*”, que não tem “*cause*” em sua representação. Considerando isso, Fodor *et al.* (1980) recorrem a um teste (exposto de modo resumido aqui) capaz de comparar duas sentenças com a mesma estrutura superficial, mas com relações abstratas diferentes:

⁷¹ Ao desenvolver os argumentos mencionados anteriormente, Fodor estava sendo genérico em relação a seus opositores, referindo-se a eles como proponentes de “definições”; porém, no contexto até 1980, os semantiscistas gerativos configuravam seu interlocutor mais diretamente, mas, por tais interlocutores serem descritos de modo genérico, tais argumentos valem para também para se opor à proposta dos semantiscistas conceituais, tanto é que, no debate mais explícito com Jackendoff, esses mesmos argumentos podem ser considerados integrantes das críticas de Fodor.

21.a) John killed Mary. (John matou Mary)

21.b) John bit Mary. (John atingiu Mary)

Nesse teste (presente no texto de 1980, que já começa a se dirigir mais diretamente aos opositores teóricos de um período em que a semântica conceitual passou a se desenvolver – no texto de 1976, Jackendoff já delineava as bases de sua teoria, cuja forma foi expressa em sua obra de 1983), o falante deve indicar o grau de relação entre “John” e “Mary” nas duas sentenças. Como “*killed*” poderia ser reescrito como “*caused to die*”, e “*bit*” seria mais “primitivo”, é esperável, de acordo com a perspectiva decomposicionista, que o falante indique uma relação mais forte em 21.b do que em 21.a.

Vale dizer que, em uma primeira fase desse teste, os autores buscam validá-lo com outras comparações entre sentenças com a mesma estrutura superficial, mas com representações abstratas diferentes, em que o falante deveria dizer em qual sentença os constituintes são mais relacionados. Como nessa primeira fase o resultado foi favorável à validação do teste (ou seja, os falantes foram capazes de estabelecer graus diferentes de relação entre os constituintes de acordo com as estruturas abstratas das sentenças), os falantes perceberiam, caso “*killed*” tivesse realmente uma estrutura abstrata mais complexa do que “*bit*” (ou seja, uma estrutura conceitual mais complexa), a relação entre os constituintes “John” e “Mary” mais forte na sentença com “*bit*”, em 21.b, do que com “*killed*”, em 21.a.

O resultado do teste correspondeu à expectativa de Fodor *et al.*: não foi encontrada uma diferença significativa entre os julgamentos dos falantes que sugerisse um grau de relação entre “John” e “Mary” diferente entre 21.a e 21.b. Portanto, os autores conseguem uma evidência, que diz respeito ao julgamento dos falantes, de que entre “*killed*” e “*bit*” não há diferenças no que diz respeito à complexidade de suas representações semânticas. Em razão disso, ambos os itens devem ser representados semanticamente com o mesmo grau de complexidade, e a perspectiva atomista mostra-se mais adequada a esse propósito.

Tanto esse teste como as considerações mostradas anteriormente a respeito dos motivos para não se derivar “*kill*” de “*cause to die*” podem ser considerados em um mesmo tipo de argumento: uma sentença com um item lexical não corresponde a outra sentença em que esse mesmo item seja substituído por primitivos semânticos porque as duas sentenças teriam estruturas diferentes. Enquanto “*kill*”

seria um átomo semântico/conceitual, “*cause*” também seria. Como “*kill*” e “*cause to die*” têm estruturas conceituais diferentes, sendo a segunda mais complexa que a primeira, elas seriam processadas diferentemente; ao passo que “*kill*” e “*die*”, com estruturas supostamente com diferentes graus de complexidade, na verdade, teriam a mesma complexidade conceitual, já que não seriam processadas em tempos diferentes ou julgadas de modos diferentes.

Em uma perspectiva decomposicionista (seja da semântica gerativa, seja da semântica conceitual), o raciocínio de Fodor estaria errado por ele estar confundindo um item lexical com sua representação semântica, ou seja, essa representação não tem de se comportar como uma sentença. Porém, caso seja defendido que Fodor esteja ignorando ou não esteja percebendo isso, não estarão sendo considerados alguns pressupostos do autor, explicitados na próxima seção. Além disso, essas considerações de Fodor parecem ter validade se considerarmos que Jackendoff (1983) afirma que as estruturas conceituais lexicalizadas e as estruturas sintáticas com seus constituintes funcionam de modo parecido.

3.2.2 Exigências para uma teoria decomposicionista

De modo mais claro, Fodor *et al.* (1980, p. 268, grifos dos autores), referindo-se por “definição” à decomposição tratada aqui, afirmam:

definitions provide a useful part of a theory of language and the world *only if* they empty into a primitive basis which is independently interpreted. That is, definitions figure seriously in theories of language and the world only if: (a) all the expressions of a language are equivalent to expressions in the vocabulary of its primitive basis; (b) the primitive basis is notably smaller than the lexicon; and (c) the extensions of expressions in the primitive basis can be fixed without further appeal to the notion of definition. (grifo do autor)⁷²

Portanto, para os autores, definições (que apresentam uma “decomposição” de um determinado item lexical para “defini-lo”) são úteis apenas se os primitivos puderem ser independentemente interpretados e ter suas extensões fixadas, assim como ocorre com os itens do léxico, mas constituindo um vocabulário menor do que

⁷² “definições são uma parte útil da teoria da linguagem e do mundo *apenas* se elas resultarem em uma base primitiva independentemente interpretada. Ou seja, definições aparecem seriamente em teorias da linguagem e do mundo somente se: (a) todas as expressões de uma língua são equivalentes a expressões no vocabulário de sua base de primitivos; (b) a base de primitivos é notavelmente menor do que o léxico; e (c) as extensões das expressões na base de primitivos podem ser fixadas sem mais apelo para a noção de definição.” (Tradução nossa).

o do léxico. Essas exigências parecem suficientemente claras e não sofrem oposição por parte dos decomposicionistas presentes em nosso recorte.

Deixemos essa questão clara. A primeira exigência é importante para que os primitivos, ditos como elementos subjacentes aos itens do léxico, estejam representados em todas as estruturas lexicais, pois o contrário não demonstraria a generalidade dos primitivos na composição dos conceitos, o que resultaria em uma descrição não justificadamente seletiva do léxico. Isso não significa, no entanto, que um decomposicionista deva descrever a estrutura de todos os itens lexicais (caso ela realmente exista) como em um trabalho semelhante ao lexicográfico dicionarista, mas apenas que ele deve assumir a possibilidade de a estrutura de todos os itens ser descrita, ou seja, a impossibilidade da descrição da estrutura de um item tornaria a teoria decomposicionista problemática. Sobre a segunda exigência, não há muito problema em reconhecer que a base de primitivos deva ser menor que a do léxico, porque, caso fosse igual ou maior, não teria função explicativa e não contemplaria a repetição de primitivos em itens diferentes.

Por fim, a última exigência remete, em certa medida, a discussões apresentadas no capítulo anterior. O que ajudaria a identificar os primitivos é a relação analítica com os itens lexicais. Haveria dificuldade em explicar o que é *a priori* nesses casos, ou seja, a que se referem esses primitivos se não precisam ser verificados no mundo. Além disso, fixar a referência desses primitivos sem recorrer a outras definições, isto é, considerando-os indefiníveis (ora, são primitivos), mesmo sendo algo necessário para não haver circularidade (algo já tratado no capítulo anterior quando discutimos problemas relacionados à sinonímia), é algo ainda não realizado.

Os autores, então, são levados a dizer que a

only primitive basis which has so far been seriously alleged to satisfy (a)-(c) is sensory/motor, and it is morally certain that allegation cannot be sustained. It may well be that definition plays *no* serious role in theories of language and the world.⁷³ (FODOR *et al.* 1980, p. 268, grifo dos autores)

Essa descrença de que as definições possam contemplar as exigências mencionadas, segundo os autores, diz respeito a um quadro padrão geral de teorias decomposicionistas. Ou seja, os autores, no momento dessa crítica, estão

⁷³ “única base de primitivos que já foi seriamente alegada para satisfazer (a)-(c) é sensória/motora, e é moralmente certo que essa alegação não pode ser sustentada. Pode bem ser que a definição não desempenhe *nenhum* papel sério em teorias da linguagem e do mundo.” (Tradução nossa).

generalizando, não se contrapondo a perspectivas decomposicionistas (de primitivos conceituais) específicas, mas a todas elas.

De acordo com os autores, a base sensória/motora, a que chega mais perto de ser sustentada, é composta de primitivos cujas extensões são fixadas por uma relação causal com “transdutores” sensórios/motores. Esses “transdutores” seriam espécies de dispositivos mentais responsáveis por fazer a ligação entre a percepção sensória/motora e a fixação extensional dos primitivos. Essa base de primitivos não seria plausível porque, mesmo podendo haver alguns casos de itens mais relacionados ao sensório/motor, não é possível, por exemplo, dizer que os termos primitivos, como “*die*” ou “*unmarried man*”, são mais sensórios que “*kill*” e “*bachelor*”. Ou seja, mesmo aparentando haver alguns exemplos convincentes de definições, não há nenhuma definição convincente que relacione termos não sensórios/motores e termos sensórios/motores. O problema começa, na verdade, na dificuldade de compreensão não do que pode ser sensório/motor, mas no conceito de “item sensório/motor”, tomado como um pressuposto em uma tentativa não bem-sucedida de fixar a extensão dos primitivos.

As três exigências para uma proposta teórica decomposicionista, então, segundo os autores, nunca são atendidas.

3.2.3 Inferências

Em termos gerais, podemos recuperar a discussão sobre as diferenças entre uma verdade com base em vocabulário lógico e uma com base em vocabulário não lógico por meio dos dois argumentos seguintes (FODOR *et al.*, 1980, p. 269):

22) John left and Mary wept, therefore Mary wept. (John partiu e Mary chorou, portanto Mary Chorou.)

23) John is a bachelor, therefore John is unmarried. (John é um solteiro, portanto John não é casado.)

Como “argumentos” estamos nos referindo ao modo que Fodor *et al.* (1980) descrevem enunciados cuja validade, de acordo com intuições pré-teóricas, é dada, ou não, com base em suas premissas, ou seja, a verdade das premissas garantiria a verdade das conclusões dos argumentos. Assim, em 22, sendo a premissa de que

“*John left and Mary wept*” verdadeira, a validade da conclusão é garantida por meio do termo lógico “*and*”. Por outro lado, surge a dúvida da validade do argumento em 23, que seria garantida por “*bachelor*”, de vocabulário não lógico. Nesse sentido, Fodor *et al.* chamam os argumentos baseados em vocabulário não lógico de “argumentos informalmente válidos”. Com base nisso, Fodor *et al.* (1980, p. 269) apresentam a questão: se o objetivo da lógica é reconstruir intuições pré-teóricas de validade, o segundo caso não seria tão apto para tratamento quanto o primeiro? Como já podemos entender do pensamento de Fodor, que se reconhece como um quineano, a resposta desenvolvida é de que *não*.

As definições, contra as quais Fodor *et al.* (1980) se colocam, teriam como base os argumentos informalmente válidos. Haveria, assim, um “nível semântico” de representação linguística em que expressões definíveis são representadas por suas definições. Também haveria “princípios de inferência válida” (princípios segundo os quais o conteúdo de uma expressão é apreendido de outro) aplicados às representações semânticas das sentenças e não às formas superficiais. Em relação a isso, não é necessário postular diferenças entre os argumentos em 22 e 23, pois ambos instanciaríamos o mesmo tipo de argumento formalmente válido por meio da regra de inferência $P \wedge Q \rightarrow P$ (John é homem e John é solteiro, logo John é solteiro).

No entanto, as considerações sobre a validade informal para a definição apresentam alguns problemas. Por exemplo, não há nada que garanta que todos os argumentos informalmente válidos serão válidos formalmente mesmo no nível da representação semântica, como no caso de 24:

24.a) John killed Mary \rightarrow Mary died.

24.b) John caused Mary to die \rightarrow Mary died.

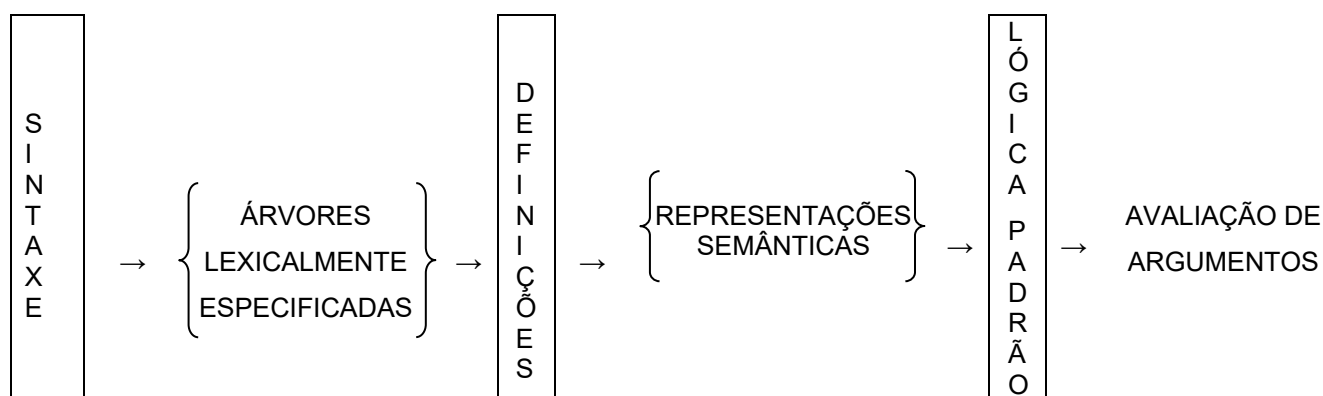
Não há um meio para reduzir o argumento em 24.a a um argumento formalmente válido de acordo com a lógica “padrão”, conforme os autores citados observam. Mesmo com a representação semântica de “*kill*” em 24.b, nada permite uma representação em argumento formalmente válido. Isso talvez pudesse ser alcançado se “*cause*” fosse definido, mas não é o caso, já que esse item corresponderia a um primitivo. Portanto, por não poderem ser validados formalmente pelo aparato da lógica padrão, alguns argumentos informalmente válidos precisariam

de mais regras de inferência além das estabelecidas por operadores, conectivos e quantificadores.

Outro problema diz respeito à simetria. Se é possível, em uma definição, inferir validamente “*unmarried man*” de “*bachelor*”, é também possível inferir validamente “*bachelor*” de “*unmarried man*”. Da mesma maneira, a inferência “*cause to die* → *kill*” também seria válida. Mesmo uma definição como “*red* → $P \wedge \textit{colored}$ ” (em que, se algo é vermelho, é colorido e tem uma propriedade P) tem como paralela outra inferência, “ $P \wedge \textit{colored}$ → *red*”. O problema dessa simetria é que algo definido, o *definiendum*, não pode ser a mesma coisa que define o *definiens* (já comentamos sobre circularidades desse tipo no capítulo anterior quando tratamos da sinonímia e da analiticidade).

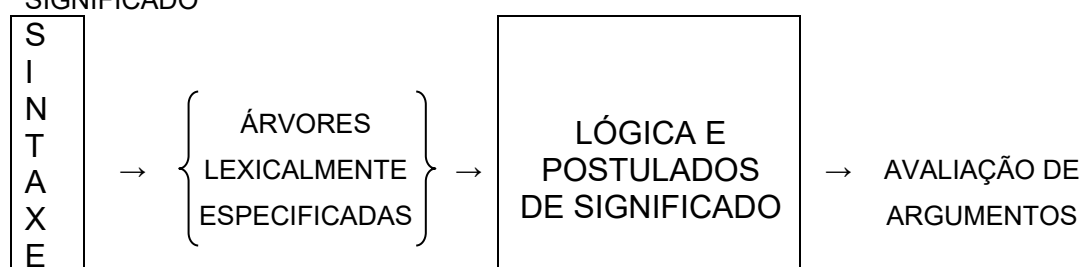
Restaria uma alternativa para as definições que é um aparato enriquecido de regras inferenciais governando o comportamento não apenas do vocabulário lógico, mas também do não lógico. Na imagem a seguir temos as duas opções, a primeira com as regras inferenciais que resultam em simetria e a segunda com o enriquecimento de regras.

FIGURA 4 – SISTEMAS DE COMPREENSÃO DE SENTENÇAS NO QUADRO PADRÃO DAS DEFINIÇÕES



FONTE: Fodor *et al.* (1980, p. 273)

FIGURA 5 – SISTEMAS DE COMPREENSÃO DE SENTENÇAS NA VISÃO DOS POSTULADOS DE SIGNIFICADO



FONTE: Fodor *et al.* (1980, p. 273)

A Figura 4 corresponde ao que já foi descrito em relação aos itens lexicais, em um contexto sintático, serem definidos por representações semânticas com base em inferências que comportam a lógica padrão. Já a Figura 5 apresenta um elemento não presente na lógica padrão, os postulados de significado, conceito já comentado quando tratamos das propostas de Carnap no capítulo anterior.

As duas opções teóricas, dentro do conjunto de teorias que Fodor (1998) chamou de “Semântica de Papel Inferencial” (Inferential Role Semantics – IRS)⁷⁴, parecem não ser distintas, já que um postulado de significado do tipo “x é ‘a *bachelor*’ se e somente se for ‘*unmarried*’ e ‘a *man*’” parece equivaler a uma definição padrão do tipo “‘*bachelor*’ significa ‘*unmarried man*’”. Porém, há uma discordância entre os dois tipos de teoria no que diz respeito aos níveis de representação. Na proposta de definição padrão (Figura 4), há um nível de descrição no qual “*bachelor*” não está disponível para a representação de “*John is a bachelor*” (antes da etapa de definição em si), ao passo que, na proposta dos postulados de significado, isso não ocorre. Ainda há outra diferença entre os dois tipos de teorias. Segundo Fodor *et al.* (1980), para a proposta de definição, a representação de *tokens* de “*bachelor*” tem a forma de “*unmarried man*”. Para a proposta dos postulados de significado, essa forma é a de “*bachelor*”.

Porém, a primeira proposta, conforme os autores, pode ser entendida, na verdade, como uma versão dos postulados de significado. Isso significa que argumentos como “*red* → *colored*” provavelmente não são formalmente válidos em nenhum nível, o que implicaria a exigência dos postulados para dar conta das inferências. Assim, a primeira proposta, na verdade, corresponde a um tipo de postulados de significado, caracterizado por simetrias. Em razão dessa característica, a segunda proposta pode ser mais bem sustentada, pois os postulados de significado considerados nela apenas preveem inferência em uma única direção.

Por outro lado, postulados de significado não dizem nada a respeito da constituição estrutural do significado de um item lexical. Por instanciar apenas uma direção, as inferências desse tipo não permitem uma análise inversa, o que impossibilitaria dizer que “*unmarried*” faz parte do significado de “*bachelor*”. Em

⁷⁴ Esse é um rótulo genérico para as teorias que se baseiam em inferências.

outras palavras, “*bachelor*” acarretaria “*unmarried*”, apenas isso, sem a ideia de que um conceito pertence à estrutura de outro conceito. Nesse sentido, as definições padrão (ou apenas “definições”), pelo menos, teriam a característica de identificar os constituintes do significado de um item lexical, ao passo que os postulados de significado não explicariam como um item é constituído, pois apenas estabelece uma relação de acarretamento, ou seja, apesar dos problemas, a proposta das definições ainda seria mais vantajosa em termos explicativos.

Além disso, as definições sugerem não apenas uma explicação para o significado lexical, mas também para as condições de posse desse significado (e tais condições, para Fodor, 1998, precisam ser consideradas em uma teoria sobre conceitos). Assim, a definição “*bachelor*” como “*unmarried man*” também sugere que, para alguém ter o conceito relacionado ao item “*bachelor*” precisa ter também os conceitos relacionados a “*unmarried*” e “*man*”. Além disso, as definições poderiam estabelecer quando uma inferência é analítica: quando ela depende da estrutura do conceito. No entanto, mesmo com essas vantagens das definições sobre a proposta dos postulados de significado, em razão de todos os problemas levantados acerca da simetria e da não plausibilidade da analiticidade mencionados neste e no capítulo anterior, a existência das definições deveria ser desacreditada.

O que pode ser afirmado com mais segurança a respeito dessas definições padrão é que elas dependem das “validações informais”. Mas não pode ser afirmado com segurança que essas “validações informais”, baseadas em inferências informais a partir do vocabulário não lógico, são plausíveis de existirem, o que implica não haver razões fortes para defender a proposta de definições.

Não apenas essas, mas também quaisquer outras propostas de IRS não seriam aceitas por Fodor (1998) porque o autor simplesmente não acredita que o conteúdo semântico seja constituído por relações inferenciais. Há três motivos gerais para isso. O primeiro é a crença do autor de que as inferências são reduzíveis a operações computacionais (já comentadas neste capítulo como uma parte da RTM), o que as tornaria desnecessárias, já que o processamento do pensamento já daria conta de tais operações. O segundo é o fato de que uma IRS tem implicações holísticas inevitáveis e intoleráveis (FODOR, 1998, p. 13), o que remete à discussão a respeito do holismo semântico, criticado por Fodor, apresentada anteriormente (um conceito dependeria de outros conceitos). Por fim, uma teoria inferencial, caso seja usada para explicar o conteúdo de um conceito, seria incompatível com uma

teoria atomista, pois segundo esta a existência de um conceito não depende da existência de outros.

A respeito das implicações holísticas, Fodor (1998; 2008) coloca o seguinte problema: se um conceito é definido por inferências, então o significado de um conceito depende do significado de outro. O conceito WATER (“água”), por exemplo, seria definido por algumas inferências que dependeriam de todo um conhecimento de uma língua e de mundo. Isso implicaria que nosso conceito WATER não fosse disponível para alguém na Antiguidade, pois, em outro contexto e com outra língua, um sujeito teria outros conceitos em sua mente, já que outras inferências seriam processadas por ele. Desse modo, os conceitos não seriam compartilháveis.

Além disso, para Fodor (1998, p. 107), os conceitos são composicionais, diferentemente de muitas inferências. Um conceito como BROWN COW, por exemplo, é complexo porque é resultado da composição de dois conceitos simples, BROWN e COW, ou seja, $BROWN \wedge COW \rightarrow BROWN\ COW$. Na composição, qualquer coisa que seja BROWN continua o sendo no conceito complexo, assim como qualquer coisa que seja COW continua o sendo nesse mesmo conceito complexo, havendo uma contribuição do conteúdo das partes para a formação do conteúdo do todo (noção básica de composicionalidade). Porém, imaginemos a inferência $BROWN\ COW \rightarrow DANGER$, segundo a qual vacas marrons são perigosas. Nessa inferência, a ideia de “perigo” não tem relação com o fato de algo ser marrom ou com o fato de algo ser vaca, ou seja, as inferências possíveis baseadas em cada parte não contribuem necessariamente para as inferências do todo. Em razão disso, o que de cada parte contribui com o conteúdo do todo é a propriedade que cada parte expressa, o que não teria participação clara de inferências.

Ainda assim, parece haver fortes intuições sobre a validade das inferências como um componente para a explicação do conteúdo conceitual. Parece difícil explicar, por exemplo, por que uma definição como “*kill* → *cause to die*” não seria aceita com base em um significado apriorístico ou não passaria de uma inferência não constitutiva conceitualmente. Veremos na subseção seguinte como Fodor trata algumas hipóteses para essas intuições.

3.2.4 Intuições a respeito das inferências informalmente válidas

Mesmo colocando-se contrário às definições dos itens lexicais por meio de representações em estruturas conceituais, que seriam recuperadas por inferências, Fodor *et al.* (1980) reconhecem haver aparentes intuições que sustentariam essas propostas. Portanto, resta aos autores analisar essas intuições e demonstrar que elas não são confirmadas. Antes disso, lembrando a diferença entre argumentos válidos baseados em vocabulário lógico e baseados em vocabulário não lógico, os autores observam que os teóricos pró-definições (decomposicionistas) buscam quebrar essa diferença de tal modo que nenhum deles estabeleceu uma distinção básica entre verdades “analíticas” (definicionais) e meras verdades lógicas (FODOR *et al.* 1980, p. 310).

As inferências que sustentariam, por exemplo, a definição de “*bachelor*” como “*unmarried man*” ou de “*kill*” como “*cause to die*” parecem ser baseadas fortemente no julgamento de falantes, apesar dos argumentos contrários a elas. Então, caso as intuições sobre essas inferências não sejam, de fato, argumentos a favor dessas definições que estipulam representações de estruturas conceituais, ainda é preciso dizer o que elas são. Fodor *et al.* (1980, p. 310-311) apresentam cinco possibilidades.

Segundo a primeira, intuições a respeito das validades informais seriam apenas relatos de crenças empíricas. Essa explicação estaria de acordo com uma visão quineana e elucidaria a razão de parecermos rejeitar supostos argumentos informalmente válidos em caso de contingências (condição de uma proposição não ser necessariamente verdadeira nem falsa) “bizarra”: “Cats are animals is supposed to be informally valid; but suppose cats turned out to be robots manipulated by Martians; suppose they turned out to have a silicon-based biochemistry; etc.”⁷⁵ (FODOR *et al.*, 1980, p. 310). Em outros termos, a inferência que relaciona “*kill*” a “*cause to die*”, assim como as inferências não lógicas em geral, teria como base uma espécie de “conhecimento de mundo”.

A segunda possibilidade diz respeito às intuições sobre a validade informal baseada em inferências serem relatos de crenças empíricas e relações dedutivas

⁷⁵ gatos são animais é suposto que seja informalmente válido; mas suponha que gatos fossem robôs manipulados por marcianos; suponha que eles passaram a ter uma bioquímica baseada em silício etc. (Tradução nossa).

determinadas pelo aparato lógico. Assim, haveria regras lógicas padrão e inferências não lógicas, sendo que a lógica conteria os dois tipos de elementos e a diferença entre ela e as generalizações empíricas ainda teriam que ser estabelecida. Supostos exemplos de validação informal teriam que ser explicados de outra maneira, como por meio de noções do tipo “mudança de significado”. Assim, se fosse descoberto que gatos são robôs marcianos, seria descoberto que não há gatos ou “gato” seria redefinido. Sendo baseadas no aparato lógico e em generalizações empíricas, isto é, em assunções sobre o mundo e em usos da lógica, essas intuições não seriam relações de definição.

Já de acordo com a terceira possibilidade, haveria a distinção entre generalizações empíricas e validade informal, além de entre validade informal e validade formal. Desse modo, haveria algum princípio que estabelecesse a distinção entre postulados de significado e regras de lógica padrão, e os argumentos informalmente válidos envolveriam apenas os postulados, o que, segundo os autores, parece ser a visão de Carnap. Mas aí voltaríamos para as críticas de Quine sobre essas distinções não serem claramente feitas.

A quarta possibilidade indicaria algum princípio de distinção entre argumentos informalmente válidos e argumentos analíticos. Estes seriam, por exemplo, os que implicam um número preciso de postulados de significado de acordo com algum tipo de formalização. Mas, com isso, teríamos que lembrar das críticas aos postulados de significado feitas por Quine e por Fodor. De todo modo, a possibilidade de estabelecer um princípio desses estaria em aberto.

A última possibilidade indicaria não haver a distinção entre argumentos informalmente válidos e argumentos analíticos. Desse modo, haveria graus de analiticidade com alguns argumentos analíticos correspondendo a postulados de significado e, talvez, regras lógicas (como na terceira possibilidade).

O que todas essas possibilidades têm em comum é que elas assumem que o domínio do aparato lógico, com os postulados de significado, são o *output* da sintaxe, ou seja, nada têm a ver com uma estrutura conceitual subjacente. Assim, não haveria um nível semântico (nenhum nível de forma lógica), com exceção daquilo que for estabelecido pela lógica padrão (com relações de quantificação, de escopo do operador, entre outros). Também não haveria forma lógica (ou qualquer estrutura semântica) dentro dos itens lexicais como sugeriam os semânticos

gerativistas e como sugerem as propostas decomposicionistas que serão nosso foco de atenção no próximo capítulo.

Portanto, essas possibilidades de explicação das intuições a respeito das inferências envolvidas nas definições estariam de acordo com a crença de que a forma lógica, no modo como Fodor *et al.* (1980) a veem, é determinada somente ou em grande parte pela estrutura superficial. Desse modo, caso haja alguma razão dentro de algum quadro teórico, será possível estabelecer princípios para a validade informal, desde que se baseiem em estruturas superficiais. Os autores não se preocupam em estabelecer isso, mas apenas em apontar que seria precipitado usar as intuições em relação às inferências como justificativa decisiva para as estruturas conceituais.

3.2.5 Definições em uso

Temos, então, que, na perspectiva da RTM, as definições, que são constituídas por inferências a serem mentalmente representadas, não se sustentam. Um dos problemas para elas é que não há tantas propostas de definições para que seja possível generalizar dizendo que todos os itens lexicais podem ser representados por elas. Por outro lado, Fodor, mais recentemente (FODOR, 2008), além de retomar todas as críticas às teorias decomposicionistas (dentro da linha da IRS), investigou a possibilidade de as definições poderem ser salvas de alguma maneira, mesmo com a falta de exemplos convincentes. Uma possibilidade é o que o autor chama de “definição em uso”. Antes de discorrermos sobre ela, podemos adiantar que o autor não vê muitas diferenças entre ela e a definição mais tradicional de que já tínhamos tratado, ou seja, a linha argumentativa de Fodor não se altera, ele apenas busca se certificar de diminuir as saídas de defesa de proposta de seus adversários teóricos.

As definições em uso são semelhantes às tradicionais, vistas anteriormente, no que se refere à ideia de certas inferências constituírem os conceitos. Porém, elas se diferenciam das tradicionais ao não supor que inferências tipicamente dependem das relações entre conceitos complexos e seus constituintes, ou seja, ao sustentarem menos a relação de constituência. A definição em uso de “e”, conforme Fodor, serve como exemplo canônico.

A ideia é de que a semântica de “e” seria explicada por inferências como “P e Q \rightarrow P” (algo traduzível como “se há P e Q, então há P”), válidas *a priori*, ou seja, analíticas. De acordo com as teorias de definição padrão, a aprioricidade seria explicada indiretamente, sendo postulado um nível semântico no qual relações de constituição conceitual são realizadas. Já uma teoria de definição em uso sugere que isso seja explicado de modo direto, por meio da noção de “inferência definidora”. Assim, a definição em uso do conceito AND (“e”) por meio de inferências definidoras daria conta de determinar constantes lógicas. Pensemos, primeiro, na seguinte formulação padrão da *regra de introdução* de “e”:

$$\frac{P \quad Q}{P \text{ e } Q}$$

E também na formulação padrão da *regra de eliminação* de “e”:

$$\frac{P \text{ e } Q}{P} \quad \frac{P \text{ e } Q}{Q}$$

Essas duas regras, de introdução (em que temos dois enunciados e, para os relacionarmos, acionamos o conceito AND) e de eliminação (em que dois enunciados verdadeiros relacionados por meio de AND implicam a verdade de um deles), corresponderiam às regras de inferências que definiriam “e”, sendo tais regras possivelmente aprendidas quando o significado de “e” fosse aprendido.

Essa proposta da definição em uso alega que dá conta não apenas da semântica dos conceitos lógicos, mas também de suas “condições de posse”, algo de que uma teoria conceitual deveria tratar, segundo Fodor, pois explicar como pode haver um conceito na mente de alguém requer explicar as condições para esse alguém possuí-lo (o autor usa o verbo “possuir” mesmo). Assim, a condição para alguém ter AND na mente é esse alguém ter as regras de introdução e de eliminação. Porém, se olhada atentamente, essa proposta parece não dar conta do que promete. O motivo seria “e” ocorrer nessas regras não apenas como um termo definido, mas como parte das definições. Ou seja, dizer que saber a definição em uso de “e” é saber o que “e” significa é uma alegação circular, semelhante ao problema já mencionado por nós e observado por Quine (conforme vimos no capítulo anterior). Então, a aparente vantagem da definição em uso, de responder o que é aprendido quando “e” é aprendido, não é confirmada, pois o que é aprendido não pode ser uma regra na qual “e” ocorre, já que, do contrário, só seria possível

aprender o significado de “e” sabendo antes o que “e” significa, o que não faz sentido.

Por outro lado, o que está reivindicado centralmente na proposta das definições em uso é que “saber como” aprendemos um conceito é mais importante que “saber o que” sabemos ao aprendermos tal conceito. Contrária à perspectiva da RTM, as definições em uso, ao privilegiarem a investigação sobre o “saber como”, passam a corresponder a uma tese pragmatista. Assim, aprender e possuir um conceito estaria relacionado com como as inferências (e não com quais as inferências) são construídas, ou melhor, como as regras inferenciais são seguidas.

Portanto, nessa perspectiva, para uma regra ser seguida, bastaria haver uma conformação entre essa regra e a expressão que ela define. Porém, observa Fodor, isso não seria possível, pois é preciso haver também uma causa para que essa regra opere. Essa causa estaria, ainda de acordo com Fodor, nos estados mentais: só é possível seguir uma regra se ela for um objeto intencional do tipo estado mental, com propriedades causais. Portanto, ou uma teoria de definição em uso assume a circularidade, ou assume uma proposta fraca de acordo com a qual basta haver uma disposição em seguir regras inferenciais em conformação com o uso de um determinado item lexical sem que haja algo que cause o seguimento das regras.

Além disso, sobre essa segunda opção, caso haja a disposição para seguir determinadas regras inferenciais, elas teriam que ser mentalmente representadas, e para que o indivíduo tenha essa representação mental, digamos, das regras que definem “e” e possa segui-las, ele precisa ser previamente capaz de representar mentalmente a conjunção “e”, o que resulta, invariavelmente, na circularidade. Portanto, uma IRS não poderia ser salva por esse tipo de proposta, até mesmo considerando definições restritas ao vocabulário lógico.

3.3 CONCEITOS SEM DEFINIÇÕES

Já tratamos da dificuldade de inferir o que é “conceito” para Fodor, o defensor central do atomismo. Porém, pelo menos neste momento, fica claro que, com a ideia de cada conceito ser uma unidade primitiva, não é possível defender a analiticidade para explicá-lo, já que ele não pode ser definido em função de relações com outros conceitos (e esse posicionamento vai contra qualquer

decomposicionismo em primitivos conceituais e contra qualquer proposta holística). Desse modo, mesmo a explicação de “conceito” em uma perspectiva atomista sendo difícil de ser feita, podemos compreendê-lo como o conteúdo de um morfema em uma relação de um para um, ou o conteúdo mental não decomponível relacionado a um morfema e a uma propriedade de coisas no mundo (projetado mentalmente).

É possível considerar, então, de modo resumido, que conceitos são (FODOR, 2008, p. 25): constituintes de crenças (isto é, de atitudes proposicionais/pensamentos, sendo as crenças o modelo principal de atitudes proposicionais); as unidades básicas de avaliação semântica (não há outra unidade menor, mais básica); um *locus* de interações causais entre representações mentais (os conceitos têm propriedades causais relacionais) e fórmulas em “mentalês” (ou seja, são entidades mentais que possuem a possibilidade de “causarem” representações mentais e serem manipuladas pela linguagem do pensamento).

Ainda nos resta entendermos como os conceitos, tendo conteúdos atômicos, são compreendidos pelo falante e como são (caso realmente sejam) aprendidos. A proposta das definições/decomposições, como veremos com mais atenção no próximo capítulo, afirmam, como sugestão de explicação para essas questões, que compreendemos um conceito com base em sua estrutura conceitual, do mesmo modo que aprenderíamos novos conceitos formando novas estruturas conceituais, sendo tais estruturas formadas por elementos abstratos primitivos.

Na sequência, tentaremos responder como a proposta atomista resolve essas questões.

3.3.1 Compreensão das sentenças

Por acreditarem não haver representações conceituais que definem um conceito por meio de processos inferenciais, resta a Fodor *et al.* (1980) dizer que compreender uma sentença é recuperar suas descrições sintáticas, ao mesmo tempo que é uma função de *tokens* para *types*, isto é, uma função que toma as instanciações das sentenças (e dos itens lexicais que a compõem) e as relaciona com um componente mental mais abstrato (e com os conceitos que o compõem).

Poderia haver duas objeções a respeito disso. A primeira seria dizer que uma representação de *type* é simplesmente uma “fórmula” (já mencionada no capítulo anterior e identificada como algo com forma e estrutura, mas sem um

componente semântico essencial) em uma outra “língua”, uma metalinguagem. Porém, uma representação como a proposta pelos decomposicionistas também é uma espécie de metalinguagem abstrata, só que mais complexa. Assim, não há desacordo sobre haver uma representação mental estruturada em uma espécie de metalinguagem, mas sim sobre essa representação ser mais complexa (com uma estrutura conceitual em primitivos semânticos) ou ser uma estrutura simples (atomista).

Outra objeção seria dizer que a compreensão é algo gradual (há diferentes níveis) e não pode ser formalizada. Porém, isso não apenas seria contrário à posição atomista como também seria contrário à decomposicionista. Em certo sentido, essa noção de senso comum de “compreensão” está correta porque entender o que é “compreender uma sentença” requer entender o que “as pessoas dizem e o que elas querem dizer com o que dizem” (FODOR *et al.* 1980, p. 312). Para entender a “compreensão de sentenças” dessa maneira, seria necessário considerar todo tipo de aparato contextual, inferencial e de conhecimento, o que não fugiria dos propósitos teóricos a respeito de representações conceituais na mente.

De todo modo, a compreensão das sentenças, ou um componente dela, envolve a recuperação dos significados dos itens lexicais que essas sentenças contêm. A dificuldade de compreensão estaria relacionada, entre outras coisas, com a complexidade sintática e a complexidade lexical. Considerando uma perspectiva decomposicionista, Fodor (1998, p. 46) questiona, então, se alguém acha que pensar no conceito BACHELOR é mais difícil do que pensar no conceito UNMARRIED, o que não faria sentido, mas seria uma decorrência dessa perspectiva. Já o atomismo conseguiria dar conta do fato de não haver diferença na dificuldade de compreensão desses dois conceitos por prever que não há diferenças estruturais entre os conceitos simplesmente por não haver estruturas conceituais (do tipo estipulado pelas decomposições em primitivos conceituais).

Mas as intuições sobre as estruturas conceituais resistem. Retomando o que já discutimos, parece ainda difícil entender BACHELOR sem entender UNMARRIED (ou NOT MARRIED), assim como parece difícil entender KILL sem entender CAUSE TO DIE (ou CAUSE TO BECOME DEAD, a depender da proposta teórica), mesmo com as hipóteses sobre essas intuições comentadas na subseção 3.2.4. Fodor (1998) discute a questão da seguinte maneira: a relação entre BACHELOR e NOT MARRIED é *necessária conceitualmente* em relação ao conteúdo de “*bachelor*” e às

suas propriedades metafísicas, mas isso não implica que possuir BACHELOR (ter na mente) só é possível se possuir NOT MARRIED. Uma coisa é metafísica (relacionada à natureza das coisas no mundo e nossa compreensão delas), outra coisa é conceito na mente. Da mesma maneira, o conceito WATER é necessário metafisicamente para existir o conceito H₂O⁷⁶, ou seja, “H₂O ser água” seria uma verdade necessária (baseada em relações entre *tokens* de H₂O e *tokens* de WATER em uma verificação no mundo, nada tendo a ver com analiticidade), mas é fácil perceber, com esse exemplo, que possuir um conceito não implica possuir o outro, já que, por exemplo, alguém na antiguidade pensava em “água” sem obviamente pensar em “H₂O”. Assim, as diferenças que a relação entre BACHELOR e NOT MARRIED e a relação entre WATER e H₂O têm diriam respeito apenas ao grau de constatação factual, o que pode ser inferido de nossas discussões anteriores.

3.3.2 Aprendizado de conceitos

Como já pode ser entendido com base no que discutimos, para a proposta atomista, como os conceitos simples não têm uma estrutura de elementos mais básicos e não podem ser definidos em termos de representação mental, haveria dois modos de eles estarem na mente: ou aprendemos um por um à medida que expandimos o léxico, ou nascemos com eles.

Para Fodor (1980; 1998; 2003), a possibilidade de conceitos serem aprendidos não se sustenta. Digamos que o falante vê algo pela primeira vez e não sabe o que é; seria neste momento que ele aprenderia um novo conceito, para aplicar a essa coisa. Porém, ele utiliza algo para descrever essa coisa, ou seja, utiliza conceitos. Imaginemos "vermelho", por exemplo: quando ocorre um primeiro *token* do conceito RED, não é possível que não haja previamente algo para categorizá-lo, pois não se descreve e não se categoriza algo se não houver nada na mente. O falante aprende a palavra "vermelho", mas a associa a algo na mente, pois, de outro modo, não seria possível aplicar uma ocorrência de "vermelho" a uma categoria (*type*) se essa categoria não existe. E se ela já existe antes de qualquer relação com o mundo, ela (correspondente a um conceito simples) é inata. “A moral

⁷⁶ Pode haver controvérsias, mas aceitemos a relação entre H₂O e WATER como conceitualmente necessária.

da história, então, é esta: o que não é definível deve ser inato.” (FODOR *et al.*, 1980, p. 282)⁷⁷.

Dito de outra forma, o que não é representado internamente por sua definição deve ser inato. Desse modo, os conceitos simples BROWN (“marrom”) e COW (“vaca”) seriam inatos, ao contrário do conceito complexo BROWN COW, que deve ser aprendido. Cada conceito simples (portanto inato) seria ativado quando passamos por experiências específicas e aprendemos um novo item lexical, e cada conceito complexo seria formado pela composição de conceitos simples.

Desenvolvendo essa ideia, Fodor (1998) descreve o que seria o argumento padrão para o nativismo conceitual. Segundo esse argumento, aprender um conceito seria um processo indutivo. Isso corresponderia a imaginar e testar hipóteses sobre qual propriedade as coisas têm de ter para corresponderem a um conceito. Não haveria problemas sobre isso caso seja considerada uma definição. Por exemplo, o conceito BACHELOR, caso corresponda ao conceito UNMARRIED MAN, seria aprendido após serem aprendidas as coisas que são homens e que são não casadas. Porém, os conceitos primitivos não poderiam ser aprendidos dessa maneira. Por exemplo, o conceito RED (nem sempre dito “primitivo”, mas é considerado dessa maneira na argumentação de Fodor), se tiver que ser aprendido assim, seria necessário imaginar e confirmar hipóteses sobre coisas que são “vermelhas”, mas isso só seria possível se o falante já tivesse o conceito RED, pois esse conceito é invocado na formulação da hipótese.

Isso parece demonstrar, no entanto, apenas que conceitos primitivos devem ser inatos, e não dizer nada sobre se esses conceitos correspondem aos simples do atomismo ou aos primitivos conceituais do decomposicionismo. Porém, lembremos que, se RED e MAN são primitivos e BACHELOR não é ao passo que há os itens lexicais “*red*”, “*man*” e “*bachelor*”, então haveria uma irregularidade no aprendizado desses itens, sendo necessário assumir que o aprendizado de uns ocorre por processo indutivo enquanto o aprendizado de outros não, o que enfraquece o poder explicativo do processo indutivo. A alternativa viável, portanto, seria assumir que todos os conceitos simples são inatos.

O que pode parecer contra-intuitivo, além da lista de conceitos inatos ser extremamente grande, é um conceito como CARBURETOR (“carburador”) ser inato.

⁷⁷ No original: The moral, then, is this: what is not definable must be innate.

Mas é importante acompanhar o raciocínio de Fodor (1998, p. 127-128). Considerando os testes de hipóteses perante experiências com coisas no mundo, há uma relação que “prende” (*locking*) o conceito e aquilo a que ele pode ser aplicado. Uma questão surge disso: por que mais frequentemente as experiências com carburadores, e não com outras coisas, leva o conceito a se prender a carburadores? Em outros termos, por que o conceito CARBURETOR (lembrando que não estamos nos referindo a um item lexical) não é preso a girafas, por exemplo? Se não há (pelo menos na maioria das vezes) falha em prender CARBURETOR a carburadores, talvez esse conceito não seja aprendido, mas apenas acionado, sendo as experiências com carburadores meros gatilhos para isso. Vale observar que tais experiências podem talvez ser com “carburadores prototípicos” (e não é possível precisar quais são esses prototípicos), os mais adequados, à primeira vista, para acionar o conceito, mas isso não dá respaldo, obviamente, a uma teoria dos protótipos⁷⁸. Não havendo aprendizado de conceitos, não haveria as hipóteses a serem testadas que levariam a esse aprendizado.

A ideia de que os conceitos não são aprendidos foi desenvolvida por Fodor em muitos trabalhos, mas a discussão que ele apresenta no debate com Piaget (no encontro relatado no livro editado por Piattelli-Palmarini, 1980⁷⁹) é histórica e esclarecedora. Fodor (1980, p. 143-144) disse:

It seems to me that there is a sense in which there *isn't* any theory of learning. (...) maybe there is no general learning mechanism that applies to perception, language, and so on. I'll argue not only that there is no learning theory but that in certain senses there certainly *couldn't* be; the very *idea* of concept learning is, I think, confused.⁸⁰ (Grifos do autor).

O que leva Fodor (1980) a afirmar isso é a crença de que há uma confusão entre uma teoria de “aquisição de conceitos” e uma teoria de “fixação de crenças”. Nenhuma teoria dita como de aquisição de conceitos, segundo Fodor, explica como os conceitos são adquiridos, mas sim como crenças são fixadas pelas experiências. O mecanismo que explica essa fixação faria sentido apenas se uma perspectiva

⁷⁸ Não é nosso objetivo apresentar as críticas de Fodor sobre esse tipo de teoria.

⁷⁹ Esse livro apresenta discussões entre vários debatedores, principalmente entre Chomsky e Piaget, realizadas em um encontro em 1975.

⁸⁰ Parece-me que há um sentido no qual não *há* nenhuma teoria do aprendizado. (...) talvez não haja nenhum mecanismo geral de aprendizado que se aplique igualmente à percepção, à linguagem, entre outros. Irei argumentar não apenas que não há teoria de aprendizado, mas que em certos sentidos não *poderia* haver; a *ideia* de aprendizado de conceitos [simples] é, eu acho, confusa. (Tradução nossa).

nativista radical fosse assumida, e não uma teoria da aquisição/aprendizagem, sendo esta incapaz de explicar esse processo.

As teorias sobre aquisição dos conceitos, observa Fodor, não diriam nada sobre a origem dos conceitos. Elas apenas tratariam de como as crenças são determinadas por nossas experiências. Do mesmo modo, não explicam a fonte das supostas “hipóteses indutivas”, hipóteses feitas pelo sujeito no decorrer da aprendizagem dos conceitos; apenas pressupõem a disponibilidade de tais hipóteses e buscam dizer quais delas são aceitas de acordo com as experiências.

Fodor (1978, p. 145) se utiliza do exemplo de uma experiência hipotética para explicar essa questão. Imaginemos um indivíduo em uma situação na qual uma pilha de cartas é posta em sua frente. Nessa pilha há cartas com variadas formas desenhadas em variadas cores. Então, é solicitado para que o indivíduo forme com essas cartas duas pilhas, chamadas de "mais" e "menos". Toda vez em que o sujeito coloca as cartas em uma das pilhas, é dito para ele se ele está certo ou errado, ou seja, cada carta deveria estar em apenas uma das duas pilhas. Desse modo, o indivíduo "aprenderia" quais são as cartas correspondentes a quais pilhas.

Pensando nesse experimento para entender como ocorreria o "aprendizado" do vocabulário de uma língua e dos conceitos, imaginemos que seja pedido para o sujeito dizer a palavra "miv", até então desconhecida por ele, quando achar que as cartas correspondem a um tipo (ou a uma das pilhas) e dizer "non-miv" quando achar que as cartas corresponderem ao outro tipo. Um pesquisador confirmaria para o sujeito sempre em que ele estiver certo ou errado sobre a associação entre as cartas e as expressões “miv” e “non-miv”. Assim, o indivíduo aprenderia a palavra "miv" e os critérios atributivos que definem o conceito MIV. Nesse tipo de perspectiva teórica de aprendizado, o sujeito teria uma hipótese do tipo "X é miv se e somente se X é..." a ser completada com uma especificação dos atributos que são critérios para ser "miv" (ter tal e tal cor, ter tal e tal forma).

Esse experimento, entretanto, não diria nada sobre de onde vem o que é “aprendido”. Ele é capaz de dizer como várias escolhas de atributos influenciam a aceitabilidade das hipóteses corretas, mas sem dizer qual a origem dessas hipóteses e dos conceitos que elas expressam. O tipo de teoria dita como de “aprendizado” assume como algo dado os “critérios de atribuição” que formam as hipóteses a serem fixadas nas situações experimentais. Dito de outra forma, uma teoria do aprendizado não pode dizer como o conceito MIV é adquirido porque ela,

ao assumir que esse conceito ocorre nas hipóteses indutivas confirmadas, pressupõe que ele esteja disponível. Em razão disso, uma teoria desse tipo, caso seja aceita, deveria ser, na verdade, nativista, pois somente assim daria conta dos conceitos pressupostos, que passariam a ser considerados simplesmente inatos.

Pensando em outro exemplo de Fodor (2005, p. 137), podemos nos questionar como adquirir o conceito GREEN. Adquiri-lo é pelo menos saber sobre o que esse conceito é, ou melhor, o que é exigido das coisas às quais esse conceito se aplica. Nesse raciocínio, aprender o conceito GREEN é passar a acreditar que GREEN é aplicado a coisas específicas, a saber, coisas verdes, sendo essa uma condição necessária para essa aquisição. Porém, observemos que um *token* do conceito GREEN é um constituinte dessa crença, o que significa que ninguém em cuja mente não houvesse o conceito GREEN previamente acionado poderia acreditar nisso, ou seja, ninguém sem esse conceito poderia ter essa crença. Além disso, acreditar que passar a ter essa crença faria GREEN ser adquirido resultaria em circularidade. Desse modo, a hipótese mais viável é de que GREEN, como um conceito primitivo, é inato.

Dito de outro modo, um nativista como Fodor diria que os mecanismos subjacentes à “aquisição” de todos os conceitos simples (ou “conceitos lexicais”, opostos aos conceitos complexos, ou “conceitos frasais”) são “bruto-causais” (FODOR, 1981, p. 273), ou seja, haveria mecanismos que causam o acionamento de um conceito o associando diretamente a um tipo de experiência e a um item lexical de uma língua. Isso significa que, enquanto uma proposta empirista concorrente diria que muitos conceitos lexicais são construtos lógicos com base em conceitos primitivos disponíveis pela ativação de um aparato sensorial, um nativista do tipo de Fodor diria que a ativação desse aparato sensório é, normalmente, causalmente necessária e suficiente para a disponibilidade de todos os conceitos simples. Ou seja, o mecanismo pressuposto por essa proposta nativista é mais simples, já que não diferencia os tipos de conceitos simples (se são sensórios ou não) e barra a possibilidade de eles serem representados por estruturas conceituais.

Portanto, na perspectiva nativista, as experiências de um indivíduo não o fazem aprender conceitos, mas desempenham uma função importante, que é acionar uma espécie de gatilho dos conceitos. O que geralmente é conhecido como “aprender” um conceito, então, seria uma espécie de despertar de um conceito, sendo que este está presente na mente desde sempre. Esse despertar é,

obviamente, prévio ao aprendizado do vocabulário de uma língua (que pode, em certo sentido, ser “aprendido”). Essa perspectiva se coloca, portanto, contra diversas outras que postulam a mente como uma tábula rasa, em que não há nada e está à espera da aquisição de novos conceitos, ou que postulam modelos de aprendizagem em que um indivíduo nasce com um aparato reduzido de conhecimento e, conforme tenha experiências durante sua maturidade, passa a aprender conteúdos mais complexos. Todas essas alternativas ao atomismo Fodor tem o cuidado de rebater, mesmo que seus opositores teóricos não tenham o mesmo tipo de preocupação e empenho ao tentarem desacreditar o atomismo.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Em alguns momentos de suas obras, Fodor afirma que o atomismo não é uma proposta popular. Isso se deve em parte às intuições (dos falantes e dos teóricos) a respeito das possíveis estruturas conceituais baseadas em relações inferenciais, que corroboram a proposta concorrente. Portanto, que a defesa do atomismo pelo autor passe a criticar seu oponente teórico decorre da tentativa de combater esse fator que dá suporte ao decomposicionismo.

De modo geral, essa crítica sugere que não seria adequado definir um conceito por meio de relações inferenciais porque, para um conceito ser relacionado a outro, ele deveria, antes, existir, o que implicaria serem as inferências processadas depois da constatação dos conceitos. Em outros termos, qualquer relação entre conceitos, como as relações inferenciais, ocorreria em algum nível mental posterior à existência dos conceitos. Mesmo sendo possível considerar essas relações inferenciais em alguma teoria, seria inadequado, então, postulá-las em uma teoria sobre a geração dos conceitos vistos como entidades mentais, ainda mais porque as relações entre conceitos já são explicadas pelo processamento computacional do pensamento, não havendo a necessidade de tais inferências para esse propósito explicativo.

O autor reconhece que a proposta decomposicionista nos permite reduzir todos os problemas sobre conceitos a problemas correspondentes a uma base primitiva, o que parece uma vantagem. Porém, a tentativa de realizar essa redução, conforme tenta argumentar o autor, falha. E mesmo se as definições/decomposições fossem plausíveis, elas não desempenhariam um papel importante na explicação

sobre o que acontece quando “aprendemos” os conceitos ou pensamos com eles. Em suas palavras, “para dizer a verdade, definições parecem não desempenhar papel nenhum.” (FODOR, 1998, p. 46). Por outro lado, a plausibilidade delas ainda seria uma questão em aberto que dependeria das respostas dadas às críticas de Fodor. Porém, mesmo que fossem plausíveis, elas não teriam nenhum papel na explicação de como os conceitos são aprendidos.

Além disso, o atomismo é justificado pela descrença no conceito de analiticidade, mal definido e mal defendido, segundo Fodor, por filósofos analíticos e linguistas cognitivos defensores de decomposições conceituais. De modo simplificado, um conceito não pode ser definido por uma estrutura conceitual porque, para isso, é preciso relacioná-lo a outros conceitos com base em inferências cujo conhecimento seria *a priori*, ou seja, essa relação seria analítica. Além disso, as inferências supostamente analíticas que definiriam um conceito, na verdade, pressupõem esse conceito em vez de o representarem conceitualmente. O autor, portanto, busca argumentos em duas áreas com focos distintos (filosofia e ciências cognitivas/linguística), mas nas quais ele transita e trabalha. Isso o possibilita, por exemplo, recuperar toda a crítica de Quine a respeito da distinção entre significado analítico e significado sintético e perceber como um problema as implicações holísticas das estruturas conceituais.

Por outro lado, não é só com críticas aos oponentes teóricos que o atomismo é defendido. Essa proposta se mostra mais simples e mais clara para explicar a relação entre um conceito e um item lexical, ao mesmo tempo que consegue explicar com relativa clareza a relação entre conceitos. Também parece dar conta da composicionalidade, um elemento cuja existência é provavelmente um consenso entre teóricos que buscam explicar como a linguagem ocorre na mente (pelo menos considerando os atomistas e os decomposicionistas, mas também outros que abordam teorias dos protótipos, por exemplo). Além disso, o que parece ser contra-intuitivo, a ideia de todos os conceitos simples serem primitivos e inatos, também é esclarecido (apesar de ser em um modo não muito simples): para aplicar um conceito a uma situação, ele precisa já existir; para haver inferências em relação a ele, ele tem de existir antes; para explicar por que é comum aplicar um conceito a uma determinada experiência e não a qualquer outra, o conceito tem de estar já na mente à espera de um gatilho específico.

Com base nessa discussão, a ideia de “conceito” como uma entidade mental inata que participa composicionalmente da formação de pensamentos e de interpretações de sentenças parece minimamente clara. Porém, podem surgir algumas questões que careçam de elucidação. Por exemplo, se os “sentidos” são compartilháveis, assim como os conceitos, e se os “sinônimos” compartilham sentidos, então os sentidos não poderiam fazer parte dos conceitos, pois estes não podem ser definidos, na perspectiva atomista, em relação a outros conceitos (na verdade, não podem ser definidos de nenhum modo). Mas os sentidos são considerados um componente semântico básico compartilhado entre os falantes, o que os aproximaria da ideia de conceito, apesar de não estar clara a relação entre sentidos e conceitos (Fodor não desenvolve o que entende por “sentido”).

O que talvez possa explicar essa falta de clareza é o fato de Fodor acreditar que os “sentidos”, provavelmente não como Frege os entendia, não têm tanta relevância na constituição sistemática dos significados e, por isso, não receberiam muita atenção nem fariam parte dos conceitos (lembramos que Fodor diferencia “modos de apresentação” e “sentidos”, sendo os primeiros relacionados aos conceitos). Enfim, o problema parece ser aceitar a ideia de “sinonímia”, mesmo que como algo não diretamente relevante, não desenvolvida por Fodor e criticada por Quine. De todo modo, possíveis lacunas desse tipo não contrariam as hipóteses defendidas pela perspectiva atomista, pois aparentam ser paralelas e residuais, além de não influenciarem nem impossibilitarem as hipóteses defendidas.

Outra característica da proposta atomista diz respeito à (não) “utilidade” na descrição lexical. Sendo oposta às definições, essa proposta não pode embasar compêndios de descrições lexicais, além de barrar aqueles que se utilizam de estruturas conceituais (como os de LEVIN, 1993, para o inglês; CANÇADO *et. al.*, 2013, para o português). Assim, um compêndio de definições de conceitos alinhado com a RTM deveria assumir que as inferências nas quais se baseiam não se diferenciam de conhecimentos ordinários sobre o mundo, e, assim, a RTM não poderia ser usada como base. Ora, não convém produzir um compêndio que liste significados do tipo: “*dog*” significa DOG, “*kill*” significa “KILL”, “*bachelor*” significa BACHELOR etc. Talvez essa impossibilidade de ter como base a perspectiva atomista para a descrição exaustiva das diferenças entre conceitos tenha resultado na impopularidade mencionada, o que não teria relação, portanto, com questões

estritamente epistemológicas (a respeito da validade ou não dos argumentos da teoria), mas com questões de ordem mais prática e produtiva.

As hipóteses relacionadas à perspectiva atomista (isto é, relacionadas ao quadro da RTM), naturalmente, podem ser contestadas, o que é papel dos oponentes teóricos, e não nosso objetivo central, assim como também não é defendê-las. Mas como não consideramos ser possível apresentar uma perspectiva de modo totalmente neutro, com base no exposto até o momento, sobressai em nosso texto uma possível tentativa de defesa do atomismo de Fodor (talvez essa impressão persista até o final deste trabalho). O que observamos, no entanto, é que buscamos contemplar alguns pontos não esclarecidos que são, geralmente, usados para criticar a proposta desse autor ou são, na condição de não esclarecidos, uma razão para essa proposta não ser mais trabalhada. Lembremos, por outro lado, que nosso objetivo principal é, mesmo, identificar algumas questões-chave que elucidem o debate entre o atomismo e o decomposicionismo, além de investigarmos nossa tese de que a analiticidade (e sua problematização), que permeia as inferências utilizadas nas definições lexicais em estruturas conceituais, é central entre essas questões, apesar de parecer ser ignorada muitas vezes, como veremos no capítulo seguinte.

4 DECOMPOSICIONISMO LÉXICO-CONCEITUAL

O grupo de teorias que estamos considerando como um opositor à perspectiva atomista de Fodor e estamos chamando de “decomposicionismo léxico-conceitual” (ou simplesmente “decomposicionismo conceitual”), apesar de não ser totalmente homogêneo, pois consiste em postulações de diversos autores (BEAVERS, 2010; JACKENDOFF, 1983; 1987a; 1987b; 1990; 1995; 2002; LEVIN, 1993; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1995; 1999; 2005; PINKER, 1989; 2008, entre outros), associa-se à perspectiva da “semântica conceitual”, que tem Jackendoff como um dos principais representantes.

Uma característica dos trabalhos que se orientam por essa perspectiva é a sugestão de uma estrutura lexical abstrata, formada por primitivos conceituais, subjacente às sentenças das línguas. Ou como Levin e Rappaport Hovav (1995, p. 23) caracterizam esse tipo de proposta teórica decomposicionista (focando-se na análise de itens verbais, mas isso pode ser estendido para outras propostas de decomposição):

Any lexical semantic representation will be consistent with our approach if it recognizes that verb meanings include certain common elements that tie verbs together into semantically defined classes, but at the same time allows for the cross-classification of verbs. These considerations impose certain requirements on the "grain size" of these elements: they must be neither so finely chosen as to prevent the identification of the relevant verb classes, nor so coarsely chosen as to prevent the cross-classification of verbs. In addition, the representation must provide for the encoding of the localized differences in meaning that distinguish among the members of the classes. A lexical semantic representation that takes the form of a predicate decomposition involves two basic types of primitive elements: primitive predicates and constants.⁸¹

⁸¹ “Qualquer representação lexical é consistente com nossa abordagem se ela reconhece que o significado verbal inclui certos elementos comuns que conecta verbos em classes semanticamente definidas, mas ao mesmo tempo permite a classificação cruzada de verbos. Essas considerações impõem certas exigências a respeito da “dimensão mínima” desses elementos [os componentes do significado]: eles não devem ser tão restritivamente escolhidos a ponto de impedir a identificação de classes verbais relevantes, nem tão rusticamente escolhidos a ponto de impedir a classificação cruzada de verbos. Além disso, a representação deve dar conta de codificar as diferenças localizadas no significado que distinguem os membros das classes.

Uma representação semântico-lexical que assume a forma de uma decomposição de predicados envolve dois tipos básicos de elementos primitivos: predicados primitivos e constantes. (Tradução nossa).” (Tradução nossa).

Desse modo, esse tipo de abordagem considera que elementos primitivos se repetem na constituição da estrutura conceitual de diferentes itens lexicais (considerando não apenas os verbais, estendendo a consideração específica de Levin e Rapaport Hovav), o que permite identificar classes lexicais de acordo com a estruturação de primitivos conceituais.

Essa caracterização, no entanto, é demasiadamente ampla e não é suficiente para estabelecer nosso recorte de teorias consideradas. Para chegarmos a esse recorte, também levamos em consideração a representatividade das propostas teóricas e/ou a participação dos autores proponentes no debate com a perspectiva atomista. Como esperado de um recorte, o que consideramos neste trabalho não pretende representar todas as características das propostas correlatas, o que não impede que as observações feitas por nós sejam estendidas a tais propostas, desde que elas atendam à caracterização básica do decomposicionismo lexical em primitivos conceituais.

Na sequência, iremos tratar do quadro dessa perspectiva tendo como ponto de partida a teoria de Jackendoff (1983; 1987a; 1987b; 1990; 1995), pois, além de esse autor participar diretamente do debate com Fodor e apresentar uma proposta ampla de descrição lexical, ele é mencionado por ou serve de base para os proponentes de decomposições lexicais considerados aqui.

4.1 QUADRO TEÓRICO DO DECOMPOSICIONISMO LÉXICO-CONCEITUAL

Jackendoff (1983; 1987a; 1987b; 1990) sugere uma teoria semântica, a semântica conceitual, alinhada com o programa gerativista, isto é, assume que um conjunto infinito de sentenças é gerado por um conjunto finito de regras. Porém, diferentemente da Teoria de Representação da Mente (RTM) de Fodor, essa perspectiva se diferencia do programa gerativo (conforme proposto em Chomsky, 1965; 1981) ao sugerir, como já havíamos comentado, um nível semântico-conceitual subjacente às estruturas sintáticas superficiais estruturado de acordo com arranjos de primitivos abstratos. Como o próprio Jackendoff (1990, p. 3) coloca: “Com o entendimento mais substancial sobre a estrutura semântica alcançado aqui, nós podemos ter um melhor acesso à extensão em que a semântica determina ou

restringe a sintaxe”⁸², isto é, essa estrutura semântica participa da geração de sentenças (concepção herdada da semântica gerativa).

Esse nível semântico-conceitual compreende a codificação do pensamento subjacente à linguagem humana e, nesse sentido, concorre mais diretamente com a Teoria de Representação da Mente (RTM) de Fodor, vista no capítulo anterior. Ou como diz Jackendoff (1983, p. X): “quando estamos estudando semântica de língua natural, estamos necessariamente estudando a estrutura do pensamento”⁸³ (nesse ponto, ao apresentar um objetivo semelhante ao da teoria de Fodor, fica evidente a concorrência entre as duas perspectivas, isto é, a disputa entre as duas perspectivas é a respeito do que constitui o “mentalês”, a linguagem do pensamento).

Veremos, então, como o autor propõe esse nível conceitual e sua interação com outros níveis cognitivos responsáveis pelo sistema linguístico. No decorrer dessa explanação, veremos como os primitivos conceituais são introduzidos na ontologia da teoria.

4.1.1 Estruturas conceituais

Uma teoria semântica, nessa perspectiva, precisa atender às seguintes exigências (JACKENDOFF, 1983, p. 11): a) ser capaz de expressar todas as distinções semânticas de uma língua; b) apresentar estruturas semânticas universais; c) atender ao critério da composicionalidade, em que os significados de partes de uma sentença combinam-se para formar o significado da sentença inteira; d) dar conta formalmente de propriedades semânticas, como sinonímia, analiticidade e pressuposição, em especial da noção de “inferência válida”.

Buscando atender a esses critérios, Jackendoff propõe um nível de representação de “estruturas conceituais” em que estruturas semânticas se sobrepõem a diversos sistemas de percepção (motor, visual, entre outros), havendo interações entre esses sistemas na constituição dessas estruturas. Nesta subseção, veremos como essas estruturas conceituais são teorizadas, o que nos permitirá na seção 4.2 termos uma base para compreendermos a sustentabilidade empírica por

⁸² No original: With the more substantial understanding of semantic structure achieved here, we can better assess the extent to which the semantics determines or constrains the syntax.

⁸³ No original: when we are studying semantics of natural language, we are by necessity studying the structure of thought.

meio de algumas sugestões de decomposições conceituais referenciais entre os decomponcionistas.

Os significados dos itens lexicais⁸⁴ (JACKENDOFF, 1983, p. 109-126) são tratados como representações mentais internalizadas em que, por exemplo, o significado de “cachorro” é identificado com o conjunto de todos os cachorros em todos os mundos possíveis. Até esse ponto de discussão, não parece haver muita diferença com a RTM de Fodor. A abordagem teórica de Jackendoff passa a se diferenciar radicalmente da visão de Fodor ao propor que o significado lexical tem estrutura interna formada por primitivos conceituais disponíveis em um conjunto finito. Estipulando a existência de diversos primitivos semânticos, Jackendoff (1983) chega a uma lista por meio de generalizações com base em padrões de significados de itens lexicais. Porém, mesmo que o autor busque restrições para as “inferências” (a serem discutidas na próxima subseção) que identificariam esses primitivos, ele assume que essa lista permanece em aberto. Na sequência, veremos como o autor constrói essa relação de primitivos para podermos, a partir disso, verificar se as exigências sugeridas por ele para uma teoria semântica são atendidas.

Objetivando uma fundamentação cognitiva para as informações presentes na estrutura conceitual, Jackendoff observa que o tipo de expressão mais elementar presente em diversas versões da lógica formal é a “constante individual”, expressão que se refere a um indivíduo fixo. Portanto, uma categoria ontológica primária pode ser sugerida associada a essa constante, a qual o autor denomina [THING]⁸⁵, não necessariamente correspondente ao modo como as constantes individuais são entendidas na tradição lógica ([THING] pode ser entendida, na verdade, simplesmente como as “coisas” no “mundo” que são diferentes das outras categorias vistas a seguir). Na interação entre os sistemas sensoriais e a estrutura conceitual, outras categorias ontológicas são necessárias: [PLACE], [DIRECTION], [ACTION], [EVENT], [MANNER] e [AMOUNT]. Essas categorias são determinadas seguindo duas restrições: uma cognitiva, pois cada categoria pode ser evocada deiticamente

⁸⁴ O autor, assim como Fodor, às vezes usa o termo “palavra”. O motivo também é a consideração de que a problematização em relação à flutuação terminológica entre “palavra”, “item lexical” e “morfema” não é relevante para a discussão proposta. Todavia, buscaremos manter a expressão “item lexical”, que é a mais recorrente.

⁸⁵ Sobre essa notação gráfica, letras e caixa alta são usadas para designar a “informação mental” referente, sobretudo, aos primitivos semântico-conceituais. Já os colchetes são apenas para delimitar uma determinada categoria conceitual de primitivos, ou seja, os primitivos dentro dessas categorias a serem inseridos na teoria (como CAUSE, que é um [EVENT]) não aparecem entre colchetes.

(e evocar deiticamente pressupõe, para o autor, o uso de capacidades cognitivas gerais que determinam o significado), o que relacionaria uma evidência do campo sensorial a questões semânticas; e uma gramatical, pois cada categoria pode ser relacionada a um tipo de estrutura, como perguntas WH (“o que você comprou?”, [THING]; onde está meu casaco? [PLACE]; aonde ele foram?, [DIRECTION]; o que você fez?, [ACTION]; o que aconteceu?, [EVENT]; como você fez?, [MANNER]; quanto durou a pescaria?, [AMOUNT]; quando aconteceu, [TIME]). Desse modo, haveria um primeiro grupo mais básico de categorias ontológicas de primitivos conceituais (e os demais que fossem descobertos seriam primitivos mais específicos pertencentes a alguma dessas categorias)⁸⁶.

Toda informação presente na estrutura conceitual, de acordo com Jackendoff (1983), deve, então, ter um respaldo cognitivo e gramatical. Seguindo esse princípio, o autor acrescenta outras duas categorias conceituais amplas que caracterizam as categorias ontológicas anteriores, a saber: [TYPE] e [TOKEN], sendo que a primeira corresponde a uma classe/tipo e a segunda corresponde a um elemento específico (algo bem diferente do que Fodor diria sobre *type* e *token*). Desse modo, [THING], por exemplo, pode ser [THING TOKENS] ou [THING TYPE]. A sentença “*Clark Kent é o super-homem*” (exemplo de Jackendoff, 1983) relaciona (o que dá o respaldo gramatical, pois essa relação é evidenciada gramaticalmente) dois [TOKENS], ao passo que a sentença “*Clark Kent é um repórter*” relaciona um [TOKEN] e um [TYPE], considerando que as duas categorias conceituais sempre correspondem a estruturas profundas. Até o momento, mesmo sugerindo que há uma restrição na estipulação desses primitivos (cognitiva e gramatical), é possível notar que o autor acrescenta mais primitivos à ontologia da teoria à medida que julga necessário, o que sugere essa restrição (aparentemente vaga) não ser suficiente para delimitar o conjunto de primitivos (lembramos que essa lista é algo em aberto).

Ainda sobre [TYPE] e [TOKEN] (cuja natureza ficará um pouco mais clara com os exemplos analisados na subseção 4.1.2), Jackendoff (1983, p. 77-92) aponta que em sua perspectiva, diferentemente da de Fodor (segundo interpretação de Jackendoff), TYPES específicos não são inatos. Como eles são responsáveis pela categorização e novas categorias de conceitos podem ser criadas, novos TYPES acabam surgindo. Isso ocorreria porque os conceitos, diferentemente do que

⁸⁶ Jackendoff (1990) acrescenta a essas categorias ontológicas básicas [PROPERTY] e [STATE].

acredita Fodor, não seriam, no geral, inatos, pois corresponderiam a formações geradas pela estruturação de diferentes primitivos conceituais (esses, sim, inatos). Em outros termos, mesmo os primitivos [TYPE] e [TOKEN] sendo inatos e universais (toda língua tem expressões para classes e para entidades), diversos conceitos específicos do tipo [TYPE], como o correspondente ao item “carburador” (que lexicaliza, pelo menos, [TYPE] e [THING]), não poderiam ser (e nesse ponto parece haver uma forte intuição como evidência). Nesse ponto, a única concordância entre Fodor e Jackendoff é que os conceitos são categorias que podem ser instanciadas.

Conforme padrões diferentes de significado dos itens lexicais são percebidos sob a perspectiva teórica do decomposicionismo da semântica conceitual, novos princípios ou restrições são formulados a partir dessas categorias amplas de primitivos conceituais, permitindo que regras de inferência sejam, a princípio, formalizadas e mais primitivos semânticos sejam sugeridos. A estrutura conceitual de que esses primitivos fazem parte pode ser lexicalizada de diversas maneiras. Por exemplo, as sentenças (JACKENDOFF, 1983, p. 183) “the dog entered the room” e “the dog went into the room” teriam a mesma estrutura conceitual: [Event GO ([Thing DOG], [Path TO ([Place IN ([Thing ROOM])]])])] ⁸⁷. Porém, o verbo “go” lexicaliza ⁸⁸ [Event GO ([Thing x], [Path y])] e a preposição “into” lexicaliza [Path TO ([Place IN ([Thing z])])], ao passo que o verbo “enter” lexicaliza todas essas partes sozinho: [Event GO ([Thing x], [Path TO ([Place IN ([Thing z])]]))]. Os predicados primitivos GO, TO e IN seriam inseridos na teoria como subtipos dos mais básicos (em caixa baixa na representação anterior), relacionados a categorias ontológicas, discutidos anteriormente.

Há várias maneiras de lexicalização envolvendo as mesmas informações conceituais. Por exemplo, o substantivo em inglês “butter” (“manteiga”) lexicaliza THING, ao passo que o verbo “butter” (“passar manteiga”) lexicaliza a seguinte estrutura (JACKEMDOFF, 1983, p. 185):

25. “butter”: [Event CAUSE [Thing x], [Event GO ([Thing BUTTER], [Path TO ([Place ON ([Thing y])]])]])]

⁸⁷ Em caixa baixa aparecem os elementos que, em relação aos elementos em caixa alta, especificam as categorias ontológicas mais amplas de primitivos conceituais. Apenas nesses contextos de especificação de outros primitivos aparecem em caixa baixa. Esse tipo de representação é geralmente simplificada sem os elementos que estão em caixa baixa.

⁸⁸ Por “lexicalizar” se entende a ideia de um item lexical “conter” informações conceituais e gramaticais.

Nessa estrutura conceitual, temos o predicado primitivo CAUSE⁸⁹, que requer um argumento x para ser o agente que passa a manteiga, e um complemento; um predicado primitivo GO, que abre espaço para um argumento no papel de tema preenchido por BUTTER (uma constante que passa a ser um elemento primitivo, ou seja, não decomponível); outra posição argumental requerida por GO é preenchida por TO, que, por sua vez, requer um argumento com ON; por fim, o predicado ON requer um argumento a ser preenchido por y. Em uma sentença com os argumentos x e y preenchidos, como “*John buttered the toast*” (John passou manteiga na torrada) “*John*” corresponderia a x e “*toast*” a y.

Com esse exemplo, é possível marcar uma distinção importante na estrutura conceitual de Jackendoff. Os tais primitivos relacionados a categorias ontológicas básicas ([THING], [PLACE], [DIRECTION], [ACTION], [EVENT], [MANNER], [AMOUNT], [PROPERTY] e [STATE], além de [TYPE] e [TOKEN]) se diferenciam dos demais primitivos (como CAUSE, GO e TO, a serem tratados em subseções na sequência) pelo menos em dois aspectos. O primeiro diz respeito aos relacionados a classes ontológicas básicas consistirem em um número muito mais reduzido que os demais primitivos, sendo que o número destes, apesar de teoricamente finito, é algo em aberto. O segundo se trata de os primitivos do primeiro tipo poderem ser, diferentemente de como os primitivos geralmente são considerados, identificados a partes discretas em uma expressão que o constituem. Isso ocorre porque as categorias ontológicas estão relacionadas a diversos tipos de estruturas conceituais relacionadas a constituintes sintáticos complexos, ao passo que os primitivos do tipo CAUSE são unidades mínimas dentro das estruturas conceituais. Desse modo, uma categoria ontológica como [THING], relacionada geralmente a sintagmas nominais (SNs⁹⁰), pode ser, assim como um SN, formado por partes (“o gato” seria um [THING TOKEN] em “o gato foi atropelado”, e “os gatos” seria um [THING TYPE] em “os gatos são mamíferos, sendo ambas as expressões formadas por partes discretas); ou uma categoria ontológica como [PLACE], relacionada geralmente a sintagmas preposicionais (SPs), pode, assim como um SP pode conter um SN,

⁸⁹ A ser tratado na seção 4.2, quando serão discutidas algumas decomposições que sustentaram a base empírica dos decomposicionistas.

⁹⁰ Na verdade, o que está sendo considerado por SN poderia ser tratado como um sintagma de determinante (SD), mas como Jackendoff, um dos principais autores da perspectiva tratada, não considera esses sintagmas dessa maneira, e como essa discussão sobre se é SN ou SD não é relevante para nossos objetivos neste trabalho, continuaremos a usar apenas a denominação “SN”.

conter um [THING]. Em outros termos, os primitivos de categoria ontológica são composicionais ao passo que os demais primitivos não. Para não haver confusão entre os dois tipos de primitivos, seguiremos chamando os do primeiro tipo, que de “categorias ontológicas”, e apenas os do segundo tipo de “primitivos” (Jackendoff opta, em vários momentos de seus textos – 1983; 1987a; 1987b; 1990; 2002 –, por essa diferenciação, mas não a segue de modo rígido). Apesar dessas diferenças, como pode ser notado, tanto as classes ontológicas como os primitivos são elementos universais e inatos, e compõem as estruturas conceituais (por isso, ambos os conceitos podem ser considerados, quando for providencial, em um mesmo grupo).

Uma estrutura um pouco semelhante a de “*butter*” poderia ser sugerida para o verbo em português “engraxar”:

26. “engraxar”: [Event CAUSE [Thing x], [Event GO ([Thing GRAXA], [Path TO ([Place ON ([Thing y])])])]]]

Em uma sentença como “João engraxou o sapato”, “João” corresponderia a x, e “sapato” corresponderia a y. Como é possível perceber, as relações de encaixamento dariam conta da composicionalidade⁹¹, uma das exigências comum entre a proposta de Fodor e a dos decomposicionistas que seguem a linha de Jackendoff. Várias propostas posteriores (JACKENDOFF, 1987a; 1987b; 1990; 1997; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1995; PINKER, 2008; entre outros) mantiveram a ideia desse tipo de estruturação conceitual. Mais exemplos de estruturas conceituais serão vistos na seção 4.2, em que trataremos do corpo empírico que dá sustentação à perspectiva decomposicionista conceitual.

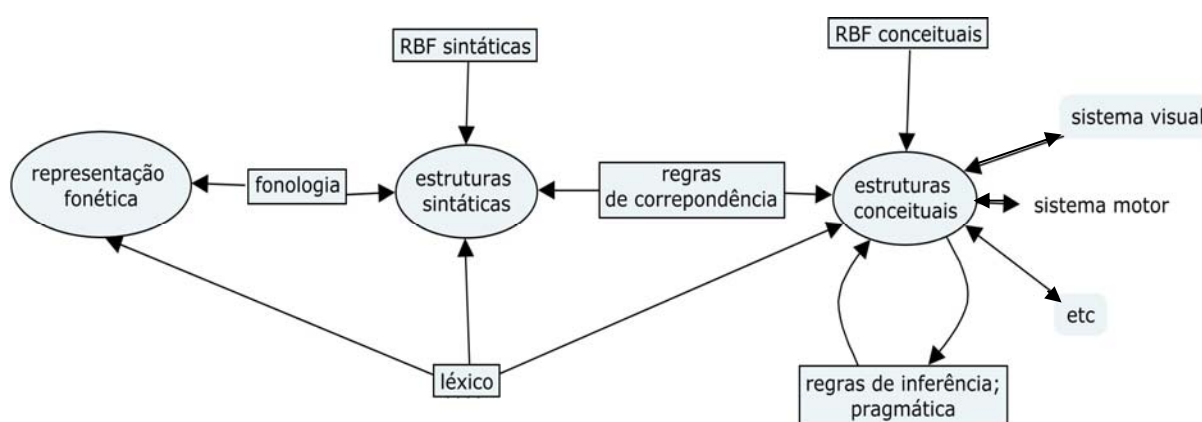
Até o momento, é possível inferir que a proposta de Jackendoff busca atender à primeira exigência para uma teoria semântica (as exigências foram apontadas no começo da subseção 4.1.1), de que ela tem de expressar todas as distinções semânticas em uma língua, pois, por meio da estruturação de primitivos conceituais limitados, é possível representar o significado, à primeira vista, de qualquer item lexical. Além disso, por tais estruturas serem formadas de acordo com princípios gerais de composicionalidade e com uma base de primitivos

⁹¹ Segundo um esquema semelhante ao da Teoria X-Barra, mas usado, aqui, para estruturas conceituais.

supostamente universal, a segunda exigência, de que a teoria deve apresentar estruturas semânticas universais, seria atendida. A última exigência, de que a teoria deve dar conta formalmente de propriedades semânticas como a sinonímia e a analiticidade, seria atendida pela relação possível entre estruturas conceituais que se repetem nas representações a serem propostas. Portanto, é possível dizer que a tentativa de atender a essas exigências transcorre com a sugestão de representação das estruturas conceituais, mesmo que tais exigências não sejam retomadas explicitamente (nem explicadas) no decorrer da exposição teórica. Voltaremos a tratar do atendimento a essas exigências quando já tivermos uma dimensão do quadro teórico considerado neste capítulo.

Depois de termos uma ideia do conjunto básico de elementos conceituais previstos por Jackendoff, podemos entender sua perspectiva observando a arquitetura teórica representada na Figura 6, na qual o componente conceitual é uma parte do sistema linguístico.

FIGURA 6 – SISTEMA LINGUÍSTICO E ESTRUTURA CONCEITUAL



FONTE: Adaptado de Jackendoff (1983)

Nessa representação, os retângulos contêm os componentes de regras e de informação lexical estocada. Já nas elipses, estão contidos os tipos de estruturas geradas ou afetadas pelos sistemas de regras. Sobre o que interessa diretamente para nossa discussão, o léxico, nessa representação, inclui a lista de palavras em uma língua com suas propriedades sintáticas, semânticas e fonológicas, além de regras morfológicas que compreendem a formação das palavras e as relações semânticas entre itens lexicais (o que permite a criação de novos itens). Sobre as

propriedades semânticas, lembremos que elas são derivadas das estruturas conceituais.

Essa visão, segundo o autor, opõe-se à de Katz e Fodor (1963) no sentido de que não relaciona um nível semântico a elementos extralinguísticos (não relaciona um conceito diretamente a um elemento do mundo), pois aproxima o nível semântico do nível conceitual, equivalendo os dois (a princípio, a estrutura semântica seria um subcomponente da conceitual relacionado às propriedades semânticas da sentença, como a sinonímia e a pressuposição, mas as duas, estrutura semântica e conceitual, para Jackendoff, dizem respeito ao mesmo nível de representação porque o que alimenta tais propriedades semânticas é um nível mais geral, o conceitual). Desse modo, é possível “regras de correspondência” relacionarem diretamente a estrutura sintática à estrutura conceitual. Além disso, o sistema de Jackendoff, por meio de “regras de inferência” e de “regras pragmáticas”, mapeia uma espécie de autoalimentação da estrutura conceitual, isto é, tais regras de inferência permitem chegar a uma estrutura conceitual por meio da relação com outra estrutura conceitual (trataremos mais adiante dessas regras inferenciais na subseção 4.1.2).

De um modo geral, a hipótese de Jackendoff em relação à estrutura conceitual é de que existe um nível de representação mental a partir do qual e para o qual são mapeadas todas as informações periféricas na cognição. Nesse sistema, as regras de boa formação (RBF), tanto para as estruturas sintáticas como para as conceituais, são inatas e, como o próprio nome sugere, no caso das conceituais, dizem respeito à natureza do significado linguístico. Assim, teorias a respeito da informação visual (e dos outros sentidos) se sobrepõem à estrutura conceitual, sendo que uma limita ou enriquece a outra. A estrutura conceitual é vista, então, como um nível de representação que codifica o significado, sendo que este permite a codificação de tudo aquilo que pensamos. Todos esses pensamentos codificados configuram um estoque de “conceitos” que podem ser manipulados por meios puramente formais (composicionalmente).

Na sequência, veremos alguns elementos representados na Figura 6 pelas regras de inferência, que têm como base a analiticidade.

4.1.2 Analiticidade e inferências

Jackendoff, como é comum entre decomposicionistas, não se preocupa em problematizar e formalizar uma definição para a analiticidade. Porém, esse conceito é uma base pressuposta no desenvolvimento teórico, sobretudo para a identificação de relações entre conceitos. Por isso, a menção do autor à analiticidade nos ajuda a entendermos como ele a vê em meio a seu quadro teórico. A noção básica presente no segundo capítulo, de que “analítico” é a verdade de uma sentença em virtude do sistema linguístico/semântico, é diferente da de Jackendoff (1983, p. 117), que considera a verdade analítica como aquela em virtude da estrutura conceitual (e o autor não desenvolve uma discussão a respeito disso).

Apesar de apenas mencionar brevemente o que seria “analiticidade”, o autor ao menos permite que infiramos a justificativa de não desenvolver a definição e/ou a problematização a respeito dela. Ao recuperar o debate entre defensores da analiticidade e Quine, Jackendoff comenta sobre a dificuldade da distinção entre sintético e analítico devido a ela não ser precisa (ao mesmo tempo que acredita que ela exista):

Thus an apparently important philosophical dispute has arisen pointlessly, out of a failure to recognize the ubiquity of fuzziness in word meanings. The moral is that fuzziness must not be treated as a defect in language; nor is a theory of language defective that countenances it. (1983, p. 117)⁹².

Essa vagueza deve, portanto, ser considerada como uma das exigências necessárias na especificação do significado lexical. São pelo menos três tais exigências (JACKENDOFF, 1983, p. 121): devem ser levadas em conta condições necessárias (por exemplo, “vermelho” deve conter a condição necessária COLOR, ao passo que “tigre” deve conter pelo menos [THING], nos termos de autor); devem ser consideradas condições graduais para designar escalas diversas, não limitadas objetivamente; e devem ser consideradas condições de tipicidade sujeitas a exceções (por exemplo, o elemento “competição” nos “jogos” ou o elemento “listras” em “tigres” não são necessários para caracterizar “jogos” e “tigres”, respectivamente, mas são típicos). Essas exigências contemplam as condições para os julgamentos dos falantes a respeito das relações conceituais.

⁹² Então uma disputa filosófica aparentemente importante se mostrou sem sentido, resultado da falha em reconhecer a onipresença da vagueza nos significados das palavras. A moral é que essa vagueza não deve ser tratada como um defeito na linguagem; nem é defeituosa uma teoria da linguagem que sanciona isso. (Tradução nossa).

A discussão sobre as estruturas conceituais, além de substituir (mesmo que com outros propósitos) a discussão filosófica a respeito da analiticidade, acaba sendo direcionada para atender essas exigências e para explicar, entre outras propriedades semânticas, as inferências em língua natural. Como um fenômeno semântico, as inferências se baseiam na estrutura conceitual, e se é apenas na estrutura conceitual que se baseiam (sem intervenção da constatação de fatos em um nível pragmático, mesmo que esse nível, segundo Jackendoff, influencie a estrutura conceitual), a implicação é que as inferências têm como base o significado analítico, mesmo que o autor não incentive a discussão a respeito do conceito de “analiticidade” (autores como Levin e Rappaport Hovav, 1995, e Pinker, 2008, seguem essa mesma linha). Vejamos como o autor trata dessas inferências a partir do como ele considera os “postulados de significado” (já discutidos no segundo capítulo), algo com que ele não concorda.

Jackendoff (1983, p. 122-127) cita os seguintes exemplos comuns de postulados de significado para construir sua crítica:

RED(x) → COLORED(x)

KILL(y) → CAUSE(x, DIE (y))

Na visão do autor, nesse tipo de proposta as entradas lexicais são tratadas como blocos semanticamente não analisados, sendo que a informação semântica seria estocada externamente em termos de ligações semânticas. Esse sistema de ligações seria limitado a um número finito de conceitos estabelecidos por conexões estritas. Mesmo que não fique claro que, como o autor compreende, os postulados de significado implicam informações semânticas estocadas externamente, a limitação dessa proposta já havia sido comentada anteriormente, pois se trata de postulações em uma espécie de “lista” fechada que relaciona conceitos. A crítica de Jackendoff se desenvolve com base nisso, já que, como um sistema de representação semântica tem de contemplar a criatividade na categorização e a produtividade de novos conceitos, os postulados de significado deixam de ser viáveis.⁹³ Além disso, esses postulados não teriam a flexibilidade necessária para dar conta da vagueza constitutiva, segundo Jackendoff, do significado lexical.

⁹³ Para constar, mesmo sendo nosso objetivo recuperar este ponto apenas no quinto capítulo: Jackendoff parte de considerações de Fodor (1975) sobre os postulados de significado serem

Seria necessário chegar, então, a inferências que não tivessem esses problemas. Vejamos, primeiro, como o autor trata desse assunto em relação à categorização relacionada à interação entre [TYPE] e [TOKEN], com contraparte formal dos sintagmas nominais (SNs), o que pode corresponder a [THING TYPE] e [THING TOKEN]. Depois trataremos dessas inferências em relação a algumas das outras categorias sintáticas consideradas referenciais por Jackendoff (além de SNs, ele considera os sintagmas verbais – SVs –, os preposicionais – SPs – e os adverbiais – SAdv, mas iremos comentar na sequência, por motivos de exemplificação limitada, apenas os SNs nesta subseção, e os SPs e os SVs na próxima).

[TYPES], na visão do autor, contêm regras que possibilitam uma categorização criativa. Para compreendermos isso, analisemos os exemplos de sentenças a seguir (JACKENDOFF, 1983, p. 95, adaptados para o português):

27.a Um cachorro é um animal. (Categorização genérica)

27.b Clark Kent é Superman. (Identidade de TOKEN)

27.c Max é um cachorro. (Categorização ordinária)

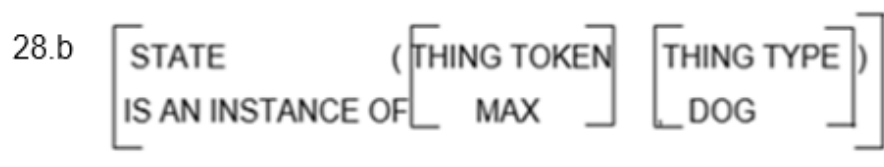
A sentença em 27.a expressa uma relação entre dois conceitos [TYPES] representada na estrutura conceitual 28.a por meio do operador “IS INCLUDED IN” ([STATE] representa a categoria de verbo de estado, que é o caso do verbo “ser”):



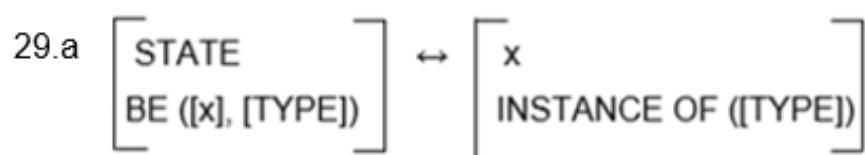
Nessa representação, o operador IS INCLUDED IN, um predicado estativo, relaciona dois argumentos [TYPES], resultando em um julgamento em que os dois SNs “um cachorro” e “um animal” têm leitura genérica.

plausíveis na análise semântica de línguas naturais desde que não impliquem representações internas ou estruturas conceituais, o que, então, não significa que Fodor desenvolva uma defesa aos postulados de significado dentro de uma teoria de representação mental, como o texto de Jackendoff pode fazer parecer. Posteriormente, Fodor (1998) deixa isso mais claro, afirmando que, mesmo os postulados de significado podendo ser compatíveis com o atomismo, são uma versão das Semântica de Papel Inferencial a que a RTM de Fodor se opõe. Na verdade, os postulados de significado não entram na disputa teórica dos dois autores entre o decomposicionismo e o atomismo.

Para 27.b, não relacionado à categorização, não é necessário fazermos considerações além de dizer que essa sentença estabelece uma relação de identidade entre [TOKENS] e que, em vez de um operador que remeta à inclusão, teria em sua representação um operador que remete à equivalência referencial (em notação lógica, poderia ser simplesmente “=”). Já para 27.c, teríamos a seguinte representação:



Do mesmo modo que em 28.a, em 28.b há uma relação entre um operador e dois argumentos. Mas dessa vez o operador indica uma categorização ordinária, em que um [TOKEN] é dado como um exemplo de um [TYPE]. Como os operadores IS AN INSTANCE OF e IS INCLUDED IN são lexicalizados pelo verbo “ser”, alguma relação eles devem ter. Para capturar uma generalização para os dois, consideremos ambos como relações de exemplificação identificadas por apenas AN INSTANCE OF. Assim, as representações em 28.a e em 28.b estão relacionadas à seguinte *regra inferencial*:



De acordo com essa regra, x pode ser um [TOKEN] ou um [TYPE]. Ela indica que é permitido mapear um TYPE de outro TYPE, ou um TOKEN de um TYPE, correspondendo, respectivamente, a uma categorização genérica (“um cachorro é um animal”) e a uma categorização ordinária (“Max é um cachorro”). À esquerda da relação inferencial, há a representação de BE a ter dois argumentos a serem preenchidos, sendo um deles obrigatoriamente [TYPE]; à direita há a representação do operador INSTANCE OF indicando que, caso o argumento x seja preenchido, ele será um exemplo do [TYPE]. A seta bidirecional indica que essa inferência pode ocorrer em ambas as direções, ou seja, é possível chegar ao que está à esquerda por meio do que está à direita e vice-versa.

Vale observar que, ao discutir essas regras inferenciais, Jackendoff deixa mais claro o que entende por [TYPE] e [TOKEN]: enquanto o primeiro remete a uma categoria relacionada a um sintagma de leitura genérica, o segundo remete a um indivíduo em uma categoria; apesar de esses dois “traços” (termo com o qual o autor se refere, em algumas vezes, aos primitivos conceituais e às categorias ontológicas) serem inatos e universais (toda língua têm [TYPES] e [TOKENS]), os diferentes [TYPES] e [TOKENS] não são (“cachorro” e “o cachorro” não são conceitos inatos, mas os traços [TYPE] e [TOKEN] que os constituem são).

De modo inverso ao do operador INSTANCE OF, é possível relacionar BE ao operador EXEMPLIFIED BY, como na regra inferencial a seguir:

$$29.b \quad \left[\begin{array}{l} \text{STATE} \\ \text{BE} ([x], [\text{TYPE}]) \end{array} \right] \leftrightarrow \left[\begin{array}{l} [\text{TYPE}] \\ \text{EXEMPLIFIED BY} (x) \end{array} \right]$$

Em 29.b, o que muda é a representação à direita, em que o argumento [TYPE] passa a ser preenchido como “sujeito” de EXEMPLIFIED BY. Mas, como é possível notar, há uma equivalência lógica entre as duas regras inferenciais (29.a e 29.b, sendo esta apenas uma alternativa de representação). Com essas regras, que unificam as informações de [TYPE] e [TOKEN], há uma proposta geral para o tratamento da categorização, da exemplificação e da relação entre categorias. Desse modo, podemos observar que, segundo Jackendoff, pelo menos um critério para uma regra inferencial ser aceita pela teoria é ela capturar ao máximo, por meio de generalizações, a relação entre conceitos.

As regras inferenciais relacionadas às categorizações podem, teoricamente, seguir duas direções. Uma é dedutiva, em que, em uma relação do tipo x IS AN INSTANCE OF y , por meio da categoria mais genérica y se chega a x . O problema de um julgamento dedutivo para a criatividade em relação a conceitos é que, dada a categoria mais genérica, saber se a menos genérica corresponde a ela seria um processo objetivo que resultaria na resposta “sim” ou “não”. A outra direção é indutiva, em que se chega a uma categoria mais genérica por meio de uma menos genérica, o que equivale a dizer que se pode julgar e criar novos [TYPES] a partir de [TOKENS], caso das categorizações a seguir:

30.a Um piano é um instrumento de percussão.

30.b Um australopitecos era um humano.

Essas duas categorizações podem não apenas resultar nos julgamentos “sim” e “não”, como também no “talvez”. Isso demonstraria que o julgamento do tipo indutivo seria mais indicado para corresponder à realidade linguística, que não é exata. Dito de outro modo, de acordo com Jackendoff, quando tentamos estabelecer a definição para um item lexical, testamos essa definição com base em intuições linguísticas ou em intuições sobre exemplos de categorias genéricas, e essas intuições não são exatas.

Essas considerações ainda não dão conta da gradação relacionada aos significados dos itens lexicais, ou seja, apesar de podermos considerar que os julgamentos indutivos permitem a gradação, as regras inferenciais do tipo citado não têm a mesma flexibilidade. Por exemplo, a partir de um item como “tigre” não é possível inferir “listras” por meio de uma dessas regras, pois ter listras não é uma condição necessária para ser um tigre, apesar de ser uma condição “típica”. Em razão disso, Jackendoff sugere as *regras de preferência*.

Para entendermos as regras de preferência, primeiro pensemos na seguinte regra de inferência:

$$31. \left[\begin{array}{c} x \\ \text{INSTANCE OF} \\ \left[\begin{array}{c} \text{TYPE} \\ (y) \end{array} \right] \end{array} \right] \leftrightarrow \left[\begin{array}{c} x \\ y \end{array} \right]$$

A representação de 31 é de uma regra inferencial simplificada, em que condições necessárias relacionam um [TOKEN] a um [TYPE]. Mas caso seja derivada dessa regra inferencial uma regra de preferência, poderia ser dito que, a partir de um [TYPE], seria extraído um [TOKEN] exemplo desse [TYPE]. Esse [TOKEN] não corresponderia mais a uma condição necessária, mas apenas a uma condição preferida, ou seja, corresponderia a uma inferência que pode ser cancelada por uma evidência contraditória. Isso poderia ocorrer com uma inferência que relacionasse, por exemplo, “um humano” com “tem duas pernas” (“um humano (x) é um exemplo de ser com duas pernas (y) ↔ seres com duas pernas são exemplificados por um humano”, ou simplesmente: “humano → ser com duas pernas”). Assim, temos uma regra de preferência, indicada por →^P:

$$32. \begin{array}{|c|} \hline x \\ \hline P(Y) \\ \hline \end{array} \rightarrow^p \begin{array}{|c|} \hline x \\ \hline y \\ \hline \end{array}$$

De acordo com 32, Y é uma condição *preferida*, portanto não necessária, de x. Esse tipo de regra cancelável explicaria uma intuição a respeito da noção de que o significado de uma palavra é um exemplo estereotípico da categoria. Por também serem uma espécie de inferência, continuemos as chamando de “regras de preferência”, mas passemos a chamar as discutidas anteriormente de “regras lógicas de inferência”, conforme faz Jackendoff (apesar de notarmos que se trata de inferências com base em vocabulário não lógico).

Em suma, um sistema de regras preferenciais permite: julgamentos de aceitabilidade gradual; duas ou mais regras, sendo nenhuma necessária, mas estando cada uma em certas condições suficientes para um julgamento (não exato, gradual); regras que não sejam logicamente necessárias, mas que sejam usadas como valores *default* (mais típicos), com a possibilidade de serem cancelados conforme verificação empírica. Enfim, as regras de preferência são mais um elemento que pode explicar a vagueza dos significados lexicais. Porém, isso não significa que essas regras não tenham restrições, pois o conjunto de condições possíveis em relação ao qual deve ocorrer a preferência não é qualquer um e deve ser limitado por alguma escala de estereotipicidade.

Passemos a considerar essas regras (as inferenciais lógicas e as de preferência) em outros exemplos. Assim, vejamos um tipo de regra inferencial que descreve a estrutura conceitual de alguns sintagmas preposicionais (SPs) que expressam uma função espacial, com um complemento formado por um SN:

$$33. [\text{Place } X] \rightarrow [\text{Place PLACE-FUNCTION } ([\text{Thing } y])]$$

Essa representação serviria para um sintagma com a preposição “*on*”, por exemplo, que tem uma função espacial relacionada a complemento y (que poderia ser “*the table*”). Nesse sentido, “*on*” lexicaliza uma parte dessa estrutura, correspondente a PLACE-FUNCTION, ao passo que um item como “*here*” lexicaliza toda ela. Voltando à preposição “*on*”, é possível identificar dois sentidos para ela: um em que ela expressa um PLACE-FUNCTION (“função espacial”) que exige que seu objeto tenha uma superfície superior (caso de “*on the table*”); o outro ocorre no SP

“*the fly on the ceiling*” (“a mosca no teto”), em que o PLACE-FUNCTION se relaciona à parte externa do objeto. Esses dois sentidos são condições típicas em um sistema de regras de preferência e devem constar na descrição da entrada lexical “*on*”.

Vejam, agora, um exemplo de estrutura conceitual para um SV de movimento:

$$34. [\text{EVENT}] \rightarrow \left[\text{Event GO} ([\text{Thing } x], [\text{Path } y]) \right]$$

Nessa representação, *x* teria o papel temático de tema e *y* seria o SN complemento, como na sentença “John entered the room” (JACKENDOFF, 1987a, p. 377), da qual temos o verbo “enter” que pode ser descrito pela seguinte representação:

$$35. \text{Enter} \rightarrow [\text{Event GO} ([\text{Thing}], [\text{Path TO} ([\text{Place IN} [\text{Thing } x]])])]$$

Nessa representação, o verbo “enter” lexicaliza toda a estrutura relacionada às categorias de [EVENT], de [PATH] e de [PLACE-FUNCTION]. Toda essa estrutura corresponderia a uma condição necessária, ou seja, não a uma regra de preferência (provavelmente não há diferentes condições de tipicidade para esse verbo).

Esses exemplos apenas pretendem demonstrar como as estruturas conceituais são sugeridas, estruturas essas que constituem listas extensas em diversas abordagens decomposicionistas (como em Levin, 1993, e Cançado *et. al*, 2013 – para uma melhor dimensão da produção de análises empíricas decomposicionistas, vejamos a seção 4.2). Mais especificamente sobre Jackendoff (mas vale para os demais decomposicionistas da mesma linha teórica), por mais que o autor busque restrições às regras de inferência (sejam lógicas ou de preferência), a quantidade dos tipos de estruturas conceituais, assim como a lista dos primitivos semânticos, continua em aberto. Isso significa que as regras inferenciais que permitem chegar a essas estruturas são revistas sempre que um padrão semântico/conceitual é sugerido. Não seriam possíveis quaisquer inferências (precisariam corresponder a regras de inferência lógica ou a regras de preferência), mas ainda não fica claro o limite delas. Mas isso não parece ser um defeito da teoria na visão do autor, já que a preocupação dele é apenas propor um sistema gerativo

capaz de produzir infinitas sentenças. Por outro lado, ainda restaria indicar o limite dos primitivos conceituais, previstos pela teoria como finitos.

Por fim, as inferências mencionadas não fugiriam de um certo tipo de holismo. Jackendoff (1983, p. 35; 133) mostra-se ciente disso, apesar de, novamente, optar por não problematizar nem desenvolver esse ponto. Para o autor, se um conceito, como COLOR, não tem uma estrutura interna a ser independentemente projetada, isto é, se não tem uma estrutura interna acessível à consciência⁹⁴, então essa estrutura não pode ser determinada por mera análise e introspecção. Em uma informação mental projetada como um todo, apenas os componentes que são independentemente projetados podem resultar em partes percebidas. Um conceito com partes independentemente percebidas tem uma dimensão holística na medida em que a sua constituição depende de todas as partes, mas esse holismo é limitado pela possibilidade de as partes poderem ser isoladas e terem estruturas diferentes do todo. Essa visão holística, portanto, é apenas local, ou seja, compreende apenas as relações entre primitivos e os conceitos de que eles fazem parte, o que seria mediado pelas regras de inferência lógica e de preferência.

4.1.3 Explicação de propriedades semânticas

A proposta de estrutura conceitual de Jackendoff (1983, p. 103-105), como descreve o autor, aparentemente consegue dar conta da explicação de várias propriedades semânticas, além das inferências e da analiticidade. A analiticidade, mesmo que não de modo explícito, pode ser entendida como um dos componentes dessa explicação. O autor apresenta brevemente sete exemplos dessas propriedades, mas o potencial explicativo de sua teoria ainda estaria em aberto. Esse elenco de propriedades tem como objetivo indicar a dimensão explicativa da teoria, e não discutir exaustivamente dados linguísticos (abordaremos algumas questões da discussão exaustiva na seção 4.2).

⁹⁴ Para o autor (JACKENDOFF, 1983; 1997), as estruturas conceituais são acessíveis à consciência, o que seria um modo para identificá-las. Parece óbvio que, se uma coisa é identificável, ela é acessível à consciência, mas isso deveria ser desenvolvido em um trabalho à parte, já que a problematização em relação ao que é “consciência” tem uma dimensão considerável na filosofia da mente. O autor não se preocupa em desenvolver uma discussão complexa e extensa sobre esse tópico.

O primeiro exemplo de propriedade explicada com base na estrutura conceitual é a “superordinação” e a “subordinação”, ou, em outros termos, a “hiperonímia” e a “hiponímia”. Desse modo, as noções de categorização (genérica ou ordinária) explicam a relação entre “cachorro” e “animal” (dois [TYPES]) e entre “Max” e “cachorro” (um [TOKEN] e um [TYPE]). Portanto, a relação entre “cachorro” e “animal”, uma vez que é semântica e não (apenas) relacionada a conhecimento de mundo, é instaurada pela estrutura conceitual, o que equivale a dizer que é analítica, considerando “analítico” a verdade “em virtude da estrutura conceitual”. Com base nisso fica pressuposta a analiticidade nesse e nos demais exemplos, mesmo que Jackendoff não utilize o termo no decorrer de sua explicação.

Outra propriedade, que já foi problematizada com a analiticidade, é a sinonímia. Ela é explicada por meio de uma subordinação mútua entre dois [TYPES]. Desse modo, os termos “*cellar*” e “*basement*” (ambos significando, pelo menos aproximadamente, “porão”) são considerados sinônimos porque as categorizações “*a cellar is a basement*” e “*a basement is a cellar*” são verdadeiras. Porém, essa noção de sinonímia não evita as críticas de Quine, comentadas no segundo capítulo, pois a analiticidade seria definida de maneira parecida. Jackendoff, por outro lado, não se preocupa em problematizar isso, pois seu intuito, no momento dessa discussão, é apenas sugerir um poder explicativo amplo de sua perspectiva teórica.

A propriedade do acarretamento, terceiro exemplo, seria explicada de maneira similar à das inferências, com a diferença de que, para o acarretamento (um tipo de inferência), a questão central é o significado de um determinado item lexical, e não de uma sentença. Por exemplo, se “Max é um cachorro” acarreta “Max é um animal”, isso se deve aos julgamentos de superordinação em relação a “cachorro” e a “animal”. Essa propriedade, então, é explicada diretamente por regras de inferência do tipo discutidas na subseção anterior.

O quarto exemplo, da inconsistência, é também explicado pela estrutura conceitual no que se refere à categorização. Desse modo, “Max é uma galinha” e “Max é uma baleia”, duas categorizações ordinárias, são inconsistentes pelo mesmo motivo de que “Uma baleia é uma galinha”, uma categorização genérica, é.

Os três últimos exemplos, depois de o propósito de apenas demonstrar a amplitude explicativa da teoria ter ficado claro, são tratados por Jackendoff de maneira ainda mais breve. O quinto exemplo é o da redundância semântica,

explicável novamente pelo julgamento a respeito das categorizações na estrutura conceitual: a redundância de “uma nora mulher” depende da verdade (analítica) de “uma tia é uma mulher”. O sexto, da anomalia, daria conta de casos como “nora homem”, baseados na falsidade (analítica) de “uma nora é um homem”. Por fim, o sétimo exemplo de propriedade que pode ser explicada pela estrutura conceitual é o da similaridade semântica, que elucida o que haveria de semelhança entre “freira” e “atriz”: o que há em comum em “x é freira” e “x é atriz” é “x é mulher”.

Apesar de o autor não afirmar que sua proposta de estrutura conceitual explique qualquer propriedade semântica, é notável (e seu objetivo ao elencar esses exemplos era deixar isso notável) que ela tem um grande poder explicativo. Porém, o que à primeira vista pode parecer uma vantagem, acaba por suscitar a dúvida se esse poder explicativo é grande demais por não ser adequadamente delimitado ou ter suas restrições vagas tal qual o objeto analisado (o significado linguístico) conforme considerado, o que pode ser um desafio para a defesa do tipo de proposta descrita.

4.2 EM DEFESA DA PLAUSIBILIDADE EMPÍRICA

Na seção anterior, pudemos visualizar o quadro básico da perspectiva decomposicionista e perceber sua abertura considerável para a explicação e a análise de diferentes relações semânticas. Nesta veremos algumas análises que se propõem a descrever o significado lexical e se tornaram difundidas na literatura sobre o assunto (BEAVERS, 2010; JACKENDOFF, 1983; 1987a; 1987b; 1990; 1995; 2002; LEVIN, 1993; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1995; 1999; 2005; PINKER, 1989; 2008).

Para compreendermos tais análises, antes temos que ter em mente como os autores decomposicionistas entendem “item lexical”. Jackendoff (1990), ao explicar qual a dimensão da denotação de “item lexical”, comenta que, em um extremo de entendimento, há casos de termos homônimos, como o de “banco” (instituição financeira) e de “banco” (assento), que consistem, sem muita polêmica, em itens lexicais diferentes; no outro extremo, há casos de flexões morfológicas, como em “cachorro” e “cachorros”, que consistem, também sem muita polêmica, no mesmo item lexical. O problema surge em relação aos casos entre esses extremos.

Por exemplo, o verbo “quebrar” em “A janela quebrou” e em “Bill quebrou a janela” depende do quadro teórico para ser considerado, nas duas ocorrências, como um mesmo item lexical. Na perspectiva de Jackendoff e os demais decomposicionistas aqui considerados, as duas ocorrências descrevem a mesma ação, com exceção do fato de a segunda conter um elemento extra, referente a Bill estar relacionado à causa da ação. Essas duas ocorrências do verbo, consistindo no que passou a ser chamado de “alternância causativa”, são intuitivamente relacionadas, o que deve ser capturado e explicado. É o que faz a semântica conceitual ao sugerir que o verbo citado permite diferentes arranjos de categorias ontológicas e primitivos sem perder a identidade desses arranjos. A relação entre as duas ocorrências também seria explicada pelos seus aprendizados: aprender uma ocorrência de “quebrar” torna mais fácil (ou é necessária para) o aprendizado da outra. Em suma, um item lexical só é diferenciado dos demais ao não ter com eles uma relação intuitiva capturada por generalizações que identificam uma base comum na estrutura conceitual; e também ao não ter com eles uma relação de (inter)dependência na aprendizagem.

Dito isso, podemos verificar alguns casos comuns de análise empírica que deram corpo à sustentação do decomposicionismo. Itens lexicais nominais, como “*bachelor*” (NOT MARRIED MAN) e “*vermelho*” (COLOR x), não têm um tratamento tão numeroso e corroborativo na análise do decomposicionistas preocupados com representações mentais como o tratamento dado a itens lexicais verbais (e a SVs) e a preposições (e a SPs). Por isso, na primeira parte da sequência desta seção, trataremos de decomposições e da estrutura conceitual envolvendo SPs. Já na segunda parte, trataremos de decomposições de itens verbais, que representam a maior parte das análises feitas por decomposicionistas (e o que resultou compêndios como o de Levin, 1993, e Cançado *et al.*, 2013).

4.2.1 Sintagmas preposicionais e estrutura conceitual

Mesmo que as preposições não representam um grupo de itens analisado e elencado tão grande como o dos verbos na literatura decomposicionista, elas têm uma relevância considerável em tais trabalhos, pois suas estruturas conceituais interagem muitas vezes com as dos verbos, formando “conceitos sentenciais”, como diz Jackendoff (1983), lembrando que os conceitos, para o autor, são constituintes

concretos de significado estruturados por regras de composição que não diferenciam substancialmente os níveis sintagmáticos, ou seja, há conceitos lexicais, de sintagmas nominais, de sintagmas verbais, entre outros. É importante lembrar também que toda uma estrutura conceitual, como as tratadas nesta subseção, pode estar relacionada a um sintagma, como o preposicional, ou a um único item (quando este corresponder a todo um sintagma, por exemplo), que, nesse caso, seria decomposto (sendo relacionado esse mesmo item a mais de um primitivo conceitual). Começemos pela análise dos sintagmas preposicionais espaciais.

Alguns sintagmas, como “aqui”, “aquele caminho”, “na mesa” e “no parque” (adaptados para o português de exemplos de Jackendoff, 1983, p. 161), que funcionam referencialmente, têm em suas representações conceituais [PLACES] e [PATHS]. Pensando na categoria ontológica [PLACE], podemos sugerir a seguinte regra de boa formação de estrutura conceitual geral:

$$36. \quad [PLACE] \rightarrow \left[\begin{array}{l} PLACE \\ PLACE-FUNCTION ([THING]) \end{array} \right]$$

Nessa representação, há duas possibilidades de composição. A primeira corresponde a itens como “aqui”, que expressa [PLACE] sozinho. A outra corresponde a itens como “na mesa”, em que a preposição “em” apenas expressa [PLACE-FUNCTION], precisando de outro item categorizado como [THING] (no caso, “a mesa”) para poder expressar [PLACE]. Assim, “aqui” teria uma representação conceitual mais complexa que “em”. Simplificando a representação em 36, a encontrada em 37, mais próxima ao que os decomposicionistas costumam utilizar, deixa as categorias ontológicas subscritas (poderiam ser simplesmente apagadas):

$$37. \quad [{}_{Place} X] \rightarrow [{}_{Place} PLACE-FUNCTION ({}_{Thing} y)]$$

Essa representação captura, de maneira mais clara, a generalização feita em relação aos SPs “aqui” e “na mesa”: à esquerda há a representação da categoria geral, lexicalizada em sua integridade por “aqui” (e “x” seria preenchido pelo lugar onde se encontra o falante), e à direita há a decomposição em traços (primitivos)

mais específicos, sendo a parte em caixa alta correspondente à preposição. Com esse tipo de representação, podemos notar que uma mesma categoria ontológica, como [PLACE], pode representar uma estrutura superficial mais complexa ou menos complexa, ou seja, pode ser lexicalizada (presente na representação de um único item lexical) ou estar relacionada a uma estrutura superficial como “na mesa”. Fica claro, conforme já dito, que as categorias ontológicas podem ser decompostas, mas, mesmo assim, são finitos e universais. Para não haver confusão, o que não é finito são as categorias ontológicas específicas (que não são primitivas, portanto), como “aqui” ou “na mesa”, dois [PLACES], geradas composicionalmente de modo a permitir infinitas estruturas. Por outro lado, os demais primitivos não são, à primeira vista, decomponíveis (mais adiante veremos o primitivo CAUSE, que tem, na verdade, uma sugestão de decomposição, mas em traços, e não em um formato de vocabulário de primitivos).

Outra categoria ontológica que pode ser relacionada a SPs é [PATH], mais complexa que [PLACE]. Vejamos os exemplos a seguir (adaptados para o português de Jackendoff, 1983, p. 163-164), sendo apenas o segundo com um [PATH]:

38.a O rato está embaixo da mesa.

[Place UNDER ([Thing MESA]))]⁹⁵

38.b O rato correu pra baixo da mesa.

[Path TO ([Place UNDER ([Thing MESA]))])

Nessas duas representações, em caixa alta estão o [PLACE-FUNCTION] UNDER e o [PATH-FUNCTION] TO. Esses dois primitivos são lexicalizados, respectivamente, pelas preposições “embaixo” e “pra”. Mais especificamente em 38.b, vemos que, encaixado no [PATH], há um [PLACE], com “baixo” lexicalizando [PLACE-FUNCTION]. Desse modo, é possível confirmar que a estrutura de [PATH] é mais complexa.

Há alguns casos em que as preposições são ambíguas. Por exemplo, “em” pode ser representado por [PLACE], como em “estar na mesa”, ou [PATH], como em “ir no mercado”. O mesmo ocorre com a preposição “embaixo” em “ir embaixo da cama” e “estar embaixo da cama” (no primeiro caso, é possível dizer que “em”

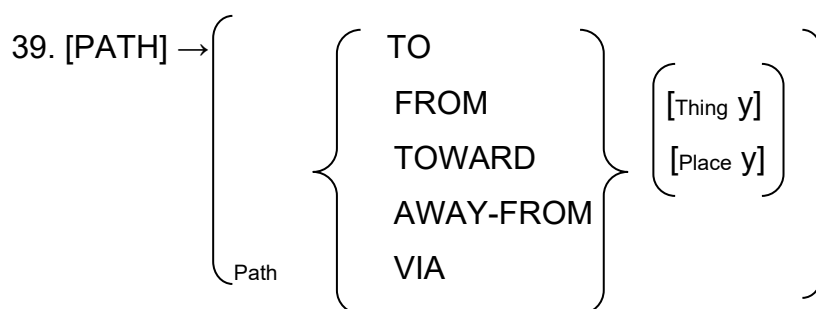
⁹⁵ Os primitivos ficam em “inglês” porque, na verdade, são primitivos inatos universais. Por isso não faz sentido traduzir “UNDER” por “EMBAIXO”.

estaria associada a [PATH] e “baixo”, a [PLACE], ao passo que, no segundo caso, “embaixo” seria um mesmo bloco associado a [PLACE], mas isso careceria de análise mais detalhada de acordo com julgamentos de falantes).

Os [PATHS] podem ser divididos pelo menos em três tipos, conforme a relação entre eles e os [PLACES] ou [THINGS]. O primeiro é o dos *bounded paths* (paths “limitados”), subdivididos em *goal-path* (path de objetivo/destino), representado por TO, já demonstrado em representação conceitual; e *source-path*, representado por FROM (como no SP em “ir de Curitiba”).

O segundo tipo é o de “direções”. Os SPs “em direção a” ou “de” (que pode também ter leitura de *source-path*) são exemplos relacionados à ideia de que há uma movimentação em direção a algo ou de algo, sem expressar os limites da origem ou do destino (como os [PATHS] do primeiro tipo). Por fim, há os [PATHS] do tipo “rota”, em que os objeto de referência está no caminho (não no destino, nem na origem). Os SPs em “passar *pela casa*”, “pular *através da janela*”, “ir *ao longo do rio*” são exemplos.

Para representar todos os [PATHS] em estruturas específicas, Jackendoff sugere a seguinte regra de boa formação de estrutura conceitual:



Nessa representação, TO e FROM são os PATH-FUNCTIONS *bounded paths*, TOWARD e AWAY-FROM são os PATH-FUNCTIONS de direções, e VIA é o PATH-FUNCTIONS de rota.

Assim, todos os SPs espaciais, relacionados a localização ou direção, têm estruturas conceituais de acordo com padrões capturados por essas sugestões de descrições. Um mesmo grau de complexidade conceitual pode estar associado a um item lexical (como “aqui”) ou a um SP mais complexo (como “na mesa”), o que demonstra como o mesmo tipo de perspectiva usado para representar conceitualmente um constituinte sintático complexo é usado para decompor

conceitualmente um item lexical, sendo esse segundo uso motivo de oposição por parte dos atomistas.

Como já dito, não é nosso objetivo tratar com exaustão todas as estruturas conceituais relacionadas aos SPs nem a outros tipos de constituintes sintáticos, mas apenas tratar de algumas análises referenciais que dão corpo à sustentação empírica da perspectiva decomposicionista. Estruturas conceituais relacionada a SPs temporais, por exemplo, seriam analisadas de maneira similar. Tais estruturas relacionadas a SPs, conforme vimos, interagem sobretudo com SVs, pois geralmente são complementos verbais. Sobre os verbos, trataremos de algumas representações de estrutura conceitual na sequência.

4.2.2 Decomposições verbais

As decomposições verbais representam provavelmente o maior corpo de análise da perspectiva decomposicionista, ou as sugestões de decomposição mais bem sucedidas. Foi reconhecendo isso que Fodor, como vimos no capítulo anterior, ao se contrapor aos decomposicionistas, concentrou-se em criticar decomposições verbais (como no artigo de 1970 e, com outros autores, no de 1980, ou ainda no texto de 1998, em que a referência a alguns semanticistas conceituais é feita). Jackendoff (1983, p. 113) observa isso da seguinte maneira:

An area of the lexicon for which success at decomposition has often been claimed is the class of verbs. In particular, the extraction of components such as causation, change, and action from the readings of verbs has led to substantial insight. However, decomposition is rarely if ever complete..⁹⁶

Pensando nisso, uma maneira de organizar uma amostra significativa das decomposições de itens verbais é considerando esses componentes comuns extraídos, que são primitivos. Para tanto, tenhamos como base algumas alternâncias verbais (a serem explicadas na sequência) esquematizadas no quadro a seguir adaptado de Pinker (2008):

⁹⁶ “Uma área do léxico para a qual o sucesso em decomposição tem sido frequentemente reivindicado é a da classe dos verbos. Em particular, a extração de componentes tais como causação, mudança e ação a partir das leituras dos verbos tem levado a um *insight* substancial. Entretanto, decomposição é raramente dada como completa.” (Tradução nossa).

QUADRO 2 – ALGUMAS ALTERNÂNCIAS VERBAIS

Alternância	Classe	Exemplos
Conativa	Movimento, contato	<i>“hit”</i> (“bater”), <i>“cut”</i> (“cortar”).
De posse	Contato	<i>“hit”</i> , <i>“cut”</i> , <i>“touch”</i> (“tocar”)
Locativa de contato	Movimento, contato, sem efeito	<i>“hit”</i>
Voz Média	Efeito	<i>“cut”</i> , <i>“break”</i> (“quebrar”)
Causativa	Efeito, sem contato, sem movimento	<i>“break”</i>

FONTE: ADAPTADO DE PINKER (2008, p. 129)

As alternâncias são configurações temático-argumentais diferentes que um mesmo verbo aceita. Elas, conforme comenta Pinker (2008, p. 129-130), evidenciam uma estrutura semântica subjacente dos verbos, pois apenas verbos com determinada configuração conceitual as permitem⁹⁷. Há outras alternâncias, como as apontadas por Levin (1993), mas essas sugeridas por Pinker bastam para o nosso propósito ilustrativo. Vejamos como isso se dá com a alternância conativa, exemplificada em 40 com o verbo *“hit”*, e em 41 com o verbo *“cut”*:

40.a Paula hit the fence. (LEVIN, 1993, p. 41) (Paula atingiu a cerca)

40.b Paula hit at the fence. (Paula bateu na cerca)

⁹⁷ Vale lembrar que, para esse tipo de proposta, não são as estruturas conceituais que são universais e inatas, mas os primitivos que a compõem e as regras que lhe permitem serem formadas. As relações e restrições descritas na sequência são derivadas dessas regras ou da relação entre os primitivos.

41.a Mabel cut the rope. (PINKER, 2008, p. 125) (Mabel cortou a corda)

41.b Mabel cut at the rope. (Mabel fez cortes na corda)

As construções em 40.b e 41b são ditas “conativas” porque dão a entender que um agente “tentou” (“conativo” designa “uma tentativa”) algo, mas de um modo não tão bem-sucedido quanto o que as construções não conativas indicam. Nem todos os verbos aceitam essa alternância (que implica, na maioria das vezes, a presença da preposição “at” no inglês), e os que aceitam teriam alguma semelhança semântica responsável pela possibilidade dupla de configuração sintática.

Conforme Pinker (2008, 126) e Levin (1993, p. 42), o que caracteriza esses verbos que permitem alternância conativa é estarem relacionados a movimento e a contato (sendo tais características necessárias, mas provavelmente não suficientes). Desse modo, haveria uma evidência de que o mesmo elemento subjacente a esses verbos permitiria agrupá-los semanticamente e dispô-los em duas configurações sintáticas distintas. Seria, então, capturada uma generalização capaz de explicar a relação entre esses verbos, demonstrando que a alternância conativa não é uma possibilidade aleatória.

Se os verbos que permitem essa alternância têm algo subjacente em comum, então isso seria algum elemento na estrutura conceitual. Goldberg⁹⁸ (1995, p. 4) sugere a seguinte estrutura conceitual geral para os verbos conativos:

42. [x DIRECTS ACTION at y]

Nessa representação, haveria um primitivo que indica agentividade, DIRECTS, que selecionaria um argumento agente x, e um primitivo que indica movimento, ACTION, que teria como complemento um SP com “at”. Porém, como ACTION pode causar confusão com a ideia de agentividade e não deixa tão clara a noção de movimento, pensemos em uma representação mais usual e mais condizente com a proposta de Jackendoff tratada anteriormente (sugerida por ADAMS, 2001, p. 85 – sobre CAUSE, trataremos melhor quando discutirmos a última alternância):

⁹⁸ A autora se demonstra funcionalista em sua trajetória acadêmica, mas apenas estamos considerando o que ela desenvolve com base na semântica conceitual de Jackendoff.

43. [x CAUSE y GO AT z]

Essa sugestão de representação tem a vantagem de explicitar a posição de três argumentos, o que faz sentido intuitivamente. Para o verbo “*hit*” (“bater”, “atingir”), por exemplo, x seria o agente (aquele que bate), y seria o tema deslocado (aquilo com que bate: um instrumento qualquer, a mão etc.), e z seria o paciente ou a meta (não é nosso objetivo problematizar a diversidade na nomenclatura a respeito dos papéis temáticos). O SP “AT z” corresponderia a um PATH (por isso, em vez de AT podemos sugerir TO, mais condizente com a proposta tratada anteriormente). Em alguns casos, é possível que o argumento y seja lexicalizado pelo verbo, como o caso de “*kick*” do inglês:

44. [x CAUSE foot GO TO/AT z]

Sobre a alternância, a configuração não conativa de “*hit*” (conforme JACKENDOFF, 1990) seria:

45. [_{Event} GO (x) [_{Path} TO [_{Place} AT (y)]] ou simplesmente [GO x [TO [AT y]]]

Nessa representação, há o movimento designado por GO e o contato designado por PLACE (já que o argumento x “chegou” até um “lugar” ao ter contato com ele). Estipular um primitivo como CONTACT em ambas as configurações do verbo de alternância conativa talvez seja mais adequado por esse ser mais claro, como fazem Pinker (1989), Levin (1993) e Saeed (2009). Não faz sentido, nesse caso, um terceiro argumento, pois x atingir y não implica que x faça isso com algo. De todo o modo, haveria uma classe de verbos cujos primitivos conceituais, relacionados a movimento e a contato, permitiria a alternância conativa. Esse tipo de consideração empírica, que vale para as demais alternâncias também, é uma das que mais sustentam o decomposicionismo, pois consegue explicar como verbos distintos têm semelhanças semânticas e, por conseguinte, argumentais ao sugerir que esses verbos lexicalizam um conjunto comum de primitivos. Em outros termos, os elementos em comum desses verbos seriam percebidos apenas por meio de uma decomposição.

Porém, ainda é possível problematizar essa classe de verbos que permitem a alternância conativa e analisá-la de outra maneira. Não há tantos estudos a respeito dessa alternância, por exemplo, para o português, mas podemos considerar casos como 46 (de WACHOWICZ, 2009):

46.a Já ouvi esse barulho. / Já ouvi desse barulho (sem leitura de “tipo” de barulho).

46.b Caneteei a prova. / Caneteei na prova.

46.c Cortou o pão. / Cortou do pão.

46.d Escutei essa música. / Escutei dessa música (sem leitura de “tipo” de música).

Baseando-se em considerações de Dowty (2001) e Tenny (1994), Wachowicz (2009) segue uma proposta diferente de caracterização das alternâncias conativas. Para a autora, o que acontece nas sentenças de leitura conativa é o cancelamento da telicidade, ou seja, o cancelamento da ideia de finalização do evento delimitado pelo complemento do verbo que expressa tal evento. Assim, em 46.a, a sentença à direita deixa claro que não foi todo o barulho ouvido, mas uma porção dele, assim como em 46.b não foi toda a prova caneteada, em 46.c não foi todo o pão cortado e em 46.d não foi toda a música ouvida.

Por outro lado, os verbos que implicam mudança de estado (o que geralmente é associado ao primitivo BECOME) não permitiriam essa alternância, como os exemplos a seguir (também de Wachowicz, 2009):

47.a Cortei o cabelo dele. / *Cortei do cabelo dele.

47.b Ele pintou a parede. / *Ele pintou da parede.

Portanto, essa proposta leva em conta a telicidade e a mudança de estado como componentes caracterizadores dos verbos de alternância conativa que podem ser associados a propriedades gerais e a primitivos conceituais. Não é nosso intuito explorarmos todas as análises para alternâncias conativas possíveis dentro da perspectiva decomposicionista (que variam entre quais seriam os primitivos envolvidos e quais as propriedades relevantes dos verbos agrupados em uma mesma classe), mas apenas apontar que as mencionadas, que buscam caracterizar

semanticamente um grupo de verbos com uma possibilidade específica de mobilidade argumental, representam um estado não consensual de descrição teórica, apesar de compartilharem a tese de que há uma estrutura conceitual subjacente às configurações argumentais verbais.

Outra alternância, a de posse (*“possessor-raising alternation”*, ou, conforme Levin, 1993, *“body-part possessor ascension alternation”*, algo como “alternância da ascensão do possuidor”), é analisada de modo semelhante, e por isso as considerações gerais feitas em relação à conativa continuam válidas (assim como continuam válidas para as outras alternâncias). Vejamos os exemplos a seguir (semelhantes a exemplos, do inglês, de Pinker, 2008, p. 126):

48.a João cortou o braço de Maria.

48.b João cortou Maria no braço.

49.a João tocou o braço de Maria.

49.b João tocou Maria no braço.

Nessas alternâncias, há uma configuração cuja interpretação é de que Maria possui partes (“o braço de Maria”) e uma configuração cuja interpretação é de que Maria é “uma coisa encarnada que é as partes de seu corpo” (PINKER, 2008, p. 126). As sentenças com a primeira leitura contêm um SN como complemento verbal, ao passo que as sentenças com a segunda leitura contêm dois constituintes como complementos, um SN e um SP locativo. Essa alternância envolveria verbos com a propriedade de “contato”, como indicado no Quadro 2, o que estaria relacionado a algum primitivo (CONTACT) responsável por organizar uma classe verbal. Alguns tipos de verbos que permitem essa alternância, e que lexicalizariam CONTACT, conforme Levin (1993, p. 71-72), são: verbos de contato por impacto (*“hit”*, *“kick”*, “atingir”, “chutar”), verbos de “cutucar” (*“dig”*, *“jab”*, *“pierce”*, “furar”) e verbos de cortar (*“cut”*, *“clip”*, *“scrape”*, “cortar”, “aparar”).

As alternâncias locativas de contato seriam possíveis apenas para verbos que contivessem em suas estruturas conceituais as propriedades de movimento e de contato, mas sem que haja “um efeito” (uma alteração) na entidade relacionada ao complemento verbal. Desse modo, vejamos os casos a seguir (PINKER, 2008, p. 127-128):

50.a I hit the bat against the wall. (Atingi o bastão contra a parede.)

50.b I hit the wall with the bat. (Atingi a parede com o bastão.)

51.a She bumped the glass against the table. (Ela bateu o copo contra a mesa.)

51.b She bumped the table with the glass. (Ela bateu na mesa com o copo.)

52.a I cut the rope with the knife. (Cortei a corda com a faca.)

52.b *I cut the knife against the rope. (*Cortei a faca contra a corda.)

Ao contrário de 50 e 51, em 52 há uma alteração provocada pelo evento de cortar (a corda passa a estar cortada), o que restringiria a alternância locativa de contato. É possível, então, dizer, a fim de buscar uma generalização descritiva adequada, que, quando há um primitivo relacionado a uma mudança de estado (em que a entidade relacionada ao complemento verbal é afetada, uma noção que retomaremos ao tratar das alternâncias causativas), mesmo havendo um contato e um movimento, esse tipo de alternância seria barrada. Talvez isso explique por que o verbo “espancar” não é aceito, com segurança, como integrante dos verbos de alternância locativa de contato (“Maria espancou João com a vassoura”/“?Maria espancou a vassoura no João”), pois haveria dúvida se o objeto alvo do movimento seria afetado (ou seja, se aconteceria algo com “João” em decorrência do espancamento com a vassoura ou se “espancamento” pode deixar alguém intacto, apesar de a leitura em que o objeto é afetado, barrando a alternância, aparentar ser mais aceita).

Sobre a alternância de voz média, podemos considerar os seguintes exemplos (PINKER, 2008, p. 128):

53. This glass breaks easily. (Esse copo quebra fácil.)

54. This rope cuts like a dream. (Essa corda corta que é uma maravilha. – Na leitura em que “essa corda” é “cortada”)

55. *Babies kiss easily. (*Bebês beijam fácil. – Na leitura em que “babies/bebês” é aquilo que é beijado.)

Nesse tipo de alternância, o complemento verbal é alçado para a posição de sujeito, havendo uma leitura de habitualidade (não restrita a um evento delimitado). É preciso que haja um efeito sofrido pela entidade denotada por esse argumento (como indicado no Quadro 2), o que não ocorre em 55.

Por fim, temos a alternância causativa, provavelmente a mais estudada. Vejamos os exemplos:

56.a Bill broke the window. (Bill quebrou a janela.) (JACKENDOFF, 1990, p. 20)

56.b The window broke. (A janela quebrou.)

De um modo simplificado, a diferença básica entre as duas sentenças é que a primeira implica um evento causado pela ação do sujeito, ao passo que a segunda implica o mesmo evento, mas não uma causa para ele. Começemos por entender as sentenças com leitura de causatividade. Para tanto, vejamos uma representação da categoria ontológica [EVENT] (JACKENDOFF, 1990, p. 127), da qual a causatividade é um exemplo (depois de entendermos a estrutura causativa, voltaremos a tratar da alternância):

57. [EVENT] → [AFF (<[THING]>, <[THING]>)]

Na categoria [EVENT], que denota eventos (relacionados a verbos que não denotam estados, como “ser”), há as seguintes funções conceituais desempenhadas por primitivos, ou predicados primitivos: GO, MOVE, STAY, INCH e CAUSE (lembramos que as listas de primitivos são apenas provisoriamente delimitadas). Já vimos o primitivo GO, que denota movimento de um THING ao longo de um PATH (então seleciona, necessariamente, THING e PATH como argumentos); MOVE também denota, de certa maneira, movimento, mas, ao contrário de GO, tem por implícito uma “maneira de movimento” e não exige um argumento do tipo PATH (como o verbo “dançar” em “Maria dançou”); STAY denota a permanência de um argumento em uma localização (como em “Bill fica/permanece na cozinha”, o que poderia ser classificado, por outros autores, como “estado” e não “evento”, mas a ideia é de que “Bill” tem algum controle); INCH é um primitivo que mapeia um evento a partir de um estado (como “cobrir” em “a neve cobriu a montanha”), sendo

relacionado a verbos que geralmente são ambíguos entre leitura incoativa e leitura estativa (“a neve cobriu a montanha por horas” tem leitura estativa, e “a neve cobriu a montanha rapidamente” tem leitura incoativa, logo eventiva); por fim, CAUSE, nosso foco de análise no momento, exige dois argumentos, sendo um deles um causador e o outro um evento causado.

Retornando à representação em 57, AFF (relacionado a “afetar”) é uma função que tem dois argumentos, sendo o primeiro um agente e o segundo um paciente (sendo esses papéis temáticos noções bem gerais, algo que não será problematizado aqui). Desse modo, a sentença em 58 teria uma representação como em 59:

58. Bill rolled down the hill. (Bill rolou montanha abaixo.) (JACKENDOFF, 1990, p. 128)

59.
$$\left[\begin{array}{l} \text{[GO ([BILL], [DOWN [HILL]])]} \\ \text{Event AFF ([BILL], [HILL])} \end{array} \right]$$

Essa representação é para a leitura não volicional, ou seja, uma leitura em que Bill não tenha rolado montanha abaixo de propósito, mas a sentença em 58 é ambígua. Uma outra leitura possível, volicional, é de que Bill fez algo de propósito, o que é representado em 60:

60.
$$\left[\begin{array}{l} \text{[CAUSE ([BILL], [GO ([BILL], [DOWN [HILL]])])]} \\ \text{AFF ([BILL], [HILL])} \\ \text{AFF +vol ([BILL],)} \end{array} \right]$$

Nessa representação, AFF tem o traço de + volitivo, mas poderia ter o traço de -volitivo (quando a causa é extrínseca, como em “o vento derrubou Bill”, ou seja, não é deliberada por um agente animado) ou, ainda, nenhum dos dois, caso, por exemplo, de haver apenas um argumento tema (nesse caso, a representação seria AFF (__, [BILL]), em que Bill seria um “*undergoer*”, ou seja, ele sofreria o efeito do evento). O primitivo CAUSE está presente apenas quando o agente (volicional ou não) está expresso, não apenas implícito, o que não ocorre em 61:

61.a Sam received a book. (Sam recebeu um livro.) (JACKENDOFF, 1990, p. 136)

$$\left(\right)$$

61.b GO ([BOOK], [TO [SAM]])
 AFF+vol (____, [SAM])

Na representação em 61.b, fica claro que a volição não se confunde com CAUSE, pois há um agente volicional implícito (por isso o espaço vazio para argumental de AFF+vol), mas não há causa volicional nem causa extrínseca, ou seja, na ação em 61, não está implicado nenhum agente de um evento específico que pudesse “causar” o evento de “ser recebido”.

Além de CAUSE ser um primitivo que pode ocorrer na presença de agentes causadores, relacionados aos traços de +vol ou a -vol, ele mesmo pode ser caracterizado por traços. Quando uma determinada ação implica um efeito bem-sucedido, como em 62.a, Jackendoff (1990) sugere uma notação positiva (CAUSE+); e quando o resultado é indeterminado, o autor sugere a notação CAUSEu, como em 62.b.

62.a Harry forced Sam to go away. (Harry forçou Sam a ir embora.)
 (JACKENDOFF, 1990, p. 131)

62.b Harry (successfully) pressured Sam to go away. (Harry pressionou (com sucesso) Sam a ir embora.)

Nesses casos, as ocorrências de “Harry” corresponderiam aos agentes de “*forced*” e “*pressured*”, que lexicalizariam, respectivamente, CAUSE+ e CAUSEu. A inserção do advérbio “*successfully*” é aceitável apenas em 62.b porque em 62.a seria redundante, o que pode funcionar como um teste para sabermos qual tipo de CAUSE o verbo lexicaliza. Além disso, o autor sugere um terceiro parâmetro⁹⁹, cuja notação é CAUSE-, para verbos como “falhar”, que implicaria que o objetivo de uma ação não corresponde a seu efeito. A noção de causação padrão, cuja notação seria apenas CAUSE, passaria a ser, depois dessas considerações, CAUSE+. Mas nos trabalhos de decomposicionistas, por motivos de simplificação, é mais comum apenas CAUSE ser utilizado, pois geralmente não é considerada toda essa especificação. Então, de modo geral, a notação CAUSE, implicando um efeito positivo, costuma ser a única utilizada. Resumindo, CAUSE não está relacionado

⁹⁹ Jackendoff não entende “parâmetro”, nesse caso, no sentido dado pelos “princípios e parâmetros” da teoria gerativa chomskyana, mas sim em um sentido menos técnico.

necessariamente à volição e implica (pelo menos no seu parâmetro padrão) um efeito positivo (o evento tomado como complemento é bem-sucedido).

Voltando à alternância causativa, Levin (1993) e Pinker (2008) apontam, como indicado no Quadro 2, que ela só é possível na presença de um “efeito”. Como dito antes, CAUSE seleciona um evento como complemento que poderia corresponder a GO, MOVE, STAY, INCH ou outro CAUSE, mas não é sempre quando há CAUSE (com qualquer um desses complementos) que há a alternância. Uma ideia genérica de “efeito” poderia corresponder a qualquer um deles, o que obviamente não é o que os autores têm em mente ao se referir a essa propriedade. Essa alternância¹⁰⁰ ocorre, conforme observa Levin (1993, p. 30), apenas com verbos de mudança de estado ou mudança de posição. Assim, o “efeito” mencionado tem a ver com “mudança”.

Mas ainda é preciso verificar qual mudança (locativa ou de estado) e qual o primitivo relacionado a ela são implicados na alternância causativa. Pensemos nas duas representações a seguir do verbo “*butter*” (“passar manteiga”):

63.a [Event CAUSE [GO [Thing BUTTER], [Path TO [ON Thing]]]]]]]]]
(JACKENDOFF, 1990, 54)

63.b [x CAUSE [BUTTER BECOME P_{loc} Z]] (LEVIN, 1995, p. 24)

A diferença substancial entre essas duas propostas de representação de decomposição consiste no primitivo selecionado como complemento de CAUSE, podendo ser GO ou BECOME. O primitivo GO, como já visto, denota movimento, ao passo que a ideia de movimento é obtida, em 63.b, por meio de BECOME associado a P_{loc} (que denota “posição/local). BECOME, então, denotaria de modo mais explícito a ideia de “mudança”. Porém, para os verbos causativos que denotam movimento/mudança de lugar não é verificada a alternância causativa: “amanteigar”, “embolsar”, “engavetar”, “enjaular” etc. Portanto, parece ser mais adequado propor primitivos diferentes para as noções de movimento/mudança de lugar e de mudança de estado, podendo ser utilizado o já mencionado GO para representar a primeira e BECOME para representar apenas a segunda. Isso parece esclarecer a alternância

¹⁰⁰ Também chamada de “alternância causativa/incoativa”, “anticausativa” e “ergativa” (LEVIN, 1993, p. 30).

causativa permitida por “*break*” e “quebrar” por meio de uma representação genérica para verbos causativos que denotem mudança de estado:

64.a [x CAUSE [y BECOME STATE]]

64.b Break: [x CAUSE [y BECOME BROKEN]]

Nessa representação, *STATE* é uma constante, ou seja, um argumento relacionado a um verbo específico sem uma natureza geral como a dos predicados, não sendo confundido, evidentemente, com o predicado primitivo *STATE*. Além de “*break*”/“quebrar”, muitos outros verbos que permitem a alternância causativa teriam o mesmo tipo de representação conceitual: “derreter”, “congelar”, “secar”, “molhar”, “afundar” etc. Verbos como “cortar”, mesmo sendo causativos e de mudança de estado, não permitiriam essa alternância porque, como está explicado no Quadro 2, implicam “contato” e/ou “movimento”, o que barraria a alternância causativa.¹⁰¹

A discussão sobre as condições necessárias e suficiente para um verbo permitir a alternância causativa ainda não está esgotada (ver as considerações sobre causação interna e externa de Levin, 1995, p. 89-118, por exemplo), mas o exposto aqui já é capaz de ilustrar o procedimento comum adotado por decomposicionistas para sugerirem representações conceituais. Tanto essa quanto as alternâncias discutidas anteriormente são analisadas com base em generalizações que procuram correlacionar estruturas conceituais e justificar, por meio de recorrências associadas a padrões sintáticos (nos casos mencionados, vimos padrões recorrentes de mobilidade argumental), os primitivos conceituais. Desse modo, é verificado como as regras de correspondência, tal como demonstradas na Figura 6, dão conta de relacionar as estruturas conceituais a estruturas sintáticas, lembrando que, para o quadro teórico em questão, as primeiras estão presentes na geração de sentenças na estrutura profunda, não como regras de interpretação que tomam como *input* as sentenças já formadas.

Em toda essa demonstração de decomposições lexicais não é mencionado como a concepção de “analiticidade” é considerada. Isso ocorre porque a analiticidade é pressuposta, o que implica não precisar ser tratada (pelo menos, para

¹⁰¹ Como análise decomposicionista alternativa para CAUSE e a relação com a volição (por meio de um predicado primitivo DO) é possível considerar o trabalho de Dowty (1979), em outra perspectiva, fora da semântica conceitual.

os decomposicionistas aqui considerados). Lembrando que o quadro teórico discutido no momento substitui a noção de “verdade em virtude do significado/sentido” por “verdade em virtude da estrutura conceitual” para definir “verdade analítica”, sem levar em consideração a problematização em torno da “analiticidade” (e como visto, Jackendoff evita discutir essa problematização), podemos inferir pelo que fica pressuposto que os verbos dentro da classe que permite alternância causativa, por exemplo, são relacionados analiticamente, pois o que os agrupa em uma mesma classe são os mesmo primitivos estruturados conceitualmente. Desse modo, as relações analíticas são garantidas por primitivos conceituais como CAUSE, GO e BECOME, ou primitivos de categorias ontológicas como [EVENT], [PLACE] e [MANNER].

Por essa razão, toda a crítica em torno da analiticidade tratada no segundo capítulo fica como ônus a ser superado pelos decomposicionistas. Tais críticas servem, em certa medida, como influência para outras críticas, mais específicas em relação ao que consiste à “linguagem do pensamento” (o “mentalês”, formado por conceitos codificados e estruturados mentalmente), por parte da perspectiva concorrente, o atomismo. Parte desse enfrentamento mais específico de questões postas pelo atomismo será tratado na sequência.

4.3 CONTRAPOSIÇÃO AO ATOMISMO

Já foi mencionado no capítulo anterior que Fodor, principal proponente do atomismo para uma concepção de linguagem do pensamento, considera-se um quineano, mesmo não concordando com toda a proposta de Quine (mais especificamente, com a proposta holística). Nesse sentido, as críticas de Fodor ao decomposicionismo podem ser vistas, em certa medida, como um desenvolvimento das críticas de Quine à distinção entre sintético e analítico. Porém, por ser circunscrita à cognição, o debate entre Fodor e os decomposicionistas precisa ser considerado em suas especificidades, não bastando as considerações levantadas no segundo capítulo. Desse modo, pautaremos algumas defesas e ataques por parte dos decomposicionistas no debate em questão.

4.3.1 Postulação de *chunks*

Uma defesa do decomposicionismo contra a crítica atomista é algo que pode ser considerado intuitivo e/ou pressuposto na postulação teórica. Uma ideia básica decomposicionista é que a estrutura conceitual não equivale à estrutura sintática, muito menos à estrutura sintática superficial, apesar das semelhanças (há constituintes na estrutura conceitual representáveis de modo binário como na Teoria X-barra) e correspondências (as estruturas conceituais são atestadas conforme uma correlação com as estruturas sintáticas, como ocorre no caso das alternâncias, por exemplo). Porém, uma crítica de Fodor, aparentemente, desconsidera isso (trataremos, no próximo capítulo, desse tipo de alegação de mal-entendido).

No capítulo anterior, vimos que Fodor busca desacreditar a correspondência entre um item lexical e uma estrutura com outros itens, como a que ocorre na definição de “*kill*” como “[CAUSE BECOME *DEAD*]” (para usarmos uma representação deste capítulo, não a “mais informal”, “*cause to die*”, usada por Fodor). As três razões que Fodor (1970) apresenta para criticar esse tipo de definição podem ser condensadas, brevemente, em uma mesma razão: “*kill*” corresponde a uma estrutura sintática e conceitual ao passo que “[CAUSE BECOME *DEAD*]” corresponde a outra estrutura sintática e conceitual, sendo as duas estruturas sujeitas a relações sintáticas e semânticas diferentes.

Já em outro momento, como já comentado, Fodor (1980) demonstra, por meio de testes, que um item lexical como “*kill*” não seria julgado pelos falantes diferentemente de “*bit*” no que se refere à relação desses verbos com seus argumentos ou à relação entre os argumentos. Pela perspectiva decomposicionista, os dois itens seriam representados por estruturas conceituais de complexidades diferentes, pois para “*kill*” haveria o primitivo CAUSE, o que não ocorreria para “*bit*”. Se um verbo teria uma estrutura conceitual mais complexa do que o outro, a relação entre os argumentos sujeito e objeto seria menos direta para o primeiro do que para o segundo, o que não foi verificado pelo julgamento dos falantes entrevistados no teste de Fodor. Por isso, para o autor atomista, se não há diferença entre os julgamentos sobre as relações conceituais promovidas por esses verbos, não haveria por que postular que há diferença em termos de complexidade conceitual entre esses verbos. A conclusão a que ele chega, então, é de que os dois verbos têm o mesmo grau de complexidade conceitual, o que pode ser explicado pela relação um para um entre itens lexicais e conceitos.

Essas observações sugerem, de modos diferentes, a não correspondência entre duas estruturas de níveis diferentes, uma superficial (como “*kill*”) e outra mais profunda (como “[CAUSE BECOME DEAD]”). Para Fodor, a não correspondência não existiria por falta de evidência, tanto do ponto de vista da análise das relações internas às estruturas quanto do ponto de vista do julgamento dos falantes. Porém, Jackendoff rebate esse tipo de crítica. Para o autor (JACKENDOFF, 1983, p. 125), não há razão em supor que o processamento semântico reflète a complexidade semântica interna de uma palavra da maneira exigida por Fodor. Uma palavra deveria ser considerada como uma codificação de um *chunk* (“agrupamento”) de informações semânticas¹⁰². Assim, um *chunk* de informações como o lexicalizado em “*kill*” e um *chunk* como o lexicalizado em “*bit*” ou “*die*” não seriam processados de modos diferentes, ao passo que apenas uma estrutura superficial como “*cause to die*” corresponderia a *chunks* diferentes e, nesse caso, seria processada de modo diferente. O que isso sugere é que Fodor estaria desconsiderando as diferenças de níveis de abstração entre CAUSE e “*cause*”, já que teríamos contato direto apenas com o nível mais superficial e as considerações de Fodor sobre os julgamentos dos falantes e sobre as impossibilidades de decomposição se referem apenas a esse nível.

Referindo-se à crítica de Fodor e a seus experimentos a respeito do julgamento dos falantes em relação a como processam diferentes itens lexicais, Jackendoff (1983, p. 125-126) afirma:

it is probably mistaken to expect word processing time to reflect word-internal semantic complexity. Rather, a word should be regarded as an encoding of a chunk of semantic information; it is the retrieval of such high-level chunks that should be expected to limit processing speed exactly the result of Fodor's and Kintsch's [autor citado por Fodor] experiments.¹⁰³

Convém, então, entendermos melhor o que seriam esses *chunks*. Um dos primeiros proponentes desse conceito, usado na área de psicologia, foi Miller (1955).

¹⁰² Pinker (2008, p. 122) comenta sobre os “pacotes de elementos em blocos” (não usa o termo “*chunk*”, mas a ideia é a mesma), sendo que a cada bloco é destinada “uma única vaga na memória e no processamento”. A metáfora que iremos elaborar mais adiante talvez explique melhor o que são os *chunks*.

¹⁰³ “é provavelmente errado esperar que o tempo de processamento reflita a complexidade semântica interna da palavra. Em vez disso, uma palavra deveria ser considerada como uma codificação de um *chunk* de informação semântica; é a recuperação de tais *chunks* de um nível superior que deveriam ser esperados para limitarem a velocidade de processamento exatamente o resultado dos experimentos de Fodor e de Kintsch.” (Tradução nossa).

O autor, investigando como é possível a memória humana retomar grandes quantidades de informação de maneira rápida, elabora a hipótese de que as informações são retomadas em grupo. Por exemplo, com base em um experimento citado pelo autor em que algumas pessoas teriam que memorizar cinco palavras monossilábicas, elas não recuperavam de imediato os fonemas presentes nessas palavras (totalizando 15 fonemas), mas apenas as unidades “palavras”. Seria possível dizer que os indivíduos recuperaram unidades que, juntas, contêm 15 fonemas, mas, nesse processo, eles apenas recuperam os agrupamentos dessas unidades, os *chunks*. Nesse mesmo exemplo, os fonemas seriam *bits*, unidades não recuperáveis de modo imediato.

A noção de *chunk*, conforme Neath e Surprenant (2003), tem um uso amplo em psicologia, podendo ser aplicado na recuperação de grupos de imagens visuais ou de sequências de movimentos manuais. Mesmo Jackendoff (1983, p. 125), ao usar esse conceito, lembra-se disso, afirmando que não há “razão para supor que o processamento semântico funciona de modo diferente do processamento visual e motor”¹⁰⁴. Essa afirmação é feita depois da observação de que um músico, ao tocar com agilidade um instrumento, precisa formar *chunks* de notas musicais, pois não alcançaria essa agilidade se tivesse que se concentrar em cada movimento dos dedos e em cada nota. Portanto, *chunks* são agrupamentos de informação de variados tipos presentes no processamento cognitivo geral.

Para deixarmos mais claro o que é um *chunk* e qual a sua vantagem, pensemos na seguinte metáfora. Para transportarmos várias pedras pequenas de um local A para um local B, é muito dispendioso carregar uma a uma, pois teríamos que percorrer várias vezes o mesmo trajeto e precisaríamos de um tempo e um esforço relativamente grandes. Uma alternativa seria colocar todas as pedras em um saco e transportá-las de uma só vez. Esse saco de pedras funciona como um *chunk*, e cada pedra funciona como um *bit*. No trajeto, o indivíduo que carrega o saco não precisa estar ciente de quais nem de quantas pedras estão sendo levadas; apenas precisa ter noção do saco como um todo, como uma unidade. O tempo que ele leva para fazer o percurso carregando o saco é o mesmo que ele leva para carregar uma pedra individualmente. O ato de carregar o saco ou uma pedra isoladamente equivale, em nossa metáfora, ao processamento das informações: uma vez que um

¹⁰⁴ No original: reason to suppose that semantic processing works differently from motor and visual processing.

grupo de informações configura um *chunk*, esse *chunk* é processado de maneira semelhante (pelo menos em relação ao tempo e a percepção de unidade) em que uma informação individual que ele contém seria.

A postulação de *chunks* acaba por ter um poder grande na teoria. Ela consegue rebater qualquer crítica em relação à não correspondência formal entre um item lexical e os elementos que compõem sua estrutura conceitual. Obviamente há ainda as regras de correspondência entre as estruturas sintáticas e as estruturas conceituais consideradas no quadro teórico do decomposicionismo, mas essas regras não implicam que as sentenças superficiais sejam um espelho, em todos os sentidos, das estruturas conceituais; apenas exigem que haja alguma correspondência (as estruturas conceituais precisam ter algum respaldo formal). Todos os possíveis problemas dessa correspondência poderiam, portanto, ser explicados pelos *chunks*, pois sempre seria possível dizer que, na verdade, não é esperado que haja um paralelo absoluto entre o carregamento de um saco de pedras e o carregamento trabalhoso de todas as pedras individualmente.

Ainda haveria de ser explicado como os *chunks* são formados, pois haveria algum esforço cognitivo para isso. Também seria necessário explicar se o desmembramento dos elementos no *chunk*, quando apenas um desses elementos (os primitivos) fosse acionado (em alguma relação de alternância, por exemplo), geraria algum esforço específico de processamento. Essas questões, no então, ficam em aberto, o que não retira o poder “explicativo” dos *chunks*. (o que não precisa ser visto como uma vantagem, já que explicar demais pode acarretar problemas epistemológicos – voltaremos brevemente a essa questão no próximo capítulo).

4.3.2 Ataque ao nativismo radical

Uma percepção pela perspectiva decomposicionista sobre o atomismo apontaria uma aparente incompatibilidade intuitiva com os dados. Essa percepção pode ser exemplificada na crítica de Pinker (2008), na qual a expressão “nativismo radical” aparece para se referir à perspectiva de Fodor. A crítica fica clara já no uso do termo “radical”, sendo que a perspectiva decomposicionista seria “moderada”.

Considerando o que Pinker, um dos autores que mais se preocupam a responder às críticas feitas pela perspectiva atomista, diz, todas as observações

empíricas sugeridas na seção 4.2 já seriam o suficiente para corroborar o decomposicionismo e a rejeição ao atomismo de Fodor. Esse respaldo empírico, justamente com o fato de a decomposição em estruturas conceituais não se encontrar nos extremos em que as propostas concorrentes estão¹⁰⁵, fazem com que o autor considere a base argumentativa de Fodor algo “bem inocente” (PINKER, 2008). Seria menos inocente prever uma base inata de conceitos menor, que contivesse apenas elementos que se mostrassem não decomponíveis semanticamente (os primitivos conceituais), diferentemente de “mãe”, por exemplo, provavelmente decomponível em algo como “progenitora mulher” (sugestão de Pinker, 2008, p. 115).

À primeira vista, os conceitos de “carburador” e “maçaneta” não teriam sustentação para serem considerados inatos, apesar da argumentação atomista apresentada no capítulo anterior. Essa argumentação não costuma ser considerada nos trabalhos decomposicionistas. Por exemplo, em Cançado *et al.* (2013), Levin (1993), Levin e Rappaport (1995) e Beavers (2010), não há menção ao que Fodor diz (inclusive, o autor não consta nas referências dessas obras), mesmo que ele se refira diretamente à perspectiva decomposicionista. Aqui cabe uma observação geral sobre o debate entre atomistas e decomposicionistas: como as críticas e observações de Fodor não são diretamente consideradas na postulação de diversos decomposicionistas, autores como Pinker e Jackendoff, além de serem referências para os demais, também são referência direta no debate com Fodor, pois estão entre os poucos que se dirigem à argumentação do autor atomista. Ou seja, o grupo de decomposicionistas conceituais que não leva em consideração as críticas de Fodor, mas se orientam pelas postulações de Jackendoff e Pinker, sem fazer ressalvas, acabam por endossar indiretamente (já que não fazem ressalvas sobre isso) o posicionamento desses dois autores no debate. Desse modo, as considerações de Pinker e Jackendoff estão a linha de frente do conflito epistemológico com o atomismo conceitual, e atrás dessa linha de frente estão os demais decomposicionistas que seguem a proposta da semântica conceitual.

Voltando para as críticas de Pinker, a ideia de “50 mil, ou talvez 500 mil, ou talvez mais ainda” (PINKER, 2008, p. 117) itens lexicais serem conceitualmente

¹⁰⁵ Pinker cita também uma corrente teórica a que ele chama de “pragmática radical”. Entre duas propostas radicais, as decomposições em primitivos conceituais estariam no meio, o que lhes dá, em um exercício mais retórico do que de construção epistemológica, o tom de “moderadas”. Essa faceta retórica do debate será retomada no quinto capítulo.

atômicos e, por consequência, inatos seria uma ideia inocente porque iria contra a biologia evolutiva: não seria plausível imaginar que a seleção natural pudesse ter previsto a necessidade de conceitos como “carburador” e “trombone” antes de existirem carburadores e trombones. Nesse momento, Pinker é categórico ao dizer que Fodor está equivocado e que falta ao autor atomista “bom senso”. Essa falta de bom senso consistiria no fato não de o atomismo ser uma proposta fora do comum, mas de ser uma proposta com evidências frágeis, conforme demonstrado pela biologia evolutiva (ou melhor, conforme não demonstrado pela biologia evolutiva, que não daria evidências para o atomismo – mas essa “falta de evidência” está sendo considerada de acordo com o que Pinker considera “bom senso”, já que a relação entre a biologia evolutiva e a linguagem consiste mais em uma grupo de especulações do que considerações mais evidenciadas – conforme Liberman, 1994 –, o que justifica não aprofundarmos esse assunto aqui, além do fato de que isso seria uma digressão considerável).

Pinker ainda considera outro autor atomista, Piatelli-Palmarini (1986), que tem como base a proposta de Fodor, no que diz respeito à defesa da adequabilidade biológica do “nativismo radical”. Segundo Piatelli-Palmarini, o sistema de conceitos presentes na mente poderia ser comparado com o sistema imunológico. No sistema imunológico, são produzidos milhões de anticorpos diferentes para a proteção contra proteínas estranhas, entre elas talvez algumas com que o corpo nunca entre em contato. Assim, o sistema imunológico tem um excedente de anticorpos, que apenas são ativados quando um organismo tem contato com uma proteína invasora específica (de um vírus, por exemplo), o que seria semelhante aos conceitos inatos na perspectiva atomista, “latentes” na mente até que sejam ativados pela experiência. Porém, Pinker não considera a comparação válida:

se as crianças fossem equipadas com um repertório de conceitos tão perdulário quanto seu repertório de anticorpos, elas possuiriam não só os conceitos inatos ‘coelho’ e ‘verde’, mas também os conceitos inatos ‘partes de coelho não separadas’ e ‘grue’, e nunca se preocupariam com significados corretos das palavras. Esse fato sabota um dos principais argumentos para justificar por que *qualquer coisa* deveria ser inata. (PINKER, 2008, p. 119, grifo do autor)

Tentemos ver até que ponto sabota mesmo. Sabemos que as pessoas se preocupam com os significados corretos das palavras, pelo menos quando querem entender algo ou ser claras. Ter um repertório de conceitos perdulário significa que as pessoas, as crianças, não se preocupem com significados corretos das

palavras? Essa preocupação com significados corretos pode ser explicada por aquilo que Fodor diz sobre os conceitos serem desencadeados conforme os significados do mundo, isto é, pela relação entre o desencadeamento de um conceito e uma experiência (conforme vimos no capítulo anterior). Na perspectiva de Fodor, a criança se preocuparia, sim, com o significado correto das palavras, o que não seria impedido pelo fato de seus significados inatos atômicos terem que ser desencadeados de maneira correta (seriam justamente porque os conceitos seriam inatos, e uma informação inata conceitual preveria uma relação com o mundo/a experiência). Como dito anteriormente, a hipótese de Fodor sobre o desencadeamento parece não ter sido derrubada por Pinker. Aliás, tal ideia de Fodor rebate, à primeira vista, todos os contra-argumentos de Pinker, ou seja, tem um poder explicativo relativamente alto. Além disso, Pinker leva em conta o conceito “partes de coelho não separadas” como inato na visão de Fodor, mas esse seria um conceito complexo, e para Fodor apenas os conceitos simples são inatos.

Vejamos mais um argumento forte contra o nativismo extremo. Pinker diz que o conceito da palavra “mostrar”, em hebraico, é expresso por dois morfemas, equivalentes a “fazer-ver”. Uma palavra de morfema único, para Fodor, é atômica e inata; uma de morfemas múltiplos é composta a partir de outras partes que são aprendidas, resultando em algo parecido com o significado de uma oração. Pinker aponta esse fato como um contra-argumento para a visão de Fodor, pois ninguém diria que o conceito de “mostrar” é inato nos norte-americanos e aprendido nos israelenses. Entretanto, pela proposição de Fodor, é possível dizer que, na verdade, o conceito correspondente a “mostrar” não foi desencadeado na criança israelense (elas não o encontraram no mundo), mas os conceitos “fazer” e “ver” foram, ou seja, “fazer-ver”, conceito composto, para captar os átomos conceituais desencadeados nos israelenses, poderia ser traduzido como um sintagma complexo, e não como a palavra “mostrar”, mas por “fazer-ver” permitir algumas inferências que “mostrar” permitiria, o acionamento de “mostrar” não seria necessário. Novamente, parece que a contra-argumentação de Pinker não derruba a tese atomista.

De um modo geral, as críticas de Pinker ao atomismo parecem surgir de uma incompreensão da proposta criticada. Por exemplo, o autor afirma que Fodor, ao se colocar contra as definições, confunde definições de dicionário com representações da estrutura conceitual. Por mais que o texto de Fodor seja de difícil compreensão, ele, lembremos, não faz essa confusão, apenas diz que as

definições/estruturas conceituais são imperfeitas porque não é possível representar um conceito por meio de outros conceitos de maneira precisa (sempre falta algo ou há uma divergência de julgamento em algum momento, o que talvez seja semelhante com a definição de dicionário). Outro ponto de aparente incompreensão é a ideia de que os itens lexicais não podem, na perspectiva atomista, compartilhar características semânticas. Lembremos que, na verdade, para Fodor, podem, o que seria explicado por inferências pragmáticas (não inatas) ou por relações sintáticas (não semânticas). Nessa argumentação de Pinker, apontar a falta de “bom senso”, pelo menos no recorte aqui apresentado, esvazia-se epistemologicamente (resiste no plano retórico apenas). Sua incompreensão a respeito do interlocutor e opositor teórico parece ser comum entre grande parte dos decomposicionistas considerados neste recorte, mas a maioria dessa grande parte, como já comentado, não critica o que não compreende (mas por ter Pinker e Jackendoff como base teórica, acabam por endossar indiretamente esse tipo de consideração, como já mencionamos).

Voltaremos a discutir sobre as alegações de mal entendido depois de buscarmos um tratamento epistemológico adequado para o debate. No momento, basta ficar claro que as questões em torno do debate não se desenvolvem com clara intercompreensão.

4.4 EM DIREÇÃO À SINTAXE

Há algumas propostas decomposicionistas que não fazem parte da discussão central do debate entre atomistas e decomposicionistas conceituais conforme estamos tratando, mas têm alguma relação com ele. Tais propostas caminham para um esvaziamento de considerações conceituais/semânticas ao passo que buscam explicações na sintaxe. Considerá-las aqui tem sua importância para entendermos o limite do decomposicionismo conceitual tal como recortamos neste trabalho. No entanto, como tais propostas têm uma importância menor no debate (apenas para delimitá-lo), serão consideradas de maneira mais breve.

Na primeira parte desta seção, iremos tratar de uma proposta que, ao se distanciar, em parte, do núcleo comum de considerações teóricas que têm como base autores como Jackendoff, Pinker e Levin, dirige-se diretamente às críticas de Fodor e tenta respondê-las. Na segunda parte, já fora do debate, trataremos de uma visão que esvazia a discussão conceitual para explicar relações como as

promovidas, por exemplo, pelo primitivo CAUSE (que passará a ser considerado apenas um núcleo de projeção sintática).

4.4.1 No limite do debate

A abordagem teórica a ser tratada aqui é a de Pietroski (2003), que resulta em um tipo de decomposição lexical relativamente diferente do proposto por Jackendoff (pelo menos no que se a algumas matrizes básicas). O objetivo central do autor é explicar as estruturas causativas combinando a semântica de eventos (DAVIDSON, 1967), segundo a qual, em termos gerais, um predicado verbal corresponde a um evento, com o programa minimalista. Para tanto, parte da seguinte inferência considerada por ele como analítica (e o autor diz, de modo assertivo, que se trata de “analítica”): “*John boiled the water*” → “*The water boiled*”. Tendo ciência da crítica de Fodor a respeito desse tipo de inferência, o autor busca justificá-la dizendo que construções transitivas como a primeira sentença resultam do “*merging*” entre verbos intransitivos e vezinhos (“*little v*”), conforme o quadro minimalista propõe. Como veremos, essa proposta ainda guarda algumas semelhanças com o tratamento de Jackendoff (1983), Levin (1993) e Pinker (2008) para as alternâncias causativas.

A motivação para a aceitação dessa inferência, cuja a forma é “*x V y, então y V*”, também se deve ao fato de vários verbos se comportarem da mesma maneira, como “*melted*”, “*froze*”, “*broke*”, “*opened*” etc. O autor afirma que o verbo na sentença transitiva e o verbo na sentença intransitiva são o mesmo, o que torna a inferência válida, o que não é uma observação nova, conforme já vimos no tratamento de outros autores mencionados neste capítulo. Caso fossem considerados verbos diferentes, a inferência não seria formalmente válida e, segundo o autor, consistiria em um “postulado de significado” (assim, ele evita um elemento criticado por Fodor, o que Jackendoff já buscava fazer). Vale notar que o autor também considera os pares “*kill/die*” e “*rise/rose*” no mesmo tipo de inferência válida, afirmando que os verbos dentro desses pares não seriam, assim como os casos citados, verbos diferentes (teriam corpos fonológicos diferentes em razão de idiosincrasias históricas) e, então, configurariam possibilidade de alternância causativa.

Pietroski aceita a inferência “*John boiled the water, so the water boiled*”, como já dito, mas não aceita que “*John caused the water to boil*” seja uma representação subjacente de “*John boiled the water*”. Isso se dá porque o autor, novamente, busca fugir da crítica de Fodor (sobretudo a presente no artigo de 1970). Então, como tenta justificar a inferência sem o uso do primitivo “CAUSE”, o autor sugere que a estrutura subjacente seria: [x [v [boil y]]], em que “v” é um item não realizado cujo significado tem alguma relação com causalidade. O que o autor faz é substituir “cause” (em caixa-baixa por não estar se comprometendo com a postulação de primitivos conceituais) pelo “vezinho”, inclusive mantendo atrelado ao vezinho a noção de causa.

Para explicar a noção de “causa”, Pietroski recorre à semântica de eventos, segundo a qual em um evento complexo há uma ação que causa um evento. A ideia é de que o vezinho expressa uma relação binária entre essa ação e esse evento, algo que, na abordagem de Jackendoff, é feito por CAUSE. Em uma semântica de eventos, essa relação binária seria estabelecida por um *predicado R*, que determina que *um evento (a ação) resulta em outro evento* (“R” de “relação”, “resultado”). Voltaremos a tratar esse predicado mais adiante.

É importante entendermos o caminho que o autor percorre para justificar a utilização do programa minimalista e da semântica de eventos com o intuito de explicar as verdades analíticas e, por consequência, um tipo de decomposição, o que passa pela tentativa de contornar as críticas de Quine. Pietroski lembra que Quine, assim como Fodor, aceita um tipo de relação analítica, a dita “verdade analítica lógica”, baseada não no léxico não lógico, mas, sim, em propriedades do vocabulário lógico. Assim, para Quine, não há problema em dizer que “*no unmarried man is married*” (“nenhum homem não casado é casado”) é uma verdade analítica, mas haveria problema em dizer que “*no bachelor is married*” (“nenhum solteiro é casado”) é. Como é a inferência do segundo tipo que é posta em discussão, Pietroski afirma, contrariando Quine, que não há diferença entre elas, ou seja, ambas são do tipo lógico. No caso da segunda, a vocabulário lógico está “escondido” (nos termos do autor), e as teorias que ele evoca seriam capazes de demonstrar isso. Na verdade, a perspectiva dos autores mencionados anteriormente também pode ser relacionada com uma intuição segundo a qual há uma relação “escondida” (ou melhor, subjacente) que garantiria a analiticidade; a diferença,

nesse ponto, é a seleção teórica para dar conta do que está subjacente (estrutura conceitual ou programa minimalista associado a semântica de eventos).

O autor, então, depois de deixar claro que não faz parte de sua agenda defender a postulação de primitivos tal como faz Jackendoff (1990) (mas não nega a plausibilidade desse empreendimento), explicita que seu interesse é investigar a relação analítica entre as sentenças envolvidas nas alternâncias causativas, como já mencionado. Para tanto, ele busca contornar as críticas de Fodor, e não se comprometer com a perspectiva de Jackendoff, que debate diretamente com o autor atomista, vai ao encontro disso.

Voltemos ao predicado R. Para Pietroski, as críticas que Fodor (1970) faz em relação à não plausibilidade da definição de “*kill*” como “*cause to die*” não caberiam a essa proposta de compatibilidade entre semântica de eventos e minimalismo. Para explicar isso, lembremos que Fodor demonstra a não correspondência entre “*John killed Mary*” e “*John caused Mary to die*”, já que as duas estruturas operam relações de escopo e sintáticas diferentes. Por outro lado, o que o predicado R faz é justamente estabelecer uma relação de causalidade entre subeventos (eventos inter-relacionados em uma mesma ocorrência eventiva que pode ser denotada por um único verbo) de modo a não depender de uma estrutura com “*caused*” (ou com o primitivo CAUSE), pois essa relação indica uma culminância em que um subevento termina precisamente quando outro começa, não podendo ter os dois subeventos escopos diferentes, diferentemente do que ocorre em “*John caused Mary to die*” com os subeventos de “*caused*” e “*die*”. Em outros termos, para voltarmos ao exemplo anterior, a sentença “*John boiled the water*” teria a seguinte representação com base na perspectiva de uma semântica de eventos segundo Pietroski (2003):

65. $\exists e \exists f [\text{Agent}(e, \text{John}) \ \& \ \text{Terminates-in}(e, f) \ \& \ \text{Boiling}(f) \ \& \ \text{Theme}(f, \text{the water})]$.

Nessa representação, existem um evento *e* e um evento *f*. O primeiro evento *e* e o indivíduo “*John*” são argumento de um agente (esse papel temático funcionaria como um predicado que selecionaria *e* e *John* como argumentos); o segundo evento *f* e o indivíduo “*the water*” são argumentos relacionados ao papel temático de tema; e o predicado “*Terminates-in*” estabelece a relação de culminância entre *e* e *f*. Esse

último predicado é, na verdade, uma reescrita de R utilizada para explicitar a relação de culminância entre os subeventos. Não se trata, portanto, de um predicado eventivo, como seria “CAUSE”, mas de um predicado puramente relacional.

Sobre a base minimalista para explicar a relação analítica, o autor sugere que a configuração transitiva de “boil” em “x *boiled* y” seja o resultado de uma transformação sintática na estrutura básica x [v [boil y]]. O verbo “boil” seria movido para se combinar com o verbo escondido v, formando uma “unidade” na estrutura x [[v-boil]_i][t_iy]], em que t é o marcador de tempo/flexão temporal e a referida unidade é [v-boil]_i (e o i corresponderia ao vestígio deixado pelo movimento). O que o autor faz com base nessa sugestão é associar a v, como já mencionado, a ideia de causalidade. Assim, há uma correspondência entre um núcleo de projeção sintática e uma carga semântica, o que pode ser comparado com as correspondências exigidas na teoria de Jackendoff. Poderia ser alegado que Pietroski prevê que a leitura de causalidade seja permitida apenas depois de a sintaxe fornecer como *output* a estrutura transformada ou não transformada (a depender da configuração sintática da alternância causativa considerada), o que o diferenciaria substancialmente sua proposta da de Jackendoff e dos decomposicionistas mencionados anteriormente, mas Pietroski não deixa isso claro. Ao sugerir que a leitura de causalidade, associada a Terminates-in e a um núcleo sintático abstrato, advém de uma relação analítica, não fica claro se ela não integra um nível abstrato lógico que não seria resultado de uma interpretação semântica posterior à geração da sentença, quando haveria interferências extralinguísticas diversas.

Portanto, a interpretação de causalidade está atrelada ao predicado Terminates-in, que está atrelado ao vizinho. E se levarmos em conta as explicações de Jackendoff (1983; 1990), podemos notar que a proposta de uma estrutura conceitual estabelece algo parecido. Conforme já visto, a estrutura conceitual prevê *chunks*, que dariam conta da não correspondência entre duas estruturas como “*John boiled the water*” e “*John cause the water to boil*” ao sugerir que são estruturas superficiais diferentes e não haveria por que concluir que uma estrutura subjacente, como a conceitual, teria o mesmo comportamento de uma estrutura superficial. Desse modo, a relação de culminância poderia ser explicada pelos *chunks*, que colocariam dois subeventos em uma mesma condição referente a relações sintáticas e de escopo. Em outros termos, a proposta de estruturas conceituais também explica a relação analítica entre “*John boiled the water*” e “*The water boiled*” por

meio de um nível subjacente em que uma relação entre subeventos não permitiria que estes se comportassem como eventos relacionados a predicados independentes sintaticamente. Além disso, se R (Terminates-in) remete à ideia de causalidade, esse predicado, no que se refere às críticas de Fodor, não se diferencia substancialmente de um primitivo conceitual como CAUSE.

Assim, dizer que há um elemento abstrato que relaciona subeventos em uma estrutura lexical interna, e dizer que essa relação é de causalidade, equivale a manter o primitivo CAUSE, que Pietroski não quis corroborar para contornar as críticas de Fodor. Poderia ser defendido que a proposta de Pietroski é diferente da dos decomposicionistas anteriormente em um aspecto capaz de contornar as críticas de Fodor. Seria o caso de sugerir que uma perspectiva semântica, com auxílio da semântica de eventos, só estaria sendo tratada depois de considerar o que a sintaxe apresenta como *output*, ou seja, a leitura de causalidade derivada da postulação do predicado R não faria parte da geração da sentença. Porém, Pietroski não deixa isso claro, e ao atrelar esse predicado relacional com leitura de causalidade a um elemento como o núcleo funcional abstrato do vizinho permite interpretar que uma questão semântica, mais precisamente a respeito da relação eventiva, está presente na geração da sentença, o que é defendido por Jackendoff e os demais decomposicionistas conceituais tratados anteriormente. Além disso, ao afirmar que sua proposta dá conta da analiticidade, Pietroski sugere que todas as perspectivas teóricas que busca compatibilizar contribuem para a geração do significado em um nível abstrato, dito “lógico”, subjacente à estrutura superficial.

O predicado abstrato sugerido por Pietroski estabelece, então, uma relação de acarretamento entre subeventos, função que Chomsky (2003, p. 305)¹⁰⁶ afirma que um primitivo semântico poderia desempenhar:

It is to be expected that however restricted, semantic primitives (whether taken to be lexical “atoms,” or components of them) do not determine “meaning” or “perfect paraphrase” as such terms are commonly understood, even if they do determine such semantic relations as entailment.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Lembremos que o texto de Pietroski (2003), assim como os demais na coletânea *Chomsky and his Critics*, é uma espécie de provocação a Chomsky, que faz a réplica no mesmo livro.

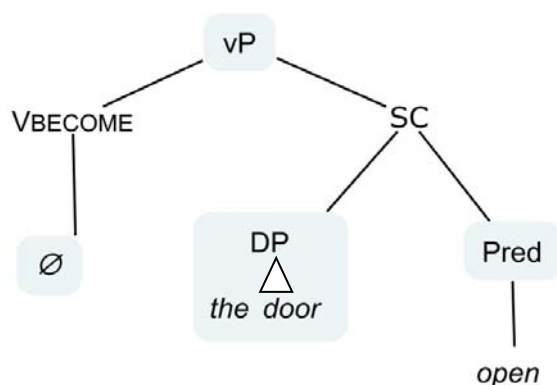
¹⁰⁷ “é esperado que, embora restritos, os primitivos semânticos (se tomados como ‘átomos’ lexicais ou componentes deles) não determinam o ‘significado’ ou a ‘paráfrase perfeita’ como tais termos são normalmente entendidos, mesmo que eles determinem relações semânticas como a de acarretamento.” (Tradução nossa).

De modo geral, Chomsky (2003) reconhece que a proposta de Pietroski é promissora, mesmo com problemas técnicos a serem resolvidos/esclarecidos. Por exemplo, ele não concorda que tais primitivos semânticos (ele se refere aos predicados abstratos sugeridos por Pietroski) determinem o significado das sentenças e a relação entre elas, mas apenas algumas relações de acarretamento, o que garantiria a analiticidade. Porém, Chomsky afirma que a visão de Pietroski a respeito da analiticidade é problemática uma vez que é proposta com base em decomposição lexical, o que não seria válido para Quine. Convém observar, então, que a crítica de Fodor, já comentada anteriormente, às inferências ditas “analíticas” decorrentes de decomposição lexical valem também para a proposta de Pietroski. Por outro lado, como essa proposta não é declarada como compartilhando pressupostos com a semântica conceitual, não iremos considerá-la diretamente na problematização apresentada no capítulo seguinte, ainda mais porque ela estaria no limite do debate conforme recortado por nós.

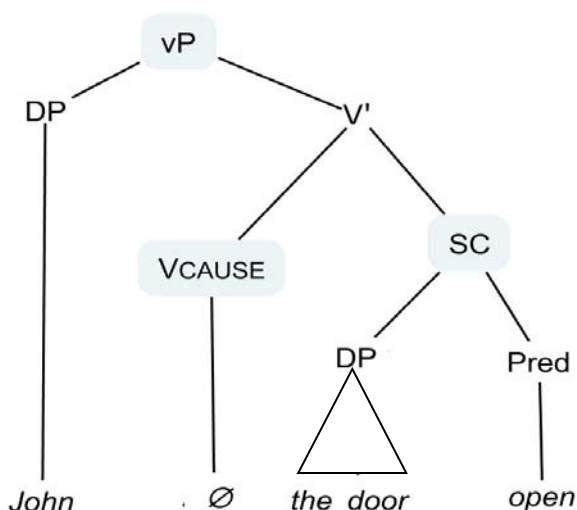
4.4.2 Fora do debate

Uma alternativa de análise das intuições que corroboraram a postulação de alguns primitivos conceituais como CAUSE e BECOME é, diferentemente do que faz Pietroski, tratá-los apenas no nível da sintaxe, o que passou a ser feito dentro da perspectiva minimalista por diversos autores (KRATZER, 1996; BLANCO, 2011; HARLEY, 2012, entre outros). Nesse sentido, o que era um primitivo conceitual/semântico passa a ser um núcleo funcional, como na representação do item “*open*” (“abrir”), em construções de alternância causativa, sugerida por Harley (2006, p. 27):

66.a Estrutura não causativa



66.b Estrutura causativa



A importância de comentar essa perspectiva¹⁰⁸ é apenas de demonstrar como algumas observações de decomponistas passaram a ter uma releitura não conceitual, o que passa a não fazer parte do debate cujo tratamento é nosso objetivo principal. De todo modo, não é à toa que a terminologia (CAUSE, BECOME) é, em parte, a mesma (considerando, ainda, que BECOME não é sugerido como complemento de CAUSE), pois busca dar conta, pelo menos em parte, da mesma intuição: de que a correlação entre as formas causativas e não causativas de um item verbal é dada por algum elemento subjacente não necessariamente realizado na estrutura superficial. Porém, ao considerar CAUSE e BECOME apenas como

¹⁰⁸ Já assinalada de certo modo em Chomky (1995).

núcleos funcionais de projeção sintática, tal proposta pode até ser compatível com uma perspectiva atomista. Harley (2012, p. 31) diz exatamente isso depois de explicar sua perspectiva: “um atomista poderia perfeitamente aceitar seriamente as conclusões do presente trabalho [da autora] e manter a posição atomista”¹⁰⁹. Essa compatibilidade, que deixa claro o limite transpassado de nossos objetivos de análise, poderia ser tema de outro trabalho que não o nosso.

Assim, evitamos a confusão entre esse tipo de proposta e a perspectiva que se contrapõe ao atomismo conceitual no debate que é nosso objeto de análise. No entanto, poderíamos mencionar outras perspectivas que não participariam do debate aqui tratado, como a de Dowty (1979), mas a tratada brevemente nesta subseção já ilustra minimamente as propostas que, caso não postulem estruturas semânticas subjacentes que representem o conceito lexical na mente como algo complexo e formado por primitivos abstratos, mobilizariam outros problemas e discussões diferentes dos elencados neste trabalho.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

É possível fazer algumas considerações importantes sobre este capítulo à luz das observações dos capítulos anteriores. A defesa do decomposicionismo conceitual em relação ao que compõe os conceitos e a “linguagem do pensamento” herda a noção de analiticidade, apesar de não se preocupar, em termos gerais, com a problematização em torno dessa noção. A relação entre um conceito lexical e sua estrutura conceitual é uma relação analítica, e os problemas em relação ao que é “analítica” passam a estar presentes no horizonte do decomposicionismo conceitual. O que era dito como a “verdade em virtude do significado/sentido” passa a ser revisto como a “verdade em virtude da estrutura conceitual”, o que não resolve os problemas a respeito da analiticidade tal como apontava Quine.

O problema básico da circularidade, por exemplo, ainda não é resolvido: para a discussão promovida por Quine, “analítico” carece de explicação, já que supostamente estaria relacionado a uma relação de sinonímia, e “sinonímia” seria um conceito explicado pela analiticidade; para a discussão que nos interessa diretamente, a respeito do decomposicionismo conceitual, um conceito lexical

¹⁰⁹ No original: An atomist could perfectly seriously accept the conclusions of the present work and retain the atomistic position.

corresponderia a alguns primitivos conceituais estruturados, e tais primitivos seriam justificados precisamente pelos itens lexicais e as relações que eles promovem. Nesse sentido, a dificuldade em defender a existência dos primitivos conceituais está no fato de eles serem estipulados nas relações lexicais (sintagmáticas e paradigmáticas), mas não serem essas relações em si, já que funcionariam como itens lexicais abstratos. Primitivos e itens lexicais mantêm uma relação parte-todo e se explicam, em parte, mutualmente. Essa circularidade, por outro lado, é apenas parcial, já que as relações promovidas pelos primitivos (entre subeventos, por exemplo) os diferencia dos itens lexicais reconhecidos nas estruturas superficiais, já que tais relações capturam generalizações não evidentes superficialmente. Porém, se são relações (como a paradigmática que agrupa verbos causativos ou verbos de mudança de estado) que dão conta dessas generalizações e não os primitivos conceituais, ainda seria preciso justificar esses primitivos. Em outros termos, ainda deve ser explicado o que um primitivo conceitual faz que a mera estruturação de relações entre itens lexicais não faz, o que talvez pudesse ser contemplado por uma espécie de sintaxe.

Já sobre as repostas às críticas de Fodor desenvolvidas em parte com base em sua visão quineana, talvez a mais compartilhada como um pressuposto entre os decomposicionistas seja a aparente não plausibilidade de um atomismo léxico-conceitual: não seria possível todos os conceitos simples (incluindo “maçaneta” e “carburador”) serem inatos; logo, um número menor de itens conceituais inatos, como os primitivos, corresponderia a uma proposta mais aceitável. Porém, nesse pressuposto decomposicionista (muitas vezes não explicitado, provavelmente pelo aparente caráter de “obviedade”), não estão sendo considerados os argumentos de Fodor sobre a ativação dos conceitos, que são compartilhados pelos falantes, ocorrer sempre na relação com experiências específicas (um falante, quando tem uma experiência pela primeira vez com um carburador e aprende a associá-lo à palavra “carburador”, não tem em sua mente o conceito de “maçaneta” ativado, por exemplo, e se tivesse, algo de errado haveria com sua competência cognitiva/linguística).

Outro ponto não considerado pela réplica decomposicionista é o pressuposto por trás do argumento de Fodor sobre a não correspondência entre um item lexical e sua paráfrase em termos de definição/estrutura conceitual. Como vimos, para Jackendoff e Pinker (e, por consequência, isso acaba fazendo parte dos

pressupostos não problematizados dos decomposicionistas que se baseiam nesses autores, cuja importância tem uma dimensão considerável na perspectiva em questão por dar-lhe suporte com um número expressivo de trabalhos), o argumento de que não há correspondência entre “kill” e [CAUSE [BECOME DEAD]] teria como origem uma incompreensão sobre a estrutura conceitual, que não precisa ter o mesmo comportamento da estrutura superficial. Nesse sentido, Fodor não estaria considerando um pressuposto básico entre os decomposicionistas quando demonstra que dois itens lexicais com complexidades estruturais conceituais diferentes não são processados de modo diferente (pelo menos no que se refere ao tempo e à dificuldade de processamento por um falante). Porém, lembremos que Fodor *et al.* (1980) sugere algumas condições para que uma proposta decomposicionista seja plausível; entre elas, a necessidade de as extensões das expressões na base de primitivos serem fixadas sem mais apelo para a noção de definição, o que requer clareza em relação ao modo como os primitivos referem.

Porém, esses primitivos conceituais, como elementos abstratos estipulados com a justificativa de haver algumas generalizações a respeito do comportamento lexical, ainda carecem de esclarecimento a respeito de suas extensões (a esse problema sobre o que um primitivo semântico significa/se refere, Dowty, 1979, p. 97, chamava, antes do desenvolvimento da perspectiva teórica das estruturas conceituais, de “dilema metodológico”, algo que ainda persiste na proposta da semântica conceitual). Um meio para possibilitar essa clareza seria estipular que um primitivo conceitual tem sua extensão fixada do mesmo jeito que um item lexical, ou seja, não haveria diferença entre os dois nesse aspecto. O que Fodor faz é considerar um cenário teórico para as decomposições lexicais o mais plausível possível, mesmo que, na visão dele, ainda inconsistente. O contrário, isto é, dizer que um primitivo conceitual não pode ser pareado com estruturas linguísticas concretas no que se refere à extensão impossibilitaria qualquer crítica como a de Fodor, já que não é possível criticar algo que não temos clareza sobre o que significa, mas que tem a existência pressuposta pelo grupo de decomposicionistas cujo trabalho tem um corpo relativamente grande (as estruturas conceituais permitem descrever muitos itens lexicais, o que resultou em diversos trabalhos de extensa descrição lexical, como o de Levin, 1993; o do projeto VerbNet (2016)¹¹⁰; o

¹¹⁰ Disponível em: <<http://verbs.colorado.edu/verb-index>>.

de Sotelo, 2015; e de Cançado *et al.*, 2013). Essa existência pressuposta remete (ou herda) ao que Quine dizia a respeito do grau de aceitabilidade do “dogma” da analiticidade.

5 OS DEBATEDORES E A CONTROVÉRSIA

Este capítulo tem o objetivo de analisar algumas características do debate e das perspectivas em conflito, considerando alguns argumentos do decomposicionismo e do atomismo conceituais (delimitados conforme nosso recorte) relevantes para entendermos o que está em disputa e identificarmos alguns pontos fundamentais que geram impasse. Defenderemos, assim, depois de retomarmos o quadro do debate, que ele deve ser visto, para entendermos melhor o conflito que ele coloca, como uma condição em que “trocas polêmicas” (DASCAL, 1998) emergem de tal modo que não é possível uma solução objetiva, isto é, não é possível aceitar, de modo consensual, qual posição é a “certa” ou está mais próxima de estar certa, o que faz com que o debate possa ser caracterizado como uma “controvérsia”.

Para tanto, na primeira parte, buscaremos organizar algumas considerações gerais a respeito das semelhanças e das diferenças/divergências entre as duas perspectivas, tecendo um quadro do debate. Sobre as semelhanças, consideraremos alguns objetivos e pressupostos em comum, que colocam os interlocutores do debate em uma situação de “disputa” para ocupar o mesmo lugar epistemológico (o lugar da melhor explicação sobre a “linguagem do pensamento” e dos conceitos subjacentes à semântica das línguas naturais). Sobre as diferenças e divergências, de onde surge o debate propriamente dito, trataremos de alguns pontos em relação à construção teórica e à constituição argumentativa das duas posições conflitantes. Nessa caracterização geral do quadro do debate, levaremos em conta alguns elementos discutidos na literatura em filosofia da ciência, como a “falseabilidade”, conforme Popper a entendia, e a “ciência normal”, como Kuhn (2013)¹¹¹ a considerava, mas sem endossar completamente o pensamento geral desses dois autores nem problematizar as tensões entre eles em nosso procedimento de análise do debate em questão¹¹². O propósito dessa caracterização não é defender uma postura normativista em relação às teorias em debate (ou seja, não é defender que uma teoria precisa ser claramente falseável para ser aceitável),

¹¹¹ Edição original de 1970.

¹¹² Outros autores dentro da tradição sobre epistemologia, como Feyerabend e Lákatos, poderiam também ajudar a entendermos esse quadro. Porém, os mencionados tratam diretamente de elementos emergem da discussão que vimos tendo neste trabalho. Por outro lado, Popper e Kuhn terão relevância apenas pontual na descrição desse quadro.

mas levantar algumas questões que esclareçam o posicionamento dos interlocutores do debate em um levantamento inicial que será útil para a sequência.

Posteriormente, em razão de considerarmos insuficientes (mas não irrelevantes) as perspectivas como de Popper e de Kuhn para a elucidação de elementos pertinentes relacionados ao debate¹¹³, proporemos uma discussão que supera (mas não descarta) a análise de argumentos lógicos e de constatação empírica ao nos basearmos na perspectiva de Dascal (1998a; 1998b; 2005) a respeito das “controvérsias”. Desse modo, será possível tratarmos do debate com mais propriedade, levando em conta as trocas conversacionais que constituem a defesa de um posicionamento perante outro concorrente. Esse viés, alicerçado na perspectiva pragmática de Dascal, será capaz de demonstrar que o conflito analisado aqui, da maneira como está posto, não se encaminha para uma solução exata (a não ser que a configuração do debate se altere), mas para a continuação da construção de argumentos por ambos os lados.

No entanto, a discussão desenvolvida aqui, mesmo que não tenhamos a pretensão de apresentar uma solução para o debate, apontará para uma alternativa de discussão que pode ser incorporada na preocupação de quem busca fundamentar ou analisar qualquer um dos posicionamentos em debate ou o debate em si. Assim, por quisermos esclarecer algumas questões em aberto que travam o debate, iremos sugerir duas chaves de análise capazes de esclarecer impasses estruturantes do conflito entre as duas perspectivas, sendo uma a questão da analiticidade (sua problematização em relação à sua justificativa) e outra as alegações de mal-entendido (tal como DASCAL, 2005, as entende) feitas por ambos os lados e os mal-entendidos propriamente ditos. Desse modo, alcançaremos o objetivo de esclarecer alguns impasses centrais que caracterizam o debate.

5.1 QUADRO GERAL DO DEBATE

Como foi nosso objetivo, nos capítulos anteriores, tratarmos apenas as características das perspectivas teóricas relevantes para uma compreensão geral e uma consideração de elementos pertinentes para o debate entre elas, também o

¹¹³ Outros autores que tratam de questões epistemológicas poderiam ser considerados, obviamente, mas, para uma discussão inicial com o propósito de fazermos uma caracterização geral do quadro do debate, as perspectivas dos dois autores foram suficientes para que algumas questões que julgamos relevantes para o debate emergissem.

debate não será tratado de modo exaustivo, pois selecionaremos aqueles elementos que consideramos chave para a compreensão do conflito teórico. Com esse objetivo, retomaremos alguns pontos iniciais que colocam as duas perspectivas em uma situação de concorrência para, depois, tratarmos de suas divergências/diferenças.

5.1.1 Semelhanças e convergências

Ambas as perspectivas buscam explicar o que seriam os “conceitos” e qual é a participação deles na “linguagem do pensamento” (expressão utilizada por FODOR, 1975) ou no “mentalês” (como diria PINKER, 2008, mas esse termo também é usado por FODOR, 2008), um nível de representação subjacente à semântica das línguas naturais. Para as duas perspectivas, então, haveria uma linguagem mental que estabeleceria o conteúdo semântico, o que ocorreria de modo gerativo (não necessariamente no sentido chomskyano), pois haveria elementos e regras de formação finitas que possibilitariam infinitos arranjos conceituais.

Essa aproximação é crucial para entendermos uma das razões do debate. É porque há objetivos e assunções em comum desse tipo que surge o conflito, pois as duas perspectivas acabam por disputar um espaço de tentativa descritiva/explicativa específico. Mesmo com entendimentos tão diferentes sobre o que são os conceitos, como eles são formados e como formam unidades composicionais, ao pressuporem que há “conceitos”, processos de arranjos conceituais e estruturas subjacentes à semântica das línguas naturais, os autores dos dois lados observam a pertinência de considerarem uns aos outros, conforme Pinker (2008) deixa claro ao afirmar precisar levar em conta um livro chamado “A linguagem do pensamento” (FODOR, 1975), já que teoriza justamente sobre a noção de “linguagem do pensamento”. É em parte devido a essa dimensão de objetivos em comum que surge a tensão originada no debate.

Entre as considerações em comum, merece destaque que as duas perspectivas dão relevância ao componente gerativo. Mesmo que Fodor (1980) estivesse relativamente alinhado em certo momento com a perspectiva chomskyana (como indica o debate com Piaget) e os teóricos decomposicionistas da semântica conceitual sejam herdeiros de pressupostos da semântica gerativa, corrente teórica não endossada por Chomsky (RONAT, 1977), ou seja, mesmo com alinhamentos diferentes, as duas perspectivas se dizem gerativas para explicarem a produção de

significados. Da mesma maneira, as regras de arranjos de conceitos, ditas finitas, assim como os elementos primitivos manipulados por elas (diferentes para as duas perspectivas), são inatos. Desse modo, os dois lados do debate levam em conta, ainda que de maneiras diferentes, elementos de uma perspectiva gerativa e inatista de discussões a respeito da cognição que ganharam corpo após a “virada cognitiva” da década de 1950 (R. PUTNAM, 1987). Outras semelhanças poderiam ser apontadas, mas essas já demonstram o quão os debatedores em questão concorrem em meio a postulações e objetivos aparentemente em comum.

Na sequência, trataremos do que é mais relevante para nossos objetivos, as diferenças e as divergências das perspectivas, elementos que dão corpo ao debate propriamente dito e que, por isso, serão alvo maior de nossa atenção.

5.1.2 Diferenças e conflitos em termos de falseabilidade

Um critério inicial para compreendermos uma das diferenças entre as duas perspectivas conflitantes – uma, atomista, centralizada nos trabalhos de Fodor (1970; 1975; 1980; 1981; 1992; 1994; 1998; 2003; 2008), e a outra, decomposicionista, baseada em trabalhos em semântica conceitual de diversos autores, com destaque para Jackendoff (1983; 1987a; 1987b; 1990; 1995; 2002), Pinker (1989; 2008), Levin (1993), e Levin e Rappaport (1995) (sendo esses autores, principalmente os dois primeiros, nossa base de referência para a perspectiva) – é o caráter de *falseabilidade*. Popper (1980, p. 4) afirmara que “[t]oda teoria científica boa é uma proibição: ela proíbe certas coisas de acontecer. Quanto mais uma teoria proíbe, melhor ela é.” O autor, ao dizer isso, referia-se ao problema de algumas teorias não se mostrarem possíveis de serem refutadas e de elas darem conta de uma excessiva quantidade de explicações. Em outros termos, uma teoria que não pode ser falseada em nenhuma condição possível, isto é, sobrevive como verdadeira em qualquer situação, não pode, portanto, ser verificada. Longe de reforçar um posicionamento nomativista segundo o qual as teorias “têm de ser assim”, mas assumindo que a falseabilidade tem um papel distintivo importante na ciência (mesmo em um plano ideal que norteia uma visão de ciência), essa ideia nos é útil para demonstrar algumas características relevantes das perspectivas em questão.

O atomismo léxico-conceitual de Fodor parece não ter problemas de se adequar a esse critério. Se um determinado conceito simples corresponde a um determinado item lexical, o que faz de um item lexical um átomo conceitual, então bastaria encontrarmos uma unidade conceitual menor para que a tese do autor fosse refutada. Lembremos que o próprio autor (FODOR, 1975) apresenta algumas condições que poderiam falsear sua proposta, condições essas que diriam respeito à identificação de uma estrutura conceitual interna a um item lexical por meio da análise do escopo de um advérbio (se esse escopo poderia alcançar apenas uma suposta parte, um primitivo abstrato, desse conceito) ou da retomada pronominal de apenas um desses primitivos abstratos.

Outra condição que poderia falsear sua tese atomista seria a diferença de processamento entre um item lexical mais complexo (com mais primitivos em sua estrutura interna) do que outro (como um item simples, com apenas um primitivo em sua estrutura). O autor (FODOR, 1980), após fazer uma série de testes, acaba por demonstrar que essa diferença não é verificada, ou seja, não haveria diferença no tempo de processamento entre um item como “*kill*”, supostamente mais complexo em relação a uma suposta estrutura conceitual, e um item como “*die*”, supostamente menos complexo. Desse modo, mesmo tendo por foco se posicionar contra o decomposicionismo léxico-conceitual nessas considerações, Fodor deixa claro que sua proposta poderia ser falseada em várias situações (mas, conforme a sua defesa, isso não chegou a ocorrer).

A argumentação de Fodor, em relação a essas considerações, poderia ser descrita resumidamente da seguinte maneira:

- Condições de falseamento do atomismo conceitual: evidências de que há estruturas conceituais.¹¹⁴
- Se atomismo → ~decomposicionismo
- Se decomposicionismo → ~atomismo
- Há condições em que o atomismo seria falseado.
- Condições de falseamento não verificadas → Evidência para o atomismo e não plausibilidade do decomposicionismo.

¹¹⁴ Isso não provaria a “verdade” da proposta decomposicionista, já que, seguindo a perspectiva popperiana, uma teoria não pode ser dita como “verdadeira”; apenas pode ser dita, se houver condições para isso, como “falsa”.

Essa descrição emerge do discurso de Fodor, não sendo explicitada dessa forma (apesar de ficar relativamente clara em seus textos). Não se baseia inteiramente em relações lógicas, mas se sustenta empiricamente por meio de evidências aparentemente plausíveis. Na primeira parte, como já dito, o autor demonstra condições de falseamento de sua teoria. A segunda e a terceira parte dessa descrição aparecem em vários de seus textos (de maneira explícita, aparece no texto de 1998) e evidencia a incompatibilidade das duas perspectivas, o que implicaria, caso uma fosse verdadeira (ou próxima disso), que a outra fosse falsa (ao desqualificar a proposta concorrente, o autor, portanto, está respaldando a sua). A penúltima parte, seguindo a proposta de Popper, seria evidenciada pelas condições de falseabilidade comentadas anteriormente. Por fim, segundo Fodor, nenhuma dessas condições é verificada, o que coloca automaticamente em xeque a proposta decomposicionista (com base nas duas primeiras partes), fazendo com que o atomismo surja como alternativa mais sólida.

Lembremos que Fodor, ao seguir essa linha de raciocínio e ao se referir a seus opositores, sugere paralelamente algumas condições para que uma proposta decomposicionista seja aceita, e ser falseável seria uma delas (apesar de o autor não deixar isso explícito, nas condições que ele sugere e no decorrer de seus textos isso pode ser compreendido como relevante). Disso pode ser inferido uma subcrítica implícita: se a proposta decomposicionista não está de acordo com essas observações, ela já é problemática de saída. Vejamos como isso pode ser verificado no discurso de decomposicionistas.

As duas últimas partes do resumo apresentado sobre a argumentação de Fodor, que tratam sobre a falseabilidade, requerem análise com mais atenção por serem mais contestáveis (não há polêmica, em relação aos debatedores, a respeito das três primeiras partes). Para tanto, lembremos o que Jackendoff (1988) e Pinker (2008) afirmam. Conforme exposto no quarto capítulo, para rebater a crítica de Fodor, os autores se utilizam do conceito de *chunk*. Retomando o que querem dizer com tal conceito, *chunk* seria uma espécie de agrupamento de primitivos, que formariam uma estrutura conceitual complexa processada como uma unidade, tal como ocorreria com uma estrutura conceitual simples, formada por apenas um primitivo. Isso explicaria a falta de diferença no processamento (em relação a tempo e a dificuldade por parte do falante) entre “*kill*” e “*die*” (“*kill*” corresponderia a um

chunk dos primitivos CAUSE, BECOME e DIE, o que o faria ser processado da mesma maneira que “*die*”).

É importante localizar esse argumento porque, de modo geral, ele aparece disperso e difuso nos trabalhos decomposicionistas conceituais sob a seguinte forma aproximada: um primitivo e uma estrutura conceitual de primitivos não têm o mesmo funcionamento que um item lexical, pois são elementos presentes em níveis diferentes de abstração. Isso não costuma ser problematizado nos trabalhos de decomposicionistas conceituais (LEVIN, 1993; VERBNET (2016); SOTELO, 2015; CANÇADO et al., 2013, entre outros), o que parece estar relacionado a certa “obviedade” que não precisaria de uma discussão extensa. Seria óbvio (e isso Pinker, 2008, parece sugerir ao dizer que a proposta de Fodor está relacionada à falta de bom senso), então, que uma estrutura conceitual abstrata não tem de ser processada como uma estrutura formada composicionalmente por itens lexicais, e o conceito de *chunk* daria conta disso.

Porém, como comentado no quarto capítulo, o poder explicativo dos *chunks* é relativamente grande, o que, em uma perspectiva popperiana, não é uma qualidade teórica. Eles podem dar conta de qualquer caso de falta de verificação empírica das estruturas conceituais: como o que temos concretamente são itens lexicais e estruturas formadas composicionalmente por eles, só seria possível verificar algo por meio de análises que considerassem itens lexicais isolados e/ou presentes em sentenças, mas qualquer problema para a proposta decomposicionista apontado com base nessas análises seria rebatido com a postulação de que as estruturas conceituais funcionam sem se espelharem na estrutura superficial, sendo que uma estrutura lexical concreta e composicionalmente formada opera não com primitivos isolados, mas com *chunks*, cuja dimensão estrutural é abstrata e não seria identificável facilmente. Em outros termos, em razão da proposta de *chunks* poder responder qualquer problema imaginado a respeito de qualquer incompatibilidade sugerida entre uma estrutura superficial e uma estrutura conceitual, ela não pode ser falseada.

Como já havíamos adiantado, não se trata de seguir uma perspectiva normativista e excluir uma perspectiva teórica do rótulo de “ciência” por não contemplar condições de falseabilidade. Nosso intuito, com esse apontamento, é demonstrar que, por algum motivo, uma perspectiva teórica, mesmo com problemas

em termos popperianos, não tem problemas de sobrevivência e desenvolvimento. É preciso, então, ir além da perspectiva de Popper para explicar esse quadro.

5.1.3 Diferenças e divergência em termos de comunidade científica e paradigma

Outro aspecto relevante que diferencia as duas perspectivas teóricas conflitantes é a caracterização de uma “comunidade científica”, conforme entendimento de Kuhn (2013), relacionada a apenas uma delas. Para esse autor, quando uma ciência atinge determinado grau de maturidade, um conjunto de “paradigmas”, isto é, de leis, teorias, aplicações e instrumentações (KUHN, 2013, p. 72-73), são compartilhados por um determinado grupo de pesquisadores (a “comunidade científica”). Os paradigmas e a comunidade científica estão relacionados a uma relativa estabilidade, o que poderia ser interrompido por uma revolução científica (o que não é o caso em relação a nenhuma das perspectivas concorrentes, não sendo relevante, portanto, para nossa análise do debate).

Podemos relacionar essa ideia de comunidade científica e conjunto de paradigmas à perspectiva decomposicionista da semântica conceitual (KUHN, 2013, p. 73, diz que o padrão relacionado às comunidades científicas e aos seus paradigmas podem ser aplicados em diferentes dimensões; nesse caso, estamos aplicando a um grupo de pesquisadores que segue uma determinada linha teórica). Como havíamos comentado no capítulo anterior, autores como Jackendoff (1983; 1987a; 1987b; 1990), Pinker (1989; 2008) e Levin (1993) são representativos da perspectiva decomposicionista que ficou conhecida como “semântica conceitual”, tanto é que foram a base de nossa exposição; no entanto, há toda uma comunidade de pesquisadores que segue procedimentos de análise similares (BEAVERS, 2008, CANÇADO et. al, 2013; SOTELO, 2015; VERBNET, 2016, entre outros). Essa comunidade, cuja base tem certa centralidade nos trabalhos de Jackendoff (todos os considerados neste trabalho citam e/ou se baseiam no autor), compreende pesquisadores que compartilham o pressuposto teórico decomposicionista conceitual, de que os itens lexicais podem ser relacionados a estruturas conceituais formadas por primitivos abstratos.

Como, para Kuhn, paradigmas relacionam pesquisadores em uma mesma comunidade, para dizer que há uma comunidade de decomposicionistas conceituais é preciso demonstrar que seus integrantes compartilham os mesmos paradigmas. A

primeira característica dos paradigmas – o conjunto de formulações teóricas pressupostas – é verificada nos trabalhos mencionados, como já dito. Além disso, os procedimentos de análise, baseados em propostas (algumas vezes exaustivas) de estruturas conceituais de primitivos para representar significados de itens lexicais, são comuns a todos os autores decomposicionistas considerados por nós. A produção relativamente grande desse tipo de trabalho pode sugerir que os paradigmas que a perspectiva compartilha são “bem-sucedidos” (nos termos do autor).

Para Kuhn (2013, p. 88), os paradigmas adquirem uma condição de bem-sucedidos quando conseguem resolver melhor alguns problemas que seus competidores. Porém, é difícil reconhecer, no caso do debate tratado por nós, que uma perspectiva resolve melhor o problema sobre em que consiste os conceitos que compõem a linguagem do pensamento subjacente à semântica das línguas naturais do que outra (a atomista). Por outro lado, é possível dizer que a solução decomposicionista permite uma profusão maior de análises, conforme o volume considerável de trabalhos sobre descrições de estruturas conceituais. A condição de “bem-sucedido”, nesse caso, não se dá necessariamente pela melhor resolução, em termos lógicos, de um problema, mas pela maior possibilidade de propostas de análise (nesse caso, há questões sociológicas envolvidas relacionadas à produção cujo tratamento requer um trabalho à parte – no momento, apenas iremos apontar que tais questões estão implícitas no termo “comunidade científica” e comentadas de modo disperso no texto de Kuhn). Em outros termos, como diz o próprio Kuhn (2013, p. 80), “para ser aceita como paradigma, uma teoria deve parecer melhor que suas competidoras [e o volume de trabalhos contribui, no caso da perspectiva decomposicionista, para essa aparência], mas não precisa (e de fato isso nunca acontece) explicar todos os fatos com os quais pode ser confrontada”.

O grau de maturidade a que uma determinada ciência (ou perspectiva teórico-científica) chega para se relacionar a uma comunidade que compartilha determinados paradigmas corresponde ao que Kuhn (2013) chama de “ciência normal”. De acordo com Kuhn (2013, p. 89), a ciência normal

Não tem como objetivos trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias; frequentemente mostram-se intolerantes com aquelas inventadas por outros. Em vez disso,

a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma.

Logo após apresentar essas características, o autor reconhece que talvez elas sejam defeitos, mas que são essenciais para os pesquisadores focarem-se em uma parcela da natureza com profundidade e de uma maneira detalhada. É isso que os decomposicionistas conceituais buscam fazer ao detalhar diversas descrições possíveis das estruturas conceituais (o que resulta em compêndios como os de LEVIN, 1993; CANÇADO et al., 2013; e VERBNET, 2016). Por outro lado, isso leva esses pesquisadores (todos os mencionados, com exceção de Jackendoff e Pinker, que buscam discutir a perspectiva teórica e debater com seus opositores) a desconsiderar ou ignorar a concorrência atomista (não chegam nem a mencionar em suas referências os textos de Fodor, mesmo que tais textos tratem em grande parte das propostas decomposicionistas – apesar de esse tratamento ser, obviamente, em tom crítico –, o que remete ao que Kuhn diz sobre um grupo dentro de uma perspectiva de ciência normal frequentemente ser intolerante a ideias diferentes). Essa dimensão do paradigma, de desconsiderar problematizações teóricas novas e se ater aos procedimentos e pressupostos compartilhados pela comunidade científica, assemelha-se à ideia de “dogma” utilizada por Quine e tratada no segundo capítulo, segundo a qual a analiticidade é pressuposta sem ser problematizada.

As mesmas considerações não valem para a perspectiva de Fodor. A voz desse autor tem, apesar do confronto com os decomposicionistas, outro tipo de lugar teórico, que pode ser caracterizado como uma intersecção entre a filosofia da mente e a filosofia da linguagem. Se levarmos em conta uma noção de senso comum que diferencia filosofia de ciência considerando uma menos específica do que a outra, ou se nos basearmos em Kuhn, que considera que uma não se encaminha para a formulação de paradigmas e de comunidade ao passo que a outra sim, não é de se esperar que uma perspectiva como a de Fodor possa corresponder à ideia de “ciência normal”, apesar de estar em confronto com uma perspectiva que corresponda. Portanto, o debate em análise neste trabalho se configura como assimétrico, contrapondo vozes de lastros diferentes, o que pode causar certas tensões baseadas no não entendimento mútuo.

O debate ocorre por meio de trocas conversacionais, que se baseiam, em parte, nessa falta de entendimento. Em razão disso, para avançarmos em nossa

análise, precisamos considerar essas trocas em si, o que será feito na próxima seção.

5.2 TROCAS POLÊMICAS E CONTROVÉRSIAS

Uma das razões de as posições descritivistas e normativistas dominantes na filosofia da ciência na segunda metade do século XX (posições essas influenciadas, em certa medida, por Popper e Kuhn) estarem presas em uma espécie de empasse, algo que as tornaria insuficientes para tratarem de aspectos relevantes do fazer científico, segundo Dascal (1998b, p. 147), é o fato de elas terem negligenciado o papel das controvérsias. Em uma noção introdutória, que será estendida na sequência, “controvérsias” são trocas conversacionais polêmicas que marcam, de uma determinada maneira, uma divergência em um debate, o que é crucial, segundo o autor, para a ciência. Sendo “trocas conversacionais”, elas requerem uma perspectiva pragmática para serem analisadas, o que é atendido pela proposta de Dascal (1998a; 1998b; 2005) por meio da aplicação de noções pragmáticas desenvolvidos para uma análise da conversação.

O uso de uma perspectiva pragmática para analisar as trocas polêmicas, que dão corpo aos debates, é justificada pela insuficiência de uma abordagem estritamente semântica/lógica¹¹⁵. Como diz Dascal (2005, p. 302), explicações semânticas a respeito das trocas polêmicas (mais especificamente, das controvérsias) geralmente se limitam a caracterizações em termos de presença ou ausência de relações lógicas entre as afirmações feitas pelos debatedores. Esse tipo análise, criticado por Dascal por ser abstrato demais, é exemplificada pela proposta de Nowakowska (1985, p. 138 *apud* DASCAL, 2005, p. 302), segundo a qual as trocas conversacionais polêmicas, pelo menos as ditas “controvérsias”, resumem-se a um conjunto de afirmações verificáveis de modo preciso não compatível com outro conjunto de afirmações também verificáveis de modo preciso de tal modo que surge uma inconsistência entre os dois conjuntos a ser “resolvida” por uma mudança pontual de posicionamento. Essa proposta estritamente semântica, segundo Dascal, deixa de considerar que uma controvérsia real nunca se resume a uma única diferença de opinião verificada sobre uma determinada questão, já que a

¹¹⁵ Em certo sentido, parte da perspectiva de Popper também poderia ser considerada insuficiente pelo mesmo motivo, já que o critério da falseabilidade é formulado logicamente.

discordância ocorre em relação a uma série de tópicos, aparentemente em torno de uma divergência central.

Não seria a mudança de uma ou outra opinião que resolveria uma controvérsia, pois vários fatores estão envolvidos na defesa dos posicionamentos, que podem causar uma polarização em que os lados perpetuam o debate à revelia de possíveis argumentos logicamente construídos. Além disso, para resolver um debate em termos estritamente semânticos, seria preciso:

(a) solucionar todos os problemas de interpretação que podem surgir em relação aos significados pretendidos dos textos e das elocuições empregados na controvérsia e (b) deixar de lado os elementos da controvérsia que podem ser considerados como meramente “retóricos” ou então “externos” em relação ao núcleo. Uma vez libertadas de todos os problemas de interpretação e de todos os elementos retóricos, as controvérsias podem ser muito mais receptivas a uma análise lógica. Mas quem as libertará e de acordo com quais critérios? Presume-se que seja um observador “neutro” – um “juiz imparcial de controvérsias” (...) dotado com poderes interpretativos objetivos e confiáveis. (DASCAL, 2005, p. 302-303)

Acreditar que essa imparcialidade objetiva, com uma precisão interpretativa dos lados em debate, não é possível não significa descartar qualquer análise semântica/lógica. Lembremos que Dascal considera insuficiente uma abordagem estritamente semântica, com o que concordamos, o que não significa que a considere irrelevante ou inútil. O autor faz a ressalva de que, por mais que sejam difíceis de formalizar, alguns parâmetros – como centralidade, grau de polarização, distância, entre outros – podem ser eventualmente considerados na compreensão formal do quadro em que as trocas conversacionais polêmicas ocorrem, o que pode estabelecer algumas distinções lógicas e aumentar a adequação descritiva. No entanto, a ocorrência das controvérsias dificilmente se limita ao nível da linguagem-objeto, pois elas acionam questões mais amplas, difíceis de serem formalizadas. Como exemplo dessas questões há o fato de os debatedores não costumarem aceitar interpretações e avaliações, mesmo formuladas logicamente, de seus oponentes teóricos. Esse tipo de rejeição não é periférico nas controvérsias; pelo contrário, é um traço fundamental para caracterizá-las.

Na sequência, trataremos da caracterização das trocas polêmicas, e entre elas as controvérsias. Como veremos, o debate analisado por nós se mostrará como uma controvérsia, mas não de modo totalmente preciso, pois algumas de suas características representarão uma dificuldade para a delimitação no quadro tipológico das trocas polêmicas sugerido por Dascal.

5.2.1 Tipos de trocas polêmicas

As trocas polêmicas (ou “debates”) desempenham, conforme Dascal (1998a), um papel de dimensão epistemológica muito importante. O autor observa que, para muitos pensadores de diferentes vertentes, incluindo desde pensadores clássicos a pensadores do século XX (como Popper e Kuhn), o conhecimento é alcançado por meio do exercício da razão crítica, o que acaba sendo quase um consenso. Esse exercício no meio científico e acadêmico é, basicamente, uma atividade dialógica cuja manifestação mais natural são as trocas polêmicas. Por esse motivo, compreender tais trocas é importante para apreender o significado de uma teoria e as mudanças conceituais nos diversos domínios de conhecimento. Essas trocas, no entanto, não costumam ser consideradas por filósofos e historiadores da ciência como práticas dialógicas baseadas na atividade crítica. Por esse motivo, Dascal aponta que cabe às ciências do uso da linguagem (como a pragmática, a análise da conversação e a retórica) analisar as trocas polêmicas nessa dimensão (conversacional) e ajudar os epistemologistas com evidências empíricas que emergem delas, o que geralmente falta a seus modelos abstratos.

As trocas conversacionais polêmicas podem ser estudadas em diferentes níveis, sendo um deles, conforme sugestão de Dascal (1998a), o nível estratégico. Esse nível compreende determinados padrões conversacionais, o que resulta em três tipos de trocas polêmicas: a discussão, a disputa e a controvérsia. Nenhuma troca polêmica concreta é pura, isto é, nenhuma tem características apenas de um tipo, o que faz dessa tipologia um instrumento de análise flexível, mas suficientemente adequado para a identificação e caracterização centrais. Portanto, essa sugestão tipológica deve ser confrontada com casos concretos, sem esperarmos um enquadramento perfeito. Porém, antes de explicitar as características de cada um dos tipos de trocas polêmicas, convém apontar alguns elementos importantes para todos os três, o que deve ser verificado antes da identificação com um deles.

Uma troca polêmica envolve pelo menos dois participantes que se dirigem mutuamente em um confronto de atitudes, opiniões, argumentos e/ou teorias. Por essa razão, as confrontações em que um dos lados não se dirige claramente para

seu opositor não são consideradas trocas polêmicas¹¹⁶. No caso do debate entre atomistas e decomposicionistas conceituais, Fodor (1981; 1998; 2003; 2008) se dirige claramente a autores como Pinker e Jackendoff (apesar de, por vezes, se referir a um opositor teórico genérico), e esses dois autores (JACKENDOFF, 1983; 1990; 1995; PINKER, 2008) expressam claramente oposição a Fodor. Porém, vale lembrar que as confrontações não são simétricas: Fodor se dirige muito mais a seus opositores do que o inverso, o que sugere haver uma maior desconsideração dos trabalhos do autor por parte dos decomposicionistas conceituais. Além disso, Fodor é apenas um autor na defesa do atomismo conceitual que se opõe expressamente aos decomposicionistas, ao passo que os decomposicionistas podem ser relacionados a uma comunidade, conforme comentado na subseção 5.1.3. Por fim, mesmo que apenas dois autores decomposicionistas (Jackendoff e Pinker, que estão entre os mais referenciais) do nosso recorte se dirijam a seu opositor teórico (o que já garante a condição de “troca polêmica”), todos os demais que seguem os mesmos pressupostos e procedimentos de análise (principalmente LEVIN, 1993; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1995) formam, com os dois autores mencionados, um corpo relativamente coeso, e acabam por participar do debate de forma indireta – como se baseiam em Jackendoff (1990; 1995) e/ou Pinker (1989; 2008) sem fazer ressalvas em relação aos apontamentos contra a perspectiva de Fodor, engrossam o grupo criticado pelo atomista.

Identificados os opositores teóricos, podemos verificar a qual tipo a troca polêmica analisada por nós melhor se relaciona. Tendo esse objetivo em mente, iremos expor a tipologia sugerida por Dascal, identificando quais características do debate entre decomposicionistas e atomistas podem ser relacionadas a elas. Começamos pela caracterização do primeiro tipo, a “discussão”.

Uma troca polêmica do tipo “discussão” tem como objeto de divergência um tópico claramente definido e delimitado. Os debatedores tendem a identificar o problema que causa a discordância, que pode ser resolvido, por exemplo, por uma contraprova, um experimento, a correção de uma análise, entre outros meios disponíveis para verificação e teste de um posicionamento teórico. Esse tipo de troca polêmica, portanto, permite e se encaminha para o estabelecimento da

¹¹⁶ A expressão “troca polêmica” parece mais adequada nesse sentido, pois “debate”, com um caráter menos técnico, pode ser usado para confrontações em que um dos lados não se dirige claramente ao outro. Porém, as duas expressões são intercambiáveis neste trabalho.

“verdade”, entendida como tal de modo consensual entre os debatedores. Não é preciso se estender mais na explicação desse tipo para verificarmos a sua não correspondência com o debate entre atomistas e decomposicionistas conceituais. Como já notado, esse debate não se encaminha para qualquer tipo de consenso referente a experimentos e a procedimentos de análise. Pelo contrário: como veremos na descrição dos outros dois tipos (que serão, portanto, mais reveladores), esse debate, da forma como se configura, não se encaminha para uma solução.

Uma disputa também parece ter como objeto de divergência um tópico bem definido e delimitado. Porém, não há procedimentos de verificação consensualmente aceitos, o que não permite uma solução. No limite, uma disputa pode ser apenas dissolvida, o que depende das atitudes dos debatedores. Além disso, diferentemente de uma discussão, em que um conflito tende a ser percebido como algo lógico, em disputas um conflito tende a ser visto de modo mais ideológico (que é, conforme Dascal, 1998a, algo atitudinal e valorativo). Por fim, um debatedor em meio a uma disputa tende a buscar ser reconhecido como o vencedor, não importando se sua posição é verdadeira ou não. Como diz Dascal (1998a, p. 8), o debatedor engajado em uma disputa “começa e termina a disputa (qualquer que seja a saída “externa” [menos lógica, mais ideológica]) convencido de que ele está certo”¹¹⁷.

É possível relacionar, pelo menos parcialmente, o debate analisado por nós com esse segundo tipo. A divergência parece estar bem delimitada: ou o conceito lexical tem uma estrutura formada por “conceitos menores” primitivos, ou ele é atômico. Além disso, os procedimentos de verificação não são consensualmente aceitos por ambas as partes: lembremos que as análises e os experimentos de Fodor não são aceitos por Jackendoff (1983; 1990; 1995) e por Pinker (2008) por supostamente não considerarem de modo adequado a diferença entre uma estrutura superficial e uma estrutura abstrata conceitual; por outro lado, Fodor (1998) previa que uma proposta decomposicionista, para ser plausível, deveria ter seus primitivos referenciados claramente, o que implicaria relações verificáveis e recuperáveis superficialmente (de outro modo, a proposta não seria verificável – nem falseável), com o que os decomposicionistas defensores da semântica conceitual não concordam.

¹¹⁷ No original: “begins and ends the dispute (whatever its “external” outcome) convinced he is right.”

Outra característica das disputas que parece ser atendida é o fato de os debatedores (mais do lado dos decomposicionistas) terem “convicção” de estarem certos sem necessariamente terem demonstrado logicamente isso, o que pode ser exemplificado pela acusação de Pinker (2008) de que falta bom senso para a proposta de Fodor, ou pela opção de Jackendoff (1983) de não problematizar a plausibilidade da analiticidade por considerar que o debate filosófico em torno dela se tornou infrutífero, ao mesmo tempo que considera a analiticidade como dada por garantido ao defini-la como “verdade em virtude da estrutura conceitual”. Jackendoff, ao fazer isso, ignora que seu debatedor, Fodor, parte desse mesmo debate ao se dizer “quineano” e que, por isso, contrapor-se a ele poderia demandar contemplar essa discussão. A convicção de que estão certos em relação a pressupostos básicos parece um traço constante no debate entre atomistas e decomposicionistas, mas mais pelo lado decomposicionista.

Porém, esse debate contém alguns elementos que colocam em dúvida se a divergência que ele revela é, de fato, claramente definida e delimitada, pois os dois lados discordam do que seria uma proposta decomposicionista plausível (apesar de um dos lados achar que, mesmo podendo ser plausível, ela é falsa). Além disso, como é um debate que se estende desde o desenvolvimento da semântica conceitual na década de 1980, sob influência da semântica gerativa das décadas de 1960 e 1970, não parece haver claramente uma tendência à dissolução. Cabe, então, analisarmos o terceiro tipo de troca polêmica, a controvérsia, para verificarmos se outros elementos caracterizadores pertinentes para nossos propósitos são elucidados.

A controvérsia é um tipo de troca polêmica intermediária entre a discussão e a disputa. Não consiste em apenas um problema claramente delimitado, apesar de poder começar assim, mas em uma diversidade de problemas que revelam divergências mais profundas. Esse tipo não se encaminha para uma solução lógica nem para uma dissolução, mas para uma possível resolução com base em defesas sustentadas cumulativamente, em que os debatedores apresentam argumentos que acreditam fortalecer seus posicionamentos. Essa possível resolução se dá em uma espécie de “balança”, em que o maior número de argumentos ou os argumentos mais fortes favorecem mais um lado do que o outro. Caso um lado seja mais

argumentativamente favorecido (não necessariamente no sentido lógico¹¹⁸), isso não significa que o debate é necessariamente encerrado, pois o outro lado busca equilibrar e ultrapassar o peso argumentativo de seu opositor teórico. A resolução se daria quando um dos lados se visse vencido com o acúmulo de argumentos do outro, o que poderia esclarecer a diferença entre as duas posições, revelando que uma é mais plausível que a outra.

Voltando ao debate que é nosso objeto de análise, podemos notar que a divergência que dele emerge parece estar, como já dito, claramente delimitada e definida: um lado defende um decomposicionismo léxico-conceitual e o outro diz que isso não é viável. Porém, no decorrer do debate, vemos que, para o lado decomposicionista, não há problema em a estrutura conceitual recuperável da decomposição não ter correspondência clara com a estrutura superficial ou não ter uma relação com ela pré-determinada que restringe as estruturas conceituais, ao contrário do que sugere Fodor para uma possível decomposição ser plausível. As relações verificadas nas estruturas superficiais das sentenças, que corroboram as estruturas conceituais, são geralmente as alternâncias, como a causativa e a conativa, sustentadas por análises intuitivas aparentemente plausíveis; porém, qualquer outra relação sintática ou semântica (como o escopo de um advérbio que não pode ser um primitivo, ou uma retomada pronominal que, aparentemente, não pode ser de um primitivo) ou qualquer observação sobre o processamento da sentença que coloquem em xeque as estruturas conceituais são “explicadas” pela ocorrência de *chunks*. Em outros termos, no quadro decomposicionista, se uma determinada relação sintática (como as alternâncias) ou semântica (correspondentes geralmente a intuições, que podem ter caráter inferencial não lógico, mas podendo também compreender a dimensão semântica dos papéis temáticos ou qualquer outra noção semântica) corroboram como indícios da existência de decomposições em estrutura conceitual de primitivos, elas são consideradas; se não corroboram, são descartadas, não sendo consideradas como contra-argumentos plausíveis em razão dos *chunks*.

Ainda sobre as divergências que surgem do debate, uma das mais salientes é sobre a aquisição. Para o lado atomista, todos os conceitos lexicais são inatos, e no decorrer do amadurecimento, em que a criança tem experiências com o mundo,

¹¹⁸ Por “argumento”, Dascal entende os enunciados que ajudam a convencer sobre uma determinada posição, independentemente de serem lógicos ou conclusivos. Veremos mais sobre isso na próxima subseção.

esses conceitos emergem, dando a ilusão de um aprendizado. Para o lado decomposicionista, apenas os primitivos conceituais são inatos, sendo os conceitos lexicais formados criativamente (no sentido gerativo) por eles. Por mais que Fodor se estenda na explicação de sua proposta, ela parece, à primeira vista, contraintuitiva, e essa aparência ajuda a respaldar, no âmbito da controvérsia, a proposta decomposicionista.

Vemos, assim, que a divergência vai além da mera oposição entre decomposição léxico-conceitual e átomo léxico-conceitual, pois compreende também quais relações sintáticas e semânticas são ou não relevantes, como se dá a aquisição e, recordando as discussões anteriores, se é relevante ou não considerar a problematização a respeito da analiticidade. Além disso, notamos que o argumento dos *chunks*, mesmo que tenha problemas em termos popperianos, faz a balança, relacionada à controvérsia, tender para o lado decomposicionista. Essa metáfora da balança argumentativa sugerida por Dascal nos é útil para entender a força que a proposta decomposicionista conceitual tem. Como já dito, essa proposta permite uma quantidade relativamente grande (em relação à proposta atomista) de análises e descrições dos itens lexicais que dá a impressão de uma sustentação empírica consistente. Esse *corpus* de análise grande, a falta de algo desse tipo para a proposta atomista e a ideia atomista de conceitos como [CARBURADOR] serem inatos parecer contraintuitiva também fazem a balança tender para o lado decomposicionista de tal modo que Pinker, recordemos, diz que Fodor despreza o bom senso. Em outros termos, não seria bom senso sustentar argumentos que têm tão pouca força em um debate – e essa ideia de sustentação é característica das controvérsias. Por essa razão, o debate analisado por nós é uma controvérsia com algumas características de disputa, o que é possível, segundo Dascal (1998a), pois os tipos de trocas polêmicas raramente são puros, isto é, raramente têm características de apenas um.

5.2.2 Tipos de táticas

Os tipos de trocas polêmicas, ainda segundo Dascal (1998a), podem operar três tipos de táticas, ou “movimentos”, de modo dinâmico, isto é, sem precisar se prender a um só. Porém, como será visto, cada tática tem uma afinidade maior com um tipo de troca polêmica específico. São três os tipos de táticas, que, assim como

os tipos de trocas polêmicas, não são sugeridos com a pretensão de serem exaustivos nem exclusivos, pois são apenas propostas genéricas a serem confrontadas com a realidade: a prova, o estratagema e o argumento.

A primeira tática, a prova, tem como propósito “estabelecer a verdade”, sem deixar dúvida. Essa tática, ou movimento, consiste em regras inferenciais que permitem chegar de uma proposição a outra a ser provada. Tanto as regras inferenciais quanto a verdade da evidência são assumidas como estabelecidas pelos interlocutores, sendo o debatedor confrontado como uma relação inferencial desse tipo impelido a aceitar a conclusão. Trata-se de um teste decisivo que garante a verdade de uma proposição ou seu maior grau de probabilidade, mas não em um sentido estritamente lógico (apesar de poder parecer) nem estritamente verificacional (na constatação empírica, no experimento), porque esse estabelecimento da verdade se dá pelo consenso que o contrato conversacional possibilita. O traço característico desse tipo de tática é a busca pela objetividade e a tentativa de ser “neutro”, em oposição a crenças e a interesses dos debatedores (obviamente, isso não é alcançado totalmente), o que contribui para as soluções do empasse gerado no debate e é motivo de afinidade com as discussões.

Como não identificamos traços claros de “discussão” no debate objeto de nossa análise, é previsível as táticas do tipo “prova” não tenderem a fazer parte dele. Porém, é possível verificar algumas tentativas de construção de provas, que não acabam se constituindo como tais em razão da falta de condições consensuais acordadas entre os interlocutores do debate. Um exemplo disso é a tentativa de Fodor de estabelecer critérios para uma proposta decomposicionista verificáveis objetivamente, ou a tentativa dos decomposicionistas de apresentar consistentemente e extensamente uma base empírica. Apesar de não encontrarmos claramente a construção de provas, no sentido proposto por Dascal, nesse debate, a busca por algo parecido (e talvez essa busca seja comum à ciência) está presente no horizonte do conflito.

A segunda tática sugerida por Dascal (1998a), o estratagema, tem como propósito induzir os interlocutores a acreditar que uma proposição é verdadeira. Esse tipo de tática não precisa assumir um padrão de inferência considerado válido ou uma evidência apresentada considerada verdadeira, pois precisa apenas ser, de alguma maneira, convincente, o que pode acontecer por meio de dissimulação, como o controle e a manipulação do estado e das demandas da troca polêmica.

Uma característica desse tipo de movimento é tender a não permitir uma reação, deixando o opositor sem voz, o que pode causar uma aparente (e possivelmente temporária) vitória no conflito entre os posicionamentos. Isso pode ocorrer quando um dos lados busca se mostrar como “certo” independentemente da plausibilidade de sua tese.

Dascal (1998a) parte de observações principalmente de Schopenhauer (1942), mas também recuperando algumas noções de Aristóteles (1976), para sugerir alguns tipos de estratagemas. Iremos considerar alguns relevantes para tratar nosso objeto de análise, quais sejam: a extensão, o desvio (*diversion*) e a construção de confiança. A extensão consiste em considerar a proposição do oponente além de seus limites, dando-lhe uma significação exagerada, ao passo que a sua própria proposição é mostrada de modo restrito, e quanto mais restrição houver, menos aberta a objeções ela será. Podemos ver que algo parecido acontece quando Pinker (2008), ao considerar a proposta de “nativismo radical” de Fodor, apresenta estimativas numéricas de conceitos lexicais (em torno de 50 mil, segundo Pinker) inviáveis de serem inatos. Porém, como vemos, os conceitos inatos, para Fodor, são algo latente, dentro de uma possibilidade humana de compreensão, que é inata, o que torna problemática a relação desses conceitos em um nível intencional primário da mente com as palavras de uma língua. Fodor diz que esses conceitos precisam ser ativados e associados às palavras conforme os falantes têm experiências com o mundo, que funcionam como “gatilhos”, ou seja, o autor considera um processo complexo não inato relacionado ao que é comumente chamado de “aprendizado”, e dizer que um falante tem em torno de “50 mil conceitos” associados a 50 mil palavras não é exatamente o que Fodor diz (uma palavra tem seu conteúdo ativado por meio de complexas relações com o mundo, sendo esse processo não inato, e associar conceitos inatos a palavras não inatas encobre que, para Fodor, muita coisa na ativação do conceito não é inata). Por outro lado, a proposta que Pinker defende, o decomposicionismo da semântica conceitual, mostra-se “moderada”, já que os primitivos conceituais (esses, sim, inatos), são em um número muito menor que o dos itens lexicais, apesar de essa lista muito menor de elementos inatos não ser precisada.

O desvio é um estratagema que consiste em, quando se estiver acuado por um problema, passar a tratar de outro tópico. É parecido com o que Jackendoff faz depois de dizer que o debate filosófico a respeito da analiticidade se mostrou

infrutífero: ele passa a tratar de outros tópicos que compõem sua linha de defesa da semântica conceitual, mesmo tendo dito que uma verdade analítica é aquela “em virtude da estrutura conceitual”. Não buscar problematizar nem tratar da analiticidade, mesmo dizendo que sua proposta dá conta dela, é algo que se estende, em geral, aos decomposicionistas conceituais que têm como referência, entre outros, os textos de Jackendoff. Em razão disso, nenhum dos decomposicionistas considerados por nós apresenta um tratamento para a noção de analiticidade, não abordando a problematização desenvolvida originalmente na filosofia, mesmo que a analiticidade tenha uma relação direta com as decomposições léxico-conceituais.

A construção de confiança é um estratagema que consiste em tratar de uma objeção à própria proposta, criando-se, assim, uma imagem de razoabilidade. É o que Fodor *et al* (1980) faz ao tratar das intuições que sustentam as decomposições, conforme vimos no terceiro capítulo: o autor assume que tais intuições existem, o que poderia pesar contra sua proposta, mas acaba por sugerir outras possibilidades de explicações para elas sem relação com as estruturas conceituais de primitivos semânticos (algo associado a crenças empíricas ou a alguma noção ainda em aberto que distinguisse inferências analíticas das não analíticas). Sem a pretensão de esgotarmos a descrição e a análise de todos os estratagemas desse tipo, observamos que possivelmente Fodor use mais esse tipo de estratagema do que os decomposicionistas, pois o autor se refere a eles muito mais que o inverso, o que o leva a considerar mais as objeções a sua própria proposta originadas de seus opositores.

Por fim, a terceira tática sugerida por Dascal (1998a), o argumento, é a que tem maior identificação, segundo o autor, com as controvérsias. Os “argumentos” (diferentemente do sentido comum que geralmente damos ao termo, associado a qualquer tática) também têm como proposta persuadir o interlocutor (opositor no debate ou quem acompanha a exposição da perspectiva) a acreditar que uma proposição é verdadeira. Não são necessariamente conectados com a verdade¹¹⁹, isto é, não precisam ser validados logicamente, mas com crenças, assim como os estratagemas e diferentemente das provas. O que os diferencia dos estratagemas é

¹¹⁹ Dascal, nesse contexto de discussão baseada na pragmática conversacional, usa o termo “verdade” no sentido de algo dependente da intercompreensão consensual e objetiva, não como algo na realidade independente da compreensão humana.

o objetivo de induzir a crença do interlocutor por meio de razões reconhecíveis, e não de um jeito evasivo que busca deixá-lo sem resposta. Por ser reconhecível e ter suas razões acessíveis, os argumentos poderiam ser considerados mais “honestos” que as estratégias, sendo estes chamados por Schopenhauer (1942, *apud* DASCAL, 1998a, p. 27) de “truques desonestos”. Portanto, os argumentos não são entendidos por Dascal como algo construído necessariamente de modo lógico, assim como não são entendidos como táticas impessoais¹²⁰.

Como exemplo de tática do tipo argumento, temos grande parte do trabalho de Fodor que busca desacreditar o decomposicionismo conceitual. A ideia é que, se o decomposicionismo conceitual está errado, então o atomismo está certo; ou se o decomposicionismo tem problemas, então o atomismo deve ser levado mais em conta. Não é um argumento logicamente válido: não é possível as duas propostas serem verdadeiras, mas a falsidade de uma não implica a verdade de outra (em outra perspectiva, Popper já dizia que uma teoria não pode ser dita “verdadeira”), pois seria possível, por exemplo, que um conceito lexical fosse uma espécie de ilusão ou um subproduto da sintaxe ou da pragmática, o que não corresponderia nem ao decomposicionismo nem ao atomismo conceituais.¹²¹ Outro exemplo é o argumento, por parte dos decomposicionistas, de que, se a proposta permite uma extensa verificação e evidenciação empírica, então ela deve ser a verdadeira: Pinker (2008, p. 131) deixa isso claro ao retomar vários exemplos de estruturas conceituais justificadas pela comparação entre itens lexicais presentes em alternâncias verbais e afirma que a maior probabilidade da existência de primitivos abstratos em vez de conceitos lexicais atômicos “reforça nossa convicção” (o que remete à crença dos decomposicionistas conceituais).

Podemos dizer, portanto, que os interlocutores do debate objeto de nossa análise utilizam táticas do tipo “estratégia” e “argumento”. Porém, conforme Dascal (1998a), as táticas podem ter uma forma de um tipo, mas funcionar de acordo com outro tipo, pois não têm um caráter estático previamente definido. Considerando isso, seria possível dizer que as estratégias apontados por nós seriam, na verdade, argumentos ou teriam um funcionamento próximo do dos

¹²⁰ Essa noção de “argumento”, segundo o autor, está de acordo com a de Perelman (1977), cujo trabalho problematiza os estudos retóricos desde a antiguidade e é um dos mais importantes sobre argumentação.

¹²¹ Não que estejamos endossando ideias como essas. A intenção aqui é demonstrar que o tipo de argumento em questão não segue um padrão de inferência logicamente válido.

argumentos, pois, apesar de parecerem “truques”, não impossibilitam totalmente respostas nem parecem ser totalmente desviantes, já que o debate prossegue mesmo com suas existências. Do mesmo modo, em relação dos tipos de trocas polêmicas, o debate em questão seria uma controvérsia, mas com algumas características de disputa. Com isso, a previsão de Dascal, de que a identidade entre controvérsias e argumentos prevaleceria, mesmo que de modo não absoluto, parece se confirmar.

Podemos mencionar ainda mais um elemento comum às controvérsias e central no debate analisado. Trata-se das “alegações de mal-entendidos”, que, segundo Dascal (2005, p. 308), nem sempre se tratam de mal-entendidos reais e que podem funcionar como argumentos ou estratégias argumentativas. É o que ocorre quando Jackendoff (1983) afirma que Fodor não compreendeu que uma estrutura conceitual de primitivos não tem de funcionar exatamente como uma estrutura sintática, assim como Fodor não teria entendido que um primitivo não tem de funcionar como um conceito lexical. Outro exemplo é o que Pinker (2008) diz sobre Fodor não ter entendido que uma decomposição conceitual, chamada também pelo termo mais genérico “definição”, não é como uma definição de dicionário, já que seria uma relação entre um item lexical e alguns itens abstratos, não uma simples relação entre itens lexicais. Por outro lado, Fodor (2003, p. 66-67) também afirma que os decomposicionistas em geral é que nunca entenderam suas críticas, tanto é que, antes de retomá-las depois de já tê-las mencionado em obras anteriores, o autor diz que não apresentaria nenhuma novidade em relação ao que já disse, e que já estaria “cansado desse tópico” em razão de não ser compreendido.

Discorreremos com mais atenção sobre as alegações de mal-entendidos e sobre o que pode ser considerado mal-entendido de fato na próxima seção, quando tratarmos de algumas questões em aberto que vêm emergindo em nossas considerações e de possíveis caminhos de análise. Essas questões em aberto são típicas das controvérsias, pois esse tipo de troca polêmica não se encaminha para uma solução. Com impasses sem solução e com a perspectiva de perpetuação da controvérsia, restaria apontar, em vez de soluções, caminhos alternativos de considerações, que investissem a atenção na problematização desses impasses, o que poderia contribuir para uma elucidação do debate, para a reformulação de argumentos e esclarecimentos de ambos os lados ou para a formulação de uma terceira linha de pesquisa que partisse dessa problematização. Não se trataria de

fechar as questões em aberto, mas de olhar externamente para o debate e tentar desvelá-las a fim de que estejam disponíveis mais claramente para análise.

5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPASSES E QUESTÕES EM ABERTO

Tendo posto que o debate em análise trata de uma controvérsia, em que os debatedores buscam desequilibrar a disputa argumentativa em favor de sua própria perspectiva, ele não se encaminha para uma solução nem uma dissolução. Desse modo, os impasses (relacionados a questões em aberto ou pouco esclarecidas, ou à falta de compreensão entre os debatedores) que surgem, se não podem ser solucionados, também não tendem a encerrar o debate. Por isso, analisá-los sob um ponto de vista externo ao debate pode indicar outros caminhos de análise, não para encerrar a controvérsia, já que sua natureza é progredir com o uso de argumentos pelos debatedores, nem para mostrar qual caminho é o correto, já que nossa proposta não é normativa, mas para possibilitar uma tentativa de elucidação e explicação. Essas considerações consistem em identificar os impasses centrais e analisá-los a fim de observar o que não é levado em conta pelos debatedores.

Sugerimos dois caminhos para essas considerações. Um desses caminhos é esclarecer como a problematização em relação à analiticidade é ou não evidenciada no debate. Sendo um ponto-chave na configuração das perspectivas teóricas em conflito, as posições conflitantes a respeito da plausibilidade da analiticidade nem sempre têm um papel explicitado no debate entre decomposicionistas e atomistas conceituais. Esclarecendo esse papel, será possível entender uma das divergências estruturais da controvérsia, relacionada a como tratam o conceito de “analiticidade” e as relações semânticas relacionadas a ele. Outro caminho possível é analisar as alegações de mal-entendidos e os mal-entendidos propriamente ditos (conforme DASCAL, 2005), o que poderá contribuir para o destravamento de certos pontos no debate e ampliar a discussão para além dos impasses causados pela aparente falta de intercompreensão.

5.3.1 Analiticidade e impasses na perspectiva atomista

No debate conforme o recortamos, de um lado, Jackendoff diz que sua teoria, a semântica conceitual, deve dar conta, entre outros fenômenos semânticos,

da analiticidade. De outro, Fodor coloca-se contrário às “definições” e se diz um quineano. Essas considerações retomam outro debate, em torno da analiticidade, mas não recebem expressamente muita atenção na construção de argumentos na controvérsia, apesar de constituírem parte estrutural das perspectivas em conflito. Começamos a retomar, então, as considerações atomistas que dizem respeito diretamente ao debate filosófico em torno da analiticidade.

Por Fodor se dizer contra as definições (como no título de FODOR *et al*, 1980) e se intitular um quineano (FODOR, 1998, p. 87), retomar o que Quine dizia sobre definições ajuda a entender a compreensão de Fodor sobre esse conceito. Lembremos que, para Quine 2010 [1980], “definição” é um termo que ainda precisa ser esclarecido, pois, para o autor, tal termo costuma ser usado de forma genérica e imprecisa. Porém, ele deixa claro que não é qualquer sentido de “definição” que deve ser considerado para discussão, descartando as definições de dicionários, baseadas em crenças empíricas do lexicógrafo. Desse modo, Quine retoma o tratamento (para criticá-lo) do conceito de “definição” como algo relacionado ao comportamento linguístico, pois é dessa maneira que o termo é utilizado no contexto de discussão sobre a analiticidade. Uma definição, nesse contexto, determinaria o que é um conceito, e isso seria feito por meio de uma noção de “analiticidade”, sendo consideradas apenas relações linguísticas, sem relação com a verificação no mundo.

Fodor (1998, p. 72) retoma essa ideia de que definições determinam um conceito e afirma que Quine apresenta razões suficientes para duvidar disso. Para Fodor, a intuição de que há uma conexão entre um conceito e uma definição nunca foi evidenciada, pois, quando houve tentativas para explicar essa suposta conexão, foram utilizados argumentos sem consistência, como os relacionados à “centralidade” ou à imprecisão de alguns primitivos. Os relacionados à centralidade (geralmente sem explicitar a noção de “centralidade”), retomando as considerações de Quine¹²², são aqueles que diferenciam um enunciado analítico de um sintético por meio de intuições, sendo que essas intuições podem se basear em uma rede crenças em que, quanto mais próximo à periferia, mais necessidade de verificação empírica, e quanto mais próximo ao *centro*, menos necessidade dessa verificação

¹²² Quine comenta a respeito da “centralidade” quando propõe o holismo, que é, ao mesmo tempo, linguístico e epistêmico. Porém, por mais que Fodor esteja considerando essa noção de centralidade, ele não endossa o holismo de Quine, pelo menos em se tratando do nível linguístico, como vimos no segundo capítulo.

(no caso das crenças empíricas mais assentadas), e isso daria a impressão de que haveria enunciados sem nenhuma necessidade de verificação, mas isso seria, para Quine e Fodor, apenas uma ilusão causada por uma espécie de gradação de necessidade de verificação estabelecida pelas experiências dos falantes. Vale lembrar que isso tem relação com as alternativas que Fodor apresenta para a intuições que aparentam justificar a verdade analítica, podendo elas ser fruto de crenças empíricas. Já os relacionados à imprecisão de alguns primitivos são aqueles que estipulam um elemento vago não identificável; por exemplo, ao estipular uma definição e ao não conseguir encontrar todos os primitivos dessa definição, é possível sugerir um elemento desconhecido, mas necessário, que se refere a um primitivo que ainda carece de um rótulo ou descrição mínima. Esse é o caso da definição do conceito de “vermelho”, que seria algo como [COLOR + x], pois não há dúvida de que vermelho seja uma cor, mas deve haver outro elemento na definição do conceito dessa cor, elemento esse ainda a ser explicado. Enfim, para Fodor, justificativas para as definições se mostram fracas e imprecisas.

No caso de explicações que apelem para um primitivo desconhecido, mas necessário, segundo Fodor, talvez seria possível aceitá-las caso explicassem as condições constitutivas para se “possuir” um conceito, o que demandaria tratar da implicação segundo a qual, ao possuir um conceito, um indivíduo deve possuir suas partes. Lembremos que, para o autor, explicar um conceito (que é algo presente na mente) requer explicar como se possui um conceito, e a relação entre um conceito e sua definição, pelo menos considerando as justificativas comuns para essa relação, não ajuda nisso. Para chegar de um conceito à sua definição, seria necessário algum tipo de inferência, e as inferências possíveis são muitas. Seria demandado de um indivíduo um processamento muito demorado para selecionar uma inferência específica que relacionasse um item lexical a uma definição complexa, mas essa demora não ocorre, o que coloca em xeque a própria existência da definição (Jackendoff tentou explicar isso se utilizando do conceito de “*chunks*”, que pode ser considerado problemático por explicar demais, como já vimos). Além disso, dizer que as partes do conceito, isto é, os primitivos, são inatos e que os conceitos são gerados não se sustenta, segundo Fodor, devido à falta de explicação sobre a natureza dos primitivos (sobre qual é sua denotação, por exemplo, já que não seria a mesma da de um item lexical).

Nesse ponto da discussão, há um salto entre a crítica às definições em geral e a crítica entre as definições utilizadas para explicar os conceitos como entidades mentais, ou seja, a discussão sobre as definições, assentada primeiramente em um tratamento de um sistema linguístico não natural, passa a não se diferenciar da discussão sobre a relação entre as definições e os conceitos mentais. Esse salto não se demonstra um problema para os debatedores e será retomado quando tratarmos da perspectiva decomposicionista, segundo a qual a analiticidade (tratada em grande parte da tradição filosófica desconsiderando a linguagem natural) é explicada pela semântica conceitual. O que fica claro no momento é que, para Fodor, se há problemas nas definições, conforme demonstrado desde as considerações de Quine, então há problemas nas definições usadas para explicar os conceitos localizados na mente (definições essas baseadas em estruturas conceituais).

Quando Fodor (1998, p. 81-82) faz críticas à analiticidade, acaba por retomar o problema da circularidade, de modo similar com o que Quine já tinha feito. Nesse momento, Fodor demonstra que, caso o defensor de uma relação analítica proponha desconsiderar noções como “centralidade” e “rede de crenças” e sugerir que as definições se estabeleçam em uma relação direta, então o conceito a ser definido poderia ser substituído por sua definição. Pode parecer que Fodor está ignorando ou não percebendo que, para o caso da proposta de estruturas conceituais em primitivos, o conceito e sua definição estão em níveis de abstração diferentes, o que impediria a intersubstitutibilidade entre o *definiendum* e o *definiens*. Porém, Fodor nunca deixou de considerar isso, pois já deixava claro, quando criticava as decomposições léxico-conceituais propostas no âmbito da semântica gerativa (e tais considerações servem também para a semântica conceitual), afirmando (FODOR, 1975, 128-134) que não haveria evidência de primitivos conceituais em uma estrutura profunda (conforme proposta da semântica gerativa, algo parecido com as estruturas conceituais de Jackendoff e os outros decomposicionistas).

A relação entre um conceito lexical e sua estrutura conceitual abstrata teria os mesmos problemas, ou problemas equivalentes, apresentados para a relação entre o *definiendum* e o *definiens*, dada analiticamente. A circularidade (“a” define “b”, e “b” define “a”) pode ser revista da seguinte maneira: um conceito lexical corresponde a uma estrutura conceitual abstrata, e se estruturarmos os primitivos

dessa mesma estrutura abstrata da mesma maneira, chegaremos ao mesmo conceito lexical; a estrutura conceitual é justificada pela existência do conceito lexical e pelas relações que ele opera com outros conceitos relacionados a outros itens lexicais, e o modo como o conceito lexical opera relações com outros conceitos lexicais é justificado pela existência de uma estrutura conceitual correspondente. Assim, a justificativa é circular, com o acréscimo do problema de um conceito lexical poder ser identificado por meio de um item lexical, independentemente da proposta teórica decomposicionista, ao passo que as estruturas conceituais, conforme Fodor, carecem de explicação, ao contrário dos conceitos lexicais, que não precisariam de algo duvidoso como as estruturas conceituais para serem explicados. Como Fodor (1998, p. 58) diz:

Note the tactical similarity [referindo-se a algumas noções de Pinker como imprecisas e duvidosas] to Jackendoff, who, as we've seen, says that 'keep' means CAUSE A STATE TO ENDURE, but is unprepared to say much about what 'CAUSE A STATE TO ENDURE' means (except that it's ineffable [isto é, que não pode ser descrito]).¹²³

A dúvida sobre o que significa a estrutura conceitual é um problema adicional aos já existentes, que correspondiam às definições sem um *definiens* abstrato resultando em circularidade e à falta de evidência de que não se trata de uma relação baseada em crenças empíricas.

A relação entre as considerações de Fodor e o posicionamento contrário à analiticidade não é algo explorado explicitamente no debate com os decomposicionistas, pois estes não se preocupam em justificar detalhadamente a analiticidade (o que iria requerer considerar tratar da problematização presente no debate a respeito de sua plausibilidade) e não se estendem em analisar os argumentos de Fodor contrários ao decomposicionismo. Essa relação (entre o que Fodor diz e a oposição à analiticidade) ainda poderia ser exaustivamente tratada, mas a maneira como foi exposta aqui já indica uma linha alternativa de discussão que pode elucidar o posicionamento atomista conceitual e as críticas atomistas às definições e às estruturas conceituais, algo aparentemente pouco entendido (ou simplesmente ignorado) pelos decomposicionistas conceituais.

¹²³ “Note a similaridade tática para com Jackendoff, quem, como vimos, diz que ‘keep’ significa CAUSE A STATE TO ENDURE, mas não está preparado para dizer muito sobre o que ‘CAUSE A STATE TO ENDURE’ significa (exceto que isso é inefável). (Tradução nossa).”

5.3.2 Analiticidade e impasses do debate na perspectiva decomposicionista

Consideremos a questão da analiticidade para discussão da proposta decomposicionista. Como já dizemos, para Jackendoff, uma teoria semântica deve dar conta, entre outros processos, da analiticidade, o que a semântica conceitual seria capaz de fazer. Porém, o autor não explicita como isso seria feito, apenas afirma que uma verdade analítica é aquela em virtude da estrutura conceitual, atualizando a compreensão geral presente na filosofia analítica de que ela é aquela em virtude do sistema linguístico/semântico. Sem tratar dos problemas que emergem no debate a respeito da analiticidade, o autor, e por consequência toda a comunidade que endossa a semântica conceitual e que o tem como referência, deixa em aberto questões básicas que fazem parte da constituição das decomposições conceituais sugeridas no contexto de sua teoria, apesar de que parte dessas questões podem ser consideradas implícitas.

A semântica conceitual, como pode ser entendida, dá conta da analiticidade (assumindo que enunciados analíticos existam) porque as estruturas conceituais a explicariam e a evidenciarão. A equivalência analítica entre “*kill*” e “*cause to die*” ou entre “*kill*” e “*cause to become dead*”, por exemplo, ocorreria porque a estrutura conceitual de “*kill*” conteria os primitivos [CAUSE] e [DIE] (ou [CAUSE], [BECOME] e [DEAD], dependendo da proposta decomposicionista). Nesse sentido, as sentenças analíticas teriam uma representação abstrata em que o item lexical (não lógico) garante a analiticidade sem necessidade de verificação empírica. Haveria, assim, uma relação entre uma sentença superficial, identificada como “analítica”, e uma estrutura abstrata. Isso implica uma associação entre um primitivo e um item lexical: mesmo que o primitivo [CAUSE] esteja em um nível de abstração diferente do verbo “*cause*”, há uma associação direta entre eles, sendo que “*cause*” seria representado por uma estrutura simples formada por um primitivo apenas, o que resulta em uma relação, pelo menos nesse caso, de um para um (entre um item lexical de estrutura conceitual simples, “*cause*”, e um primitivo conceitual, [CAUSE]). Além disso, a nomenclatura denominativa dos primitivos não é escolhida arbitrariamente, pois é associada diretamente a um conceito lexical: [CAUSE] tem a forma como tal por sua associação direta com “*cause*”, assim como [BECOME] tem uma associação direta com “*become*” e [X] tem uma associação direta com um primitivo ainda não identificado. Sabendo que há essa associação relativamente direta e que as

relações analíticas se dariam em virtude das estruturas conceituais (JACKENDOFF, 1983, p. 117), podemos dizer que é essa associação que daria conta da analiticidade. É a identificação entre “*cause to become dead*” e [CAUSE [BECOME DEAD] que garantiria a analiticidade da relação entre “*kill*” e “*cause to become dead*”.

Essa compreensão deixa claro o que Jackendoff (e, por consequência, os demais decomposicionistas da mesma linha teórica) não explicita. Além disso, ela tem implicações importantes que dizem respeito ao debate a respeito da analiticidade. Caso seja considerado que não haja sentenças analíticas, terá que ser considerado que não há estruturas conceituais tal como os proponentes da semântica conceitual sugerem. Porém, caso seja considerado que há tais sentenças analíticas, elas seriam uma justificativa empírica fundamental para a proposta teórica. Como o debate em relação à plausibilidade da analiticidade ainda não está fechado (para Jackendoff, como já vimos, ele se mostrou infrutífero), a saída foi deixá-lo de lado e assumir a analiticidade como algo dado. Desse modo, a proposta decomposicionista conceitual continua aquilo que na tradição filosófica Quine chamou de “dogma”, que consiste em assumir a “analiticidade” sem se preocupar em problematizá-la ou explicar em que ela consiste de modo independente sem circularidade, circularidade esta que se repete na ideia de que a analiticidade se dá em razão da estrutura conceitual e a estrutura conceitual é evidenciada nas relações analíticas.

Por outro lado, as estruturas conceituais ajudariam a restringir as sentenças analíticas. Lembremos que a distinção entre sentenças analíticas e sentenças sintéticas seria realizada por meio da intuição, sendo que haveria sentenças que gerariam dúvida. Uma maneira de definir isso seriam as estruturas conceituais, pois apenas as sentenças analíticas seriam garantidas por elas. Desse modo, para que a analiticidade de uma sentença fosse atestada, deveria ser sugerida uma estrutura conceitual correspondente que justificasse essa sentença como analítica. Caso não fosse possível justificar uma estrutura conceitual para algum dos itens lexicais envolvidos em uma sentença com valor de verdade, ou caso a verdade da sentença não dependesse dessa estrutura, então a sentença não seria analítica. Porém, ainda haveria o problema da falta de uma base de primitivos definida e verificada independentemente sem correr o risco de explicações circulares.

Uma justificativa para as estruturas conceituais dada por Jackendoff (1983) é que elas são melhores do que os postulados de significados, concebidos por Carnap (1947) e sugeridos por Fodor (1975) como uma alternativa às definições. Isso pode gerar confusão: se Carnap, defensor da analiticidade, concebeu os postulados de significados, seria estranho pensar que Jackendoff, para quem a analiticidade é algo plausível, os rejeita, enquanto Fodor, para quem a analiticidade não é plausível, os sugere. Desfaçamos, então, essa possível confusão.

Fodor (1975) sugere os postulados de significados como alternativa às definições por terem algumas vantagens em relação a elas, como não estarem envolvidos no processo circular de definição e não precisarem de uma distinção entre itens lógicos (como “e” e “ou”) e itens não lógicos (como “kill”). Tais vantagens ocorrem porque os postulados de significado, recordemos do segundo capítulo, são listas de relações inferenciais unidirecionais. Porém, dizer que uma coisa tem vantagem em relação a outra não é o mesmo que defender essa coisa, e isso parece um mal-entendido, que, por isso, será retomado na próxima subseção. O que vale frisar aqui é que Jackendoff propõe suas estruturas conceituais em oposição à sugestão de Fodor (mesmo que seja oposição também à sugestão de Carnap), pois elas não são estáticas como os postulados de significados em razão de seu caráter gerativo e criativo. Resumindo: Fodor afirma que os postulados de significado são melhores que as definições, e Jackendoff afirma que as estruturas conceituais são melhores que os postulados de significado, ou seja, Jackendoff sugere que sua teoria com base na analiticidade superou a proposta de Carnap. Como veremos mais adiante, disso parece surgirem mais mal-entendidos associados a diferenciação entre “definições” e “estruturas conceituais”.

Essas questões relacionadas à perspectiva decomposicionista não têm um tratamento extenso por seus defensores (PINKER, 2008, comenta brevemente algo semelhante ao que Jackendoff já disse, conforme expusemos, sobre postulados de significado e semântica conceitual), mas representam uma alternativa de investigação que demandaria um trabalho mais detalhado do que o sugerido aqui. Podemos, no entanto, identificar uma questão-chave para essa investigação, correspondente à problematização em torno das justificativas para a analiticidade e a sua relação com a semântica conceitual, o que parece ser produtivo e esclarecer pontos obscuros que emergem no debate com a perspectiva atomista. Para tanto, seria preciso esclarecer outros pontos do debate e das perspectivas em conflito

relacionadas à falta de compreensão (ou à alegação de falta de compreensão) no debate propriamente dito, conforme faremos na sequência, primeiro partindo do ponto de vista decomposicionista e depois partindo do ponto de vista atomista.

5.3.3 Mal-entendidos e alegações a partir da perspectiva decomposicionista

Como outra alternativa de investigação de questões-chave do debate, o tratamento das alegações de mal-entendidos e dos mal-entendidos propriamente ditos daria conta de uma parte estrutural do conflito entre as duas perspectivas. Podemos considerar as alegações de mal-entendidos e os mal-entendidos propriamente ditos como parte estrutural porque a sua existência influencia a perpetuação da controvérsia e as objeções feitas pelas partes conflitantes. Comum às controvérsias (DASCAL, 2005), as alegações de mal-entendido seriam, para um observador externo, justificadas apenas em parte, mas desempenham um papel importante na contestação dos debatedores, pois as controvérsias “pressupõem que as partes envolvidas sejam capazes de alcançar uma medida razoável de compreensão” (DASCAL, 2005, p. 308), o que as pressionam, quando julgam estarem sendo mal compreendidas, a se manifestarem. Considerando isso, iremos analisar, como observadores externos, se algumas alegações centrais no debate podem ser fundamentadas, além de elencar alguns mal-entendidos propriamente ditos.

Começemos por algumas alegações feitas pelos decomposicionistas. Pinker (2008, p. 123) comenta que Fodor não entende a proposta decomposicionista ao associar a ela o conceito de “definição”, uma alegação de mal-entendido que já tinha sido mencionada brevemente por nós:

O cerne do argumento de Fodor é o ataque que ele faz às definições, que, segundo ele, inevitavelmente deixam escapar alguma coisa do significado do *definiendum* (...). O problema desse argumento é que definição (que reconhecidamente é sempre incompleta) não é a mesma coisa que representação semântica. A definição é uma explicação de dicionário sobre o significado de uma palavra em inglês usando palavras em inglês, cuja intenção é ser lida por uma pessoa, que aplicará a totalidade de sua inteligência e de seus recursos linguísticos. A representação semântica é o conhecimento de uma pessoa sobre o significado de uma palavra em um idioma dentro de uma estrutura conceitual e os relaciona aos sentidos. Definições podem ser incompletas, porque deixam muita coisa a cargo da imaginação do falante da língua. Representações semânticas têm de ser mais explícitas, porque elas são a imaginação da língua. O ataque de Fodor

às representações semânticas complexas depende de que elas sejam confundidas com definições de dicionário.

Dizer que algo é o “cerne do argumento” de seu opositor teórico faz com que esse argumento demande análise por querermos elucidar justamente o que é o cerne das perspectivas em conflito e do debate entre elas. Primeiro, é preciso compreender o que Fodor entende por “definição” para podermos apurar o que Pinker alega. Como Fodor se diz um quineano, é preciso também recuperar o que Quine quis dizer com esse termo. Lembremos que Quine comenta sobre “definição” no contexto de um debate em que ele se coloca contra a postulação da verdade analítica. Nesse contexto, a definição, mesmo sendo um termo genérico, teria um uso específico para a caracterização das verdades lógicas. Sobre a consideração das “definições”, para verificarmos se as alegações de Pinker se justificam, vejamos o que diz Quine:

Mas como descobrir que “solteiro” é definido como “homem não casado”? Quem o definiu assim, e quando? Devemos recorrer ao dicionário mais próximo e aceitar a formulação do lexicógrafo como uma lei? Evidentemente, isso significaria colocar o carro na frente dos bois. O lexicógrafo é um cientista empírico, cuja ocupação é registrar fatos passados; e se ele registra “solteiro” com o “homem não casado”, é graças à sua crença de que há uma relação de sinonímia entre essas formas, implícita no seu uso geral ou preponderante, anterior a seu próprio trabalho. (QUINE, 2010 [1980], p. 43).

Como visto, Quine não assume que a definição, tal como pode ser relacionada com as verdades analíticas, é a mesma utilizada para se referir ao trabalho do lexicógrafo, o que coloca em xeque a interpretação de Pinker sobre as considerações de Fodor. O que Quine faz é procurar um uso ou um sentido para “definição” que seja o mais razoável possível e compatível com a discussão a respeito da analiticidade, e o uso como é feito por um dicionário é descartado de saída, o que sugere que tanto o autor quanto Fodor não confundem “definição” de dicionário com “definição” como relação analítica. O que o próprio Fodor diz pode ajudar a esclarecer melhor essa questão.

Fodor, assim como Quine, busca descrever uma condição razoável (na visão dele) para que as definições possam ser consideradas (mesmo que o autor se oponha à existência de definições). Também como Quine, Fodor descarta considerar as definições como as usadas em um dicionário. No começo de seu artigo de coautoria “Against definitions” (“Contra definições”), vemos:

The idea that there are definitions – that the morphemes of a natural language typically have internal structures at the “semantic level” – has fascinated philosophers and psychologists at least since Plato. (...) But in the “cognitive sciences” the notion of definition remains one of those ideas that hardly anybody ever considers giving up. (FODOR et al., 1980, p. 264).¹²⁴

Fodor deixa claro¹²⁵ que chama de “definição” a relação entre itens lexicais e estruturas internas em um nível semântico, sendo essa relação algo que persiste nas ciências cognitivas, a exemplo do que propõem os decomposicionistas conceituais e a semântica conceitual. Em razão disso, quando Fodor comenta algo sobre as definições, ele não deixa de compreender, pelo menos não como Pinker alega (definição = definição de dicionário), a perspectiva decomposicionista conceitual. Esse entendimento de Pinker a respeito das considerações de Fodor parece ser comum aos decomposicionistas conceituais, mas a importância do texto do autor é que ele deixa isso explícito, ao passo que não é comum os decomposicionistas que o têm como referência fazerem qualquer referência a Fodor¹²⁶. Antes de chegarmos à conclusão de que a alegação de mal-entendido feita por Pinker é, na verdade, um mal-entendido por parte do autor em relação a Fodor, é útil levarmos em conta uma consideração de Dascal a respeito das alegações de mal-entendidos nas controvérsias:

Qualquer pessoa que decida tomar parte seriamente em uma controvérsia toma para si, como oponente, a *obrigação de criticar* a posição do outro da maneira mais eficaz possível e, como defensor, a *obrigação de defender* os seus próprios pontos de vista de maneira decidida e completa. O compromisso com essas obrigações não se deve apenas ao “amor à verdade” (...), e sim porque o objetivo primário do jogo, em uma controvérsia, é simplesmente ganhar. Bem, o ponto crucial da questão é que o compromisso de ganhar a briga pode entrar em conflito – e quase que necessariamente, entra – com as obrigações de compreender e se fazer

¹²⁴ “A ideia de que existem definições – de que morfemas de uma língua natural tipicamente tenham estruturas internas no “nível semântico” – tem fascinado filósofos e psicólogos pelo menos desde Platão. (...) Mas nas “ciências cognitivas” a noção de definição permanece uma daquelas ideias de que dificilmente alguém considera desistir.” (Tradução nossa).

¹²⁵ Nesse texto muito posterior ao de 1975, a que Pinker faz mais referência, mas Pinker teria acesso a todo material de Fodor escrito até 2007, ano de publicação do texto de Pinker. Em todo caso, Pinker comenta sobre o pensamento de Fodor de modo geral, e não exclusivamente de um texto de Fodor.

¹²⁶ Reforcemos o que já tínhamos dito: o grupo de decomposicionistas conceituais que não faz parte do debate de modo direto, mas se baseia nos trabalhos de Pinker e Jackendoff, ao ter esses dois autores como referência sem fazer ressalvas sobre a perspectiva da semântica conceitual confrontada com o posicionamento de Fodor, contribui indiretamente para que a defesa do decomposicionismo na controvérsia com o atomismo. Isso ocorre porque, ao se assumir uma perspectiva teórica sem ressalvas (pelo menos sem ressalvas relevantes para nossa análise), assumem-se, por consequência, seus argumentos. Nesse sentido, o que Pinker diz aparenta corresponder a uma noção geral sobre o atomismo de Fodor compartilhada entre os decomposicionistas.

compreendido (...). Se o seu adversário tem um argumento razoavelmente bom, que você *tem* de derrotar para ganhar o jogo, porque não apresentá-lo como menos bom do que ele na verdade é, ou seja, porque não *representá-lo de maneira incorreta*? É sempre mais fácil derrotar um espantalho. (DASCAL, 2005, p. 310)

Ou seja, para sustentar um lado na controvérsia, é mais fácil representar o argumento de seu opositor teórico como algo pior do que pode, de fato, ser. Isso não significa que o espantalho (uma representação que não condiz com o que seria a realidade da perspectiva do adversário) que surge seja deliberadamente criado, mas que ele é útil na defesa de um ponto de vista. Assim, dizer que Fodor confundiu a proposta decomposicionista com definições de dicionário faz parte da construção desses espantalhos, que assumiremos como tendo surgido de um mal-entendido.¹²⁷ Como diz Dascal (2005, p. 320), talvez uma troca conversacional conflituosa comece graças a um mal-entendido acidental, “mas, ao contrário de um caso típico, no qual os participantes procuram minimizar o dano identificando e corrigindo o mal entendido acidental, a comunicação conflituosa prospera alimentando-se do exagero e da exploração desses ‘acidentes’”, o que aparenta ser o caso da controvérsia em mencionada.

Entender o que Fodor considera como condições razoáveis para que as definições possam ser consideradas deixa ainda mais claro que essa alegação de mal-entendido não se justifica, além de reforçar a ideia de que há, na verdade, um mal-entendido por parte de Pinker e dos demais decomposicionistas que assumem a defesa desse autor contra o atomismo. Lembremos que, para Fodor (1980), as definições são teoricamente úteis se: a) todas as expressões de uma língua são equivalentes a expressões no vocabulário da base de primitivos (Fodor entende que a perspectiva decomposicionista conceitual prevê uma base abstrata de primitivos); b) a base de primitivos é notavelmente menor do que o léxico; c) as extensões das expressões na base de primitivos podem ser fixadas sem apelo à noção de definição. O autor não prevê essas condições à toa: a primeira diz respeito ao fato de os primitivos serem rotulados com base em expressões de uma língua, apesar de não serem a mesma coisa que essas expressões (e Fodor sabe disse, como percebemos pelas outras condições), o que é atendido pela proposta decomposicionista da semântica conceitual, apesar de tal proposta deixar em aberto

¹²⁷ Assumimos isso porque não temos o objetivo de analisar questões éticas em relação à criação talvez deliberada de espantalhos, apesar de Dascal (2005, p. 318) eleger essas questões como um tópico a ser abordado no estudo dos mal-entendidos.

o limite da base de primitivos; a segunda diz respeito a algo também aparentemente atendido pela semântica conceitual, já que é consenso que a base de primitivos precisa ser menos que o léxico, mas como essa base é sugerida como algo ainda em aberto, o atendimento dessa condição fica em suspense; por fim, a terceira trata da garantia da não circularidade (sendo que a definição com seus primitivos fixa a extensão de um conceito, os primitivos não poderiam ter suas extensões fixadas pela própria definição de que fazem parte), pois Fodor, sendo um quineano, não poderia deixar de considerar isso. A última condição seria, para Fodor, a mais claramente não atendida pela proposta decomposicionista, o que a tornaria não justificável – considerar as extensões dos primitivos como algo dado, que não precisa ser verificado, apenas posterga a solução para o problema¹²⁸.

Voltando aos postulados de significado, podemos identificar outro mal-entendido propriamente dito. Como já comentado, Jackendoff (1983) e Pinker (2008) apontam que as estruturas conceituais propostas no contexto da semântica conceitual são melhores do que os postulados de significado sugeridos por Fodor (Pinker chega a dizer “os postulados de significado de Fodor”). Precisamos verificar, então, se realmente Fodor defende esses postulados. Em seu texto de 1975, Fodor diz que não pretende discutir os postulados de significado com profundidade, o que parece estranho para alguém que defende tais postulados. O autor (FODOR, 1975, p. 150) apenas sintetiza algumas razões que fariam desses postulados uma proposta mais vantajosa do que a das definições comuns. A primeira vantagem, como já mencionado, é que os postulados de significado não demandam uma distinção rígida entre o vocabulário lógico e o não lógico, já que consistem em regras de inferência fixadas (aparentemente de maneira arbitrária) em uma única direção. A segunda vantagem é o fato de que os postulados de significado, diferentemente das definições como normalmente são entendidas, não preveem uma correspondência entre a complexidade de uma sentença e a complexidade das definições das palavras que ela contém (lembramos que Jackendoff, 1983, 1990, aproxima a complexidade de uma sentença com a de uma estrutura conceitual lexicalizada em um item), o que estaria de acordo com a rapidez com que o processamento e a compreensão de um item lexical ocorrem. Isso também estaria de acordo com a

¹²⁸ Em outra perspectiva, diferente da discussão sobre a linguagem da mente, mas similar no que se refere a essa questão, Dowty (1979, p. 97), depois de sugerir algumas decomposições em primitivos semânticos assume que a extensão desses primitivos é algo difícil de determinar e compreende um “dilema metodológico”.

ideia de que compreender uma sentença, apesar de ter relação com a computação de uma representação que determina seus acarretamentos (*entailments*), não envolve a computação desses acarretamentos, ou seja, uma representação é que tem relação com acarretamentos, e não a compreensão da sentença, pois são muitos acarretamentos possíveis e recuperar todos eles impossibilitaria a rapidez com que ocorre a compreensão. Por fim, a terceira vantagem é que a analiticidade não precisaria ser considerada de modo a depender de relações simétricas, como nas definições comuns.

Está claro, no entanto, que Fodor não defende nenhuma noção de analiticidade. Porém, à primeira vista, com essas colocações, pode parecer que Fodor defende uma noção para ela (que não precisasse ser simétrica, isto é, que não precisasse ser como em uma definição, em que um item lexical contivesse toda a estrutura explicitada no *definiens*), além de parecer que defende os postulados de significado, já que ele não diz explicitamente, nesse texto considerado, o contrário (apesar de a proposta defendida explicitamente por ele ser outra, o atomismo). Em outros textos, o que o autor pensa sobre os postulados de significado fica mais claro (o que ele pensa, aparentemente, não muda; o que muda é apenas o grau de clareza).

Em seu texto de colaboração de 1980, ele afirma que, na verdade, em razão das semelhanças entre os postulados de significado e as definições, é possível dizer que as definições são um caso específico de postulados de significado, ideia que o autor não desenvolve (já que continua tratando as duas coisas de modo distinto). Nesse sentido, Fodor *et al.* (1980) entendem as definições como um caso mais problemático que os (outros) postulados de significado, conforme já dito, com a especificidade de prever, erroneamente segundo os autores, um nível semântico de representação e uma relação simétrica. Os postulados de significado, então, são mais vantajosos e poderiam ser considerados em uma teoria semântica porque não presumem estruturas internas de um conceito lexical, ou seja, uma inferência que seja um postulado de significado não tem necessariamente relação com a ideia de constituição, em que um lado da relação inferencial faria parte do outro lado (o que acontece nas definições/representações em estruturas conceituais).

Se os postulados de significado não revelam estruturas conceituais, isto é, não revelam o que compõe o significado de um item lexical, ficaria a dúvida sobre

qual é sua relevância em uma teoria semântica. Fodor (1998) cita Partee (1995, p. 328) para tratar dessa questão:

Meaning postulates might be a hopeful tool (...) since they make the form of some kinds of lexical information no different in kind from the form of some kinds of general knowledge. That would make it possible to hypothesize that the very same “fact” – for example, whales are mammals – could be stored in either of two “places”, a storehouse of lexical knowledge or a storehouse of empirical knowledge; whether it’s part of the meaning or “whale” or not need not be fixed once and for all. (PARTEE, 1995, p. 328 *apud* FODOR 1998, p. 111).¹²⁹

Desse modo, os postulados de significado não diferenciariam a informação semântica da informação geral de conhecimento de mundo. Segundo Fodor (1998), p. 111-112), essa seria uma fraqueza em relação às definições. Para o autor, isso tem relação com um argumento de Quine contra a proposta de Carnap: para responder quando uma inferência é analítica não é possível dizer “quando eu disser que é”; as definições sustentam que a inferência é analítica quando e somente quando ela se baseia na estrutura de um conceito, ao passo que os postulados de significado não oferecem uma explicação alternativa para isso. Assim, os postulados de significado seriam compatíveis com a proposta atomista porque não predizem que há estruturas conceituais internas a um item lexical, mas não revelam nada além de inferências possíveis não delimitadas logicamente. Tais postulados permitiriam, segundo Fodor (1998, p. 111), graus de liberdade não possíveis de precisar (isto é, permitiriam uma gama de informações que não podem ser identificadas e delimitadas de modo compreensivo), o que seria não aconselhável para uma teoria. Portanto, não é viável, depois de termos elucidada essa compreensão de Fodor, entender que o autor defende que os postulados de significado façam parte de uma teoria semântico-conceitual, pois esses postulados não contribuiriam claramente para explicar como se dão os conceitos nem quais são as condições para se tê-los. Na realidade, o autor acaba por descartar qualquer teoria sobre os conceitos que tenha como base as inferências (conforme vimos no terceiro capítulo), o que inclui qualquer uma baseada em definições ou postulados de significado.

¹²⁹ “Postulados de significado podem ser uma ferramenta útil (...) já que eles têm distinguem a forma de alguns tipos de informação lexical e a forma de alguns tipos de conhecimento geral. Isso tornaria possível ter como hipótese que o mesmo “fato” – por exemplo, baleias são mamíferos – poderia ser estocado em um dos dois “lugares”, um depósito do conhecimento lexical ou um depósito do conhecimento empírico; se é parte do significado de “baleia” ou não não precisa ser fixado de modo algum.” (Tradução nossa).

Assim, podemos esclarecer alguns mal-entendidos e alegações que surgem no discurso que defende o decomposicionismo conceitual e se contrapõe ao atomismo. Na controvérsia entre as duas perspectivas, isso também pode ser verificado no caminho inverso, partindo da perspectiva atomista.

5.3.4 Mal-entendidos e alegações a partir da perspectiva atomista

Pelo lado atomista, Fodor também faz alegações de mal-entendido. Porém, o autor faz isso de modo diferente do feito pelos decomposicionistas em razão de sua preocupação em esmiuçar a proposta de seus adversários teóricos. Como consequência disso, o que aparenta dos textos de autor é um maior cuidado, em relação aos seus opositores decomposicionistas, ao fazer qualquer alegação de mal-entendido. Além disso, o autor não faz tantas alegações de mal-entendido como seus opositores, apesar de ser notável que um lado, o de Fodor, faz mais referência e críticas ao outro, o dos decomposicionistas

Entre as alegações de mal-entendido mais salientes e relevantes de Fodor estão algumas que se referem, de modo genérico, a defensores de estruturas conceituais, sem necessariamente identificá-los (mas sabemos que os semanticistas conceituais estão entre eles, porque o autor os cita algumas vezes). Como base dessas alegações, podemos considerar o diálogo imaginário que o autor (FODOR, 2003) tem com um debatedor, em que as principais alegações de mal-entendidos emergem. Nesse diálogo, o debatedor imaginado, uma espécie de decomposicionista genérico, interpela Fodor, que busca rebater os argumentos na medida em que é questionado. Antes de apresentar esse diálogo, o autor adianta que já havia apresentado as questões que nele coloca em textos anteriores, ou seja, apenas busca enumerar o que, para ele, já tinha sido dito (nos 20 ou 30 anos passados), mas não foi adequadamente compreendido ou assimilado. Disso, então, surgem alegações de mal-entendido (muitas vezes de modo indireto) que recuperam, de modo sucinto, parte relevante do debate na visão de Fodor.

A primeira parte desse diálogo imaginado (que, na verdade, é um resumo genérico de debates reais) trata das condições suficientes apresentadas por uma proposta decomposicionista. O autor, primeiro, apresenta a seguinte inferência, em que a alternância causativa, muito usada por decomposicionistas como argumento, aparece: “John moved the horse → the horse moved”. As condições suficientes para

que “*move*” pudesse ser um verbo transitivo (*move_t*) seriam que ele expressasse os conceitos mais primitivos CAUSE e MOVE_i (o autor não discute se há algo mais primitivo do que MOVE_i). Então, o autor aponta que “*move_t* → CAUSE to MOVE_i” precisa ser confrontado com outras possibilidades de representação, não sendo garantida a intuição que sustenta essa inferência. Por exemplo, seria possível “causar” o movimento do cavalo sem que o “causador” movesse, bastando fazer uma terceira pessoa mover: “John caused the horse to move by making Bill move it” não acarreta “John moved the horse”. A alegação de Fodor é que essa consideração não tem sido compreendida por seus opositores, conforme a réplica de seu interlocutor imaginado.

Esse interlocutor, em uma primeira réplica, acusa o autor de não ter compreendido a proposta de decomposição que sugere uma estrutura conceitual complexa para “*move_t*”. Para esse interlocutor, a análise correta não diz que, se V é causativo, SN1 (sujeito) causa (SN2 V_i) → SN1 V_t SN2 – ou seja, se “*move*” é causativo, “John causes the horse to move → John moves the horse”. A análise correta seria: se V é causativo, então (SN1 causa (SN2 V_i)) + x → SN1 V_t SN2. Esse “x” garantiria a inferência, descartando os contraexemplos, mas ainda não se sabe o que ele é.

A resposta de Fodor (sempre nesse diálogo imaginado com um debatedor que representa um grupo genérico a favor de estruturas conceituais) é uma revisão breve da inferência. Posto do modo como seu interlocutor fez, ninguém duvidaria (segundo Fodor), por exemplo, que “John caused the horse to move by moving it” (o “x” teria algo a ver com esse “by moving it”, garantindo que SN1 fosse o responsável direto pelo movimento) acarreta “John moved the horse”, ou que “John caused Mary to die by killing her” acarreta “John killed Mary”. O que chama atenção do autor, além de isso ser trivialmente satisfeito (com o que seu interlocutor diz não incomodar), é que não há nenhuma proposta para “x” que corresponda a condições suficientes para explicar as estruturas causativas dos verbos em geral (sejam os permitem alternância causativa ou não). A resposta do interlocutor é apenas evasiva: a explicação de “x” está por vir com avanços em pesquisa (deixar em aberto alguns pontos a respeito dos primitivos seria recorrente por parte dos decomposicionistas). O ponto central dessa questão é que, em geral, os opositores de Fodor não percebem, não entendem ou ignoram sua indignação com a sustentação de uma proposta com algo tão vago baseada em intuições triviais (que

poderiam ser explicadas por inferências com base nas crenças compartilhadas e no conhecimento de mundo dos falantes).

O interlocutor faz, então, uma segunda réplica, muito comum no debate entre atomismo e decomposicionismo, como já pudemos notar neste trabalho. Diz ele que [JOHN CAUSED THE HORSE TO MOVE] realmente acarreta [JOHN MOVED THE HORSE], mas não é possível garantir que a forma das palavras “John caused the horse to move” expressa o pensamento [JOHN CAUSED THE HORSE TO MOVE] ou que a forma das palavras “John moved the horse” expressa o pensamento [JOHN MOVED THE HORSE]. Isso quer dizer que a palavra em inglês “*cause*” não expressa o conceito CAUSE. Fodor indica que isso pode ser desenvolvido da seguinte maneira: algo pode ser pensado, mas não dito, porque não é possível dizer o que CAUSE significa em uma língua natural, apesar de ser possível dizer, para você mesmo, no mentalês; ou então CAUSE é sinônimo do núcleo do significado de “*cause*”, mas uma língua natural é muito vaga para permitir a formulação de uma inferência estritamente válida. Essas especulações deixam claro que Fodor tem noção do argumento de que a linguagem do pensamento não se espelha perfeitamente nas línguas naturais, mas, para ele, só é possível teorizar sobre os conceitos se alguma relação entre o mentalês e as línguas for encontrada e precisada dentro da determinação de restrições.

Na sequência, o autor responde essa segunda réplica recuperando uma inferência com base na qual a alternância causativa é identificada. Em “John broke the glass → John caused the glass to break”, o autor afirma que a validade dessa inferência se daria precisamente em razão de o verbo “*cause*” expressar o conceito de causação, ou seja, o conceito CAUSE. Se não fosse por isso (a relação direta entre “*cause*” e CAUSE), o motivo de essa inferência ser considerada válida seria um mistério. Assim, o autor alega que a razão dessa identificação entre o mentalês e as línguas naturais ser necessária não tem sido compreendida por seus opositores.

Uma terceira réplica à crítica de Fodor é que, na verdade, CAUSE pode ser dito em uma língua natural por meio da expressão “imediatamente causado”. Em outros termos, negando a relação um para um (um primitivo conceitual para um morfema), um decomposicionista encontraria outro tipo de relação, o que, para Fodor, nunca foi feito com precisão suficiente. Fodor responde que não há uma análise semântica consistente para “imediatamente causado” que corresponda aos casos de verbos causativos. Por exemplo, em “John causes the milk to boil”, John

pode ter precisado ligar o fogo, colocar o leite em uma leiteira, colocar o leite no fogo, enfim, precisou de várias ações antes de ferver o leite; mesmo assim, seria possível dizer que “John boils the milk”. Poderia haver muita coisa (subeventos, tempo, espaço) entre a entidade causadora e o evento causado. Então, para Fodor, a noção de “imediatamente causado” é mal explicada (ou não explicada), e o autor não seria compreendido ao apontar isso.

Por fim, Fodor também alega que sua crítica a respeito da argumentação em termos de condições necessárias também é mal compreendida. Na perspectiva decomposicionista, retoma o autor, para haver o conceito de “*move_t*” seria necessário haver CAUSE. O argumento do autor, que seria mal compreendido, é que, em uma inferência, um lado não é necessário para que o outro exista. O mal entendido que o autor busca esclarecer provavelmente tem relação com o tipo de exemplo que ele utiliza para explicar isso: “se $n = 2$, então n é um número primo” é uma inferência, mas não uma relação de constituência, pois, sendo essa inferência verdadeira, não é possível dizer que o conceito de “número primo” faz parte do conceito de “ n ” e é necessário para o conceito de “ n ” existir. O autor (FODOR, 2003, p. 69-70) diz que tem se esforçado para explicar isso, mas sem sucesso. A falta de compreensão a respeito dessa explicação do autor talvez tenha a ver com seu exemplo: para um decomposicionista conceitual que busque criticar Fodor, o autor confundiria uma inferência baseada em conhecimento de mundo com uma baseada em uma estrutura conceitual. Quem dissesse isso não estaria compreendendo que Fodor defende não haver diferença entre os tipos de inferência, que todas podem ser explicadas por crenças empíricas ou conhecimento compartilhado. Retomar a problematização em relação à plausibilidade da analiticidade, com a qual Fodor dialoga (por vezes indiretamente), ajudaria a desfazer esse mal-entendido.

Essas alegações de mal-entendido feitas por Fodor aparentemente são justificadas. Mas isso se deve, em parte, ao fato de o autor costumar a se dirigir a um oponente teórico genérico¹³⁰, aumentando a chance de esses mal-entendidos serem encontrados no discurso de algum deles. Por outro lado, esses mesmos mal-entendidos alegados pelo autor são encontrados nos textos de Jackendoff (1983;

¹³⁰ Porém, o autor se refere, algumas vezes, a Jackendoff e a Pinker (FODOR, 1998; 2003; 2008), ou seja, o critério, segundo Dascal, de se referir explicitamente ao seu opositor para que se identifique uma controvérsia é atendido.

1990) e Pinker (2008), como podemos perceber pelo que já mencionamos desses autores.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS O CAPÍTULO

Pudemos, neste capítulo, verificar que o debate entre a perspectiva atomista e a decomposicionista conceitual é uma controvérsia assimétrica em vários níveis. Do lado atomista, Fodor insere-se na tradição da filosofia da linguagem e da mente, não tendo relação com uma comunidade científica nem se sustentando em uma série de parâmetros de análise e explicação exaustiva de dados. Do lado decomposicionista, há uma comunidade de pesquisadores cuja produção relativamente extensa segue um modelo comum de análise, algo que remete aos paradigmas kuhnianos, baseado na estipulação de estruturas conceituais na medida em que inferências relacionadas a padrões sintáticos são sugeridas. Outro ponto dessa assimetria é a construção de argumentos e contra-argumentos: enquanto o lado atomista busca argumentar, em grande parte, tentando mostrar a inconsistência de seu opositor teórico, o lado decomposicionista busca argumentar assentando-se em uma quantidade razoável de dados e análises, o que lhe permite produzir compêndios como o de Levin (1993) e de Cançado (2013). Essa assimetria se estende também ao fato de um lado, o atomista, aparentar, pelo menos considerando nosso recorte, ser mais mal compreendido que o outro.

Chegamos, então, à ideia de que há dois eixos estruturantes dessa controvérsia que podem esclarecer seus impasses. Um diz respeito a como a analiticidade é tratada: se endossada ou descreditada, se problematizada ou tomada como pressuposto. O outro tem relação com alegações de mal-entendido, muitas vezes não justificadas (pelo menos algumas importantes feitas pelo lado decomposicionista). Esses dois eixos se relacionam na medida em que a problematização em relação à analiticidade, se não é feita ou se não é esclarecida, pode resultar em mal-entendidos, e alegações de mal-entendido, quando não justificadas, evidenciam mal-entendidos por parte de quem alegou.

Essas considerações, mesmo sendo feitas de uma perspectiva externa ao debate, parecem apontar mais para a defesa do atomismo. No entanto, não estamos sugerindo que tal proposta é a correta. O que fazemos foi demonstrar que tal proposta é mais mal compreendida do que a decomposicionista, e isso poderia

suscitar algum tipo de defesa caso não estivéssemos focados na construção das propostas e em como elas são confrontadas e estivéssemos preocupados em construir argumentos em vez de entendê-los. Assim, seria possível levar em conta as considerações sugeridas neste trabalho em uma defesa do decomposicionismo conceitual (por exemplo, para fechar as questões que essa perspectiva deixa em aberto) ou em uma defesa do atomismo conceitual (por exemplo, para elucidar as questões que geram mal-entendidos).

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Catherine M. **The conative alternation**: An exploration of semelfactives and the elusive non-Theme Patient. 184 f. Dissertação (Masters of Arts in Linguistics), University of Canterbury, Canterbury, 2001.
- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora. **Journal of Pragmatics**, n. 31, p. 363-397, 1999.
- Aristotle. **Topica**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.
- BACHELARD, Gaston. **Novo espírito científico**. São Paulo: Abril Cultural, [1934] 1978.
- BEAVERS, John. The structure of lexical meaning: Why semantics really matters. **Language**, n. 86, p. 821-864, 2010.
- BLANCO, Mercedes Tubino. **Causatives in minimalism**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011.
- CANÇADO, M. et al. **Catálogo de verbos do português brasileiro**: Classificação verbal segundo a decomposição de predicados. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Volume 1: Verbos de mudança.
- CARNAP, R. **Meaning and Necessity**. Chicago: University of Chicago Press, 1947.
- _____. Meaning and Synonymy in Natural Languages. **Philosophical Studies**, n. 3, v. 4, p. 33-47, abr. 1955.
- CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge: MIT Press, 1965.
- _____. **Lectures on Government and Binding**: The Pisa Lectures. Dordrecht: Foris Publications, 1981.
- _____. Bare phrase structure. In: CAMPOS, HÉCTOR; KEMPCHINSKY, PAULA (Orgs.). *Evolution and Revolution in Linguistic Theory*. Washington DC: Georgetown University Press, 1995.
- _____. Reply to Pietroski. In: ANTONY, Loise M.; HORNSTEIN, Norbert (Orgs.). **Chomsky and his critics**. Malden, MA: Blackwell, 2003.
- DASCAL, M. Types of polemics and types of polemical moves. In: CMEJRRIKOVA, S.; HOFFMANNOVA, J.; MULLEROVA, O.; SVETLA, J. (Eds.). **Dialogue Analysis VI**. Tübingen: Max Niemeyer, 1998a. Disponível em: <<http://www.tau.ac.il/humanities/philos/dascal/papers/pregue.htm>>. Acesso em: 09 set. 2016.
- _____. The study of controversies and the theory and history of science. **Science in Context**, n. 11, v. 2. p. 147-154, 1998b.

_____. **Interpretação e compreensão**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2005.

DAVIDSON, Donald. **Essays on Actions and Events**. Oxford: OUP, 1967 [2001].

DEAL, Amy Rose. External Possession and Possessor Raising. In: EVERAERT, M.; VAN RIEMSDIJK, H. (Eds.). **The Companion to Syntax**. 2. ed. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2013. (no prelo). Disponível em: <<http://linguistics.berkeley.edu/~ardeal/papers/Deal-syncom.pdf>>. Acesso em 15 out. 2015.

DOWTY, David R. **Word Meaning and Montague Grammar**. Boston: Reidel, 1979.

FILLMORE, Charles. The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R. T. (Org.). **Universals in linguistic theory**. New York: Holt, Rinehart & Winston 1968.

FODOR, J. Three reasons for not deriving “kill” from “cause to die”. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, n. 4, v. 1, p. 429-438, out. 1970.

_____. **The Language of Thought**. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1975.

_____. On the Impossibility of Acquiring “More Powerful” structures. PIATTELLI-PALMARINI (Ed.). **Language and Learning: The Debate Between Jean Piaget and Noam Chomsky**. Harvard: Harvard University Press, 1980.

_____. **Representations: Philosophical Essays on the Foundations of Cognitive Science**. Brighton: The Harvester Press, 1981.

_____. **A Theory of Content and Other Essays**. Cambridge: MIT Press, 1992.

_____. **The Elm and the Expert: Mentalese and its Semantics**. Cambridge: MIT Press, 1994.

_____. **Concepts: where cognitive science went wrong**. Oxford: Clarendon press, 1998.

_____. **Hume variations**. Oxford: Clarendon press, 2003.

_____. **The Language of Thought Revisited**. Oxford: Clarendon Press, 2008.

FODOR, J. *et al.* Against definitions. **Cognition**, n. 8, p. 263-367, 1980.

FODOR, J.; LEPORE, E. **Holism: a shopper’s guide**. Oxford: Blackwell, 1993.

FREGE, G. **Foundations of Arithmetic: A logico-mathematical enquiry into the concept of number**. 2 ed. New York: Harper e Brothers, 1960.

_____. Sobre sentido e referência. In: **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Edusp, 2009 [1892].

GOLDBERG, A. E.; JACKENDOFF, R. The English resultative as a family of constructions. **Language**, v. 80, n. 3, p. 532–568, 2004.

GOLDBERG, A. E. **Constructions**: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GRICE, H. P.; STRAWSON, P. F. In Defense of a Dogma. **The Philosophical Review**, n. 2, v. 65, p. 141-158, abr. 1956.

HARLEY, Heidi. Lexical decomposition in modern syntactic theory. In: HINZEN, W. et al. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Compositionality**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

JACKENDOFF, R. S. **Semantics and cognition**. Cambridge: MIT press, 1983.

_____. Towards an Explanatory Semantic Representation. *Linguistic Inquiry*, v. 18, n. 3, p. 369-411, 1987a.

_____. The Status of Thematic Relations in Linguistic Theory. **Linguistic Inquiry**, n. 3, v. 18, p. 369-411, 1987b.

_____. **Semantic structures**. Cambridge: MIT press, 1990.

_____. **Languages of the Mind**: Essays on Mental Representation. Cambridge: MIT Press, 1995.

_____. **Foundations of language**: brain, meaning, grammar, evolution. New York: Oxford University Press, 2002.

JACOB, Pierre. Intentionality. In: ZALTA, Edward N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2014. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2014/entries/intentionality/>>. Acesso em: 03 maio 2015.

KANT, Immanuel. **Prolegomena to Any Future Metaphysics**. Traduzido por James Fieser. MobileReference, 1997 [1783]. Disponível em: <<http://philosophy.eserver.org/kant-prolegomena.txt>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. **The Critique of Pure Reason**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998 [1781].

KATZ, J. J. **The philosophy of language**. New York: Harper and Row, 1966.

KATZ, J. J.; FODOR, J. The structure of a Semantic Theory. **Language**, v. 39, n. 2, p. 170-210, 1963.

KATZ, J. J.; POSTAL, P. **An Integrated Theory of Linguistic Description**. Cambridge: The MIT Press, 1964.

KRATZER, Angelika. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, Johan; ZARING, Laurie (Orgs.). **Phrase Structure and the Lexicon**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LAKOFF, George. Toward generative semantics. In: McCAWLEY, James D. **Notes from the linguistic underground**. New York: Academic Press, 1976 [1963].

LAKOFF, George. **On The Nature of Syntactic Irregularity**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

LEIBNIZ, G. W. von. Monadology. **La Salle, II**: Open Court, 1968 [1714], p. 251–72.

LEVIN, B. **English Verb Classes and Alternations**: A Preliminary Investigation. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. **Unaccusativity**: At the Syntax Lexical Semantics Interface. Cambridge: MIT Press, 1995.

_____. Two Structures for Compositionality Derived Events. In: MATTHEUS, T.; STROLOVITCH, D. (Eds.). **Proceedings of SALT 9**. Ithaca: Cornell Linguistics Circle Publications, 1999.

_____. **Argument realization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LIEBERMAN, Philip. **The biology and evolution of language**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

McCAWLEY, James D. The role of semantics in a grammar. In: BACH, E.; HARMS, R. T. (Org.). **Universals in linguistic theory**. New York: Holt, Rinehart & Winston 1968.

MILLER, G. A. The magical number seven, plus or minus two: Some limits on our capacity for processing information. **Psychological Review**, v. 101, n. 2, p. 343-352, 1955.

NEATH, I.; SURPRENANT, A. M. **Human memory**: An introduction to research, data and theory. 2 ed. Belmont: Wadsworth, 2003.

PERELMAN, C. **L'Empire Rhétorique**: Rhétorique et Argumentation. Paris: Vrin, 1977.

PIATTELI-PALMARINI, Massimo. The rise of selective theories: a case study and some lessons from immunology. In: DEMOPOULOS, W.; MARRAS, A. (Orgs.). **Language learning and concept acquisition**. Norwood: Ablex, 1986.

PIATTELI-PALMARINI, Massimo; CECETTO, Carlo. In: MANDELL, Charlotte; McCABE, Allyssa (Orgs.). **The problem of meaning**: behavioral and cognitive perspectives. New York: Elsevier, 1997.

PIETROSKI, Paul M. Small verbs, complex events: analyticity without synonymy. In: ANTONY, Loise M.; HORNSTEIN, Norbert (Orgs.). **Chomsky and his critics**. Malden, MA: Blackwell, 2003.

PINKER, Steven. **Learnability and Cognition**: The Acquisition of Argument Structure. Cambridge, MA: MIT Press, 1989.

_____. **Do que é feito o pensamento**. Tradução de: Fernanda Ravagnani. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

PITT, David. Mental Representation. In: ZALTA, Edward N. (Ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 11 dez. 2012. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/mental-representation/>>. Acesso em: 03 maio 2015.

POPPER, Karl R. **Conjecturas e Refutações**. Brasília: Editora da UnB, 1980.

PUSTEJOVSKY, James. The syntax of event structure (1991). In: MANI, Inderjeet; PUSTEJOVSKY, James; GAIZAUSKAS, Robert (Eds.). **The language of time**. Oxford: OUP, 2005.

PUTNAM, H. The Analytic and the Synthetic. **Philosophical Papers**, v. 2, Cambridge: Cambridge University Press, 1965.

_____. It Ain't Necessarily So. _____. **Philosophical Papers**. v. 1, Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

PUTNAM, Lillian R. Language, Language Development and Reading: Noam Chomsky interviewed by Lillian R. Putnam. **Reading Instruction Journal**, inverno de 1987. Disponível em: <https://chomsky.info/1987____/>. Acesso em: 30 jul. 2016.

QUINE, W. V. **Word and Object**. Cambridge, MA: MIT Press, 1960.

_____. Dois dogmas do empirismo. In: **De um ponto de vista lógico**. Tradução Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Unesp, 2010 [1980].

RAPPAPORT HOVAV, MALKA et al. (Orgs.). **Lexical semantics, syntax and event structure**. Nova York: Oxford University Press, 2010.

REY, Georges. The Analytic/Synthetic Distinction. In: ZALTA, Edward N. (Ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 21 dez. 2015. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2015/entries/analytic-synthetic/>>. Acesso em: 25 dez. 2015.

RONAT, Mitsou. **Conversaciones con Chomsky**. Tradução de Beatriz Dorriots. Barcelona: Granica Editor, 1978.

RUSSELL, G. **Truth in virtue of meaning: a defense of the analytic/synthetic distinction**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SAEED, I. I. **Semantics**. 3 ed. Oxford: Blackwell, 2009.

SCHOPENHAUER, A. The Art of Controversy. In: _____. **Complete Essays of Schopenhauer**. New York: Oxford University Press, 1942.

SOTELO, E. G. Descomposición léxico-conceptual de los verbos parasintéticos con prefijo des-. In: SENOSIÁIN, A. G.; ALEGRÍA, D. I.; BERRIO, F. J.; VICENTE, A. L.; VELARDE, M. C. (Orgs.): **Lenguas, lenguaje y lingüística. Contribuciones desde**

la Lingüística General. Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 2015.

VERBNET. Disponível em: <<http://verbs.colorado.edu/verb-index>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

WACHOWICZ, T. C. A alternância conativa no PB. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN. 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2009, p. 2890-2899.